

MARIANO BECK

~~SG~~

JOSE MARIANO DE FREITAS BECK

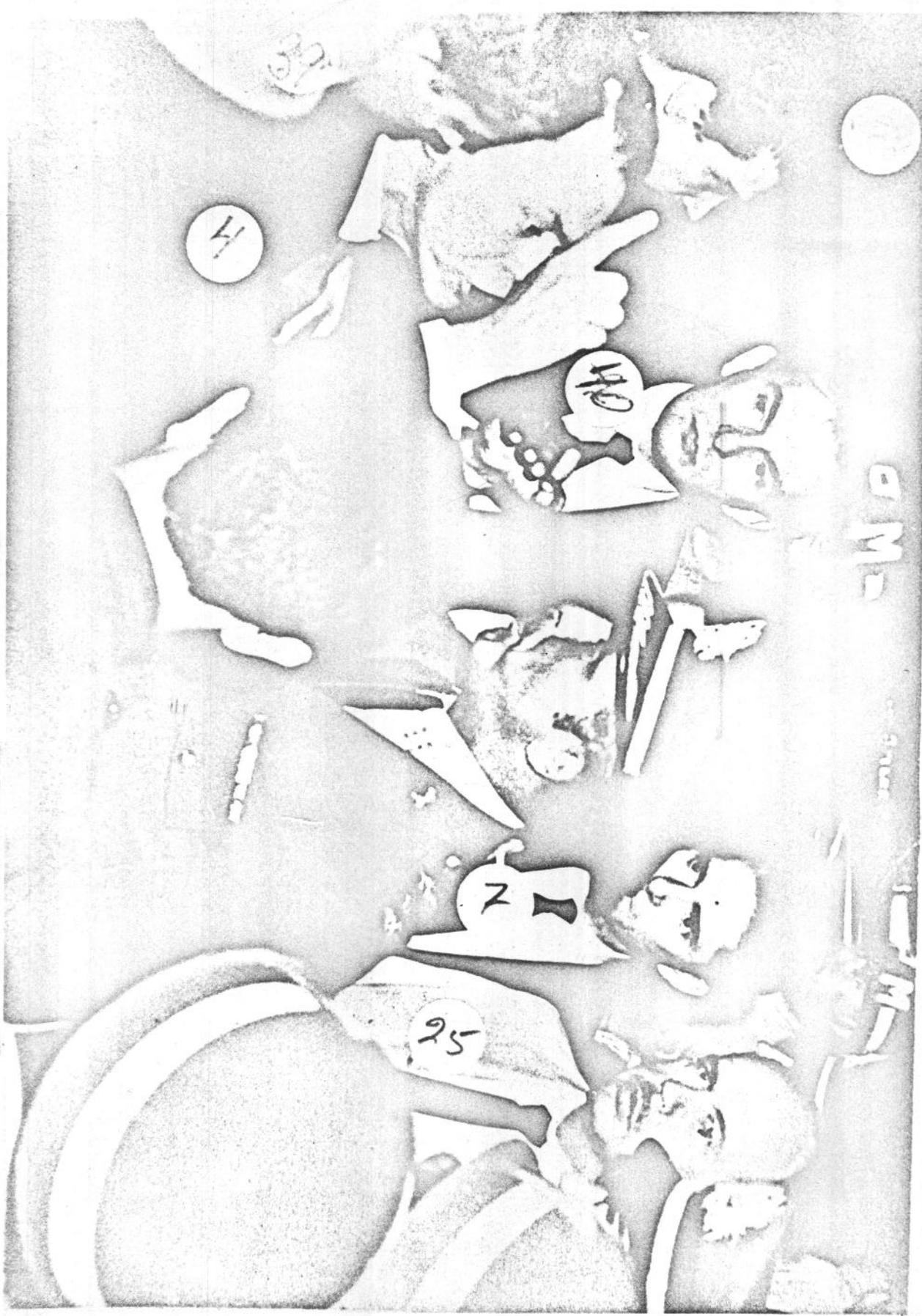
MDB-RS

426194
B.C

<p>IDENTIDADE</p> <p>FILIAÇÃO-PAI <u>HERMINIO BECK</u></p> <p>MÃE <u>LUCILIA DE LIMA BECK</u></p> <p>IDADE <u>24 Fev 1922</u> ESTADO CIVIL</p> <p>PROFISSÃO <u>Advogado</u> POSTO OU GRAD.</p> <p>FUNÇÃO <u>Consultor Jurídico do Estado do RGS</u></p> <p>NACIONALIDADE <u>bras.</u> NATURAL DE <u>RS</u></p> <p>LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA</p> <p>TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO</p> <p>ESTUDANTE ESCOLA</p> <p>..... NÍVEL <u>SUPERIOR</u></p> <p>RESIDÊNCIA <u>Rua Cel. Lucas de Oliveira, 909 - PORTO ALEGRE/RS</u></p> <p>OUTROS DADOS <u>Deputado Federal p/MDB/RS</u></p> <p>.....</p>	<p>FOTO</p>	<p>NOME <u>JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK</u></p>
<p style="text-align: center;">HISTÓRICO</p>		
<p>- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.</p> <p>- Pelo D.O. nº 137, de 24 Jul 70, foi aposentado no cargo de Consultor Jurídico do Estado do Rio Grande do Sul, com base no Ato Institucional nº 10, de 16 Mai 69.</p>	<p>CIC</p>	

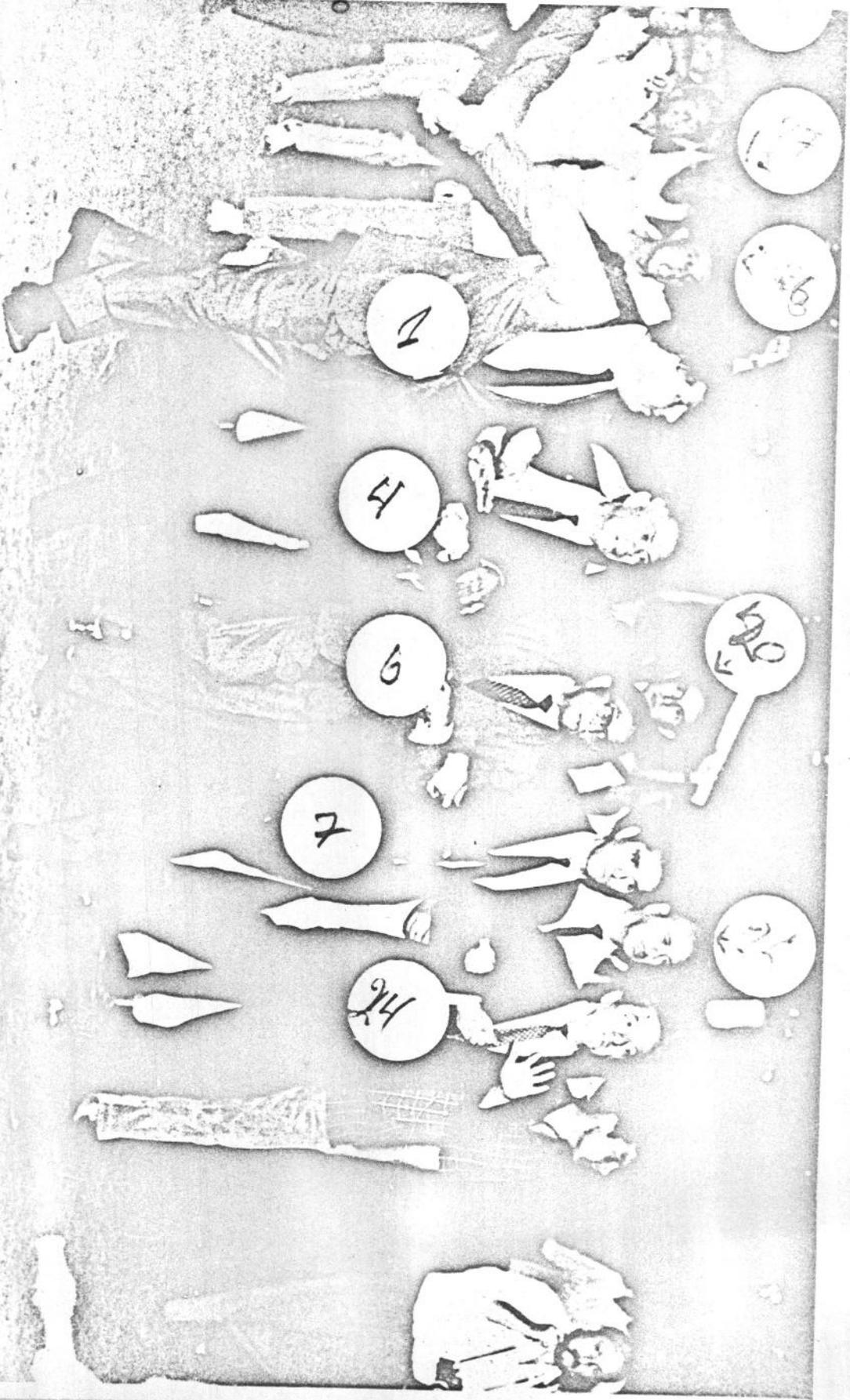
JOSÉ MARCIANO DE FREITAS BECK

JOSE MARIANO DE FREITAS BECK



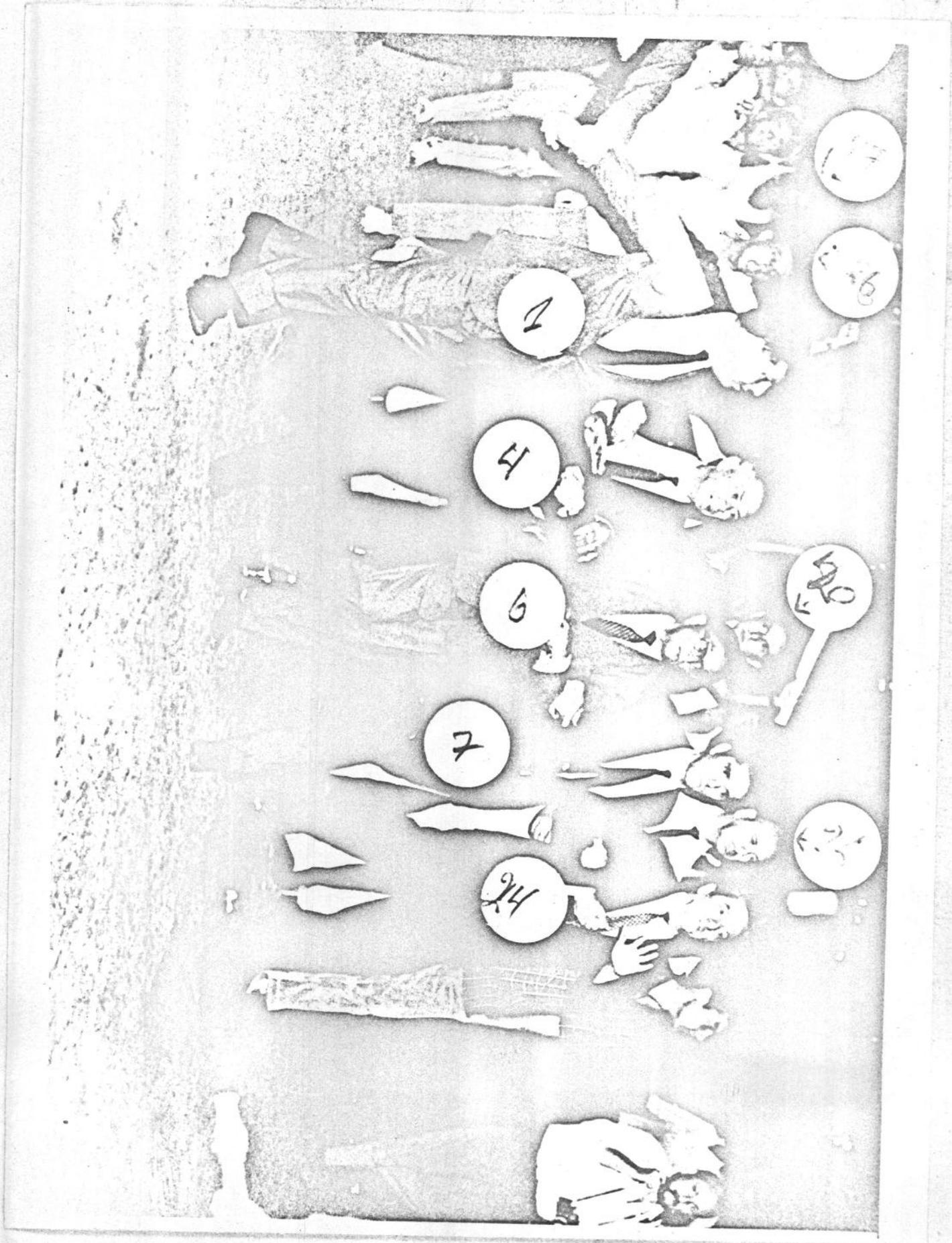
PASSEATA ESTUDANTIL REALIZADA EM BRASÍLIA, NO DIA 29 MAR 68, ONDE APARECE O SENHOR MARIANO BECK, IDENTIFICADO EM O Nº 25.

PASSEATA ESTUDANTIL
REALIZADA EM BRASÍLIA,
NO DIA 29 MAR 68, ONDE
APARECE O SENHOR MARIA
NO BECK, IDENTIFICADO EM
Nº 25.

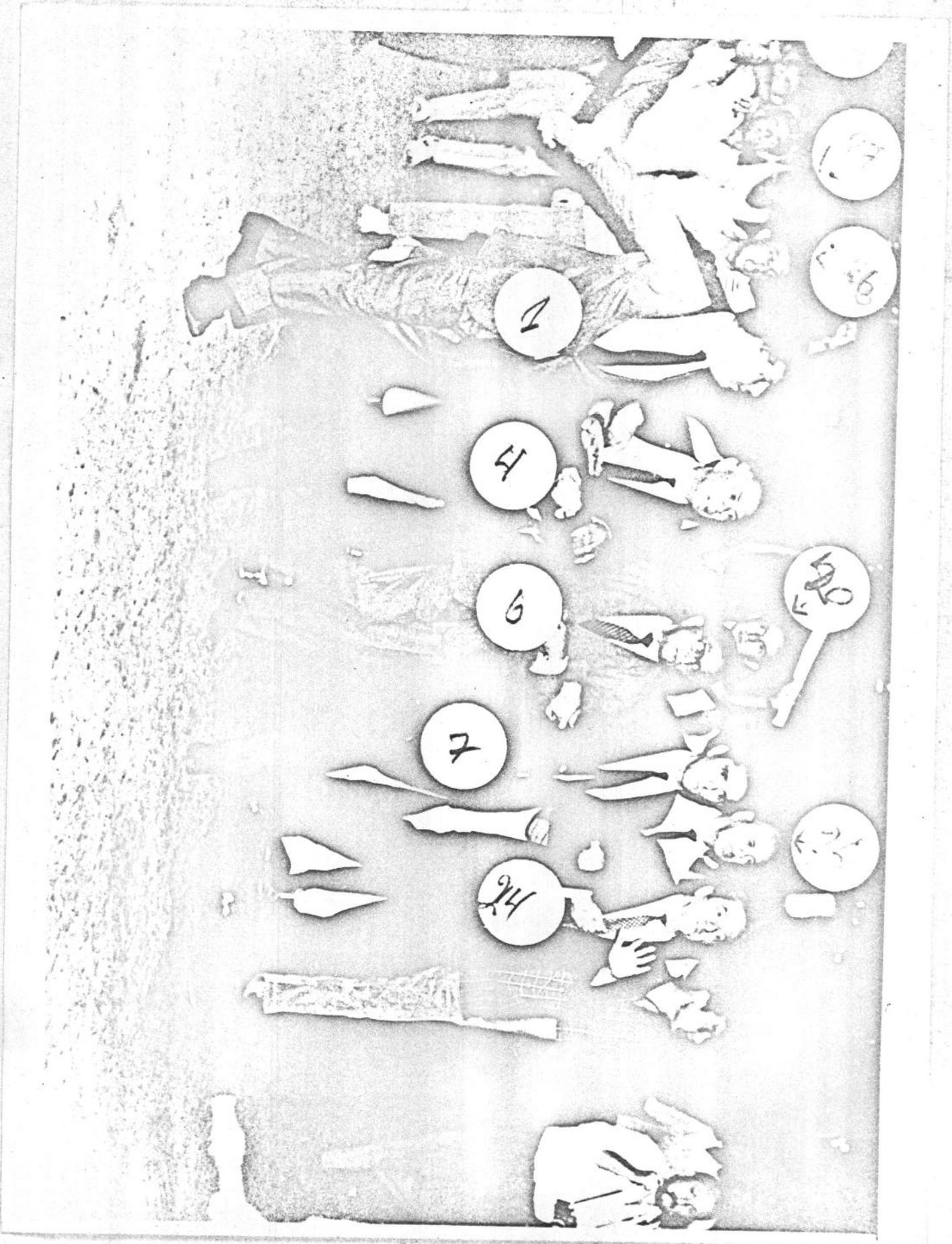


N8.PROC.SS. 182.2, P. 6

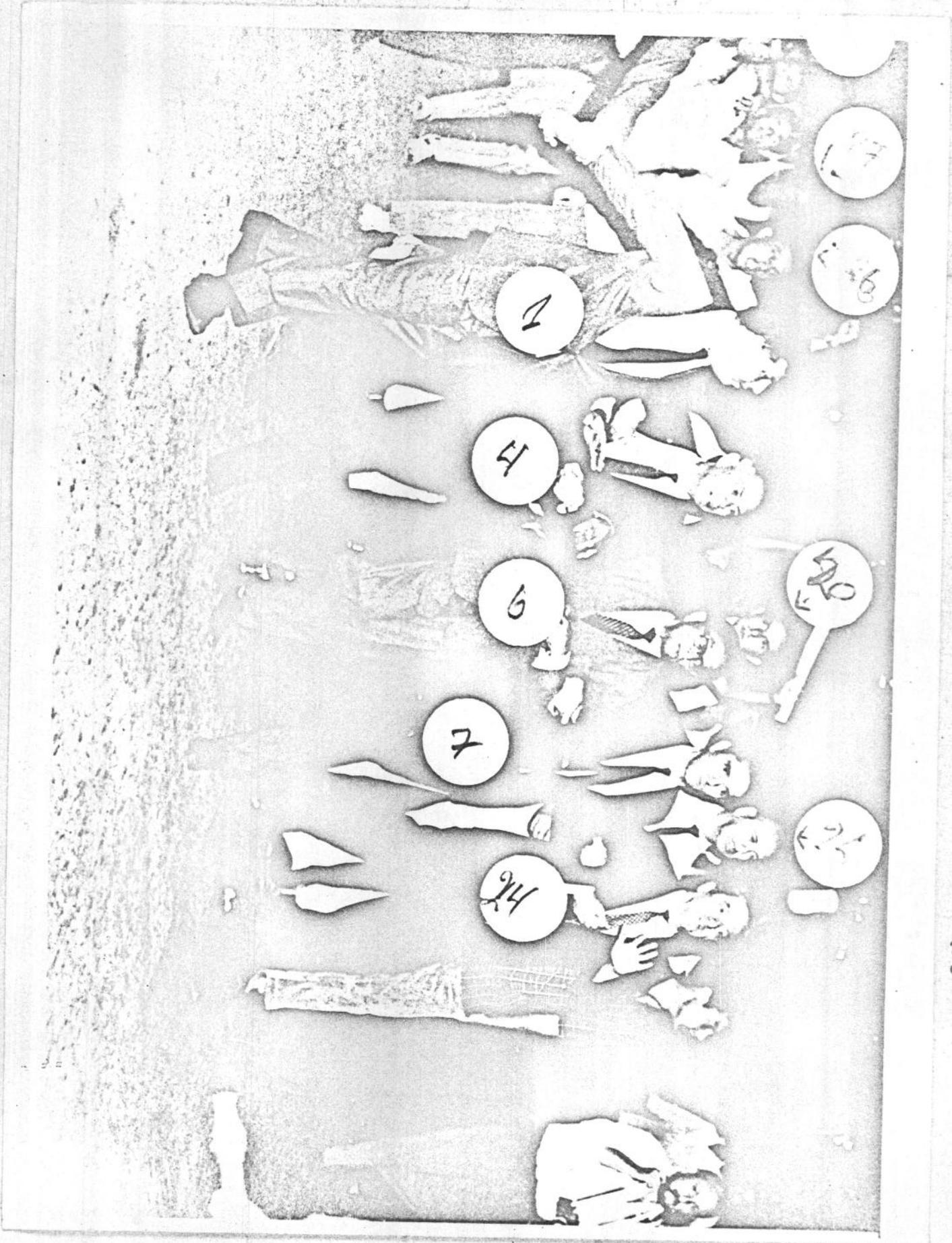
Flagrantes diversos



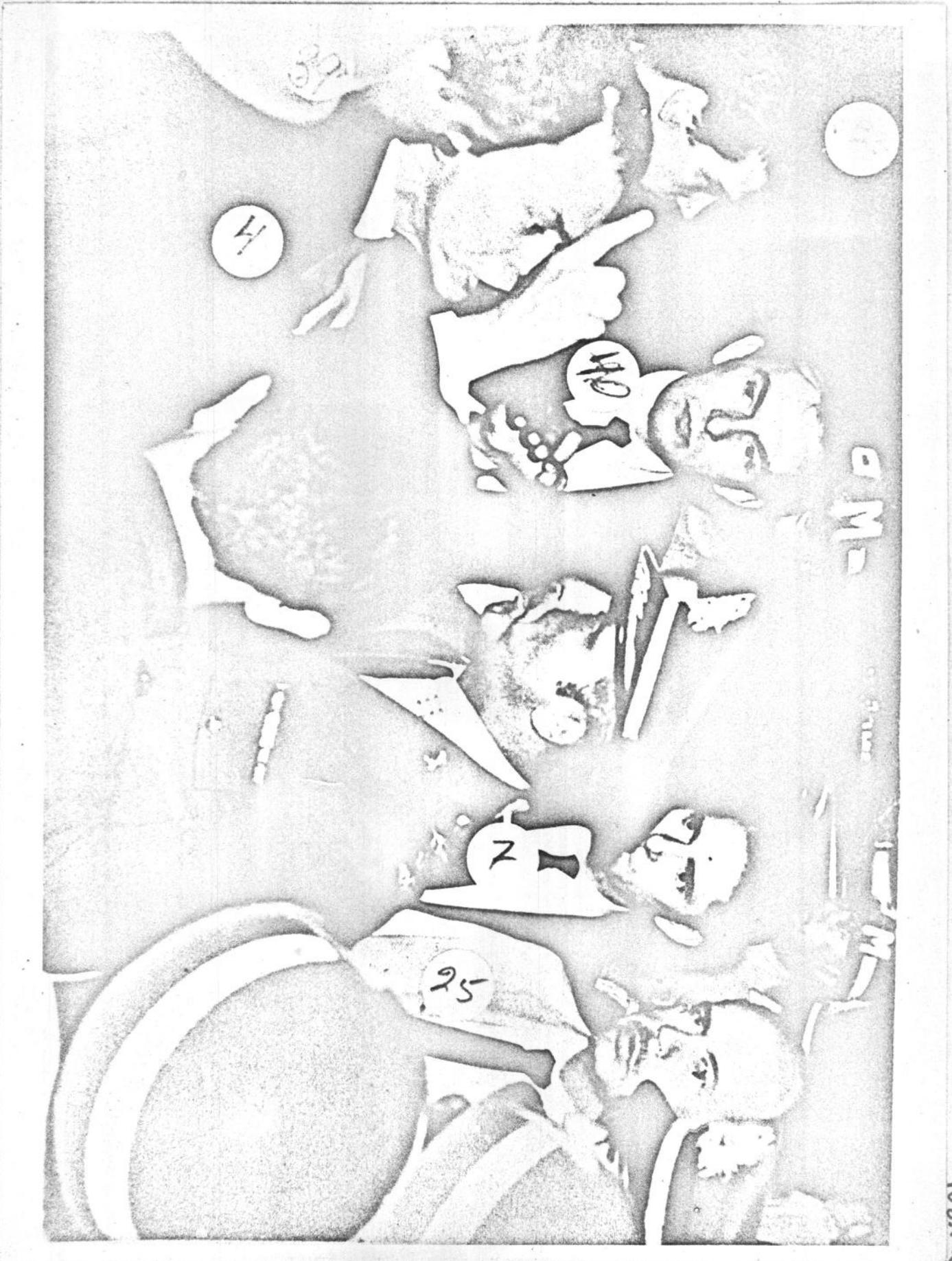
N8. PROCESS. 182-2, P8



N8.PRO.C55.182.2.P9



W8.P10.C55.182-2.P10



N8.P00.C55.182.2,21



N8_PEO.CS5-182-2, P.12

Conselho Cassa Lacerda, Sousa Neto e 11 Deputados

ORA A CORRUPÇÃO

PRÁ MESMO PUNIDA

HORIZONTE (TAP) — O que a mesa foi virada ao Governo, agora as gavetas, por maior tarefa da República é o saneamento das suas palavras iniciais

— (MG) comentou a idade de surtimento de mandatos e ações de direitos políticos a reunião de se-bera, do Conselho de verdade — frisou e — a subver-que, Mas, a corrupção, quecimento ilícito e

POSTA E SILVA TEM APOIO DO SENADO

menos de 34 senado-ambiharar ao Presi-ostha e Silva a segun-agem:

referência à carta de telegrama, do dia Vossa Excelência a canos e testemunha-mpenho do Chefe do de harmonizar com e, a área política e responsáveis diretas do Revolucionário

A S ATENÇÕES gemis es-feram, ontem, inteira-mente voltadas para o Pa-lácio das Laranjeiras, onde das 16 às 19 horas esteve reunião o Conselho de Seguran-ça Nacional que, sob a presidência do Marechal Costa e Silva, fez uma análise geral da situação do País.

Após a reunião, da qual participaram o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado e os chefes do EMLFA e dos Estados-Matores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, foi divulgada nota oficial com-unicando a cassação de mandato de 11 deputados federais — apenas um da ARENA — e a suspensão dos direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda e do Desembargador Sousa Neto, Presidente do Tribunal de Justiça de Brasília.

NOTA OFICIAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional disse, em representação, as seguintes informações:

«O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reuniu hoje no Palácio das Laranjeiras, das 16 às 19 horas, o Conselho de Segurança Nacional, para tomar novas decisões políticas decorrentes da Edição do Ato Institucional nº 5.

Aberta a reunião, à qual compareceram todos os membros do Conselho, o senhor Presidente da República expôs a sua finalidade principal, que era o exame conclusivo de representações do senhor Ministro da Justiça, Professor Luis Antônio da Gama e Silva, sobre cassação de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos, assim como a aposentadoria de um membro do Poder Judiciário.

A representação do senhor Ministro da Justiça fôra previamente estudada pela Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional, apresentando-se um dossiê bastante em informações dos SNI e dos órgãos competentes dos diferentes Ministérios, civis e militares.

Depois de amplo relato feito pelo General Jaime Portela de Melo, Secretário-Geral do CSN, dos aspectos mais importantes de cada um dos processos, o Senhor Presidente da República passou a ouvir a opinião de cada um dos presentes.

Verificou-se unanimidade na decisão de aconselhar o Senhor Presidente da República a acolher, integralmente, as representações do Senhor Ministro da Justiça, para o efeito de serem aplicadas as sanções revolucionárias indicadas no referido documento.

Ao término dos trabalhos, o Senhor Presidente da República anunciou a decisão de declarar, nos termos do Ato Institucional nº 5, a cassação dos mandatos e a suspensão de direitos políticos por 10 (dez) anos dos deputados federais Márcio Emanuel Moreira Alves, Hernando de Deus Nobre Alves, David José Lehrer, Hélio Henrique Pereira Navarro, Gastone

portes, Mário David Andreazza; o Ministro da Agricultura, Ivo Arzua Pereira; o Ministro do Trabalho, Jarbas Gonçalves Passarinho; o Ministro da Educação e Cultura, Tasso Dutra; o Ministro da Saúde, Leonel Tavares Miranda de Albuquerque; o Ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo; o Ministro da Indústria e Comércio, Edmundo de Macedo Soares; o Ministro das Minas e Energia José Costa Cavalcanti; o Ministro do Planejamento, Hélio Marcos Peña Beltrão; o Ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima; o Ministro das Comunicações, Carlos Furtado de Siqueira; o Chefe do Serviço Nacional de Informações, Emílio Carrasazú Medeiros; o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Gelsel; o Chefe do Estado-Maior da Armada, Adalberto Barros Nunes; o Chefe do Estado-Maior do Exército, Rademaker Grünewald; o Ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares; o Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto; o Ministro da Fazenda, Antônio Delim Neto; o Ministro dos Trans-

- 5) Gastoni Right — MDB — São Paulo
- 6) Mateus Schmidt — MDB — Rio Grande do Sul
- 7) Henrique Henkin — MDB — Rio Grande do Sul
- 8) Ferreira Lima — MDB — Pernambuco
- 9) Luriz Sablá — MDB — São Paulo
- 10) Renato Archer — MDB — Maranhão
- 11) José Carlos Guerra — ARENA — Pernambuco.

PEDRO DANTAS Trabalho Preside

RIO, 19 — Até há bem pouco tempo, felicitamente os nossos homens de governo exercem na respectiva sede, em palácio, a sua função e nas salas de recepção e conferências viagens de inspeção que não se situam atribuições presidenciais. Andanças, só com deveres de representação, devidamente decorados por um protocolo bastante severo, por isso há de partir da consideração de que o trabalho para os encargos presidenciais. Sob os auspícios da República, era ainda possível viver alguns momentos de sua vida particular na rua como qualquer cidadão, a resolver problemas pessoais. Admitimos que seria difícil, impossível, nos dias que correm restabelecer a situação, aliás, eminentemente republicana e

Depois do Estado Novo, apenas o marechal Castello Branco tentaram algum sentido: o primeiro, dispensando a estridência da dos batidores, o segundo, aproveitando amigos para surpreender amigos íntimos e ou para comprar honradamente sua cadeira de teatro. O marechal Castello gostava de teatro. Também algumas reuniões informais, amigos, contavam com a sua presença, para ou jantar em ambiente descontraído. O Olimpico, por exemplo, recebia-o diversamente almoço no amplo refectório da casa editado, entre intelectuais. A conversa bastante livre. O presidente mesmo a enrumo das conversas de livraria e a carcaixas matava as saudades do Ceará. A chefe da Casa Civil, acadêmico Luis Verpois governador da Bahia, e lá se encontram os outros, a nossa admirável Rachel de Almeida. Não se confundem com a fúria as resoluções de governo pela prática do governo itinerantes escapadas presidenciais. Elas assidua defesa contra o confinamento em estufa, de clima, especialmente temperatura, artificialmente precisa ouvir, comunicar-se, fora do lado que, por mais que se queira deixá-la, acaba sempre delirando e deformando. Chegando o momento de praticar atos, resmas, traçar orientações — isto é, exercer função — à mesa do papelito que as ditam, os problemas são examinados, corrigidos, estudadados e, afinal, decididos, por uma ponderação, um ato. Ordens e atos são emitidos e se desdobra o exercício do gover-

REVOLUÇÃO CASA OS PORTINHOS

Conselho Cassa Lacerda, Sousa Neto e 11 Deputados

ORA A CORRUPÇÃO

PRÁ MESMO PUNIDA

HORIZONTE (TAP) — que a mesa foi vi-
do ao Governo, ag-
por as gavetas. por-
maior tarefa da Re-
é o saneamento da
no país».

estas palavras iniciais
do Aurélio Chaves
(A-MG) comentou a
dade do surgimento
ações de mandatos e
de direitos politi-
a reunião de se-
eira, do Conselho de
ça Nacional.

verdade — frisou —
nter — que a subver-
Mas, a corrupção,
quecimento ilícito e

OSTA E SILVA TEM

APOIO DO SENADO

menos de 24 senado-
aminharam ao Presi-
do Silva a segun-
segum:

Referência à carta de
em curso, em res-
telegrama do dia
Vossa Excelência a
de dirigir a compa-
cabe esclarecer que
e testemunha-
empenho do Chefe do
de longo de seu
de harmonizar com
e, a área política e
responsáveis diretas
do Revolucionária

AS ATENÇÕES gerais es-
eram, ontem, inteira-
mente voltadas para o Pa-
lácio das Laranjeiras, onde
das 16 às 19 horas esteve
rroundo o Conselho de Segu-
rança Nacional que, sob a
presidência do Marechal
Costa e Silva, fez uma anti-
lise geral da situação do
País.

Após a reunião, da qual
participaram o Vice-Presi-
dente da República, todos os
Ministros de Estado e os che-
fes do EMFA e dos Estados-
Majores do Exército, da Ma-
rinha e da Aeronáutica, foi
divulgada nota oficial comu-
nicando a cassação de man-
dato de 11 deputados federais
— apenas um da ARENA —
e a suspensão dos direitos
políticos do ex-governador
Carlos Lacerda e do Desem-
bador Sousa Neto, Presi-
dente do Tribunal de Justiça
de Brasília.

**NOTA OFICIAL DO
CONSELHO DE
SEGURANÇA NACIONAL**
A Secretaria do Conselho
de Segurança Nacional dis-
tribuiu a seguinte Nota Ofi-
cial:

«O Excelentíssimo Senhor
Presidente da República,
Marechal Arthur da Costa e
Silva, reuniu hoje no Palácio
Laranjeiras, das 16 às 19 ho-
ras, o Conselho de Segurança
Nacional, para tomar no-
vas decisões políticas decor-
rentes da Edição do Ato
Institucional nº 5.

Aberta a reunião, à qual
compareceram todos os
membros do Conselho, o se-
nior Presidente da Republi-

ca expôs a sua finalidade
principal, que era o exame
conclusivo de representações
do senhor Ministro da Jus-
tica, Professor Luis Antonio
da Gama e Silva, sobre cas-
sação de mandatos parla-
mentares, suspensão de di-
reitos políticos pelo prazo de
dez anos, assim como a apo-
sentadoria de um membro do
Poder Judiciário.

A representação do senhor
Ministro da Justiça foi pre-
viamente estudada pela Se-
cretaria Geral do Conselho
de Segurança Nacional, apre-
sentando-se um dossiê ba-
sado em informações do
SNI e dos órgãos competen-
tes dos diferentes Ministé-
rios, civis e militares.

Depois de amplo relato fei-
to pelo General Jaime For-
tala do CSN, dos aspectos
mais importantes de cada um
dos processos, o Senhor Pre-
sidente da República passou
a ouvir a opinião de cada
um dos presentes.

Verificou-se unanimidade na
decisão de aconselhar o Se-
nior Presidente da Republi-
ca a acolher, integralmente,
as representações do Senhor
Ministro da Justiça, para o
efeito de serem aplicadas as
sanções revolucionárias indi-
cadas no referido documento.

Ao término dos trabalhos,
o Senhor Presidente da Re-
pública anunciou a decisão de
decretar, nos termos do Ato
Institucional nº 5, a cassação
dos mandatos e a suspensão
dos direitos políticos por 10
(dez) anos dos deputados fe-
derais Marcelo Emmanuel Mo-
reira Alves, Hermann de
Deus Nobre Alves, David Jo-
sé Leher, Hélio Henrique
Pereira Navarro, Gastone

Right Cuoghi, Mateus José
Shmidt F., Henrique Henkin,
Maurílio Filgueira Ferreira
Lima, José Lurtz Sabá, Re-
nato Balma Archer da Silva
e José Carlos Estelita Guer-
ra; a suspensão dos direitos
políticos, também pelo pra-
zo de 10 (dez) anos, do Sr.
Carlos Frederico Wenneck de
Lacerda; e a suspensão dos
direitos políticos igualmente
por 10 (dez) anos e a apo-
sentadoria do Desembargador
Joaquim de Sousa Neto.

Acenou o Senhor Presi-
dente da República que as ou-
tras decisões revolucionárias,
da mesma natureza, serão
tomadas oportunamente, para
o que voltará Sua Excelência
a convocar o Conselho de Se-
gurança Nacional.

Estavam presentes, além
do Chefe do Governo, o Vice-
Presidente da República, Pe-
dro Aleixo, o Ministro da
Justiça, Luis Antônio da Ga-
ma e Silva; o Ministro da
Marinha, Augusto Hamann
Rademaker Grinewald; o Mi-
nistro do Exército, Aurélio de
Lira Tavares; o Ministro das
Relações Exteriores, José de
Magalhães Pinto; o Ministro
da Fazenda, Antônio Delim
Neto; o Ministro dos Trans-

portes, Málio David Andrea-
za; o Ministro da Agricultura,
Ivo Arzua Pereira; o Mi-
nistro do Trabalho, Jarbas
Gonçalves Passarinho; o Mi-
nistro da Educação e Cultu-
ra, Tasso Dutra; o Ministro
da Saúde, Leonel Tavares Mi-
rande de Albuquerque; o Mi-
nistro da Aeronáutica, Mar-
cio de Sousa e Mello; o Mi-
nistro da Indústria e Comér-
cio, Edmundo de Macedo Soa-
res; o Ministro das Minas e
Energia José Costa Cavalcanti;
o Ministro do Planejamento,
Hélio Marcos Penna Bel-
trão; o Ministro do Interior,
Afonso Augusto de Albuquerque
Lima; o Ministro das Co-
municações, Carlos Furtado de
Simas; o Chefe do Serviço
Nacional de Informações,
Emílio Garrastazu Médici; o
Chefe do Estado-Maior das
Forças Armadas, Orlando Gas-
sel; o Chefe do Estado-
Maior da Armada, Adalberto
Barros Nunes; o Chefe do
Estado-Maior do Exército,
Adalberto Pereira dos Santos;
o Chefe do Estado-Maior da
Aeronáutica, Carlos Hut de
Oliveira Sampayo; e os Chefes
dos Gabinetes Militar e Ci-
vil, Jaime Porteira de Melo e
Rondon Pacheco».

Filiação Partidária dos Cassados

- 1 — Márcio Alves — MDB
- 2 — Guanabara
- 3 — Guanabara
- 4 — Guanabara
- 5) Gastoni Right — MDB
- 6) Matheus Schmidt — MDB
- 7) Henrique Henkin — MDB
- 8) Henrique Henkin — MDB
- 9) Lurtz Sabá — MDB
- 10) Renato Archer — MDB
- 11) José Carlos Guerra — ARENA — Pernambuco.

PEDRO DANTAS Trabalho Preside

RIO, 19 — Até há bem pouco tempo, **feitamente os nossos homens de governo** exerce na respectiva sede, em palácio, a recepção e nas salas de recepção e conferências viagens de inspeção que não se situam atribuições presidenciais. Andanças, só com deveres de representação, devidamente de um protocolo bastante severo, por isso há de partir da consideração de que o trabalho os encargos presidenciais. Sob os verros da República, era ainda possível viver alguns momentos de sua vida partici na rua como qualquer cidadão, a resolvidos pessoais. Admitimos que seria impossível, nos dias que correm restabelece política, aliás, eminentemente republicana e Depois do Estado Novo, apenas o marechal Castelo Branco tentaram algum sentido: o primeiro, dispensando a estrid da dos batidores, o segundo, aproveitan- minhos para surpreender amigos íntimos e ou para comprar honradamente sua cade teatro. O marechal Castelo gostava de Também algumas reuniões informais, amigos, contavam com a sua presença, ou jantar em ambiente descontraído. O Olimpo, por exemplo, recebeu-o diversas almoço, no amplo refetório da casa edit boçolo, entre intelectuais. A conversa bastante livre. O presidente mesmo a en- rumo das conversas de livreria e a car- Caxias matava as saudades do Ceará. A o chefe da Casa Civil, acadêmico Luis Vi- pois governador da Bahia, e lá se encon- tores da amizade pessoal do marechal e entre outros, a nossa admirável Rachel de de governo pela prática do governo itiner- litares escapadas presidenciais. Eias as- defesa contra o confinamento em estufa, de clima, especialmente temperatura, arti- sidente precisa ouvir, comunicar-se, fora de laciando que, por mais que se queira deixá- acaba sempre deturpado e deformador. chegado o momento de praticar atos, r- mas, traçar orientações — isto é, exer- nção — a mesa do papelório que as di- ter onde aguardam destino e solução.

All os problemas são examinados, co- ditados, estudados e, afinal, decididos, p- uma ponderação, um ato. Ordens e atos- siste e se desdobra o exercício do gover-

REVOLUÇÃO COMO OS BOMBEIROS

Conselho Cassa Lacerda, Sousa Neto e 11 Deputados

ORA A CORRUPÇÃO

BÁ MESMO PUNIDA

HORIZONTE (TAP) — que a mesa foi virada ao Governo, agoras as favelas, por maior tarefa da República e o saneamento das suas palavras iniciais de Aurelino Chaves (MG) comentou a idade do surgimento de mandatos e eleições de direitos políticos a reunião de sessão do Conselho de verdade — frisou o nter — que a subver- te. Mas, a corrupção, quecimento ilícito e

OSTA E SILVA TEM APOIO DO SENADO

menos de 34 senado- aminharam ao Presi- antes e Silva a segun- rem: referenda à carta de telegrama, em res- Vossa Excelência a cabe escutar que comos e testemunha- mpenho do Chefe do ao longo de seu de harmonizar com a área política e responsáveis diretas do Conselho de Administração

A S ATENÇÕES gerais es- taram, ontem, inteira- mente voltadas para o Pa- lácio das Laranjeiras, onde das 16 às 19 horas esteve reunido o Conselho de Segurança Nacional que, sob a presidência do Marechal Costa e Silva, fez uma análise geral da situação do País.

Após a reunião, da qual participaram o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado e os chefes de parlamentares quanto de homens que ocupam cargos no Executivo, para verificar quais os que clamam seus deveres e se podem fazer com honestidade no trato da coisa pública.

O Deputado chamou a atenção, ainda, para «dirigentes» de órgãos e entidades públicas com fortunas não explicadas, assim como para a própria empresa privada, em de fortunas fabulosas, adquiridas à custa de «com- muna popular».

SECURANÇA NACIONAL — A secretaria do Conselho de Segurança Nacional distribuiu a seguinte Nota Oficial:

NOTA OFICIAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL — A secretaria do Conselho de Segurança Nacional distribuiu a seguinte Nota Oficial:

«O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reuniu hoje no Palácio das Laranjeiras, das 16 às 19 horas, o Conselho de Segurança Nacional, para tomar as decisões políticas decorrentes da Edição do Ato Institucional nº 5.

Aberta a reunião, à qual compareceram todos os membros do Conselho, o seu Senhor Presidente da República expôs a sua finalidade principal, que era o exame conclusivo de representações do senhor Ministro da Justiça, Professor Luis Antonio da Gama e Silva, sobre cassação de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos, assim como a apoderentadoria de um membro do Poder Judiciário.

A representação do senhor Ministro da Justiça fora previamente estudada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, apresentando-se um dossiê bastante informativo das competências dos diferentes Ministérios, civis e militares.

Depois de amplo relato feito pelo General Jaime Ferreira de Melo, Secretário-Geral do CSN, dos aspectos mais importantes de cada um dos processos, o Senhor Presidente da República passou a ouvir a opinião de cada um dos presentes.

Verificou-se unanimidade na decisão de aconselhar o Senhor Presidente da República a acolher, integralmente, as representações do Senhor Ministro da Justiça, para o efeito de serem aplicadas as sanções revolucionárias indicadas no referido documento.

Ao término dos trabalhos, o Senhor Presidente da República anunciou a decisão de decretar, nos termos do Ato Institucional nº 5, a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos dos deputados federais Márcio Emanuel Ferreira Alves, Hernando de Deus Nobre Alves, David José Lehnert, Hélio Henrique Pereira Navarro, Gastone

Right Cuoghi, Mateus José Schmidt Jr, Henrique Henkin, Maurílio Figueira Ferreira Lima, José Lurtz Sablá, Renato Balma Archer da Silva e José Carlos Estelita Guerra; a suspensão dos direitos políticos, também pelo prazo de 10 (dez) anos, do Sr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda; e a suspensão dos direitos políticos igualmente por 10 (dez) anos e a apoderentadoria do Desembargador Joaquim de Sousa Neto.

Acenou o Senhor Presidente da República que as outras decisões revolucionárias, da mesma natureza, serão tomadas oportunamente, para o que voltará Sua Excelência a convocar o Conselho de Segurança Nacional.

Estiveram presentes, além do Chefe do Governo, o Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, o Ministro da Justiça, Luis Antônio da Gama e Silva; o Ministro da Marinha, Augusto Hamann Rademaker Grinewald; o Ministro do Exército, Aurelio de Lira Tavares; o Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto; o Ministro da Fazenda, Antônio Delfino Neto; o Ministro dos Trans-

portes, Mário David Andreazza; o Ministro da Agricultura, Ivo Arzua Pereira; o Ministro do Trabalho, Jarbas Gonçalves Passarinho; o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra; o Ministro da Saúde, Leonel Tavares Miranda de Albuquerque; o Ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo; o Ministro da Indústria e Comércio, Edmundo de Macedo Soares; o Ministro das Minas e Energia, José Costa Cavalcanti; o Ministro do Planejamento, Hélio Marcos Pena Beltrão; o Ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima; o Ministro das Comunicações, Carlos Purrado de Simas; e Chefe do Serviço Nacional de Informações, Emilio Garraza Médiçi.

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Gessel; o Chefe do Estado-Maior da Armada, Adalberto Barros Nunes; o Chefe do Estado-Maior do Exército, Adalberto Pereira dos Santos; o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Carlos Huet de Oliveira Samparó; e os Chefes dos Gabinetes Militar e Civil, Jaime Porteira de Melo e Rondon Pacheco».

Filiação Partidária dos Cassados

Todos os 11 deputados cassados pertenceram à extinta «Frente Ampla» e, com exceção de um único, foram eleitos sob a legenda do MDB, a saber:

- 1 — Márcio Alves — MDB
- 2 — Guanabara
- 3 — Guanabara
- 3 — David Lerer — MDB
- 3 — São Paulo
- 4) Hélio Navarro — MDB
- São Paulo
- 5) Gastoni Right — MDB
- São Paulo
- 6) Mateus Schmidt — MDB
- Rio Grande do Sul
- 7) Henrique Henkin — MDB
- Rio Grande do Sul
- 8) Ferreira Lima — MDB
- Pernambuco
- 9) Lurtz Sablá — MDB
- São Paulo
- 10) Renato Archer — MDB
- Maranhão
- 11) José Carlos Guerra — ARENA — Pernambuco.

PEDRO DANTAS Trabalho Preside

RIO, 19 — Até há bem pouco tempo, feitos os nossos homens de governo exerce na respectiva sede, em palácio, a recepção e nas salas de recepção e conferências viagens de inspeção que não se situam atribuições presidenciais. Andanças, só com deveres de representação, devidamente previstos em protocolo bastante severo, por isso há de partir da consideração de que o trabalho para os encargos presidenciais. Sob os vernos da República, era ainda possível viver alguns momentos de sua vida particular na rua como qualquer cidadão, a respeito de pessoas. Admitimos que seria difícil impossível, nos dias que correm restabelecer a vida, aliás, embelemente republicana e Depoís do Estado Novo, apenas o marechal Castelo Branco tentaram a estridido sentido: o primeiro, dispensando a estridido da dos batidores, o segundo, aproveitando os minutos para surpreender amigos íntimos e ou para comprar honradamente sua cadeira de teatro. O marechal Castelo gostava de teatro.

Também algumas reuniões informais, amigos, contavam com a sua presença, e ou jantar em ambiente descontraído. O Olimpo, por exemplo, recebeu-o diversamente almoço no amplo refatório da casa edito toco, entre intelectuais. A conversa bastante livre. O presidente mesmo a en rumo das conversas de livraria e a car Caxias matava as saudades do Ceará. A o chefe da Casa Civil, acadêmico Luis Vi pois governador da Bahia, e lá se encontr tores da amizade pessoal do marechal e entre outros, a nossa admirável Rachel de Não se confundem com a fuga as reser de governo pela prática do governo itinerar intares escapadas presidenciais. Elas as defesa contra o confinamento em estuda sidente precisa ouvir, comunicar-se, fora d leiano que, por mais que se queira deixá acaba sempre deturpado e deformado. chegado o momento de praticar atos, res mas, trazer orientações — isto é, exer dição — a mesa do papelório que as di ter onde aguardam destino e solução.

All os problemas são examinados, co ditados, estudados e, afinal, decididos, pe uma ponderação, um ato. Ordens e atos siste e se desdobra o exercício do gover

REVOLUÇÃO CASA OS BOUTELOS

DEPUTADO MARCIO MOREIRA
ALVES

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Márcio: "Geisel e Lira Escondem Torturadores"

O Sr. Márcio Moreira Alves (MDB-GB) respondeu, ontem, na Câmara, ao pronunciamento do general Ernesto Geisel, afirmando que o chefe da Casa Civil do marechal Castelo Branco, ao pretender negar a participação de militares em sevícias a presos políticos, confirmou-a, citando um documento que revela terem "decrecido" tais fatos.

O parlamentar opositor perguntou "até quando o ministro da Guerra e o ministro do STM procurarão acobertar torturadores, minoria ínfima dentro das Forças Armadas, mas criminosos que precisam ser punidos" e também "até quando haverá cúmplices para torturadores, até quando aqueles que os acobertam ficarão no STM".

NEGATIVA IMPUGNADA

O sr. Márcio Moreira Alves impugnou o desmentido do general Ernesto Geisel às torturas de presos em 1964, em Recife, dizendo: "menos em consideração ao general Ernesto Geisel, que, afinal, permitiu que os torturadores continuassem impunes, e do alto do seu cargo de chefe da Casa Militar da Presidência da República, fez com que as notícias de torturas parecessem haver sido desmentidas por sua missão, do que em consideração ao Tribunal Superior Militar, teço algumas considerações a respeito desse documento".

Afirmou, então: "É contraditório — por um lado afirma não ter havido torturas em presos políticos no Recife, mas

o fato é confirmado e evidentemente desmentido pelo próprio general Geisel, ao citar o depoimento da Comissão Civil de Inquérito que investigou o assunto nos quartéis, onde diz reconhecer que "o número de casos decresceu rapidamente logo nos primeiros dias e, praticamente, reduziu-se a quase nenhum, depois de 10 de maio, quando, inclusive, foram abertos pelo IV Exército inquéritos para puração de denúncia dos casos de maior gravidade".

TAMBÉM CONTRA LIRA

Prosseguiu o deputado Márcio Moreira Alves: "Essa comissão, que general Geisel cita em seu abono, mencionou o nome de quatro torturados. Outros depoimentos é o do atual ministro da Guerra, que disse ao "Jornal do Comércio", do Recife, que "pretendem explorar a credulidade pública, atribuindo a elementos das Forças Armadas arbitrariedades e abusos de autoridade, incompatíveis com a dignidade da função militar e o sentimento humano". Depois de três anos — prosseguiu o parlamentar — confirmam-se as torturas de Recife e, daqui a três anos, provavelmente, confirmar-se-ão as torturas de Brasília, Goiânia e Uberlândia, que denunciemos na Câmara, há uma semana". Ao concluir, indagou "até quando o ministro da Guerra e o ministro do STM, antigo chefe da Casa Militar da Presidência da República, a hierarquia do Exército, procurarão acobertar torturadores, minoria ínfima dentro das Forças Armadas, mas criminosos que precisam ser punidos?"

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

US PRO. C55.182.2. P 20
Brasília, DF, 08 Abr 68

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
(Ocorrências estudantis em Brasília e Goiânia)

1. BRASÍLIA

Dia 29 Mar - Estudantes universitários e ginásianos, estes, em sua maioria do Colégio Elefante Branco, insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB e apoiados por alguns parlamentares, cerca das 1900 horas iniciaram a passeata anteriormente proibida pela SSP que se transformou em arruaças.

À frente dos manifestantes encontravam-se os Deputados: = MÁRIO COVAS, = JÚLIA STEINBRUCH, = HERMANO ALVES, = MARTINS RODRIGUES, PAULO CAMPOS, = MATA MACHADO, = MARIANO BECK, = BERNARDO CABRAL, = MATHEUS SCHMIDT, = JOÃO HERCULINO, = MÁRIO PIVA e = HÉLIO NAVARRO. Na ocasião discursou o Dep. MÁRIO COVAS.

Posteriormente, concentraram-se na Praça 21 de Abril.

Com a intervenção da Polícia, que não utilizou arma de fogo, mas apenas jatos d'água e gás lacrimogêneo, dispersaram-se em vários grupos, para reunirem-se posteriormente em outros locais como que adotando uma tática pré-determinada (nessa altura dos acontecimentos retiraram-se os deputados). Atacaram ônibus da TCB e incendiaram carros da Polícia.

Houve concentração de manifestantes nas imediações da Casa Thomas Jefferson que foi protegida pela Polícia para evitar possível depredação de suas dependências.

Foi severamente espancado pelos estudantes o Sargento da PM MANOEL ISAAC DE OLIVEIRA (que não usou a arma que portava) e ferido a bala o bancário JOÃO FERRAZ DE LIMA. Observou-se que vários estudantes estavam armados.

O bancário foi ferido por arma, cujo calibre não coincide com o de armas usadas pela Polícia.

Após várias escaramuças, a Polícia conseguiu dispersar as concentrações realizadas e aos poucos os pequenos grupos restantes dissolveram-se.

Dias 30 e 31 Mar (Sábado e Domingo) - Os estudantes retraíram-se para a UnB, o que levou as autoridades a se manterem em expectativa.

Dia 1º Abr (2ª feira) - Concentração de estudantes na UnB (cêrca de 100 elementos).

Cidade sob tensão, em virtude dos acontecimentos.

Houve indícios de nova concentração de estudantes na Avenida W3, para nova passeata.

Informes indicavam existência de armas e coquetéis Molotov no interior da UnB.

Os estudantes criaram o território livre da Universidade de Brasília.

Dirigentes estudantis reuniram-se a portas fechadas na FEUB. Informações indicavam que elementos subversivos comandavam a reunião.

Face às informações de existência de armas e barricadas na UnB, o Secretário de Segurança determinou o bloqueio da Universidade.

Informação recebida às 2230 horas deu conta da existência de cêrca de 300 estudantes no interior da UnB; de barricada com móveis no Campus e de coquetéis Molotov.

Nesse dia os dirigentes do movimento reuniram-se para decidir se haveria passeata no dia 1º Abr ou comício dentro do Campus. Dividiram-se as opiniões. Venceu o ponto de vista do estudante agitador JOSÉ ANTÔNIO PRATES que defendeu a idéia da realização de um comício dentro do Campus, às 0900 horas do dia 2 Abr.

Nesse dia, pequenos grupos de Universitários postaram-se à frente dos Colégios da Cidade, onde distribuíram manifesto e convocaram os secundaristas para o comício previsto para a manhã (0900 horas) do dia 2 Abr no Campus da UnB.

Informações indicavam que no Colégio Elefante Branco tiveram trânsito livre tais universitários.

Conf. *Reuthe*
S. el.

CONFIDENCIAL

- 3 -

O Reitor baixou Portaria, suspendendo as aulas até o dia 5 Abr.

Como medida acauteladora, o Prefeito do DF determinou o corte dos telefones da UnB e suspendeu a circulação dos ônibus que, algumas horas após, voltaram a circular, por sua determinação.

Dia 2 Abr - Na madrugada do dia 2 Abr o Prefeito do DF foi à UnB para demover os estudantes das manifestações previstas, mas não conseguiu convencê-los.

Solicitaram ao Prefeito a retirada da Polícia que vigiava os acessos à Universidade. Após serem atendidos, ocuparam tais acessos, que passaram a ser controlados pelos próprios estudantes.

Os estudantes continuavam reunidos na UnB. Durante o dia 2 Abr, alto-falante da Universidade transmitiu marchas marciais, acusando a Polícia de prática de violência e arbitrariedades.

A pedido dos secundaristas foi adiada a inauguração da Praça, no Campus da Universidade. Foi anunciada assembléia geral para a tarde, a fim de ser analisada a situação política no País.

Tendo em vista a existência do impasse e a firme decisão dos estudantes em se manterem na Universidade reunidos, com a possibilidade de novas passeatas, e a existência de informes de que se encontravam armados e possuíam coquetéis Molotov, o Prefeito do DF, após entendimentos com o Cmt da 11ª RM determinou o planejamento de uma operação visando ocupar a UnB pela PM. Tal operação, caso houvesse insucesso, deveria ser complementada pela ação do Exército.

Às 2220 horas o Prefeito do DF tornou pública uma Nota, através de uma cadeia de estações de Rádio e TV, em que historiou todos os fatos, inclusive a ação das autoridades para solucionar o impasse e a firme determinação de não mais temporizar.

A partir desse momento vários entendimentos se processaram e os estudantes acataram as exigências das autoridades: retiraram as barricadas, evacuaram o Campus, fecharam a FEUB e suspenderam a assembléia.

Cont. *Quintela*
Suel.

CONFIDENCIAL

Dia 3 Abr - Às 0900 horas dêsse dia o Reitor da UnB informou ao Cmt da 11ª RM que as condições impostas aos estudantes tinham sido executadas. Posteriormente, informes indicaram que os estudantes estavam retornando à Universidade em pequenos grupos.

Às 2230 horas continuavam as gestões com vistas à pacificação.

O Deputado JOSÉ BONIFÁCIO comunicou o resultado da discussão entre deputados e estudantes da UnB, iniciado desde as 1230 horas.

Os universitários concordaram em não fazer passeata, mas não estavam de acôrdo com o fechamento da Federação Estudantil Universitária de Brasília (FEUB).

O Reitor da Universidade manteve-se intransigente quanto à ordem de fechamento da FEUB.

O Dep JOSÉ BONIFÁCIO, resolveu, então, encerrar sua gestão.

Permaneceram na UnB os deputados MARTINS RODRIGUES, DAVID LERER e MÁRIO COVAS.

Dia 4 Abr - Situação: completa calma.

2. GOIÂNIA

Dia 1ª Abr - Agitações em Goiânia. Escaramuças entre agitadores e Polícia, saindo ferido a bala um elemento civil.

Estudantes reuniram-se na Faculdade de Direito, com omissão total do Reitor.

Os Deputados do MDB PAULO CAMPOS e JOÃO ABRAÃO^{PN 047} agitavam o ambiente onde se encontrava o elemento ferido.

O Cmt da PM reuniu-se com o Governador e o Arcebispo.

O Arcebispo, D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS^{PN 051} solicitou a retirada da tropa que se encontrava nas ruas da cidade, como condição para parlamentar com os estudantes. Tal pretensão foi negada pelo Governador.

Às 1830 horas o Governador OTÁVIO LAGE informou ao Comando da 11ª RM que a situação estava calma e que iria falar ao povo pela TV sobre os acontecimentos ocorridos na parte da manhã. Esclareceu que o elemento baleado não era estudante e foi ferido com bala calibre 38, segundo observação através de radiografia.

Acrescentou, ainda, que a PM/GO, reprimiu as agitações usando apenas bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e fuzis com festim.

Às 2200 horas Goiânia aparentava-se calma.

Cerca das 2000 horas faleceu o elemento ferido a bala, até o momento não identificado.

Temia-se a possibilidade de atos de terrorismo na Capital.

Dia 2 Abr - Foi realizada a autópsia do elemento que faleceu, testemunhada por dois reitores, o decano dos professores de Medicina, um estudante e um médico de Brasília.

Foram encontrados dois fragmentos de bala de revólver.

Ficou a cargo da perícia a verificação do calibre.

Atrito entre estudantes e agente de Polícia que procurava prender cabeças de agitação, resultou ferimentos leves nos estudantes agitadores TELMO FARIAS e MARIA LÚCIA JAIME. O citado agente, anteriormente havia sofrido agressões e tinha sido arrastado pelas escadarias da Catedral.

Houve missa por alma do elemento que faleceu, já identificado como sendo ARNALINDO CÂNDIDO DA SILVA, de 19 anos, lavador de carro.

A missa foi rezada por D. FERNANDO. Na ocasião os estudantes distribuíram panfletos. Após o ato religioso os estudantes reuniram-se nas imediações da Igreja e fizeram dois discursos, retirando-se em seguida sem alteração.

Após a missa D. FERNANDO, retirou-se ausentando-se da cidade. Consta que vai para Aparecida, em São Paulo.

Dia 3 Abr - Sem alteração.

Cont. *[Handwritten signature]*

CONFIDENCIAL

Dia 4 Abr - Missa por alma do elemento falecido na GB.
Sem alteração.

3. OBSERVAÇÕES:

Durante os dias de agitação estudantil em Brasília foram distribuídos dois manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília e um manifesto do Partido Operário (TROTSKISTA), todos de caráter subversivo.

4. ANEXO:

- Manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília.
- Manifesto do POR (T).
- Fotografias do Sgt da PM, ferido por manifestantes em Brasília.

*Paulo
Sul*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Massacre

O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira é socorrido em Brasília por um popultre e um fotógrafo, após ser espancado por estudantes na noite de sexta-feira última



O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira, massacrado por agitadores em Brasília, terá de submeter-se a uma operação plástica no rosto

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (TROTSKISTA) - PCR(T)

O desenvolvimento das lutas revolucionárias em escala mundial, expressa na ofensiva das massas vietnamitas, no aprisionamento do navio ianqui "Pueblo", nos últimos acontecimentos no Oriente Médio, mostram o amadurecimento das condições - objetivas para a derrubada do capitalismo, imperialismo e da burocracia dos Estados Operários. Por outro lado reflete a falta de programa e organismos necessários afin de dar uma saída independente e de classe.

Neste processo ascendente da Revolução, o Vietnã se coloca como centro do movimento social, da combatividade, pois concentra e centraliza a vontade das massas mundiais em abater o que resta de capitalismo. A força do Vietnã não é apenas dele. É portanto a força dos 15 Estados Operários e das mobilizações que há dentro dos Estados capitalistas. Há principalmente nesta etapa estas manifestações - estudantis que não se dão em abstrato. Tanto na Espanha como no México, Brasil, Polônia, Alemanha, Equador, Chile ou em quase 20 países os estudantes se mobilizam não porque exista em alguns destes países intensas mobilizações operárias, mas porque sentiram a influência do Vietnã. É o caso do setor da pequena-burguesia, que não pesa na economia expressa a radicalização, a elevação da consciência do processo revolucionário, e anuncia a curto prazo que amanha as massas proletárias - sairão como direção consciente. Estes acontecimentos tem influência decisiva no papel que joga o estudante na construção de uma nova sociedade. No Brasil temos - particularmente a expressão deste processo. Primeiro, a decomposição da burguesia - sua fragmentação, as contradições internas, declaração de Gama e Silva, "afrouxo - salarial", "pacificação nacional", crise da Igreja, Frente Ampla, MDB, etc. Segundo, o ascenso das mobilizações operárias que indicam a necessidade de um programa revolucionário, de um Partido que se baseie nos Sindicatos. Daí as operárias se concentram em torno do MIA, da Carta Política do CSACCC, que significam os pontos mais elevados na luta atual pelo Governo Operário-Camponês. É necessário que incorpore no programa do MIA, as reivindicações de movimento estudantil e da pequena-burguesia. Porque o movimento estudantil por si só tem um alcance limitado. Não pode derrubar a estrutura capitalista. Para isso é de fundamental importância a aliança com outros setores explorados da sociedade: classe operária e camponato. De modo que os problemas estudantis tenham soluções operárias. Até hoje o - estudantado tem usado em suas lutas métodos proletários, como OCUPAÇÃO DA UNIVERSIDADE, reféns, apodrejoamento, etem feito conquistas que socialmente não possuem força social para assegurá-las. Toda reivindicação estudantil, quer seja alimentação, quer seja excelente necessita da mudança da estrutura social para solucioná-las. Por exemplo, no problema dos excedentes implica no Vestibular, que é uma forma de selecionar a capacidade científica dos estudantes por meios sociais e econômicas. A burguesia já não pode atender a isto. Em momento de luta dos estudantes se coloca a necessidade da DUALIDADE DE PODERES, da Autonomia Universitária, do Governo Operário-Estudantil na Universidade. X

Há que tirar um programa de classe para o movimento estudantil: controle estudantil sobre os cursos, alojamentos, restaurante, nomeação dos professores, Governo Operário-Estudantil na Universidade, aumento de salários, escala nível de salários, abaixo o arrêcho salarial, abaixo o fundo de garantia, liberdades democráticas e sindicais, pela CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES, pela ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPEONESA ESTUDANTIL, pelo PARTIDO OPERÁRIO BASEADO NOS SINDICATOS.

Fração Estudantil do PCR(T)

Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

Brasília, 2 de abril de 1933.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília a todos os estudantes do Distrito Federal e ao povo em geral.

O golpe militar, dado em abril de 64 hoje "aniversaria!"

Em meio a todos êsses acontecimentos de ascenso do nível de luta do estudantado e de completa decomposição social da burguesia no Brasil, e do imperialismo yanque, se torna bastante importante que o movimento estudantil tome posição coerente com todos êsses acontecimentos. Não é o esquema de repressão da burguesia que vai deter a marcha dos acontecimentos, vai deter a vontade combativa de toda a população de intervir na luta contra o governo criminoso instaurado a 4 anos.

Um colega nosso é assassinado na Guanabara, pelos que pregam diariamente a "democracia". Democracia de cassetetes?

Não podemos ficar alheios a essa luta que é a de todas as classes trabalhadoras. O que está acontecendo nêsse momento em nossos colégios em nossas escolas, ocorre nacionalmente. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, em todo o Brasil os estudantes estão se manifestando contra a política de isenção do governo, contra a política reacionária do governo. Daí nos unirmos às classes trabalhadoras pois só assim conseguiremos nossos objetivos. Que são os objetivos de todo o conjunto da população explorada, de todo o povo.

Conclamamos a todos que se faça passeatas,, comícios, assembléias nos colégios, greves, nêsse dia em que completa quatro ANOS o governo militar implantado no Brasil.

Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília - DCESB

CONFIDENCIAL

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília, aos estudantes do Distrito Federal e a todo o povo.

O governo militar, implantado em 64 pelos setores mais reacionários da burguesia no Brasil, acaba de matar um estudante em plena rua, mostrando sua verdadeira face. A burguesia sente que não há mais saída. E isso é apenas o princípio do que está por vir.

Em todo o Brasil os estudantes, lutam por liberdades democráticas, por melhores condições de estudo e contra a política de contenção de salários implantada pela ditadura, transformações das Universidades em fundações (MEC-USAIDE) etc. A classe dominante não tem interesse em aumentar o número de escolas, melhorar as condições de alimentação, saúde, habitação, ou dar combate ao analfabetismo.

O assassinato de um colega secundarista, assim como de outros assassinatos que não "puderam" tornar-se público é a demonstração clara e precisa de qual o caminho que devemos tomar.

O problema não é do estudante do Calabouço, do estudante secundarista ou do universitário. O problema é de todas as classes exploradas. Porque a solução desse problema está concretamente na união dos estudantes com todos os setores explorados da população.

Esse acontecimento não vem por acaso. Em todo o mundo os estudantes saem à rua na luta por reivindicações do conjunto da população explorada. Seja em Roma, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Polônia, EM TODO O MUNDO!

Quando os estudantes saem às ruas pedindo melhores condições para viver ele está empenhado numa luta que não é só nossa, dos estudantes. Não vamos lamentar o colega morto, morreu um companheiro de luta e como ele morrerão muitos outros companheiros. A hora é de UNIÃO é de todos os que estão empenhados nesta luta. As nossas armas são nossa luta e nosso PROGRAMA. As armas policiais não nos amedrontam. Nós somos a maioria que organizada vencerá na luta pelo progresso humano. Nada nos impedirá nesse.

É necessário que todos os estudantes, secundaristas e universitários, unidos, levem avante essa luta, como tem avançado até agora. A passeata dos calouros de 68, aqui em Brasília, mostrou claramente que a luta não é apenas dos estudantes, mas do povo brasileiro. E que nossos objetivos são os mesmos de todos os povos na luta por sua libertação das travas que até agora nos oprimem, como no VIETNAM, onde todos lutam para expulsar o imperialismo.

Na atual etapa todo o estudiantado deve se nuclear em torno dos organismos que levam essa luta nacionalmente. Seja a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE). E localmente o Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília (DCESE), e a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB).

Conclanamos a todos os colegas que se empenhem com todas as forças para o alcance de nossos objetivos. Objetivos que não são dos estudantes somente. E os quais só se alcançará quando unido a toda a população explorada.

CONFIDENCIAL

(Fis - 2-)

da. Conclamamos a todos a lutar de todas as formas: passeatas, comícios, greves e chamando a população a participar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a entrarem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando neste sentido e contra todos esses imundos cometidos pelo governo militar.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DE BRASÍLIA - DCESEB

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

Em 06 FEV 1968

~~2ª DIVISÃO S.S.I.~~

~~D-2/DF~~

CIE/ADF

INFORME N.º 093

1. ASSUNTO:..... Verba para Centro Acadêmico
2. ORIGEM:..... SSP/RS (Info nº 48/68, de 29 Jan 68, da DOPS/DF)
3. CLASSIFICAÇÃO:..... -
4. DIFUSÃO:..... CIE - P: r/25.g.-r/09.a.-r/17-r/22
5. DIFUSÃO ANTERIOR... SNI/ABSB - 11ª RM

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

0 "Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de São Leopoldo (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de 20 milhões de cruzeiros velhos, destinados àquêle Centro Acadêmico.

Procedidas diligências, constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papéis para recebimento da referida verba; também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade".

5-11

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968

INFORMAÇÃO Nº 204

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ABSB (Info 108/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/25.e - E/40 - N/18
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - DO/DPF

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. ~~MARTINS RODRIGUES~~ na qual compareceram:
- JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
 - MARIANO BECK (MDB/RGS)
 - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
 - OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE)
 - HERMANO ALVES (MDB/GB)
 - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presentes à reunião que o Cel GERALDO, da PM de Minas, estará atento em Governador Valadares.

*Recebido
S-ec.*

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
2.ª DIVISÃO — S S I
D 2/DF

Em 11 SET 1967

DIFUSÃO: D/2-Rio - P: E/25.a. - E/17 - N/20 - N/10

INFORMAÇÃO N.º 593

- Cópia abaixo, do pronunciamento efetuado em 1.º do corrente pelo Deputado Federal MARIANO BECK - MDB-RS - em favor de LEONEL BRIZOLA.

- O aludido pronunciamento não será publicado no Diário do Congresso, a fim de se evitar que a tribuna da Câmara Federal venha a se tornar porta-voz de subversivos e corruptos cassados.

"- EXPLICAÇÃO PESSOAL -

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exilado neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País. Trata-se do ex-Governador do Rio Grande do Sul - LEONEL BRIZOLA, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr Presidente, o Sr LEONEL BRIZOLA, de quem sou amigo, do qual fui colega de Governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General ERNESTO DORNELLES, e do qual fui Secretário da Educação no seu grande Governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário uruguaio "A Verdade", a declaração que vou lêr para conhecimento da Casa e para que fique constando dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte a declaração a que me refiro:

"Sr Diretor do Diário "A Verdade".

- A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso País me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V Excia a atenção de publicar as seguintes declarações:

1.º - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam.

Cont...

CONFIDENCIAL

(Continuação da informação nº 543 -D/2-DF, de 11 SET 1967)

Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim tem ocorrido desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos.

Provas mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa ridícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo esses patriotas para manter-se.

Faz aproximadamente um ano que se fêz necessária comunicação ao Sr Chefe de Polícia de Montevideu, oferecendo-se aquêles local às autoridades para que Nêle pudessem entrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como a que ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o direito de defesa, estou certo de que pretendem, estou seguro de que o que pretendem aquêles que me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de exilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascidos de correntes e grupos de patriotas, de democratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fóra e financiados com o dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que HITLER empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se.

Em segundo lugar, pretendem também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-me com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com êste tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois, desgrazadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas coisas, porém esta é a triste realidade do meu País.

"Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como a diabo da cruz. Em meu País, milhões de seres humanos vivem apenas tolerados e milhões impedidos de circular livremente.

Cont. X-111
CONFIDENCIAL

11 SET 1967

Entretanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, tôda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar atravessa e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem protegidos pelas autoridades. É o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos e de criar-nos dificuldades. Atenciosamente, LEONEL BRIZOLA". " -.-.-.-.-.

L. Brizola
T-ee

SECRETETO

Nº. PRO. CSS. 182.2, P. 36

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO

GM 2

- 1. ASSUNTO..... ELY GOMES GONÇALVES
- 2. ORIGEM..... ZONAER 5
- 3. CLASSIFICAÇÃO.. A-2
- 4. DIFUSÃO..... D-2 - CNB - DOPS.
- 5. DIFUSÃO ANTERIOR: GABAER - SNI - EME - CENIMAR



INFORME Nº 357 /GM-2

Em 05 AGO 65

Esta SEÇÃO tomou conhecimento do seguinte informe:

- N/C
- 1. ELY GOMES GONÇALVES, 27 anos, declarou que em suas viagens às cidades de COLONIA e MONTEVIDEU, ROU, e portador de instruções de LEO NEL BRIZOLA ao Deputado MARIANO BECK, e a uma pessoa importante do Palácio Pratini.
 - 2. Declarou também que têm sido transportado de automóvel até LIVRAMENTO por Cr\$ 120.000, de onde facilmente é transportado a ROU.
 - Que tem viajado no avião de LEONEL BRIZOLA, que se encontra na localidade de VICHADEIRO/ROU.
 - Que existem na cidade de ARTIGAS, dois advogados que transmitem ordens de LB.
 - Que as mensagens de LB "estavam na sua cabeça", e se fôsse preso deveria declarar que fazia as declarações por exibição.
 - 3. ELY foi preso em LIVRAMENTO, tendo sido trazido para esta Capital, onde foi ouvido na DOPS.

.....

Arquivos

SECRETETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2ª SEÇÃO

Nº. PROC. 55.182.2, P. 37

CONFIDENCIAL

1. ASSUNTO : "Frente Ampla"
2. ORIGEM : SS/P- RS
3. CLASSIF : - - -
4. DIFUSÃO : SNI/ARJ - EME - CE NINAR - G
5. CLASSIF ANT: - - -
6. DIFUSÃO ANT: GABAER - BOEG - BAGO - DEBAER PL - ZONAER 3

INFORMAÇÃO Nº 175/EMAER

(16 Jun 67)

- "FRENTE-AMPLA" - Em função dessa "Campanha" dos "Cassados" pela Revolução, esteve no município de Lesteio em contatos com elementos do MDB, o Deputado Federal Dr HENRIQUE HENKIN, durante todo o dia 27 próximo passado (maio); várias foram as reuniões realizadas, inclusive a denominada "ALA-MOÇA" do extinto PTB.
- Pelo que foi possível colher, existe um movimento de rearticulação de elementos mais ligados a Brizola, pois as vacilações de Jango foram aventadas com sérias críticas. Os motivos dessa nova diretriz, vem de encontro aos movimentos sindicalistas que deverão ser ativados através da atuação do Ministro PASCALINHO, integrante do atual Governo. Várias resoluções foram tomadas para REVIVER A FORÇA TRABALHISTA, um tanto apáticas pelas recentes Atos Institucionais.
- Revelou-se na ocasião, que MARIANO BUCKER recebeu plenos poderes inclusive para reformular os "quadros" políticos em nosso Estado no que se refere ao Partido; que os movimentos estudantis em nosso País vêm merecendo uma atenção especial por parte do MDB, na orientação de Brizola.
- Elementos de maior importância virão reforçar esta informação, assim que derem início as pequenas reuniões que foram determinadas pelo emissário federal que veio para isso, ao município de Lesteio/RS.

Original no HENRIQUE HENKIN

CONFIDENCIAL

fls. 2.

João Mandelli Filho - Federal. Concorreu à reeleição e obteve espetacular votação. Está em ativa recuperação de liderança. Envolvido em diversas, sempre revolucionárias, já recebeu, na Câmara Federal, a notificação de seu processo. O Presidente da Câmara, Dep. Adauto Lúcio Cardoso, tem aprovado o pedido que a Justiça lhe encaminhara para a obtenção de licença para o respectivo processo. Está reeleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

MARIANO BERTI : - Aparentemente, ingênuo e puramente clericalista interessado. Foi candidato a Prefeito de Porto Alegre, pelo extinto PRB, logo após a Revolução. Figura de mais estreita intimidade de Leonel Brizola, em cujas gestões ocupou, sempre, posições relevantes. Em 1951, quando da revolução de Júlio, foi comandante da resistência civil, que tinha o seu QG no edifício de Meta Borrão, à Av. Borges de Medeiros, em P. Alegre. Naquela ocasião, lançou vários manifestos mimeografados e que foram lidos ao microfone da Câmara de Legalidade, de então. Concluiu o povo a se levantar em armas. Tem excepcionais condições de reaglutinar as forças Brizolistas, em cujo meio deturta de invulgar influência. Veja-se sua embaçante votação, especialmente, a Porto Alegre. É candidato natural da facção Brizolista, inscrita no M.D.B. à Prefeitura de Porto Alegre, no pleito do ano que vem. A Prefeitura de Porto Alegre é o caminho certo ao Governo do Estado, conforme nos demonstra a história. As consequências de sua ação são imprevisíveis. Está eleito Deputado Federal, e, consequentemente, com condições para fazer ao País, o orgânico e heroico.

.....

GUARINO VIANI : - Comunista confesso e reconhecido no Estado como capaz de agir, especificamente, em seu meio político. Homem dinâmico e poroso, foi jáde nas lutas internas de sindicatos e obreiros.

.....

MATEUS BOMFIM : - Homem de esquerda, ativo e solerte. Estava preso em C. obreira do Sul, pelo 3º Grupo de Obuses. Tem condições de receber os elementos políticos para a revanche que espera e pela qual se bate. M.D.B.

.....

RAMIR ROBERTI : - Exerce liderança de esquerda, embora seja homem de dinheiro. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

GRAVIO CARLOS BROCHADO DA ROCHA : - Tave toda a sua campanha política apoiada por seu tio, o senador Dr. João Coruja, homem forte do antigo PRB, ex-vice-presidente da SUFR. Também foi seu tutor político o senador Dr. Agnaldo de Lemos, seu companheiro de banca advocatícia. Recebeu, desde a estagnação, a cobertura política do Ex-Prefeito de Porto Alegre, senhor Serrano Caldas, com cuja esposa (Terexinha Caldas) fez dobradinha eleitoral. Ambos obtiveram entoadora votação, embora sua condição de debilitados. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B. É filho de falecido Dr. Francisco Brochado

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
 SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
 2ª SEÇÃO

CONFIDENCIAL



- 1. ASSUNTO : "Frente Ampla"
- 2. ORIGEM : SS/P- RS
- 3. CLASSIF : - - -
- 4. DIFUSÃO : SMI/ARJ - ZME - CE NIMAR - G
- 5. CLASSIF ANT: - - -
- 6. DIFUSÃO ANT: GABAER - BOEG - BACC - DEBAER FL - ZOWASR 5.

INFORMAÇÃO Nº 175/EMAER

(16 Jun 67)

- "FRENTE-AMPLA" - Em função dessa "Campanha" dos "Cassados" pela Revolução, esteve no município de Estrela em contatos com elementos do MDB, o Deputado Federal Dr HENRIQUE HENKIN, durante todo o dia 27 próximo passado (maio); várias foram as reuniões realizadas, inclusive a denominada "ALA-KOÇA" do extinto PCB.
- Pelo que foi possível colher, existe um movimento de rearticulação de elementos mais ligados a Brizola, pois as mobilizações de Jango foram aventadas com sérias críticas. Os motivos dessa nova diretriz, vem de encontro aos movimentos sindicalistas que deverão ser ativados através da atuação do Ministro PASSARINHO, integrante do atual Governo. Várias resoluções foram tomadas para REVIVER A FORÇA TRABALHISTA, um tanto apáticas pelas recentes Atos Institucionais.
- Revelou-se na ocasião, que MARIANO BACKER recebeu plenos poderes inclusive para reformular os "quadros" políticos em nosso Estado no que se refere ao partido; que os movimentos estudantis em nosso País vêm merecendo uma atenção especial por parte do MDB, na orientação de Brizola.
- Elementos de maior importância virão reforçar esta informação, assim que derem início as pequenas reuniões que foram determinadas pelo emissário federal que vai para isso, ao município de Estrela/RS.

Inquirir no HENRIQUE HENKIN

Confidencial

Fla. 3.

José Landelli Filho - Federal. Corcorrou à reeleição e obteve espetacular votação. Está em ativa recuperação de liderança. Envolvido em surtos, contra revolução, já recebeu, na Câmara Federal, a notificação de seu processo. O Presidente da Câmara, Dep. Adauto Lúcio Cardoso, tem engavetado e pedida que a Justiça lhe enxarinhara para a obtenção da licença para o respectivo processo. Está reeleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

MARIANO BUCK - Aparentemente, ingênuo e puro clericalista interessado. Foi candidato a Prefeito de Porto Alegre, pelo extinto PTB, logo após a Revolução. Figura de mais estreita intimidade de Leonel Brizola, em cujos governos ocupou, sempre, posições relevantes. Em 1961, quando de reunião do Júri, foi comandante da resistência civil, que tinha o seu QG no Edifício do Mata Barrão, à Av. Borges de Medeiros, em P. Alegre. Naquela ocasião, lançou vários manifestos miniafadas e que foram lidos no hierfano, da Cadeia de Legislação, de então. Conclama o povo a se levantar em armas. Tem excepcionais condições de reaglutinar as áreas Brizolistas, em cujo meio usufruta de invulgar influência. Veja-se sua exuberante votação, especialmente, em Porto Alegre. É candidato natural da fregião Brizolista, no M.D.B., à Prefeitura de Porto Alegre, no pleito de ano que vem. A Prefeitura de Porto Alegre é o caminho certo ao Governo do Estado, conforme nos demonstra a história. As consequências de sua ação são imprevisíveis. Está eleito Deputado Federal, e, conseqüentemente, em condições para falar no País. É orgânico e háptico.

.....

STIVALDO VIAS - Comunista confesso e reconhecido no Estado como capaz de agir, especificamente, em seu meio político. Homem dinâmico e háptico, faz jado nas lutas internas de sindicatos e obreiros.

.....

MATEUS SCHNEIDER - Homem de esquerda, ativo e solerto. Estava preso em Caxoeira do Sul, pelo 3º Grupo de Ombres. Tem condições de reavivar os elementos políticos para a revancha, que obrega e pela qual se beta. M.D.B.

.....

HAYR ROBERTI - Exerce liderança de esquerda, embora seja homem de dinheiro. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

STAVIO CARUSO BROCHADO DA ROCHA - Teve toda a sua campanha política apoiada por seu tio, o gangaço Dr. João Caruso, homem forte de antigo PTB, ex-Superintendente da SMIRA. Também foi seu tutor político o gangaço Dr. Ajadi de Lemos, seu companheiro de banca advocatícia. Recebeu, direta e ostensivamente, a cobertura política do Ex-Prefeito de Porto Alegre, com o terreno terreno terreno, com cuja esposa (Terezinha Chaves) fez candidatura eleitoral. Ambos obtiveram estrondosa votação, embora sua condição de debatientes. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B. É filho do falecido Dr. Francisco Brochado.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
 SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
 2ª SEÇÃO

CONFIDENCIAL

1. ASSUNTO : "Frente Ampla"
2. ORIGEM : SS/P- RS
3. CLASSIF : - - -
4. DIFUSÃO : SNI/ARJ - EME - CE NIMAR - G
5. CLASSIF ANT: - - -
6. DIFUSÃO ANT: GABAER - BOEC - BACO - DEBAER FL - ZONAER 5

INFORMAÇÃO Nº 175/EMAER

(16 Jun 67)

- "FRONTE-AMPLA" - Em função dessa "Campanha" dos "Casados" pela Revolução, esteve no município de Estrela em contatos com elementos do MDB, o Deputado Federal Dr HENRIQUE HENKIN, durante todo o dia 27 próximo passado (maio); várias foram as reuniões realizadas, inclusive a denominada "ALA-MOÇA" do extinto PSD.
- Pelo que foi possível colher, existe um movimento de rearticulação de elementos mais ligados a Brisola, pois as vacilações de Jango foram aventadas com sérias críticas. Os motivos dessa nova diretriz, vem de encontro aos movimentos socialistas que deverão ser ativados através da atuação do Ministro FASSALINO, integrante do atual Governo. Várias resoluções foram tomadas para REVIVER A FORÇA TRABALHISTA, um tanto apáticas pelas recentes Atos Institucionais.
- Revelou-se na ocasião, que MARIANO BACKER recebeu plenos poderes inclusive para reformular os "quadros" políticos da nossa Estrela, no que se refere ao Partido; que os movimentos estudantis em nosso País vêm merecendo uma atenção especial por parte do MDB, face orientação de Brisola.
- Elementos de maior importância virão reforçar esta informação, assim que deram início as pequenas reuniões que foram determinadas pelo emissário federal que veio para isso, ao município de Estrela/RS.

Original no HENRIQUE HENKIN

Confidencial

Fig. 2.

João Manoel Filho - Federal, caracterizou a reeleição e obteve esmagadora votação. Está em ativa recuperação de liderança. Envolvido em diversas, contra revolução, já recebeu, na Câmara Federal, a notificação de seu processo. O Presidente da Câmara, Dep. Adauto Lúcio Cardoso, tem engratado o pedido que a Justiça lhe expedir para a obtenção de licença para o respectivo processo. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

MARTINO PEREIRA : - Aparentemente, inábil é yuroclericalista interesseiro. Foi candidato a Prefeito de Porto Alegre, pelo extinto PTB, logo após a Revolução. Figura da mais estreita intimidade de Leonel Brizola, em cujos governos ocupou, sempre, posições relevantes. Em 1961, quando da fundação de Jânio, foi candidato da política civil, que tinha o seu QG no Palácio de Nata Barrão, à Av. Borges de Medeiros, em P. Alegre. Naquela ocasião, lançou vários manifestos minigráficos e que foram lidos no Riofons, da Cadeia de Legalidade, de então. Condição o povo a se levantar em arma. Tem excepcionais condições de reaglutinar os áres Brizolistas, em cujo meio profreza de invadir influência. Veja-se sua exuberante votação, especificamente, em P. Alegre, é candidato natural da facção Brizolista, majoritária no M.D.B. A Prefeitura de Porto Alegre, no pleito de ano que vem. A Prefeitura de Porto Alegre é o caminho certo ao Governo do Estado, conforme nos demonstra a história. As consequências de sua ação são imprevisíveis. Está eleito Deputado Federal, e, consequentemente, uma condição para falar no País. É um lutivo e heróico.

.....

OSVALDO PIRES - Comunista confesso e reconhecido no Estado como chefe de agit, especificamente, em seu meio político. Homem dinâmico e parafuso, forjado nas lutas internas de sindicatos e obreiros.

.....

MARCOS BENEVIDES : - Homem de esquerda, ativo e solerte. Esteve preso em Cadeia de Sai, pelo 3º Grupo de Causas. Tem condições de reavivar os elementos políticos para a revanche que espera e pela qual se bate. M.D.B.

.....

MARIE ROBERTI - Exercer liderança de esquerda, embora seja homem de caráter. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B.

.....

OSVALDO CARNEIRO BROCENHO DA ROCHA : - Teme toda a sua, propensão política apela da por seu tio, o grande Dr. João Carneiro, homem forte do antigo PTB, ex-Superintendente da SUFRAMA. Também foi seu tutor político é o grande Dr. João de Lacerda, seu companheiro de banca advocatícia. Recebeu, direta e extensivamente, a cobertura política do Dr. Prefeito de Porto Alegre, senhor Gereno Chaise, com cuja esposa (Teresinha Chaise) fez dobradinha eleitoral. Ambos obtiveram esmagadora votação, embora sua condição de deputados. Está eleito Deputado Federal pelo M.D.B. É filho do falecido Dr. Francisco Broceno

SECRETO

Ministério da Guerra
III Exército
Quartel General
Estado Maior - 2.a Secção

Porto Alegre, RS Em 12 Mai 67

FICHADO
Em 29/5/1967

P. 23B/67

- 1. ASSUNTO: Mariano Beck
- 2. ORIGEM: III Ex
- 3. CLASSIFICAÇÃO: -
- 4. DIFUSÃO: Gab M Ex - EME
- 5. REFERÊNCIA -

INFORMAÇÃO Nº 370 E2/67

O deputado federal MARINHO BECK esteve em MONTEVIDÉU onde manteve contatos (cópia termo fax anexa).

*
*



MG - UAM - D2
 PROTOCOLO
 N.º 1386/SST
 Em 16 de maio de 1967
 Providências Fichar
 Cópia do termo fax anexo
 para remeter à Sec CSN
 e SNI. Arquivar
 [Handwritten signature]

Info nº 175/67, aos CSN - SNI/ARS

SECRETO

judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como a que ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o diretor de defesa, estou certo de que pretendem estar seguros de que o que pretendem aqueles que me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de / inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascidos de correntes e grupos de patriotas, de demovratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fóra e financiados com o dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-se com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com este tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois, desgraçadamente, em meu país, todas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas / coisas, porém esta é a triste realidade do meu país.

"Com a qual não está de acordo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como a diabo da cruz. Em meu país, milhões de seres humanos vivem apenas / tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entre tanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, toda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar atravessa e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem / protegidos pelas autoridades. É o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos, e de criar-nos dificuldades. Atenciosamente, Leonel Brizola".

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO MARIANO BECK - MDB-RS - EFETUADO EM 1º de Setembro de 1967, da Tribuna da Câmara Federal, em favor / do Cassado LEONEL BRIZOLA:-

1608

- Explicação Pessoal -

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exila do neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País. Trata-se do Ex Governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr. Presidente, o Sr Leonel Brizola, de quem sou amigo, de qual fui colega de Governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General ERNESTO DORNELLES, e do qual fui Secretário da Educação no seu grande Governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário urugauio "A Verdade", a declaração que vou lêr para conhecimento da Casa e para que fique constando dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte a declaração a que me refiro:

"Sr. Diretor do diário "A Verdade".

- A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V. Excia. a atenção de publicar as seguintes declarações:

1º - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito / de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim tem ocorrido / desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. / Provas mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa redícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobre vivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo esses patriotas para manter-se.

Faz aproximadamente um ano que se faz necessária comunicação ao Sr. Chefe de Polícia de Montevideo, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem antrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
DIVISÃO
D2/DF
CIE/ADF

Em 06 FEV 1968

1608

INFORME N.º 093

1. ASSUNTO: Verba para Centro Acadêmico
2. ORIGEM: SSP/RS (Info. nº 48/68, de 29 Jan 68, da DOPS/DF)
3. CLASSIFICAÇÃO: -
4. DIFUSÃO: CIE -
5. DIFUSÃO ANTERIOR: SNI/ABSB - 11ª RM

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de São Leopoldo (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de 20 milhões de cruzeiros velhos, destinados àquêl Centro Acadêmico.

Procedidas diligências, constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papéis para recebimento da referida verba; também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade".

*
-al

12

M. Ex - G. M. CIE
PROTOCOLO
N.º 838
Em 7 de Fev de 1968
Providências - Fichas
- Pasta XVI Estu
Cartel

1608 (R)

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO — 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 12 de março de 1968

- 1. ASSUNTO - Verba para Centro Acadêmico
- 2. ORIGEM - (DOPS/DF) - 11aRM
- 3. CLASSIFICAÇÃO - -
- 4. DIFUSÃO CIE - ARQ
- 5. DIFUSÃO ORIGEM - I Ex
- 6. ANEXO - -
- 7. REFERENCIA - Info nº 068/68, 12 Fev 68, 11a RM.

M. Ex. - C. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 1557
 Em 13 de Março de 1968
 Providências Dif III Ex
 Fidei - Arquivar
 Bento
 al.

INFORMAÇÃO Nº 155 CH/68

Esta agência informa o seguinte:

- "Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK, comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de SÃO LEOPOLDO (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de vinte milhões de cruzeiros velhos, destinados aquêle Centro Acadêmico.

Procedidas diligências constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papeis para recebimento da referida verba, também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade."

.....

Laço nº 529 de 19/3/68, ao III Ex



CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ALT

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968
N8. PRO.CSS 182.2

INFORMAÇÃO Nº 1

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ABSE (Info 108/68)
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - GB/2 - DC/DIT

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. MARTINS RODRIGUES na qual compareceram:
 - JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
 - MARILYN BECK (MDB/RS)
 - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
 - OSWALDO LIMA FILHO (MDB/RS)
 - HERMAMO ALVES (MDB/GB)
 - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presente à reunião que o Cel GERALDO da PM de Minas estava atento em Governador Valadares.

1 1 1 1 1
1 1 1
1

BRUNINI

Deputado MÁRIO BECK

Face aos acontecimentos havidos no Calabouço, o Deputado HERMANO ALVES declarou o seguinte: "ESSA NOVA CENA DE VANDALISMO HÁ DE SE PERPETUAR NA MEMÓRIA DA NAÇÃO. É UM DESAFIO, UMA CONCLAMAÇÃO PARA QUE RESISTAM CONTRA A DITA DURA".

(Transcrito do Jornal TRIBUNA DA IMPRENSA).
Abr 68

Ministério do Exército
 Gabinete do Ministro
 Escalão Avançado
 CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla
 ORIGEM..... SNI/ASSB (Info 145/68) ||
 DIFUSÃO CIE
 DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - CM/2

 Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - Na residência do Dep Pe. CODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 6ª feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e conseqüente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSÉ MARIA MAGALHÃES, HERMÃO ALVES, MARCIO MOREIRA ALVES, MÁRIO COVAS, LÍCIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARINHO, que entre outros assuntos decidiram:
- criar um novo movimento com sigla diferente;
 - impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
 - solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J. GOULART;
 - realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
 - Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep MARIANO LECK da que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente à responsabilidade do MDB."

I I I I I

I I I

BOSIARDIN

Alguns dados interessantes para
 o RPI.
 May

1608

MARIANO BECK

- Deputado.

- Esteve no dia 29 Mar 68 em Brasília, à frente da passeata dos estudantes universitários e ginásianos insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB, apoiando os manifestantes.

(REI, de 8 Abr 68, do CIE/ADF)

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
I EXERCÍTO — 2ª SEÇÃO

RIO, GR. 18, JUN, 1964

- 1. ASSUNTO : Movimento Sindical - Estudantil.
- 2. ORIGEM : -
- 3. CLASSIFICAÇÃO : -
- 4. DIFUSÃO : -
- 5. EFE DESE ORIGEM : -
- 6. ANEXO : -
- 7. REFERÊNCIA : -

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE Nº. 105 de 1964.

d. São citados, como possíveis líderes políticos, capazes de dirigir as massas agitadas, entre outros os seguintes:

- LEONEL PRIZOLA
- MIGUEL ARRALES
- CARLOS LACHERDA
- MÁRIO COVAS
- HERMÃO ALVES
- MARTINO
- JOSÉ MARTINS RODRIGUES
- OSVALDO LIMA FILHO
- CÂNDIDO BRACÃO
- OSVALDO PACHECO DA SILVA
- JUCCELINO FUNDISTOR DE OLIVEIRA
- JOÃO GOULART.

Quanto aos exilados acima citados, surgirão no País na hora

2. DADOS SOLICITADOS:

- a. Veracidade dos fatos;
- b. Aprofundamento;
- c. Outros dados julgados úteis.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO



MINISTÉRIO DA MARINHA

EMA

Superior

Inte

Órgão

5º DN

INFORME / INFORMAÇÃO

DATA 5 / 11 / 19.68 Nº. 0067

ORIGEM Informante

REFERÊNCIA Inf 47-24/10/68 GrupFNUrug.

DISSEMINAÇÃO CENIMAR

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	F
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR CGCFN/5º DN/2ª DC/

PARA ADICCS - País de origem... XXX

País/área a que se refere... XXX

- Consta que o Deputado Federal "JOSÉ MARIANO BECK", discursou na rádio de TRÊS PASSOS, região de ALTO URUGUAI, com grande repercussão naquela área.
- Atacou duramente o Governo e Fôrças Armadas, concitou a população a se preparar para receber "JANGO" e "BRIZOLA", afirmando ainda que o "REGIME DITATORIAL", acabará brevemente.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

FICHADO

GRAU DE SIGILO

DATA 18/11/1968

Nº 0522

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
CREÇÃO SUPERIOR
CENIMAR
CREÇÃO

ORIGEM XXX
REFERÊNCIA XXX
DISSEMINAÇÃO GMM - CEMA - SNI/A RJ - CIE -
2ª SEC - EMAer. - DSI/MJ - CENIMAR.

INFORME / INFORMAÇÃO / PED. EXC. X

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	F
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem País/área a que se refere

1) - Este CENIMAR transmite em anexo, cópia do INFORME nº 0067/68, de 5 de novembro de 1968, do Comando do 5º Distrito Naval. -x-x-x-x-

---ooOoo---

Spis

M. Ex - G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 9484
 Em 20 de NOV de 1968
 Providências *III Ex*
 Ar. don. *III Ex*
Flavio

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 (Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
 para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):

Sup. nº 952/S-102-01E, de 28/11/68, ao III Ex

20/xi/68

5317

Governadores lançam manifesto sobre crise

São Paulo (Suzival) — Os Governadores que retornaram da Convenção da ARENA depois à recuperação de atividade política preparam agora um manifesto em que, aludir a licenças políticas e militares, evidenciará a importância das soluções rápidas para os principais problemas do País.

Essa informação foi dada por políticos da área federal que passaram o fim de semana em São Paulo. No documento seria feita uma análise da situação, com propostas viáveis de solução, procurando atender fundamentalmente às necessidades de desenvolvimento do País e as reivindicações populares.

FALTA DE PERSPECTIVA

No entendimento dos possivelmente assinantes do manifesto em elaboração, o principal problema do momento no panorama nacional seria "a total falta de perspectiva em que se encontram, não só a classe política, mas a quase totalidade da nação". A perplexidade em que ficou o Governo federal diante da massiva festação popular da semana passada, no Rio, teria servido de exemplo e de advertência para a necessidade do encontro de soluções rápidas e eficazes para as crises cíclicas — "cuja frequência aumenta constantemente".

O documento seria apresentado ao Presidente da República, a título de colaboração. Caso o Governo federal não

concordasse em adotar as medidas apresentadas, os Governadores de Estado e as forças políticas a eles ligadas iniciariam, em suas regiões, a aplicação das fórmulas preconizadas, que tendem para uma abertura em diversos campos, especialmente o político e o econômico. Essa eventual atitude não teria o caráter de rebelião, pois no entender de seus promotores constitui o único meio eficaz e democrático de reduzir a tensão em que se encontra o País fortalecendo o Governo federal.

REFORMA AGRÁRIA

O Governador de Pernambuco, Sr. Nilo Coelho, em entrevista coletiva, afirmou ontem participar do pensamento de outros Governadores que consideram necessária a adoção de algumas medidas liberalizantes. Declarou ter participado, durante a Convenção da ARENA, de um encontro do Presidente da República com mais dez Governadores, "que tiveram com ele uma conversa leal e franca".

— Na fase de transição que atravessamos — prosseguiu — todos os problemas têm de ter uma velocidade de solução maior. A nossa principal crise — a do desenvolvimento — necessita de medidas rápidas para ser superada. Pessoalmente, tratei com o Marechal Costa e Silva da questão da reforma agrária, a meu ver o maior problema do Nordeste.

Pedidos de Krieger já foram acolhidos

O Presidente da ARENA, Senador Daniel Krieger, que manteve sucessivos contatos com o Chefe da Casa Civil, Sr. Rondon Pacheco, disse ontem que nada mais tem a reivindicar do Governo, em face da decisão do Presidente da República em acolher todo o elenco de sugestões apresentado na moção aprovada pela Convenção Nacional do Partido.

Segundo revela o senador gaúcho, a direção do Partido oficial está plenamente satisfeita com as decisões do Governo, que não somente submeteu a elementos credenciados da ARENA o debate do Plano Trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, como ainda convidará arenistas para participarem do grupo de trabalho que setudará a reforma do ensino.

Governadores lançarão manifesto sobre crise

São Paulo (Sucreal) — Os Governadores que retornaram da Convenção da ARENA despois da reanimação da atividade política prepararam agora um manifesto em que, aludindo a lideranças políticas e militares, evidenciará a importância das soluções rápidas para os principais problemas do País.

Essa informação foi dada por políticos da área federal que passaram o fim de semana em São Paulo. No documento seria feita uma análise da situação, com propostas viáveis de solução, procurando atender fundamentalmente às necessidades de desenvolvimento do País e às reivindicações populares.

FALTA DE PERSPECTIVA

No entendimento dos principais dirigentes do manifesto em elaboração, o principal problema do momento no panorama nacional seria "a total falta de perspectiva em que se encontram não só a vida política, mas a quase totalidade da nação". A perplexidade em que ficou o Governo federal diante da maré festiva popular da semana passada, no Rio, teria servido de exemplo e de advertência para a necessidade do encontro de soluções rápidas e eficazes para as crises nacionais — "cuja frequência aumenta constantemente".

O documento seria apresentado ao Presidente da República, a título de colaboração. Caso o Governo federal não

concordasse em adotar as sugestões apresentadas, os Governadores de Estado e as forças políticas a eles ligadas insistiriam, em suas regiões, a aplicação das fórmulas preconizadas, que fomenta para uma abertura em diversos setores, especialmente o político e o econômico. Esse eventual atitude não teria o caráter de rebelião, pois no entendimento de seus promotores constitui o único meio eficaz e democrático de reduzir a tensão em que se encontra o País, frustrando o Governo federal.

REFORMA AGRÁRIA

O Governador de Pernambuco, Sr. Nilo Osório, em entrevista coletiva, confirmou ontem participar de pensamento de outros Governadores que consideram necessária a adoção de "algumas medidas liberalizantes". Declarou ter participado, durante a Convenção da ARENA, de um encontro do Presidente da República com mais dez Governadores, "que tiveram com ele uma conversa real e franca".

— Na fase de transição que atravessamos — prosseguiu — todos os problemas têm de ter uma velocidade de solução maior. A nossa principal crise — a do desenvolvimento — necessita de medidas rápidas para ser superada. Pessoalmente, tratei com o Marechal Costa e Silva da questão da reforma agrária, a meu ver o maior problema do Nordeste.

Pedidos de Krieger já foram acolhidos

O Presidente da ARENA, Senador Daniel Krieger, que manteve sucessivos contatos com o Chefe da Casa Civil, Sr. Rondon Pacheco, disse ontem que nada mais tem a reivindicar do Governo, em face da decisão do Presidente da República em acolher todo o elenco de sugestões apresentado na moção aprovada pela Convenção Nacional do Partido.

Segundo revela o senador gaúcho, a direção do Partido oficial está plenamente satisfeita com as decisões do Governo, que não somente submeterá a elementos credenciados da ARENA o debate do Plano Trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, como ainda convidará arenistas para participarem do grupo de trabalho que estudará a reforma do ensino.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO



COMANDO DO MINISTÉRIO DA MARINHA

EMA

Superior

5ª

5ª DN

Orgão

INFORME / INFORMAÇÃO ~~PERDIDA~~

DATA 5 / 11 / 1968 N.º 0067

ORIGEM Informante

REFERÊNCIA Inf 47-24/10/68 GrupFNurug.

DISSEMINAÇÃO CENIMAR

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	F
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR CGCFN/5ª DN/2ª DC/

PARA ADICCS -- País de origem... XXX

País/área a que se refere... XXX

- Consta que o Deputado Federal "JOSÉ MARIANO BECK", discursou na rádio de TRÊS PASSOS, região de ALTO URUGUAI, com grande repercussão naquela área.
- Atacou duramente o Governo e Fôrças Armadas, concitou a população a se preparar para receber "JANGO" e "BRIZOLA", afirmando ainda que o "REGIME DITATORIAL", acabará brevemente.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

1608

FICHADO

Handwritten signature
MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
CENIMAR
Órgão Superior
Órgão

GRAU DE SIGILO

Nº PRO. CSS. 382-2P 60
DATA 18/11/1968 Nº 0522

ORIGEM XXX
REFERÊNCIA XXX
DISSEMINAÇÃO GMM - CEMA - SNI/A RJ - CIE -
2ª SEC - EMAer. - DSI/MJ - CENIMAR.

INFORME / INFORMAÇÃO X PEX X B X X X

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	7
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem País/área a que se refere

1) - Este CENIMAR transmite em anexo, cópia do INFORME nº 0067/68, de 5 de novembro de 1968, do Comando do 5º Distrito Naval. -x-x-x-x-

--00000--

Spis

M. Ex - G. M. - C. I. E.
 PROTOCOLO
 N.º 9484
 Em 20 de NOV de 1968
 Providências 27 III Ex
 Ay. don. *[Signature]*

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 (Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
 para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):

Sup. nº 952/s-102-01E, de 28/11/68, ao III Ex

20/xi/68

5317

Dossie

ORIGINAL NA PASTA

NR. PRO. CSS, 182.2, p. 01

BRASÍLIA - DF 16 MAR 1968

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

1608

INFORMAÇÃO Nº

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla
ORIGEM..... SNI/ASSB (Info 145/68)
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - Na residência do Dep Pe. GODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 6ª feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e consequente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSÉ MARIA MAGALHÃES, HERMÃO ALVES, MARCIO MOREIRA ALVES, MARIO COVAS, LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARINHO, que entre outros assuntos decidiram:
 - a) criar um novo movimento com sigla diferente;
 - b) impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
 - c) solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J. GOULART;
 - d) realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
 - e) Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep MARIANO BECK de que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente a responsabilidade do MDB."

|||||
|||

BOS GARDIN

Alguns dados interessantes para
o RPI.
mab

1608

MARIANO BECK

- Deputado.

- Esteve no dia 29 Mar 68 em Brasília, à frente da passeata dos estudantes universitários e ginásianos insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB, apoiando os manifestantes.

(REI, de 8 Abr 68, do CIE/ADF)

1608

Deputado MÁRIO BECK

Face aos acontecimentos havidos no Calabouço, o Deputado HERMANO ALVES declarou o seguinte: "ESSA NOVA CENA DE VANDALISMO HÁ DE SE PERPETUAR NA MEMÓRIA DA NAÇÃO. É UM DESAFIO, UMA CONCLAMAÇÃO PARA QUE RESISTAM CONTRA A DITA DURA".

(Transcrito do Jornal TRIBUNA DA IMPRENSA).
Abr 68

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
I EXERCITO - 2ª SECAO

RIO, 08, 18 / 5 / 67

- 1. ASSUNTO : Movimento Sindical - Estudantil.
- 2. ORIGEM : -
- 3. CLASSIFICACAO : -
- 4. DISTRICAO : -
- 5. DIF DESE ORIGEM : -
- 6. ANEXO : -
- 7. REFERENCIA : -

CONTINUACAO DO FOLHETO DE NÚMERO 105-2/67.

d. São citados, como possíveis líderes políticos, capazes de dirigir as massas amotinadas, entre outros os seguintes:

- LEONEL PRIZOLA
- MIGUEL ARRALAS
- CARLOS LACERDA
- MÁRIO COVAS
- HERMANO ALVES
- MARIANO BASTOS
- JOSÉ MARTINS RODRIGUES
- OSVALDO LIMA FILHO
- CÂNDIDO ARACÃO
- OSVALDO PACHECO DA SILVA
- JUSCELINO KUBISTOWSKI DE OLIVEIRA
- JOÃO SOULART.

Quanto aos exilados acima citados, surgirão no País na hora "X".

2. DADOS SOLICITADOS:
- a. Veracidade dos fatos;
 - b. Aprofundamento;
 - c. Outros dados julgados úteis.

CONFIDENCIAL

1608

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADOS-MAIOR DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
2ª SEÇÃO

- 1. ASSUNTO: MOVIMENTO SINDICAL-ESTUDANTIL
- 2. ORIGEM: DTF/RS
- 3. CLASSIF: -:-:-
- 4. DIFUSÃO: GABARR - CIE - CENTMAR - SMI/ARJ
- 5. CLASSIF ANT: -:-:-
- 6. DIFUSÃO ANT: BOBO - BACO - DEBAER FL - EM/RS - EDUAR 3

IMPORTE: NR. 217 /ENADR

(27 Jun 68)

Os movimentos mantidos no Brasil são sindicais e estudantis, sendo os primeiros organizados em sindicatos, federações e confederações, e os segundos em associações de estudantes. Ambos os tipos de movimentos têm como objetivo a luta por melhores condições de trabalho e de vida, e a defesa dos interesses da classe trabalhadora e estudantil, tendo como principais focos de atuação as grandes indústrias, comércio, serviços, etc.

O movimento estudantil, que vem sendo organizado em todo o Brasil, tem como principais objetivos:

- 1 - organização e execução de movimentos dentro dos seguintes pontos:
 - a - organização de greves gerais nos grandes Estados, atingindo todos os setores, energia, gás, indústria, bancos, etc;
 - b - sabotagens, terrorismo, colocação de barrigadas, fechamento de universidades, fábricas, empresas de navegação marítima, portos, destruição de pontes, incêndios e ocupação de pontes, etc, visando a interrupção do comércio de comunicações;
 - c - comemoração do dia 25 de julho data de aniversário do movimento estudantil. Será uma comemoração ruidosa inclusive com manifestações;
 - d - exigência de anistia ampla e irrestrita para os presos políticos; libertação imediata dos presos políticos condenados;
 - e - liberação do Partido Revolucionário;
 - f - gritos de constituinte, guerra civil, volta do PCB e legalização, contra o EAI e o imperialismo interno;
 - g - nacionalização das empresas estrangeiras.
- 2 - movimento está penetrando profundamente no meio estudantil e como força de vanguarda irá à frente, organizado pelos sindicatos sindicais.
- 3 - em todos os Estados, como possíveis líderes políticos, capazes de dirigir os movimentos estudantis, entre outros os seguintes:

BRASILIA
BOBO
BACO
DEBAER FL
EM/RS
EDUAR 3
BOBO
BACO
DEBAER FL
EM/RS
EDUAR 3

CONFIDENCIAL

quanto aos exilados nos Estados Unidos, surgindo no país um grupo "E".

CONFIDENCIAL

Soc. 24/06/68

CONFIDENCIAL

215

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

Em 06 FEV 1968

XX DIVISÃO XXX SXS X

1608

DX/DFX
CIE/ADF

INFORME N.º 093

1. ASSUNTO:..... Verba para Centro Acadêmico
2. ORIGEM:..... SSP/RS (Info nº 48/68, de 29 Jan 68, da DOPS/DF)
3. CLASSIFICAÇÃO:..... -
4. DIFUSÃO:..... CIE -
5. DIFUSÃO ANTERIOR... SNI/ABSB - 11ª RM

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de São Leopoldo (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de 20 milhões de cruzeiros velhos, destinados àquêle Centro Acadêmico.

Procedidas diligências, constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papéis para recebimento da referida verba; também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade".

Ficheiro
- 21

12

M. Ex - G. M. CIE
PROTOCOLO
N.º 838
Em 7 de Fev de 1968
Providências - Fiches
- Pasta - RVT Estu
data de [assinatura]

CONFIDENCIAL

1608 (R)

CONFIDENCIAL

NR. PRO.C55.182.2.P. 68

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO — 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 2 de março de 1968

- 1. ASSUNTO - Verba para Centro Acadêmico
- 2. ORIGEM - (DOPS/DF) - 11aRM
- 3. CLASSIFICAÇÃO - -
- 4. DIFUSAO CIE - ARQ
- 5. DIFUSAO ORIGEM - I Ex
- 6. ANEXO - -
- 7. REFERENCIA - Info nº 068/68, 12 Fev 68, 11a RM.

M. Ex. - C. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 1557
 Em 13 de Março de 1968
 Providências Dif III Ex
 Fichas - Arquivar
 [Handwritten signature]

INFORMAÇÃO Nº 155 CH/68

Esta agência informa o seguinte:

- "Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK, comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de SÃO LEOPOLDO (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de vinte milhões de cruzeiros velhos, destinados aquêle Centro Acadêmico.

Procedidas diligências constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papeis para recebimento da referida verba, também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade."

.....

Laço nº 529 de 19/3/68, ao III Ex



CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADP

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968
NS. PRO.CSS. 182.2, P. 69

INFORMAÇÃO Nº 100

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ARJ (Info 108/68)
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - SNI/2 - DO/ADP

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. MARTINS RODRIGUES na qual compareceram:
 - JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
 - MARILINO BRICK (MDB/RS)
 - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
 - GERALDO LIMA FILHO (MDB/PA)
 - HIRSHANO ALVES (MDB/GB)
 - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presentes à reunião que o Cel GERALDO, da FM de Minas estará atento em Governador Valadares.

1 1 1 1 1
1 1 1
1

ROSCARDIN

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO MARIANO BECK - MDB-RS - EFETUADO EM 1º de Setembro de 1967, da Tribuna da Câmara Federal, em favor / do Cassado LEONEL BRIZOLA:-

1608

- Explicação Pessoal -

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exila do neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País. Trata-se do Ex Governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr. Presidente, o Sr Leonel Brizola, de quem sou amigo, do qual fui colega de Governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General ERNESTO DORNELLES, e do qual fui Secretário da Educação no seu grande Governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário urugauio "A Verdade", a declaração que vou lêr para conhecimento da Casa e para que fique constando dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte a declaração a que me refiro:

"Sr. Diretor do diário "A Verdade".

- A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V. Excia. a atenção de publicar as seguintes declarações:

1º - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito / de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim tem ocorrido / desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. / Provas mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa redícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo êsses patriotas para manter-se.

Faz aproximadamente um ano que se fêz necessária comunicação ao Sr. Chefe de Polícia de Montevideo, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem antrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem

judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como a que ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o diretor de defesa, estou certo de que pretendem estou seguro de que o que pretendem aqueles que me acusam, os quais, para preseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de / inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascidos de correntes e grupos de patriotas, de demovratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fóra e financiados com o dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-se com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com este tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois, desgraçadamente, em meu país, todas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas / coisas, porém esta é a triste realidade do meu país.

"Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como a diabo da cruz. Em meu país, milhões de seres humanos vivem apenas / tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entre tanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, toda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar atravessa e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem / protegidos pelas autoridades. É o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos, e de criar-nos dificuldades. Atenciosamente, Leonel Brizola".

SECRETO

Ministério da Guerra
III Exército
Quartel General
Estado Maior - 2ª Secção

Pôrto Alegre, RS Em 12 Mai 67

FICHADO
Em 29/5/1967

P. 23B/67

- 1. ASSUNTO: Mariano Beck
- 2. ORIGEM: III Ex
- 3. CLASSIFICAÇÃO: -
- 4. DIFUSÃO: Gab M Ex - EME
- 5. REFERÊNCIA -

INFORMAÇÃO Nº 370 E2/67

O deputado federal MARINHO BECK esteve em MONTEVIDÉU onde manteve contatos (cópia termo fax anexa).

*
*



MG - VAM - D2
 PROTOCOLO
 N.º 1386/SST
 Em 16 de maio de 1967
 Providências Fichar
 Cópia do termo fax anexo
 para parecer à Sec CSN
 e SNI. Arquivar
 Fichar
 Kull

Leito no 175/67 aos CSN - SNI/ARJ

SECRETO

ANEXO Nº - 4 -



2-9-67 18,12 REV JARA/osmarina (conc. o sr. Presidente
Batista Ramos)

Não há oradores inscritos. (Pausa) Encerrada a sessão.

Em votação o substitutivo da Moza. (Pausa) Aprovado.

Em virtude do adiantado da hora a Presidência não tem possibi-
lidade de assegurar tempo regimental aos oradores inscritos para falar
sobre os projetos em pauta. Assim, passa-se à explicação pessoal.
Tem a palavra o nobre Deputado Mariano Beck.

O SR MARIANO BECK (Explicação pessoal - Sem referência

do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um patricio moço,
ora exilado neste instante, que tem sido passível de todas as acusações,
contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste país.
Trata-se do ex-governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brásola,
cujo nome apenas mencionado spavore e põe em alvoroço os responsáveis
pelo atual estado de coisas nesta República

s/Eliana



O Sr MARIANO BECK (explicação pessoal - Sem revisão do

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exilado, tanto, que tem sido passível de tôdas acusações, contra o qual se lançou culpa de tudo quanto ocorre neste país. Trata-se do ex-Governador do Rio Grande do Sul, - LEONEL BRIZOLA, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr Presidente, o Sr LEONEL BRIZOLA, de quem sou amigo, do qual fui colega de governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General Ernesto Dornelles, e do qual fui Secretário de Educação no seu grande governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário Uruguaio "A Verdade", a declaração que vou ler para conhecimento da Casa e para que fique constante dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte declaração a que me refiro:

"Sr Diretor do diário "A verdade". A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V Exa a atenção de publicar as seguintes declarações:

1ª - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idóia fixa do atual regime. Assim / tem ocorrido desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. Provas - mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa ridícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo êsses patriotas para manter-se. Faz aproximadamente um ano que se fez necessária comunicação ao Sr Chefe de Polícia de Montevideo, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem entrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o direito de defesa, estou certo de que o que pretendem estou seguro de que o que pretendem aquêles me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmover e desmoralizar todos os movimentos de inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascido de correntes e grupos de patriotas, de democratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fora e financiados com dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem, também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-me com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com êste tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois,



Continuação do Discurso do Dep MARIANO BECK

desgraçadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas coisas, porém esta é a triste realidade do meu país. Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como o diabo da cruz. Em meu país, milhões de sêres humanos vivem apenas tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entretanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, tôda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar, atravessam e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem, protegidos pelas autoridades. E o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos e de criar-nos dificuldades. Atentamente, LEONEL BRIZOLA "

Era esta, Sr Presidente e Srs Deputados, a declaração dêsse nosso patriôta que se encontra fora do país, que desejava dar conhecimento à Câmara dos deputados e à opinião pública. (Muito bem).

Referência: SS 15 nº 1288/67

Fonte: Informação nº 079/4 Set 67/ARME - 0135, do 7º DN/EM.



O Sr MARIANO BECK (explicação pessoal - Sem revisão do

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exilado, tanto, que tem sido passível de tôdas acusações, contra o qual se lançou a culpa de tudo quanto ocorre neste país. Trata-se do ex-Governador do Rio Grande do Sul, - LEONEL BRIZOLA, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr Presidente, o Sr LEONEL BRIZOLA, de quem sou amigo, do qual fui colega de governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General Ernesto Dornelles, e do qual fui Secretário de Educação no seu grande governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário uruguaio "A Verdade", a declaração que vou ler para conhecimento da Casa e para que fique constante dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte declaração a que me refiro:

"Sr Diretor do diário "A verdade". A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V. Exa a atenção de publicar as seguintes declarações:

1ª - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim / tem ocorrido desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. Provas - mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa ridícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo êsses patriotas para manter-se. Faz aproximadamente um ano que se fez necessária comunicação ao Sr Chefe de Polícia de Montevideo, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem entrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o direito de defesa, estou certo de que o que pretendem estou seguro de que o que pretendem aquêles me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascido de correntes e grupos de patriotas, de democratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fora e financiados com dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem, também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-me com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com êste tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois,



Continuação do Discurso do Dep MARIANO BECK

desgraçadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais, estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas coisas, porém esta é a triste realidade do meu país. Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como o diabo da cruz. Em meu país, milhões de seres humanos vivem apenas tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entretanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, tôda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar, atravessam e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem, protegidos pelas autoridades. E o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos e de criar-nos dificuldades. Atentamente, LEONEL BRIZOLA "

Era esta, Sr Presidente e Srs Deputados, a declaração dêsse nosso patriótico que se encontra fora do país, que desejava dar conhecimento à Câmara dos deputados e à opinião pública. (Muito bem).

Referência: SS 15 nº 1288/67

Fonte: Informação nº 079/4 Set 67/ARME - 0135, do 7º DN/EM.

ANEXO Nº - 4 -



2-9-67 10,14 REV JARA/osmarina (cons. o sr. Presidente
Batista Ramos)

Não há oradores inscritos. (Pausa) Encerrada a sessão.

Em votação o substitutivo da Moza. (Pausa) Aprovado.

Em virtude do adiantado da hora a Presidência não tem possibilidade de assegurar tempo regimental aos oradores inscritos para falar sobre os projetos em pauta. Assim, passa-se à explicação pessoal.

Tem a palavra o nobre Deputado Mariano Beck.

O SR MARIANO BECK (Explicação pessoal - Sem restrição

do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um patriota nosso, ora exilado neste instante, que tem sido passível de todas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste país. Trata-se do ex-governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola, cujo nome apenas mencionado spavore e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

s/Eliana

TRIBUNA DA IMPRENSA

29 FEV. 1968



Beck foi para a "Frente" para apagar incêndio

Pôrto Alegre (Asapress)

— O deputado Mariano Beck, atualmente integrado à "Frente Ampla", afirmou que a "Frente" vai partir para o desenvolvimento de um esquema agressivo, no mês vindouro, devendo realizar um comício no Rio Grande do Sul.

— Quanto às informações de que o governo pretende impedir as manifestações de rua, pode-se dizer que nós, da Frente Ampla, vamos pagar para ver, disse.

Adiantou, ainda, o deputado Mariano Beck que uma indiscrição jornalística

o colocou mal diante do sr. Leonel Brizola, daí a carta do ex-governador.

Assinalou, contudo, que o mal-entendido está superado desde o momento em que falou, por telefone, com Atlântida. O sr. Brizola reafirmou-me que sua posição é pessoal.

Finalmente, usando da mesma tática de Brizola, o deputado emedebista explicou sua adesão à Frente: "quando a minha casa se está incendiando, não tenho possibilidade de escolher os bombeiros para ajudar a apagar o incêndio".

SECRETO

Ministério da Guerra

III Exército

Quartel General

Estado Maior - 2ª Secção

Porto Alegre, RS Em 12 Mai 67

FICHADO
Em 29/5/1967

P. 23B/67

- 1. ASSUNTO: Mariano Beck
- 2. ORIGEM: III Ex
- 3. CLASSIFICAÇÃO: -
- 4. DIFUSÃO: Gab M Ex - EME
- 5. REFERENCIA -

INFORMAÇÃO Nº 370 E2/67

O deputado federal MARINHO BECK esteve em MONTEVIDÉU onde manteve contatos (cópia termo fax anexa).



MG - UAM - D2
 PROTOCOLO
 N.º 1386/SST
 Em 16 de maio de 1967
 Providências Fichar
 Cópia do termo fax anexo
 para remeter à Sec CSN
 e SNI. Arquivar
 [Handwritten signature]

Leito no 175/67, aos CSN - SNI/ARJ

SECRETO

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO MARIANO BECK - MDB-RS - EFETUADO EM 1º de Setembro de 1967, da Tribuna da Câmara Federal, em favor / do Cassado LEONEL BRIZOLA:-

1608

- Explicação Pessoal -

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exila do neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País. Trata-se do Ex Governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr. Presidente, o Sr Leonel Brizola, de quem sou amigo, do qual fui colega de Governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General ERNESTO DORNELLES, e do qual fui Secretário da Educação no seu grande Governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário urugauio "A Verdade", a declaração que vou lêr para conhecimento da Casa e para que fique constando dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte a declaração a que me refiro:

"Sr. Diretor do diário "A Verdade".

- A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V. Excia. a atenção de publicar as seguintes declarações:

1º - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito / de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim tem ocorrido / desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. / Provas mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa redícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo êsses patriotas para manter-se.

Faz aproximadamente um ano que se fez necessária comunicação ao Sr. Chefe de Polícia de Montevideo, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem antrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem

judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como a que ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o diretor de defesa, estou certo de que pretendem estar seguros de que o que pretendem aquêles que me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de / inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascidos de correntes e grupos de patriotas, de demovratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fóra e financiados com o dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-se com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com este tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois, desgraçadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas / coisas, porém esta é a triste realidade do meu país.

"Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como a diabo da cruz. Em meu país, milhões de seres humanos vivem apenas / tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entre tanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, tôda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar atravessa e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem / protegidos pelas autoridades. É o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos, e de criar-nos dificuldades. Atenciosamente, Leonel Brizola".

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
X X DIVISÃO X X X X X X X X X X
X X / D F X
C I E / A D F

Em 06 FEV 1968

1608

INFORME N.º 093

1. ASSUNTO:..... Verba para Centro Acadêmico
2. ORIGEM:..... SSP/RS (Info nº 48/68, de 29 Jan 68, da DOPS/DF)
3. CLASSIFICAÇÃO:..... -
4. DIFUSÃO:..... CIE -
5. DIFUSÃO ANTERIOR... SNI/ABSB - 11ª RM

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de São Leopoldo (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de 20 milhões de cruzeiros velhos, destinados àquêl Centro Acadêmico.

Procedidas diligências, constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papéis para recebimento da referida verba; também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setores de ensino da Faculdade".

Ficheiro
- el

M. Ex - G. M. CIE
PROTOCOLO
N.º 838
Em 7 de Fev de 1968
Providências - Fiches
- Pasta MVT Estm
dante [assinatura]

1608 (R)

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO — 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 12 de março de 1968

- 1. ASSUNTO - Verba para Centro Acadêmico
- 2. ORIGEM - (DOPS/DF) - 11aRM
- 3. CLASSIFICAÇÃO - -
- 4. DIFUSÃO CIE - ARQ
- 5. DIFUSÃO ORIGEM - I Ex
- 6. ANEXO - -
- 7. REFERENCIA - Info nº 068/68, 12 Fev 68, 11a RM.

M. Ex. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 1557
 Em 13 de Março de 1968
 Providências Dif III Ex
 Fichas - Arquivar
 [Handwritten signature]

INFORMAÇÃO Nº 155 CH/68

Esta agência informa o seguinte:

- "Consta que o Deputado Federal MARIANO BECK, comunicou por carta ao Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de SÃO LEOPOLDO (da esquerda), que tinha feito constar no orçamento da União para 1968, uma verba de vinte milhões de cruzeiros velhos, destinados aquêle Centro Acadêmico.

Procedidas diligências constatou-se que o Diretor da Faculdade de Direito Rio dos Sinos São Leopoldo, solicitou ao Deputado MARIANO BECK, verba de NCR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e que já estão sendo providenciados papeis para recebimento da referida verba, também foi apurado que parte dessa verba será destinada ao Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo e o restante desmembrado a diversos setôres de ensino da Faculdade."

.....

Lufo nº 529 de 19/3/68, ao III Ex



CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIS/AR

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968
Nº. PRO.CSS.182.2, p.85

INFORMAÇÃO Nº

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ADSE (Info 108/68)
DIFUSÃO CIS
DIFUSÃO ANTERIOR..... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - DO/DPF

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

- 1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. MARTINS RODRIGUES na qual compareceram:
 - JOSAFAT MARINHO (MDR/BA)
 - MARLENE BECK (MDD/RS)
 - BERNARDO CABRAL (MDR/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDR/MG)
 - OSWALDO LIMA FILHO (MDR/RS)
 - HERMAMO ALVES (MDR/CE)
 - RAUL BRUNINI (MDR/CE), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presente à reunião que o Cel GERALDO, da FM de Minas, estará atento em Governador Valadares.

1 1 1 1 1
1 1 1
1

ROSCARDIN

1608

Deputado MÁRIO BECK

Face aos acontecimentos havidos no Calabouço, o Deputado HERMANO ALVES declarou o seguinte: "ESSA NOVA CENA DE VANDALISMO HÁ DE SE PERPETUAR NA MEMÓRIA DA NAÇÃO. É UM DESAFIO, UMA CONCLAMAÇÃO PARA QUE RESISTAM CONTRA A DITA DURA".

(Transcrito do Jornal TRIBUNA DA IMPRENSA).
Abr 68

Dossie

ORIGINAL NA PASTA

NR. PRO. C55.182.2, p. 87

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1968

Ministério do Exército
Cabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

1608

INFORMAÇÃO Nº

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla
ORIGEM..... SNI/ABSE (Info 145/68)
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - Na residência do Dep Pe. GODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 04 feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e consequente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSÉ MARIA MACALHES, HERMANO ALVES, MARCIO MOREIRA ALVES, MARIO COVAS, LÍCIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILLO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARILHO, que entre outros assuntos decidiram:
 - a) criar um novo movimento com sigla diferente;
 - b) impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
 - c) solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J.GOUJART;
 - d) realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
 - e) Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep MARIANO BECK da que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente à responsabilidade do MDB."

|||||

|||

BOSCARDIN

Alguns dados interessantes para

o RPI,

mas

1608

MARIANO BECK

- Deputado.
- Esteve no dia 29 Mar 68 em Brasília, à frente da passeata dos estudantes universitários e ginásianos insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB, apoiando os manifestantes.

(REI, de 8 Abr 68, do CIE/ADF)

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
1 EXERCITO - 2ª SEÇÃO

RIO, GB, 18 / JUN / 66

1. ASSUNTO : Movimento Sindical - Estudantil.
 2. ORIGEM : -
 3. CLASSIFICAÇÃO : -
 4. EFEITO : -
 5. DIF USAR ORIGEM : -
 6. ANEXO : -
 7. EXPERIENCIA : -

CONTINUAÇÃO DO FOLHETO DE ORIGEM N. 105 de 1966.

1. São citados, como possíveis líderes políticos, membros de distíngas as massas anotadas, entre outros os seguintes:

- LEONEL BRIZOLA
- MIGUEL ARRALES
- CARLOS LACHERDA
- MÁRIO COVAS
- HERMILANO ALVES
- MARTINS
- JOSÉ MARTINS RODRIGUES
- OSVALDO LIMA FILHO
- CÂNDIDO ARAGÃO
- OSVALDO PACHECO DA SILVA
- JUSCELINO KUBISTOLEK DE OLIVEIRA
- JOÃO SOULANT.

Quanto aos exilados acima citados, surgirão no País na hora "H".

2. DADOS SOLICITADOS:

- a. Veracidade dos fatos;
- b. Aprofundamento;
- c. Outros dados julgados úteis.

CONFIDENCIAL

MARIANO BECK - Sen

1608

Informação n.º 990 EE /68 de 29 Ago 68-III Exército

Os políticos abaixo tem viajado constantemente à ROU:

- Ex-Dep Cassado DOUTEL DE ANDRADE
- Sen MARINAO BECK
- Dep Est TEREZINHA CHAISE
- Pres MDB SIEGFRIED HEUSER
- Dep Esta RUBEM MACHADO LANG
- Sen OSCAR PASSOS
- Dep F d MATHEUS SCHMIDT
- Dep Fed FLORES SOARES
- Dep Est RENATO SOUZA
- Dep Est PEDRO SIMON.

ORIGINAL - Dossiê de DOUTEL DE ANDRADE

1608

FICHADO

GRAU DE SIGILO

US. PRO. CSS. 182.2, P. 93

DATA 18/11/1968

Nº 0522

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ORÇÃO SUPERIOR
CENIMAR

ORÇÃO

INFORME / INFORMAÇÃO / PEDIDO / ...

ORIGEM XXX

REFERÊNCIA XXX

DISSEMINAÇÃO GMM - CEMA - SNI/A RJ - CIE -
2ª SEC - EMAer. - DSI/MJ - CENIMAR.

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	F
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem Pais/área a que se refere

1) - Este CENIMAR transmite em anexo, cópia do INFORME nº 0067/68, de 5 de novembro de 1968, do Comando do 5º Distrito Naval. -x-x-x-x-

--00000--

Spis

M. Ex - G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 9487
 Em 20 de Nov de 1968
 Providências 27 III Ex
 Ass. donis.
 1
[Signature]

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 (Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
 para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):

Sup no 952/S-102-015, de 28/11/68, ao III Ex

20/xi/68

5317

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO



COMANDO DO MINISTÉRIO DA MARINHA

EMA

Superior

Orçamento

Interna

Orgão

5ª DN

DATA 5 / 11 / 1968 N°. 0067

INFORME / INFORMAÇÃO / PESQUISA

ORIGEM Informante

REFERÊNCIA Inf 47-24/10/68 GrupFNUrug.

DISSEMINAÇÃO CENIMAR

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	F
VERACIDADE	6

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(atribuído pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR CGCFN/5ª DN/2ª DC/

PARA ADICCS -- País de origem... XXX

País/área a que se refere... XXX

- Consta que o Deputado Federal "JOSÉ MARIANO BECK", discursou na rádio de TRÊS PASSOS, região de ALTO URUGUAI, com grande repercussão naquela área.
- Atacou duramente o Governo e Fôrças Armadas, concitou a população a se preparar para receber "JANGO" e "BRIZOLA", afirmando ainda que o "REGIME DITATORIAL", acabará brevemente.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

Governadores lançam manifesto sobre crise

São Paulo (Socreal) — Os Governadores que retornaram da Convenção da ARENA e a favor da recuperação da unidade política prepararam agora um manifesto em que, além de a hierarquia política e militar, evidenciará a importância das soluções rápidas para os principais problemas do País.

Essa informação foi dada por políticos da área federal que passaram o fim de semana em São Paulo. No documento será feita uma análise da situação, com propostas viáveis de solução, procurando atender juramentadamente às necessidades de desenvolvimento do País e as reivindicações populares.

FALTA DE PERSPECTIVA

No entendimento dos principais assinantes do manifesto em elaboração, o principal problema do momento no panorama nacional seria "a total falta de perspectiva em que se encontram, não só a elite política, mas a quase totalidade da nação". A perplexidade em que ficou o Governo federal diante da maré festiva popular da semana passada, no Rio, teria servido de exemplo e de advertência para a necessidade do encontro de soluções reais e eficazes para as crises cíclicas — "cuja frequência aumenta constantemente".

O documento seria apresentado ao Presidente da República, a título de colaboração. Caso o Governo federal não

concordasse em adotar as medidas sugeridas, os Governadores de Estado e as forças armadas e das forças institucionais em suas regiões, a exemplo das fórmulas propostas, que fariam para uma abertura em diversos campos, especialmente o político e o econômico. Essa eventual atitude não teria o caráter de rebelião, mas no entender de seus promotores constitui o único meio eficaz e concreto de redirecionar a marcha em que se encontra o País fortalecendo o Governo federal.

REFORMA AGRÁRIA

O Governador de Pernambuco, Sr. Nilo Coelho, em entrevista coletiva, confirmou outra participação do pedágio de outros Governadores que consideram necessária a adoção de "algumas medidas libertadoras". Declarou ter participado durante a Convenção da ARENA, de um encontro do Presidente da República com mais dez Governadores, "que tiveram com ele uma conversa boa e franca".

— Na fase de transição que atravessamos — prosseguiu — todos os problemas têm de ter uma velocidade de solução maior. A nossa principal crise — a do desenvolvimento — necessita de medidas rápidas para ser superada. Precisamente, tratei com o Marechal Costa e Silva da questão da reforma agrária, a meu ver o maior problema do Nordeste.

Pedidos de Krieger já foram acolhidos

O Presidente da ARENA, Senador Daniel Krieger, que manteve sucessivos contatos com o Chefe da Casa Civil, Sr. Rondon Pacheco, disse ontem que nada mais tem a reivindicar do Governo, em face da decisão do Presidente da República em acolher todo o elenco de sugestões apresentado na moção aprovada pela Convenção Nacional do Partido.

Segundo revela o senador gaúcho, a direção do Partido oficial está plenamente satisfeita com as decisões do Governo, que não somente submeterá a elementos credenciados da ARENA o debate do Plano Trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, como ainda convidará arenetas para participarem do grupo de trabalho que estudará a reforma do ensino.

Governadores lançam manifesto sobre crise

São Paulo (Securvid) - Os Governadores que retornaram da Convenção da ARENA dispõem a recuperação da unidade política preparam agora um manifesto em que, além de a liderança política e militares, evidenciará a importância das soluções rápidas para os principais problemas do País.

Essa informação foi dada por políticos da área federal que passaram o fim de semana em São Paulo. No documento seria feita uma análise da situação, com propostas viáveis de solução, procurando atender fundamentalmente às necessidades de desenvolvimento do País e as reivindicações populares.

FALTA DE PERSPECTIVA

No entendimento dos possíveis assinantes do manifesto em elaboração, o principal problema do momento no panorama nacional seria "a total falta de perspectiva em que se encontram não só a classe política, mas a quase totalidade da nação". A perspectiva em que vive o Governo federal diante da atual situação popular da semana passada, no Rio, teria servido de exemplo e de advertência para a necessidade do encontro de soluções rápidas e eficazes para as crises atuais - "cuja frequência aumenta constantemente".

O documento seria apresentado ao Presidente da República, a título de colaboração. Caso o Governo federal não

concordasse em adotar as sugestões apresentadas, os Governadores do Estado e as forças políticas e militares acirrarão, em suas regiões, a aplicação das fórmulas preconizadas, que fomentam para uma abertura em diversos campos essencialmente o político e o econômico. Essa eventual atitude não teria o caráter de rebelião, pois no entender de seus promotores constitui o único meio eficaz e democrático de renadir a União em que se encontra o País, fortalecendo o Governo federal.

REFORMA AGRÁRIA

O Governador de Pernambuco, Sr. Nilo Coelho, em entrevista coletiva, confirmou o seu propósito de participar do movimento de outros Governadores que consideram necessária a adoção de "algumas medidas liberalizantes". Declarou ter participado, durante a Convenção da ARENA, de um encontro do Presidente da República com mais dez Governadores, "que tiveram com ele uma conversa leal e franca".

— Na fase de transição que atravessamos — prosseguiu — todos os problemas têm de ter uma velocidade de solução maior. A nossa principal crise — a do desenvolvimento — necessita de medidas rápidas para ser superada. Pessoalmente, tratei com o Marechal Costa e Silva da questão da reforma agrária, a meu ver o maior problema do Nordeste.

Pedidos de Krieger já foram acolhidos

O Presidente da ARENA, Senador Daniel Krieger, que manteve sucessivos contatos com o Chefe da Casa Civil, Sr. Rondon Pacheco, disse ontem que nada mais tem a reivindicar do Governo, em face da decisão do Presidente da República em acolher todo o elenco de sugestões apresentado na moção aprovada pela Convenção Nacional do Partido.

Segundo revela o senador gaúcho, a direção do Partido oficial está plenamente satisfeita com as decisões do Governo, que não somente submeterá a elementos credenciados da ARENA o debate do Plano Trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, como ainda considerará abertas para participarem do grupo de trabalho que estudará a reforma do ensino.

TRIBUNA DA IMPRENSA

29 FEV. 1968



Beck foi para a "Frente" para apagar incêndio

Pôrto Alegre (Asapress) — O deputado Mariano Beck, atualmente integrado a "Frente Ampla", afirmou que a "Frente" vai partir para o desenvolvimento de um esquema agressivo, no mês vindouro, devendo realizar um comício no Rio Grande do Sul.

— Quanto às informações de que o governo pretende impedir as manifestações de rua, pode-se dizer que nós, da Frente Ampla, vamos pagar para ver, disse.

Adiantou, ainda, o deputado Mariano Beck que uma indiscrição jornalística

o colocou mal diante do sr. Leonel Brizola, daí a carta do ex-governador.

Assinalou, contudo, que o mal-entendido está superado desde o momento em que falou, por telefone, com Atlântida. O sr. Brizola reafirmou-me que sua posição é pessoal.

Finalmente, usando da mesma tática de Brizola, o deputado emedebista explicou sua adesão à Frente: "quando a minha casa se está incendiando, não tenho possibilidade de escolher os bombeiros para ajudar a apagar o incêndio".

TRIBUNA DA IMPRENSA

29 FEV. 1968



Beck foi para a "Frente" para apagar incêndio

Pôrto Alegre (Asapress)
 — O deputado Mariano Beck, atualmente integrado a "Frente Ampla", afirmou que a "Frente" vai partir para o desenvolvimento de um esquema agressivo, no mês vindouro, devendo realizar um comício no Rio Grande do Sul.
 — Quanto às informações de que o governo pretende impedir as manifestações de rua, pode-se dizer que nós, da Frente Ampla, vamos pagar para ver, disse.
 Adiantou, ainda, o deputado Mariano Beck que uma indiscrição jornalística

o colocou mal diante do sr. Leonel Brizola, daí a carta do ex-governador.
 Assinalou, contudo, que o mal-entendido está superado desde o momento em que falou, por telefone, com Atlântida. O sr. Brizola reafirmou-me que sua posição é pessoal.
 Finalmente, usando da mesma tática de Brizola, o deputado emedebista explicou sua adesão à Frente: "quando a minha casa se está incendiando, não tenho possibilidade de escolher os bombeiros para ajudar a apagar o incêndio".

ANEXO Nº - 4

2-9-67 18,14 REV JAIR/osmarina (conc. o sr. Presidente
Batista Ramos)



Não há oradores inscritos. (Pause) Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo da Mesa. (Pausa) Aprovado.

Em virtude do adiantado da hora a Presidência não tem possibilidade de assegurar tempo regimental aos oradores inscritos para falar sobre os projetos em pauta. Assim, passa-se à explicação pessoal.

Tem a palavra o nobre Deputado Mariano Beck.

O SR MARIANO BECK (Explicação pessoal - Sem regição

do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um patricio nosso, ora exilado neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País.

Trata-se do ex-governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola, cujo nome apenas mencionado spavore e põe em alvoroço os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República

s/Eliane



O Sr MARIANO BECK (explicação pessoal - Sem revisão do orador)

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exilado neste instante, que tem sido passível de tôdas acusações, contra o qual se lançou culpa de tudo quanto ocorre neste país. Trata-se do ex-Governador do Rio Grande do Sul - LEONEL BRIZOLA, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvôro os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República.

Pois bem, Sr Presidente, o Sr LEONEL BRIZOLA, de quem sou amigo, do qual fui colega de govêrno, no Govêrno do saudoso e grande brasileiro General Ernesto Dornelles, e do qual fui Secretário de Educação no seu grande govêrno, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário uruguaio "A Verdade", a declaração que vou ler para conhecimento da Casa e para que fique constante dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte declaração a que me refiro:

"Sr Diretor do diário "A verdade". A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso país me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V. Exa a atenção de publicar as seguintes declarações:

1ª - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam. Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim / tem ocorrido desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos. Provas - mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa ridícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodéada de vizinhos que podem atestar sôbre a conduta e o esforço que estão fazendo êsses patriotas para manter-se. Faz aproximadamente um ano que se fez necessária comunicação ao Sr Chefe de Polícia de Montevidéu, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem entrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o direito de defesa, estou certo de que o que pretendem estou seguro de que o que pretendem aquêles me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de asilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascido de correntes e grupos de patriotas, de democratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fora e financiados com dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que Hitler empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se. Em segundo lugar, pretendem, também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-me com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com êste tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois ,



Continuação do Discurso do Dep MARIANO BECK

desgraçadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas coisas, porém esta é a triste realidade do meu país. Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como o diabo da cruz. Em meu país, milhões de seres humanos vivem apenas tolerados e milhões impedidos de circular livremente. Entretanto, aventureiros norte-americanos, negociastas, tôda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar, atravessam e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem, protegidos pelas autoridades. E o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos e de criar-nos dificuldades. Atentamente, LEONEL BRIZOLA "

Era esta, Sr Presidente e Srs Deputados, a declaração dêsse nosso pátrio que se encontra fora do país, que desejava dar conhecimento à Câmara dos deputados e à opinião pública. (Muito bem).

Referência: SS 15 nº 1288/67

Fonte: Informação nº 079/4 Set 67/ARME - 0135, do 7º DN/EM.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA

DATA / 20 / 22 / 1968 Nº 717

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: ~~XXX~~

~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO / ~~XXXXXXXX~~

REFERENCIA: ~~XXX~~

DISSEMINAÇÃO: ~~XXX~~ - ~~XXX~~ - ~~XXX~~

AVULSÃO	
CONFIDANÇA	XX
VIRACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXX~~

(Preenchido pelo receptor)

PAIS ABIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

MARIANO HECK - Deputado Federal (MDB-RS)

- 1/3/1965 - Informe sua avaliação de que RUY SOARES ROCHA, delege seu que duas viagens às cidades de COLOMIA e MONTEVIDEO, RS, em serviço para trazer instruções de LEONEL BRIZOLA para MARIANO HECK. A declaração acima e outras foram prestadas ao EOPS de 3.3.7. de RS.
- 29/7/1965 - Como candidato do PTB ao Governo do Rio Grande do Sul - pronunciou-se em dois mais violentos e subversivos discursos, como orador oficial do PTB no Congresso da Sociedade Trabalhadora. Disse, entre outras declarações, que o PTB precisa tomar uma atitude "para enfrentar as bandalheiras e as violências".
- 6/1967 - Segue, em anexo, cópia de mensagens apreendidas com MARIANO HECK MONIZ DE ARAGÃO quando de viagem para Montevideo (OBS. É de se julgar que o conteúdo de mensagens foi escrito ornadamente).
- 14/6/1967 - Apresentou projeto, no qual a revisão das punições cometidas por Governador de Estado e outras por funcionários civis e militares, poderia ser revista através requerimento a juízo, pois que, desde punições a Constituição não faz qualquer referência a, adiante, faz referência às punições cometidas do Grande Supremo da Revolução.

- 1 -

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SEGREDO

MINISTERIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 1 / 1968 Nº 717

INFORME/INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM: M R E

REFERÊNCIA: _____

DISSEMINAÇÃO: _____

CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

(Continuação...)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: _____

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (preenchido pelo rece-
 beiro) 32

13057

PLR. ABRAO - País de origem-----País/área a que se refere

- 4/10/1967 - Segue, em anexo, cópia de discurso pronunciado pelo seg-
 gundo na Câmara.
- 13/1/1968 - Fôz pronunciamento favorável às posições assumidas pe-
 los líderes do Nordeste.
- 20/1/1968 - Crítico novamente a designação de militares para posi-
 ções civis. Em particular atacou o Coronel HELIO SAUER de
 onde é dos "representantes típicos do militarismo castro-
 cista".
- 13/2/1968 - Deturpa os acontecimentos ocorridos em relação aos JORGE
 GOULART e MARCEL BRILHOL (Ver artigo do Jornal de Brasí-
 lia de 13/2/68, em anexo).
- 21/2/1968 - Foi integrante da Frente Única, mantendo contato, em re-
 lações, com OSVALDO LIMA FERREI e MARCELO BUENA AROCHA.
- 29/3/1968 - Agde um dos vários acontecimentos ocorridos em GE entre
 policiais e estudantes durante a tribuna da Câmara, em
 discurso: "Não vou ser um vandalismo só de se perpe-
 tuar as reuniões da Nação. V em defesa, uma conclusão
 para que ~~possamos manter a ordem~~".
- 2/3/1968 - Participou de reunião estatutária realizada em Brasília
 (Ver fotografia, em anexo).
- 10/4/1968 - Declara-se partidário do ingresso de CARLOS LACERDA, no
 SPS.
- 15/6/1968 - Pronunciou na Câmara discurso em defesa de Pedro COELHO,
 (anarquista e subversivo).

CONFIDENCIAL

GRAU DE SEGREDO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 30 / 12 / 1968 Nº 717

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

TIPO DE INFORMAÇÃO: **EXTERNA**

ORIGEM: **EXTR**
REFERENCIA: **EXTR**
DISSEMINAÇÃO: **(Qualificação...)**

AVLIAÇÃO	
CONFIANÇA	EX
VERACIDADE	EX

TIPO DE CLASSIFICAÇÃO: **EXTR**
(Estabelecido pelo receptor)

PAIS DE ORIGEM: País de origem ----- País a que se refere -----

- 2/7/1968 - Foi signatário de um artigo de solidariedade e DCB para a **FORÇA ARMADA** pela sua "ação esportiva" em todo mundo.
- 2/7/1968 - Deixa a criação de uma CPI para apurar os motivos que levaram o governo a aliar-se com o **PCB** em benefício da **Alfa Beta**.
- 2/9/1968 - Assumem os Ministros **DIRA DE OLIVEIRA** e **WILSON SOARES** de sua forma "comportamento partidário em interações recíprocas dentro do Governo". O Ministro da Justiça foi acusado como "o pior deles".
- 28/2/1968 - Falta a participar de reunião parlamentar, em Brasília, juntamente com outros deputados.
- 27/2/1968 - Em entrevista a imprensa interpretou sua ação a respeito de **JOÃO GOLARI** aos estudantes, alunos e intelectuais, em sua carta de 24 de agosto, como sinal de que ele é favorável à articulação de **UBR** com a oposição não convencional. O trecho da carta, de **JOÃO GOLARI**, analisado pelo marginalista foi: "desde algum tempo as reuniões realizadas ligadas, os encontros com os estudantes, os debates, as reuniões de intelectuais se caracterizam em atos de protesto. Através deles é que a massa vem falando com seus direitos de manifestação, se expressa politicamente para defender seus mais legítimos interesses. A todo momento se mostra agora o ato de insubordinação dos trabalhadores,

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

DATA / 23 / 12 / 1968 Nº

717

MINISTERIO DA MARINHA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: ~~SECRETARIA~~

~~INFORMAÇÃO~~/INFORMAÇÃO/~~SECRETARIA~~

REFERENCIA: ~~SECRETARIA~~

DISSEMINAÇÃO: (contínuo...)

AVALIAÇÃO	
COMPLANÇA	ME
VERACIDADE	EM

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~SECRETARIA~~

PAIS ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

que enfrentam riscos, procuram estabelecer os direitos de emigrantes que lhe foram negados mediante representação perante o poder a um povo onde sua vida sacrificada e o egoísmo de que se tem abastecido em sacrifício sua liberdade - dignidade - e um povo que exige respeito aos seus direitos de dirigir-se independentemente, de lutar contra a exploração e de proporcionar uma vida mais digna. Ao trecho acima e surgindo dos ampla cobertura e divulgação, como também, ~~gratuito e incondicionalmente~~.

10/3/1968 - Todiu a transcrição, na feitura, nos autos da Câmara de Deputados da carta enviada pelo Sr. JOÃO COULART ao deputado JOSÉ VICENTE. (esta carta é a carta citada).

4/10/1968 - Defensor D. VICENTE SCHENK, Arcebispo de Porto Alegre, das acusações de outro deputado que temem a religião de esquivista, dizendo que: "um esquivista não é esquivista, muito pelo contrário".

CONFIDENCIAL
GR. C. 182.2

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: FFX

~~INFORMAÇÃO~~ / INFORMAÇÃO / ~~INFORMAÇÃO~~

REFERÊNCIA: XXX

DISSEMINAÇÃO: SEM - SEMI - SEMINAR.

AVALIACAO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICACAO

DISSEMINACAO ANTERIOR: XXX

(Preenchido pelo receptor)

PAIS ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

MARIANO BRCK - Deputado Federal (MDB-RGS)

- 1/2/1965 - Informe sem avaliação diz que RUY ROCHA GONCALVES, dealgrou que duas viagens às cidades de COLONIA e MONTEVIDEO, URU, em serviço para trazer instruções de LÉONEL MILELA para MARIANO BRCK. A declaração acima e outras foram prestadas ao DOPS de S.S.P. de RGS.
- 29/7/1965 - Como candidato do PTB ao Governo do Rio Grande do Sul pronunciou um dos mais violentos e subversivos discursos, como orador oficial do PTB no Congresso da Sociedade Trabalhista. Disse, entre outras declarações, que o PTB iria tomar uma atitude "para enfrentar os bandalheiros e os violentos".
- 6/1967 - Segue, em anexo, cópia de anotações apreendidas com MARIANO PEREIRA MOKIS DE ARAUJO quando de viagem para Montevideo (OPS. 2 de se julgar que o sobrenome, de marginação, foi escrito erradamente).
- 14/6/1967 - Apresentou projeto, no qual a revisão das punições emanadas por Governador de Estado e estradas por autoridades civis e militares, poderiam ser revistas através requerimento a júrio, pois que, graças punições e Constituição não faz qualquer referência a, adiante, faz referência às punições emanadas do Conselho Supremo da Revolução.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: ~~FFF~~

~~INFORMAÇÃO/INFORMAÇÃO/INFORMAÇÃO~~

REFERÊNCIA: ~~XXX~~

DISSEMINAÇÃO: ~~XXX - XXX - XXX~~

AVLIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXX~~

(Preenchido pelo recebedor)

PAIS ORIGEM - País de origem ----- País/área a que se refere -----

MARIANO RECK - Deputado Federal (MDB-RS)

- 3/3/1963 - Informa sua avaliação de que RUY DOMEN GONCALVES, delege-
rou que duas viagens às cidades de COLOMIA e MONTEVIDEO,
RS, em serviço para trazer instruções de LUCHEL BRITO-
LI para MARIANO RECK. A declaração acima e outras foram
prestadas no LOPE de S. S. P. de RS.
- 29/7/1963 - Como candidato do PTB ao Governo do Rio Grande do Sul -
pronunciou um dos mais violentos e subversivos discursos
como orador oficial do PTB no Congresso da Sociedade Tra-
balhista. Disse, entre outras declarações, que o PTB não
sua tomar uma atitude "para enfrentar os bandalheiros e
as violências".
- 6/1967 - Segue, em anexo, cópia de anotações apreendidas com ED-
MUNDO FREMÃO MOKIA DE ARABIO quando de viagem para Montevideo (OBS. É de se julgar que a subrencia, de margimado
foi escrito erradamente).
- 14/6/1967 - Apresentou projeto, no qual a revisão das punições estabe-
das por Governador de Estado e estritas per funcionários
civis e militares, poderia ser revistada através requeri-
mento a juízo, pois que, graças punições a Constituição
não faz qualquer referência e, sómente, faz referência -
de punições estabelecidas do Grande Supremo da Revolução.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL

GRau DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

~~INFORMEL~~/INFORMAÇÃO/~~EXCLUSIVO~~

ORIGEM: ~~EXE~~

REFERÊNCIA: ~~EXE~~

DISSEMINAÇÃO: ~~EXE - EXMA - GENMAR~~

AValiação	
CONFIANÇA	EXE
VERACIDADE	EXE

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~EXE~~

PAIS ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

MARIANO REBE - Deputado Federal (MDB-RGS)

- 1/9/1963 - Informe sem avaliação diz que RUY COSTA SOUZA, declarou que suas viagens às cidades de COLOMIA e MONTÉVIEO, URU, tem servido para trazer instruções de LETÍZIA MILIO-LA para MARIANO REBE. A declaração acima e outras foram prestadas no DOPS de S. S. P. de RGS.
- 29/7/1965 - Como candidato do PTB ao Governo do Rio Grande do Sul - pronunciou-se em dois mais violentos e subversivos discursos, como orador oficial do PTB no Congresso da Sociedade Trabalhista. Disse, entre outras declarações, que o PTB iria tomar uma atitude "para enfrentar as bandalheiras e as violências".
- 6/1967 - Segue, em anexo, cópia de fotografias apreendidas com EDUARDO VERNEO MONIZ DE ARABO quando de viagem para Santa vides (OBS. É de se julgar que o subversivo, de marginação foi escrito erradamente).
- 14/6/1967 - Apresentou projeto, no qual a revisão das punições anexas das por Governador de Estado e escritas por funcionários civis e militares, poderia ser revista através requerimento a juízo, pois que, graças punições a Constituição não faz qualquer referência e, adante, faz referência às punições anexas do Grande Depressão da Revolução.

CONFIDENCIAL

GRau DE SIGILO

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 1 / 1 / 1968 Nº 717

INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM: BR BR B

REFERENCIA: _____

DISSEMINAÇÃO: _____

CLASSIFICAÇÃO	<u>SECRET</u>
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

BR
 (Continuação...)

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (preenchido pelo recebedor)
BR

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: _____

PARÂMETROS - País de origem ----- País/Área a que se refere

- 12/12/1967 - Discursou, em sessão, sobre a situação econômica do Brasil na Câmara.
- 13/1/1968 - Foi promoumente favorável às posições assumidas pelos líderes do Nordeste.
- 20/1/1968 - Criticou severamente a designação de militares para cargos civis. Em particular atacou o Coronel WILSON MACHADO de Almeida dos "representantes típicos do militarismo caboclo".
- 15/2/1968 - Estabeleceu em Montevideo contatos com JOSÉ GOULART e MACHADO BRIZOLA (Ver artigo do Jornal do Brasil de 13/2/68, em anexo).
- 23/2/1968 - Foi integrante da Frente Ampla, manteve contato, em Montevideo, com OSVALDO LIMA VIMAS e RICHARDO BAYMA ARGENT.
- 23/3/1968 - Após um dos vários acontecimentos ocorridos na GE entre policiais e estudantes declarou da tribuna da Câmara, em discurso: "Uma nova forma de vandalismo há de se perpetuar na sociedade da Nação. E em devido, uma conclusão para que BRASIL SEM O BRASIL".
- 15/3/1968 - Participou de reunião estatutária realizada em Brasília (Ver fotografia, em anexo).
- 20/4/1968 - Esclareceu no plenário do ingresso de CARLOS LACERDA, na Mesa.
- 16/5/1968 - Pronunciou na Câmara discurso em defesa do Padre CONRADO (esquerdista e subversivo).

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 1 / 1 / 1968 Nº 717

INFORME/INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM: 21 12 8

REFERENCIA: -----

DISSEMINAÇÃO: 212

(Continuação...)

AVLIAÇÃO	<u>212</u>
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo rece-
beiro) 212

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: -----

PARÂMETROS - País de origem ----- País/Área a que se refere

- 6/10/1967 - Fagundes, em anexo, cópia de discurso pronunciado pelo sen-
gundo na Câmara.
- 11/1/1968 - Fôz pronunciamento favorável às posições assumidas pe-
los bruxos do Nordeste.
- 21/2/1968 - Criticou severamente a designação de militares para cargo
civil. Em particular atacou o Coronel HELENA MARCOS de
modo-a dos "representante típicos do militarismo caboto-
cio".
- 11/2/1968 - Estava em Montevideo onde estabeleceu contatos com JORGE
COULART e ROBERTO BRIZOLA (Ver artigo do jornal de Montevideo
de 11/2/68, em anexo).
- 21/3/1968 - Foi integrante da Frente Ampla, mantinha contato, em Montevideo,
com OSVALDO LIMA FERRE e FRANCO SALVA ARGENT.
- 29/3/1968 - Após um dos sérios acontecimentos ocorridos na SE entre
policiais e estudantes declarou na tribuna da Câmara, em
discursos: "Esta nova forma de vandalismo há de se perpetuar
na memória da Nação. E em devido, uma conclusão
para que PROIBIRIA CONTINUA A DITADURA".
- 2/3/1968 - Participou da reunião estudantil realizada em Brasília
(Ver fotografia, em anexo).
- 10/4/1968 - Revelou-se partidário do ingresso de CARLOS LACERDA, na
SE.
- 16/6/1968 - Pronunciou na Câmara discurso em defesa do Padre COMBES,
(esquerdista e subversivo).

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / / 1968 Nº 7/7

INFORME/INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM: BR 12 1
REFERENCIA: _____
DISSEMINAÇÃO: _____

CONFIANÇA	XXXXXXXX
VERACIDADE	

(Continuação...)

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR _____

PAIS ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere

- 2/10/1967 - Segue, em anexo, cópia de discurso pronunciado pelo sagrado na Câmara.
- 13/1/1968 - Foi pronunciamento favorável às posições assumidas pelos bispos de Maréchal.
- 25/1/1968 - Criticou severamente a designação de militares para cargo civil. Em particular atacou o Coronel HEIRI RAYOS da unidade dos "representantes típicos de militarismo cabalele".
- 13/2/1968 - esteve em Montevideo onde estabeleceu contatos com JOAO GOULART e MICHEL ERIZOLA (Ver artigo do Jornal do Brasil de 13/2/68, em anexo).
- 21/3/1968 - Foi integrante da Frente Ampla, mantém contato, em reuniões, com OSVALDO LIMA FILHO e EDUARDO SALVA ANCHINI.
- 28/3/1968 - Após um dos sérios acontecimentos ocorridos na CB entre policiais e estudantes declarou da tribuna da Câmara, em discurso: "Não nova nome de vandalismo há de se perpetuar na memória da Nação. E em devido, uma conclusão para que ~~seja feita a justiça~~".
- 30/3/1968 - Participou de reunião estatutária realizada em Brasília (Ver fotografia, em anexo).
- 10/4/1968 - Declinou-se participante do ingresso de CARLOS LACERDA, na CB.
- 25/5/1968 - Pronunciou na Câmara discurso em defesa do Padre GONCALVES (segurista e subversivo).

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

717

MINISTERIO DA MARINHA
SERVICO DE INFORMACOES DA MARINHA

DATA / 23 / 12 / 1968 NR

CLASSIFICACAO/INFORMACAO/CONTABILIZACAO

ORIGEM: ~~XXXX~~
REFERENCIA: ~~XXXX~~
DISSEMINACAO: (Contabilidade...)

AVULSÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXXX~~

PAIS ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

que mantenha vivos, procurem estabelecer os limites de conquistas que lhe foram suprimidas mediante repatriação poderá salvar a um povo, uma vez mais sacrificado e oprimido de que da sua história de luta e de resistência - dignidade - a um povo que exige respeito aos seus direitos de dirigir-se autonomamente, de lutar contra a exploração e de reivindicar uma vida mais digna. Ao mesmo tempo o marginalizado deve ampla cobertura e divulgação, como sempre, para a internacionalização.

- 10/1/1968 - Fedin a transcrição, na íntegra, nos autos da Câmara de Deputados da carta enviada pelo Sr. JOÃO SOULART ao deputado JOÃO VICCHIO. (esta carta é o supra citado).
- 6/10/1968 - Defesa D. VICENTE BERNINI, Arcebispo de Porto Alegre, das acusações de outro deputado que tenciona e religião de esquerdista, dizendo que: "ser esquerdista não é crime, muito pelo contrário".

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMACOES DA MARINHA

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

INFORMACAO/INFORMACAO

ORIGEM: _____
REFERENCIA: _____
DISSEMINACAO: (Contabilidade...)

AVULSO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINACAO ANTERIOR: _____

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/Área a que se refere -----

que sustentam visões, procuram restabelecer os direitos
de conquista que lhe foram suprimidos mediante repulsão
podem sofrer a um povo cuja voz não é ouvida e cujo
objetivo de que da sua liberdade de expressão em liberdade -
liberdade - a um povo que exige respeito aos seus funda-
dos direitos de dirigir-se democraticamente, de lutar con-
tra a exploração e de reivindicar uma vida mais digna.
do trabalho social e marginalizado com ampla cobertura e divul-
gação, como também, a imprensa e a comunicação social.

- 20/12/1968 - Folia a transcrição, na Assembleia, nos termos da Câmara de
Deputados de carta enviada pelo Sr. JOÃO GOULART ao ex-
deputado JOSÉ VICINHO. (esta carta é a mesma citada).
- 1/10/1968 - Defendeu D. VICINHO BENEDETTI, Arcebispo de Porto Alegre, -
das acusações do outro deputado que tomava a religião -
de esquerdista, dizendo que: "um esquerdista não é de-
maiores, muito pelo contrário".

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

MINISTERIO DA MARINHA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: ~~BR~~

REFERENCIA: ~~BR~~

DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

EXETER/INFORMAÇÃO/DOCUMENTO

AValiação	
CONFIANÇA	EXE
VERACIDADE	EXE

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~BR~~

PAIS ADIDOS - País de origem ----- País/Área a que se refere -----

que enfrentam riscos, procuram estabelecer os limites de conquistas que lhe foram conquistadas mediante sacrifício pessoal e muitas vezes com sacrifício e esforço de que de sua natureza de natureza humana - dignidade - a um povo que exige respeito aos seus direitos de dirigir-se democraticamente, de lutar contra a exploração e de reivindicar uma vida mais digna. Ao mesmo tempo a margem de uma ampla abertura e divulgação, com ampla, rápida e internacionalização.

10/2/1968 - Folia a transcrição, em fotocópia, nos autos da Câmara de Deputados de carta enviada pelo Sr. JOÃO SOUZA ao deputado JOSÉ VICENTE. (esta carta é o supra citado).

6/10/1968 - Defesa D. VICENTE SCHENK, Arcebispo de Porto Alegre, das acusações de outro deputado que tenciona a religião de esquerdista, dizendo que: "um esquerdista não é o mesmo, muito pelo contrário".

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 712

MINISTERIO DA MARINHA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: INTE

INTERESSE/INFORMAÇÃO: INTE REFERÊNCIA: INTE

DISSEMINAÇÃO: (Confidencial...)

AVLIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>INTE</u>
VERACIDADE	<u>INTE</u>

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO INTERIOR: INTE

(preenchido pelo receptor)

REQUERIDOS - País de origem ----- País/Área a que se refere -----

- 27/7/1968 - Foi signatário de um pedido de indenização a DOS ENL...
DIA CANARA pela sua "ação espontânea" em São Francisco.
- 27/7/1968 - Pediu a criação de uma CTE para averiguar os motivos que -
levaram o governo a alienar a PMA em benefício da Alfa
Beta.
- 1/12/1968 - Jovem de Ministros. OMA... SOARES de sua
forma "comportamento punitivo nas interações pessoais
dentro do Governo". O Ministro da Justiça foi apontado -
como "o pior deles".
- 28/3/1968 - Felto a participar de reunião estudiantil, em Brasília,
juntamente com outros deputados.
- 27/1/1968 - Em entrevista a imprensa interpretou sua ação a respeito
de JOJO GOULART aos estudantes, clero e intelectuais, em
sua carta de 24 de agosto, como sinal de que ele é favor-
ável à articulação de URG com a oposição não convencion-
al. O trecho da carta, de JOJO GOULART, assinado pelo
marginalista foi: "desde algum tempo se reuniram pessoas de
ligações, se encontram com os estudantes, os deputados -
correntes de intelectuais se encontram em atos de pro-
testos. Através deles é que se busca por talhada nos seus
direitos de manifestação, se exprime politicamente para -
defender seus mais legítimos interesses. A todo momento
se busca agora os atos de insubordinação dos trabalhadores,

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

INTERESSE/INFORMAÇÃO ~~VII/VII~~

ORIGEM: ~~VII~~
REFERÊNCIA: ~~VII~~
DISSEMINAÇÃO: (Contínuo...)

AVLIAÇÃO	
CONFIANÇA	III
VERACIDADE	III

TIPO DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~VII~~

REQUISITOS - País de origem País/área a que se refere

- 2/1/1968 - Foi signatário de um artigo de solidariedade a DOM ESTER CANARA pela sua "ação espontânea" em São Fernando.
- 5/1/1968 - Fez a criação de uma CPI para apurar os motivos que levaram o governo a aliar-se com o PVA em benefício de Alfa Lima.
- 1/2/1968 - Assumiu de Ministros. GAMA e SILVA e RICARDO SOARES de sua parte "comportamento perverso em interesses nacionais dentro do Governo". O Ministro da Justiça foi acusado como "o pior deles".
- 20/2/1968 - Falta a participar de reunião estudantil, em Brasília, juntamente com outros deputados.
- 27/2/1968 - Em entrevista a imprensa interpretou sua ação a respeito de JOAO GOBIANI aos estudantes, como o intelectual, em sua carta de 24 de agosto, como sinal de que ele é favorável à articulação do MDB com a oposição não convencional. O trecho da carta, de JOAO GOBIANI, realçando sua marginação foi: "desde algum tempo os reuniões marcadas por ligações, os encontros com os estudantes, os debates e confrontos de intelectuais se converteram em atos de protesto. Através deles é que se nosse poro talhada nos seus direitos de manifestação, se exprime politicamente para defender seus mais legítimos interesses. A estes protestos se somam agora os atos de insubordinação dos trabalhadores."

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 717

MINISTERIO DA MARINHA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

~~MINISTÉRIO DA MARINHA~~ / INFORMAÇÃO ~~SECRETARIA~~

ORIGEM: MM

REFERENCIA: MM

DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVLIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>MM</u>
VERACIDADE	<u>MM</u>

TÍPOLO DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: MM

INDICADORES - País de origem ----- País/Área a que se refere -----

- 8/7/1968 - Foi signatário de um repórter de solidariedade e DOX MM...
POR CHARRA pela sua "ação espontânea" em São Paulo.
- 9/7/1968 - Pediu a criação de uma CDE para servir os motivos que -
levaram o governo a alinhar a "MM" em benefício da ALFA
Beta.
- 12/7/1968 - Assunto de Ministros. GAMA e SILVA e RICHARD SOARES de MM,
trazem "comportamento diferenciado nos inter-relacionamentos
dentro do Governo". O Ministro da Justiça foi acusado -
como "o pior deles".
- 23/8/1968 - Falta a participar de reunião estudantil, em Brasília,
juntamente com outros deputados.
- 27/8/1968 - Na entrevista a imprensa interpretou sua ação a respeito
de JOÃO GOUVIA nos estudantes, clero e intelectuais, em
sua carta de 24 de agosto, como sinal de que ele é favor-
ável à articulação de MM que é oposição não convenien-
cial. O trecho da carta, de JOÃO GOUVIA, realçado pelo
marginado foi: "desde algum tempo as reuniões ocorrem em
ligações, os encontros ocorrem de estudantes, os debates -
correntes de intelectuais se convertem em atos de pro-
testos. Através deles é que a nossa povo talvez nos seus
níveis de manifestação, se exprime politicamente para -
defender seus mais legítimos interesses. A estes protestos
se soma agora os atos de insubordinação dos trabalhadores,

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DO EXERCITO
I EX-11ª REGIÃO MILITAR
QUARTEL GENERAL
2ª SEC/EMR

Brasília - DF
Em 10 de julho de 1967.
P. 1478/67.

- 1. ASSUNTO: Deps Comunistas na Comissão de Segurança da Câmara
- 2. ORIGEM: SNI/ABSB
- 3. CLASSIF.: A-2
- 4. DIFUSÃO: EME, D2/DF, I EX, BGP, BPEB, 10º DC
- 5. REFERÊNCIA: Informe nº 130/SNI/ABSB, 04 Jul 67.



INFORME Nº 225/67

- 1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, não possui nenhuma "assessoria organizada"; e o que ocorre, é que deputados lançam mão de amigos, correligionários e de "cassados".
- 2. O ex-Cel CARLOS MOLINARI CAIROLI, reformado pelo AI, inteligente, cultura acima do normal, conhecedor profundo de energia atômica, ultimamente está sendo visto com a Deputada IVERN VARGAS, que não pertence a C.S.N. da CD, mas, é a ligação de vários deputados. Tudo faz crer, que seja o ex-Cel CAIROLI, o principal assessor.
- 3. Damos alguns dados a respeito:
 - a) o Dep JOÃO HERCULINO (MDB MG) está sendo muito útil aos seguintes parlamentares, quasi todos da Comissão de Seg. Nac.: Hélio Navarro (MDB SP), Gastone Righi (MDB SP), Caruso da Rocha (MDB RS), David Lerer (MDB SP), Paulo Macarini (MDB SC), Hermanno Alves (MDB GB), Mariano Beck (MDB RS), Márcio M. Alves (MDB GB), Broca Filho (ARENA SP), Mário Covas (MDB SP) e Mário Piva (MDB BA);
 - b) os deputados acima, se reúnem pelo menos uma vez por semana, no escritório de JOÃO HERCULINO, localizado no 24º and do Ed. da Câmara, antigo Gabinete do ex-FTB (ainda existe a logenda na parede), refúgio ideal para traçarem planos, pois, o escritório do MDB no térreo, seria de fácil contrôle de outros deputados da Arena e MDB;
 - c) a constância dos deputados citados, nos debates de "energia atômica, reforma agrária, anistia geral, votação direta, espancamentos de estudantes, etc.", com dados apresentados tecnicamente corretos, é que faz-nos parecer trazidos de uma "assessoria organizada".

ANEXOS: 2 Docs. em 5 fôlhas

!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

18 jul 67
Ficla
P...
T...

228

HÉLIO NAVARRO (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD.Paulista de nascimen-
 to, advogado, eleito Dep Fed pelo MDB SP em 15 Nov 66. Assinou manifes-
 to inflamando os estudantes, em agosto de 1964, à união pelas lutas
 contra a miséria, pelas reformas e contra o intervencionismo na FAC.
 Estêvo em comissão, no QG do II EX, para desagrevar o Gen KRUEL de
 críticas recebidas. Foi Presidente do Centro Acadêmico XI de agosto,
 lançou manifesto à Nação em que acusava o Ministro Suplicy de Lacerda
 pelos incidentes havidos na UNE/CB. Acusou, em programa de TV, o Exér-
 cito Brasileiro de "pelegos". ATIVIDADES COMO DEP FED 1967: em discurso
 acintoso contra os Srs Suplicy de Lacerda e Laerte Ramos, requereu
 CPI para apurar corrupção, descrédito, falência e ruína da UnB(26.4.67);
 no dia 29.5.67 da Tribuna, afirmou que as Forças Armadas estão propo-
 sitadamente ignorando o assunto "aerofotogramétrica" feito pelos nor-
 te americanos, que nada mais é do que a localização das nossas jazidas
 minerais. Aparteia sempre o Dep Clóvis Stenzel. É apontado como nar-
 xista, subversivo e de alta periculosidade, tendo sua área de ação nos
 meios estudantis de S. Paulo.

GASTONE RIGHI (MDB SP) - Titular da C.S.N. da CD.Paulista de nascimen-
 to, em 4 Jan 66, constava pertencer ao Setor Jurídico da Célula de San-
 tos e Litoral Sul Paulista do PC do Brasil. Prefere trabalhar nos cor-
 redores do Congresso; na Tribuna seus discursos são sempre de críticas
 contra atos recentes do Governo.

CARUSO DA ROCHA (MDB RS) - Vice-Presidente da C.S.N. da CD. Filho do
 falecido deputado BROCHADO DA ROCHA. É advogado, professor da Fac Dir.
 da UFRGS, pertenceu ao ex-PTE, ataca violentamente o Gov na TV e rádio,
 tem um tio cassado de nome João Sanderi Caruso. Na campanha política
 para sua eleição, na cidade de Três de Maio RS, foi assessorado pelo
 cidadão russo REINHARDT ADOLF RUPPEL, elemento de ligação de Wilmar
 Laborda. Os temas preferidos para seus discursos são: nacionalismo,
 combate ao capital espoliativo e reacionário norte-americano, além
 de violentos ataques em apartes ao Governo Federal.

DAVID LERER (MDB SP) - Comunista reconhecido por sua atuação em SP.
 Requereu CPI para apurar culpa de Reitor Laerte Ramos de Carvalho nos
 últimos acontecimentos na UnB (1967). Tem recebido destacada promoção
 propagandística de suas atividades na "ULTIMA HORA". É Titular da C.
 Seg Mac da CD, vem se destacando nos apartes sempre violentos contra
 tudo que seja da Administração Pública, especialmente, AIO do Gov CB
 e Anistia Geral.

PAULO MACARINI (MDB SC) - Advogado, fundou a Escola Técnica de Comér-
 cio de Capinzal (cidade onde nasceu), estabelecimento de ensino grátis.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

Nº. PROCCSS. 182.2.P. 110

Foi vereador da C. Municipal de sua terra de 1957 a 1963. Em 1962 eleger-se dep federal pelo PRB, é membro da Comissão de Seg Nacional e da Comissão de Minas e Energia. Deseja a reforma agrária, mediante reforma constitucional. É municipalista, cooperativista, acreditando na convivência pacífica entre o socialismo e a democracia, e é ideologicamente esquerdista.

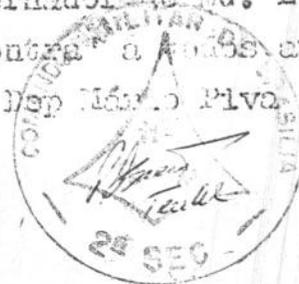
↑
HERNANCO ALVES - Jornalista, Comunista ligado a JG. Eleito Dep Def pelo MDB GB, em 15.11.66. Autor de uma série de artigos sub-revolucionários e subversivos. Assinou o "Manifesto dos Intelectuais", em 1965. Muito ligado aos meios estudantis. Ligado a AP. Colaborador do semanário comunista "Reunião". Assinou o manifesto "Intelectuais são contra a Intervenção dos EUA no Caribe. Colaborador do jornal "Brasil em Marcha". Manifestou-se contra a candidatura de CS. Dirigente da Ação Democrática, 1956. Assinou manifesto de apoio aos direitos dos estudantes, quando estes, saem a rua", 1966. Está ligado ao movimento da Frente Ampla. Participou ativamente para o desenvolvimento do comunismo no País. É membro da C.S.N. na CD. Autor do requerimento de convocação do Ministro do Exército para depor sobre CAPARAO (1967). Em 22.5.67 discursou em plenário, criticando duramente a política exterior do Brasil.

↑
MARIANO BROK (MDB RS) - Primeira Legislatura federal. Amigo pessoal do Sr IB, mantém ligações autênticas com o mesmo. Dia 10 de maio 1967, retornou de Montevídeo onde se avistara com os Srs JG e IB; sua visita aos dois exilados foi em função de "pombo correio". É o representante de Brizola na CD. Já foi Secretário de Educação e Cultura do Gov do Rio G. Sul. Exerceu outras funções públicas, sempre relacionadas com Educação. No dia 31 de maio de 1967, defendeu na Tribuna o Dep MARCIO ALVES, no episódio do livro "TORTURA E TORTURADOS", defesa com muito ardor. É autor de um Projeto de Lei dispendo sobre revisão judicial das medidas tomadas pelos Governos Municipais e Estaduais, com base nos AIs.

↑
MARCIO MOREIRA ALVES - Jornalista da GB. Primeira legislatura federal. Pertence à Comissão de Educação e Cultura, titular, e suplente da C. Minas e Energia. Eleito pelo MDB GB, apoiado pelos esquerdistas da GB. Tem se destacado pelos apertes sempre contra tudo do Governo. Ficou conhecido pelo "caso" do seu livro apreendido "TORTURAS E TORTURADOS". É esquerdista muito ativo.

↑
JOÃO HERCULINO. - Sua pretensão é eleger-se Governador de MG. É membro da C.S.N. da CD. Demonstra sempre "ser do contra" a tudo que os governamentais. No dia 19.5.67, aprovou a tese do Dep Manoel Piva de que

CONFIDENCIAL



"o SNI é que estava fazendo a confusão dos estudantes universitários". No seu escritório dentro das dependências da Câmara dos Deputados (24º and) é que se reúnem os deputados aqui epigrafados. Muito popular entre seus pares, sem muita cultura, porém, muito útil para certas manobras dos esquerdistas.

↖
① BROCA FILHO (ARENA SP) - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEG NAC da CD. Advogado, industrial, e pela qualidade de proprietário da "Fábrica Reunidas Brasil Industrial", considerada de interesse militar, é muito solicitado pelos seus pares para consultas.

↖
① MÁRIO PIVA (MDB BA) - Jornalista profissional desde 1951, economista em empresas privadas, foi assessor da Associação Comercial da Bahia e do Instituto do Cacau e Diretor da Cia. de Energia Elétrica da Bahia. Era suplente da bancada pessedista na Câmara Federal, tendo assumido o mandato a partir de 14 de abril de 1964, depois da cassação dos direitos do seu amigo Fernando Santana. É vice líder do MDB, é titular da C. de Economia, e vem se destacando ultimamente pelos ataques duros feitos aos Órgãos Públicos, e no caso recente da verba para o SNI, disse "esta verba se presta para o Governo utilizar os homens de caráter fraco, útil aos homens de formação pouco firme, para levarem informações, muitas vezes falsas...". Tem grande participação nos debates de Tribuna na Câmara, faz o jogo dos comunistas, muito embora se diga centrista. Autor de uma carta falsa contra Jutai Magalhães.

↖
① MÁRIO COVAS (MDB SP) - LÍDER DO MDB na Câmara, é engenheiro civil, de grande capacidade profissional, professor de Matemática e Física, e já lecionou também Química e Eletrotécnica. Elegeu-se em 1962 pelo PST, em campanha pelo Sr Jânio Quadros. É sempre visto em companhia de comunistas notórios. Pertenceu a UNE de Santos, tendo nesta ocasião participado de várias reuniões do PC na área estudantil. Amigo pessoal de Brizola. Já visitou a Rússia, convidado que foi do CCPC. Jovem, atuante, muito hábil e com grande penetração no Congresso, inclusive em áreas da Arena. No dia 4 de maio de 1967 esteve em Goiânia falando na TV e na Rádio, fazendo campanha anti-americanista. ATUALMENTE, nada se faz no MDB, sem sua opinião, e é considerado por todos o verdadeiro líder do MDB no País.

!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!



CONFIDENTIAL

Nº PROCCSS. 182.2, P 122

NOME: CARLOS MOLINARI CAIROLI

FILIAÇÃO:

NATURAL DE:

PROFISSÃO: MILITAR (Cel Ref) AI

RESIDÊNCIA:



DATA	FONTE	HISTÓRICO
17/9/64	SNI/ARJ INF 3089/64	Durante a sua estada na Direção do DFSP, nomeou para o cargo de Corregedor o Dr MARCHILLES SCORZELLI - elemento conhecidamente corrupto. (ACE 384/64) -wtf-
30/10/64	MIN AER INF 9/GM-2	Quando Chefe do Serviço Contra o Contrabando, envolveu-se, na Guanabara, em descaminhos tais como Wiski e papel linha d'água, pertencente ao Sr. AUREO DE MOURA ANDRADE. (ACE 958/64) -wtf-
1964	SNI/ARJ INF. 3150 01/10/64	Encaminhado ao SNI/ARJ, de ordem do Chefe do SNI (O DOCUMENTO) (ACE 675/64) -wtf-
08/03/65	ESCAV NG INF 117/65 A-1	Era elemento de ligação de ANA CALEFFI. (ACE 440/65) -wtf-
18/03/65	ESCAV NG INF 131/65 B-2	É intimamente ligado a ANA CALEFFI, sendo considerado "POMBO CORREIO" dos asilados. (ACE-513/65) -wtf-
1965	ACUSAÇÃO F-6	Por ocasião de uma greve em Sobradinho, efetuada por candangos desempregados, compareceu (O marginado) ao local onde arranjou emprêgo no DFSP aos líderes do movimento. Mandou susstar sindicância contra SILVESTRE GOMES FERREIRA - falsário de diplomas de odontólogo. (ACE 1829/65) -wtf-
1965	RELATÓRIO IPM/TCB	Indiciado no IPM/TCB - Art 4º, item II da Lei 1802, de 05/01/53, por omitir-se quando solicitado, ao Chefiar o DFSP, a defender o patrimônio daquela Sociedade, por ocasião de uma greve em agosto/63, que culminou com o quebra-quebra em vários ônibus da Empresa e incêndio de um Honobloco. (ACE 2146/65) -wtf-

CONFIDENTIAL

CONFIDENCIAL

NOME: CARLOS MOLINARI CAIROLI

F. 02

17/02/66	11ª RM INF 65/66 F-6	Ligado a Operação Bananal. (ACE 138/66) -wtf-
1966	CERTIDÃO	Indiciado no Proc 3715, instaurado para apurar irregularidades na TCB, artigos 2º, IV, 5º e 12º da Lei 1802, de 05/01/53. (CERTIDÃO FORNECIDA PELA JUSTIÇA DO DF). (ACE 591/66) wtf-
1966	MICRO FILME	Indiciado em IPM 10º BC, para averiguar movimento estudantil de 21/09/66. (ACE 996/66) -wtf-



CONFIDENCIAL

U H

POLÍTICA NACIONAL

Ultima Hora - 13-5-67

ARENA
ÊXITO SÓ COM GOLPE

Senador dos mais atuantes no cenário político nacional — menos na Câmara Alta que em recente função executiva que exerceu — dizia ontem que os últimos pronunciamentos dos Ministros Hélio Beltrão e Delfim Neto, particularmente o deste último em recente homenagem recebida em São Paulo, deixaram claro que o Governor Costa e Silva não aceitará condicionamentos que lhe sejam impostos, ou pelo menos tenta demonstrar isso. Vê o citado senador um saldo positivo nos últimos lances governamentais, apesar de esboçados com timidez: o anúncio da manutenção de uma independência de ação política e administrativa. Acha, mais, que isso agrava o quadro político brasileiro, entendendo que, se algumas forças tentam o condicionamento e são repelidas, só lhes resta partir para a pura e simples derubada do que se lhe antepõe. Ao fazer tal afirmativa, o congressista, obviamente, dizia que todos os que acreditam na cisão entre o grupo da «Sorbonne» e o atual Governor devem passar a raciocinar pura e simplesmente em termos da eventualidade de um golpe contra o Governor atual.

Já no terreno da ilação, o parlamentar passou a fazer a pergunta clássica da técnica policial. Passou a perquirir «a quem interessa o crime», em termos dos grandes nomes da política nacional. Fixou, então, como pressuposto, que Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda já deixaram claro que a solução Costa e Silva se não é a melhor «é menos ruim que qualquer administração Castelo Branco». Foi então que abordou a situação do ex-Presidente Jânio Quadros, que, durante toda a gestão anterior esperou — e manteve contatos pessoais com o General Golbery do Couto e Silva que justificavam isso — a devolução dos seus direitos políticos. Lembrou mais que a punição contra Quadros foi iniciativa do então membro do Comando Revolucionário General Artur da Costa e Silva, que, por isso mesmo, não deverá tomar, como Presidente da República, a iniciativa de restituir-lhe a cidadania plena.

Para completar, lembrou que no seu Governor, ao pregar a «verdade cambial», Quadros pôs em prática a política monetarista que anos depois Roberto Campos imporia à Nação. Mais ainda que, após renunciar, o único telegrama de general recebido por Quadros, que levava assinatura de Humberto de Alencar Castelo Branco, era de apoio à atitude e possibilitou uma série de in-

terpretações. Não bastasse isso, ainda lembrou que, ao assumir o Governor, Quadros determinou a abertura de vários inquéritos em repartições federais, autênticas antecipações do que seriam os IPMs posteriores à queda do Governor Goulart.

Sôbre Sumiço

Foi um professor da Fundação Getúlio Vargas quem descobriu o sumiço de um artigo na nova Constituição. Trata-se do Professor Paulo Bonavides, que, convidado para fazer uma conferência no Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação, começou a estudar a Carta atual.

Estranhou, então, a ausência de um ponto básico em qualquer Carta Magna, que nem a Constituição de 1937 omitiu: a forma de readquirir os direitos políticos, tradicionalmente autônoma no Direito Constitucional brasileiro. Quarta-feira pela manhã esteve com o Deputado Ernâni Sátiro denunciando o fato. No mesmo dia, à tarde, esteve com o Senador Josafá Marinho e procedeu da mesma forma. A notícia foi até Brasília e lá o Deputado Adolfo de Oliveira, que redigira o artigo sumido, tornou pública a denúncia.

Anistia

Do Deputado Flôres Soares, eleito pela Arena gaúcha: — Redemocratização do País e pacificação política somente serão alcançadas mediante a decretação de anistia ampla para todos os políticos punidos em função do Movimento de 31 de março de 1964. Os punidos por ações políticas não passam de vencidos. E a tradição brasileira sempre pregou o respeito aos derrotados. Digo isso como derrotado em 1922.

O representante do Rio Grande do Sul fez ressalva apenas quanto aos punidos por peculato ou malversação de dinheiro público. Para esses, propõe a instauração de inquérito e que sejam julgados por Juizes togados, com amplo direito de defesa, mas não a anistia.

Resposita

Com longa argumentação, o Senador Antônio Carlos Konder Reis procura mostrar que a omissão do dispositivo constitucional denunciada não existe. Mas, se existir, afirma éle que assume toda a responsabilidade por ela.

Em síntese, diz o senador que presidiu a Comissão Especial responsável pela configuração da nova Carta a omissão é compensada pela letra «o» do número 17 do artigo 8.º da nova Carta, que dá à União competência para legislar sôbre cidadania. Mas repete sempre que, se houve erro, a Nação deve considerar ter ouvido o seu «errei sim».

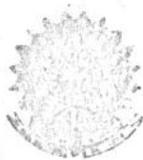
Na Arena

Entende o Deputado Aluisio Alves que a reforma do programa da Arena, ora tentada por uma Comissão presidida pelo Senador Carvalho Pinto, está mostrando uma série de realidades da Organização situacionista. Duas delas, afirma, são gritantes, a saber: o total afastamento do povo e a descrença dos próprios parlamentares na Organização.

Em abono do que disse, revelou que o Senador Carvalho Pinto ao reunir-se com a Arena de Minas Gerais somente conseguiu juntar menos de um terço dos seus membros.

Várias

Do Senador Nei Braga: — Sou a favor da revisão, mas não agora. Agora a Nação precisa é de paz para o atual Governor obter êxito em sua missão *** Desmentidos diversos foram feitos ontem à notícia de que o ex-Presidente João Goulart já teria mandado revelar a disposição de receber em Montevideu o ex-Governador Carlos Lacerda. *** Passando pouco tempo no Senado, o líder do Governor Daniel Krieger explicava que recente indicação do Marechal Costa e Silva para ocupar importante posto caíra no Senado por deficiência do curriculum vitae do elemento indicado. Segundo éle não houve interferência política e os senadores votaram secretamente e como magistrados. *** O Jornalista Hélio Fernandes deporá terça-feira próxima na CPI do dólar, em Brasília. Será o primeiro cassado a depor perante o Legislativo. A iniciativa da convocação pertence ao Deputado oposicionista Erasmo Martins Pedro.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA N.º /SNI/ABSB/19 68
(SC-3/016)

Data: - 28 Mai 68
Assunto: - MOVIMENTO SINDICAL-ESTUDANTIL
Referência: -

A - DADOS CONHECIDOS

1. Em contatos mantidos nos meios sindicais e estudantis, bem como com parlamentares da oposição, pode-se dizer que está em preparação um movimento unificado, daquelas áreas, para deflagrar possíveis agitações no país, a partir do mês de junho p/vindouro, com apoio do clero socializante, tendo seus principais focos nos Estados de SP, GB, MG, PE, PR, PI, MA, RN, PB, ES e GO.
2. Esse movimento, que vem sendo esquematizado em bases avançadas das áreas acima mencionadas, consistirá dos seguintes pontos:
 - a. Planificação e execução de movimentos dentro dos esquemas postos em prática pelos estudantes e trabalhadores franceses;
 - b. deflagração de greves gerais nos grandes Estados, atingindo transportes, energia, gás, indústrias, bancos, etc.;
 - c. Sabotagens, terrorismos, colocação de barricadas, ocupação de Universidades, fábricas, ferrovias, emprêsas de navegação marítima, portos, destruição de pontes, incêndios e ocupação de emprêsas de comunicações;
 - d. Comemoração do dia 26 de julho data do aniversário da revolução cubana. Será uma comemoração ruidosa inclusive com passeatas;
 - e. exigência de anistia ampla e irrestrita para os presos políticos; libertação imediata dos presos políticos condenados;
 - f. derrubada do Governo Revolucionário;
 - g. gritos de Constituinte, guerra civil, volta do FCB à legalidade, contra o FMI e o imperialismo ianque;
 - h. nacionalização das emprêsas estrangeiras.

(Continuação do PEDIDO DE BUSCA Nº

/SNI/ABSE/68, de 28 Mai 68).

3. Tal movimento está penetrando profundamente no meio estudantil que, como força de vanguarda irá a frente, secundado pelas entidades sindicais.
4. São citados, como possíveis líderes políticos, capazes de dirigir as massas amotinadas, entre outros os seguintes:

- LEONEL BRIZOLA PN-10
- MIGUEL ARRAYS PN-024
- CARLOS LACERDA PN-018
- MÁRIO COVAS PN-55
- HERMÃO ALVES TN-85
- MARIANO BECK =
- JOSÉ MARTINS RODRIGUES =
- OSVALDO LIMA FILHO =
- CÂNDIDO ARAGÃO =
- OSVALDO FACHECO DA SILVA =
- JUSCELINO KUBISTCHEK DE OLIVEIRA PN-04
- JOÃO GOULART PN-06

Quanto aos exilados acima citados, surgirão no país na hora "H".

B - DADOS SOLICITADOS

1. Veracidade
2. Aprofundamento
3. Outros dados julgados úteis.

DIFUSÃO: 29/79DN - CIE/ADF - 29/11ARM - GM/2 - 29/68ZA6 - 29/ICPM -
29/PA-DP - DPF e SSP/DF

metar'a d'queles planos e daqueles programas já anterior e antecipadamente aprovados.

Programas que se tem em ra alcançar essas metas. O Orçamento Plurianual clusivamente de capital. expressão consagrada no te...
"Orçamento

CONGRESSISTA: *MARIANO BECK*
PROJETO Nº _____ CAMARA _____
Nº _____ SENADO _____
DC de *29/11/67* CD-SECON Pg *8322*
DO Nº _____ / de _____ / _____

Consolidação de Brasília

todos os órgãos governamentais para Brasília, ainda que tal medida exija mais um esforço da Nação. O que não pode, não deve, continuar, é a atual dicotomia, cuja tendência é para a anarquia. Por tudo isso, como disse, inicialmente, o Presidente, a República conta com a solidariedade e apoio de todos os brasileiros, ou da sua imensa maioria, quando adota providências para consolidação da jovem, bela e já-majestosa capital da Nação.

Entretanto, Sr. Presidente, alguns dos auxiliares diretos, imediatos de S. Exa. não estão correspondendo aos planos presidenciais, no que tange a transferência para cá dos setores administrativos sob sua responsabilidade, bem como quanto à diligência e o empenho na solução dos problemas de Brasília, que dependem de suas decisões. Vamos ser mais claros, Sr. Presidente: alguns departamentos do Governo estão obstaculizando as ordens e os propósitos do Presidente da República; uso o termo obstáculo para não usar a expressão própria, que seria sabotagem.

É o caso, por exemplo, do Ministério do Planejamento, que aqui mantém, a título de representação cerimonial, apenas dez funcionários, e a cuja jurisdição está submetida a CODEBRAS. Pois bem, Senhores Deputados, estamos seguramente informados de que esse órgão, a CODEBRAS, fundamental para Brasília, sem dúvida nenhuma eficiente e dirigido por um grupo de homens da melhor estirpe, há mais de seis meses espera pelo Sr. Hélio Beltrão que não despacha processos da maior importância para o seu regular funcionamento e para o desempenho das tarefas que lhe são próprias. O Ministro do Planejamento não só não despacha, não como, ainda, cria dificuldades, de maneira de contornar os problemas sem resolvê-los, evidentemente com danosos reflexos na vida desta cidade.

E o Banco do Brasil, Sr. Presidente, por que não acelera a sua transferência? Ai está esse vasto edifício, com enorme espaços vazios, cedendo lugar para vários outros setores da administração. Dezenas e dezenas de apartamentos estão prontos e fechados à espera dos seus moradores, funcionários que já deviam estar trabalhando em Brasília.

É necessário que se diga a verdade, Sr. Presidente. Essa história de que Brasília ainda não oferece condições para funcionar como Capital Federal é conversa.

Brasília não possui, sem dúvida, as atrações do Rio de Janeiro. Aqui não existem as boates, as praias, toda aquela gama de atrações mundanas características da Cidade Maravilhosa. O trabalho em Brasília não é amenizado pelos encantos da vida social e particular que são próprios do Rio de Janeiro. Aqui, todos, estão sob a vista de todos.

Porém, em Brasília, as condições de trabalho são hoje muito melhores, evidentemente, para quem, acima das suas preferências e interesses pessoais, coloca os supremos interesses da Nação.

Atente o Marechal Costa e Silva para o que se vem passando a seu redor. Preste atenção nas atitudes e na maneira de agir de alguns de seus subordinados de maior categoria, se não quiser que as suas afirmativas e propósitos, a respeito da consolidação de Brasília, passem para a história como decisões tomadas sem seriedade ou como ordens de um chefe que não teve pulso para fazê-las cumprir. *(Muito bem)*.

O SR. MARIANO BECK:

(Lê) — Sr. Presidente, certamente todos aplaudimos, inclusive nós da Orosição, as reiteradas manifestações do Presidente da República a respeito de seu propósito de consolidar Brasília, transferindo para a sede constitucional do Governo do País, os órgãos da administração pública, ainda instalados no Rio de Janeiro.

É de justiça registrar que esta Capital tomou um novo impulso com o advento do Marechal Costa e Silva. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Brasília já oferece todas as condições de vida e de conforto aos seus habitantes e a todos quanto aqui estão trabalhando.

Há pouco tempo o Ministro da Fazenda em declaração à imprensa fazia notar que para cada problema resolvido em três dias em Brasília, no Rio de Janeiro são precisos três meses. E é verdade. Fiz a experiência, ou melhor, renovei a experiência, também há pouco. Passei quatro dias no Rio tentando solucionar dois casos um no próprio Ministério da Fazenda e outro no Ministério da Educação; porém, voltei no mesmo. A administração não funciona no Rio de Janeiro, a não ser à custa de pisto-lão, de influências pessoais, de amizade ou sob a ação direta dos altos dirigentes do Governo. Todas essas circunstâncias, aliadas a outras que não vem a pelo mencionado, exigem, urgem, a transferência definitiva de

de rodagem que há necessidade de um amplo programa de melhoria de rodovias, antes que a rotina de manutenção possa realmente ser iniciada. Mais adiante:

"As especificações para um caminhão basculante de cinco jardas cúbicas foram elaboradas com revisão para qualquer condição de operação no programa de melhoria na manutenção das rodovias das estradas sulinas e ainda realizadas dentro dos limites legais permissíveis na área."

Vejam V. Exas. o que está ocorrendo no caso desse financiamento:

Os Estados Unidos da América, através dos órgãos competentes, elaboraram uma programação que deve ser seguida por este país ao sul do Equador. Então, mandam para cá as especificações que representam uma mera imposição de um tipo ao Brasil, um tipo que, por sinal, coincide com apenas um caminhão no mundo, o fabricado pela Ford dos Estados Unidos. Nem a Ford do Brasil tem condições de fabricar esse tipo de caminhão. Não que seja melhor do que o caminhão fabricado pela FNM, pela Mercedes Benz ou pela Scania-Vabis.

Tenho aqui uns estudos, mas não quero roubar o tempo da Casa. Poderia entrar em minúcias na análise desses estudos. Mas na análise feita pelo órgão técnico da Fábrica Nacional de Motores, comparando as especificações do tipo de caminhão que a USAID está oferecendo ao Brasil com as do tipo de caminhão fabricado pela FNM, há uma conclusão muito clara que diz o seguinte:

"As poucas especificações que não atendemos estão plenamente justificadas, não sendo técnico o motivo do não atendimento."

Está demonstrado nesse estudo que, inclusive, os caminhões da FNM se adaptam mais às condições do Brasil do que esses caminhões que os Estados Unidos querem impor aos Departamentos de Estradas de Rodagem.

Mas as especificações são tão gritantes que chegam a impor a própria cor dos caminhões. Têm de ser amarelos. Está dito em inglês, em termos técnicos: "highway yellow".

Outras especificações são feitas de acordo com a orientação de entidades americanas.

A Fábrica Nacional de Motores não teve condições de dizer se podia ou não cumprir aquelas especificações, que obedeciam a exigências de uma instituição norte-americana, a AICC, porque ela não as conhecia ainda; no futuro, as fábricas nacionais de caminhões poderão ter condições de atender aquelas especificações, mas por enquanto elas não têm essas condições, pois no Brasil ninguém sabe o que são.

Trago, assim, este fato ao conhecimento da Casa e da Nação. Penso que será uma transação tremendamente ruínoza para a economia do País. Temos três fábricas aqui que produzem caminhões praticamente iguais a estes que atendem as especificações norte-americanas. Possuímos a FNM, a Mercedes Benz e a Scania-Vabis. Se é uma luta de grupos americanos contra grupos nacionais e europeus, é outra coisa. Quer-se comprar caminhões fabricados nos Estados Unidos pela Ford, quando o Brasil tem condições de fabricar caminhões praticamente iguais, mas que não podem adaptar-se a esse tipo de especificação, porque só existe uma fábrica no mundo que tem caminhões com essa especificação.

Antes de encerrar estas rápidas considerações, quero trazer as minhas homenagens ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, que, ao receber da USAID a proposta de financiamento de NCR\$ 1.000.000 para compra de 340 caminhões, dirigiu ao Presidente da Fá-

brica Nacional de Motores uma carta, em que demonstrou a sua preocupação com o fato, dizendo a certa altura o seguinte:

"Ocorre, porém, que na documentação fornecida pela agência financiadora da USAID incluiu-se o estudo feito pelo "Bureau of Transportation do Federal Administration of Public Roads", a respeito das especificações dos caminhões a serem financiados, sobre que certo departamento nos Estados Unidos dirigiu consulta a alguns fabricantes de caminhões. A respeito das conclusões apresentadas depreende-se que o referido material deveria ser importado dos Estados Unidos por razões de ordem técnica."

Ao final, o Dr. Plínio Pessoa, Diretor-Geral do Departamento do Paraná, diz o seguinte:

"Ressaltamos que não poderemos aquiescer nesta importação tranquilamente, sem considerar a existência da indústria automobilística nacional e seu direito de primazia no mercado brasileiro".

A autoridade de um Governo de Estado já está a se rebelar contra essa verdadeira monstruosidade que se quer impingir aos governos estaduais.

Louvo, por outro lado, o espírito nacionalista, patriótico, do atual Presidente da Fábrica Nacional de Motores, que, ao responder à carta do Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, teve o cuidado de demonstrar aquela autoridade que o caminhão americano, na forma daquelas especificações, não é melhor do que o fabricado pela FNM. E S. Sa. entra em detalhes técnicos, analisando com vagar, item por item, as especificações.

Estão aqui todos os documentos que dizem respeito a essa transação, os quais demonstram, em seus diversos itens, que o caminhão brasileiro, caboclo, FNM, é muito superior aquele que se pretende impor ao Brasil.

Ao louvar a posição dessas duas autoridades quero chamar a atenção desta Casa, neste final de sessão legislativa de 1967, para que cada um de nós se transforme num advogado da causa brasileira, procurando impedir dentro de nossas possibilidades, essa ruínoza transação.

O Sr. Unirio Machado — Ouço já praticamente o fim do discurso de V. Exa. Não tive a felicidade de ouvi-lo todo, uma vez que estava atento a um outro compromisso na Casa. Sinto, no entanto, a importância do discurso que V. Exa. proferiu nesta oportunidade, a justeza dos conceitos que emite e o espírito nacionalista de que está impregnado. Pena que V. Exa fale somente agora, neste fim de sessão, quando poucos são praticamente os congressistas que têm a oportunidade de ouvir V. Exa. Entendo que a matéria que V. Exa. está abordando é daquela que devem ser do conhecimento geral do Congresso e da Nação, porque, efetivamente, se me afigura ruínoza uma transação imposta, um financiamento que é concedido apenas para que a transação se faça, com as características determinadas, com firmas previamente estabelecidas, estrangeiras ou, particularmente, norte-americanas. A transação dessa forma é uma imposição contra o interesse nacional, de vez que temos, na indústria automobilística nacional, condições para produzir os caminhões necessários, de igual ou superior qualidade à daqueles que estão sendo impostos, através de uma falsa ajuda ou de uma falsa Aliança para o Progresso.

O SR. MATHEUS SCHMIDT — Agradeço o aparte de V. Exa. e incorporo, com satisfação, ao meu discurso.

O Sr. José Colagrossi — Nobre Deputado, não quero argumentar quanto ao absurdo que representa para os interesses nacionais a compra desse equipamento. Quero pensar, juntamente com V. Exa., numa tentativa de solução para isso. Durante o ano em curso tive conhecimento de que, por intermédio do Ministério das Comunicações, seria feita uma importação, no valor de 40 milhões de dólares, de material de telecomunicações já implantada no Brasil. Embora toda ela seja de capital estrangeiro, cabe-nos prestigiar a indústria já existente no Brasil. Preocupado com o assunto, convoquei o Ministro das Comunicações para que viesse a esta Casa. S. Exa. compareceu à Comissão de Transportes e, na oportunidade, pudemos discutir com S. Exa. as desvantagens que essa importação representava para o País. O Sr. Ministro desistiu dessa operação, que também era sob o mesmo tipo de ajuda a que me referi em aparte ao nobre Deputado Jamil Amiden. A denúncia que V. Exa. traz à Casa na data de hoje, relaciona-se com um caso semelhante. Costaria que V. Exa. sugerisse à Mesa uma fórmula para que, nestes poucos dias que restam até o término da legislatura, se impedisse a concretização dessa operação, tremendamente danosa para o País, ainda mais tratando-se de caminhões que exigem manutenção, exigem reposição de peças. Depois de três meses rodando, precisam peças. Não havendo, no Brasil, uma infraestrutura para fornecimento de peças desses tipos de caminhão, esse material ou virá a sucata e ser abandonado, ou representará um custo muito grande em dólares, para o Brasil.

O SR. MATHEUS SCHMIDT — Agradeço o aparte de V. Exa. e de bom grado examinaria depois com V. Exa. alguma medida que no campo parlamentar pudessemos nos outros tomar para evitar essa transação. Talvez conseguíssemos isso com a convocação do Sr. Ministro dos Transportes para comparecer a esta Casa e prestar esclarecimentos.

Devo adiantar à Casa, como já mencionei no primeiro pronunciamento que essa transação gira em torno de mil caminhões, talvez mais. Só o Estado do Paraná, como já disse, compraria 340 caminhões. Ao Rio Grande do Sul estão destinados 280 caminhões. Veja V. Exa. que é uma transação grande vulto, que vem comprovar, mais uma vez, que a propalada ajuda externa, termina sendo apenas um negócio de uma empresa americana. O que se faz através da Aliança para o Progresso, neste caso específico, é apenas financiar órgãos do Governo do Brasil para comprarem da indústria dos Estados Unidos. Não há, pois, que se falar em sua ajuda externa.

O Sr. Unirio Machado — Representando assim um golpe de morte na indústria automobilística nacional, especialmente nas fábricas que se destinam especificamente à produção de caminhões. Elas são especializadas e vêm cumprindo a contento o seu programa. Sabemos que os caminhões nacionais são efetivamente tão bons como os estrangeiros e que alguns deles até superam estes caminhões.

O SR. MATHEUS SCHMIDT — V. Exa. tem razão, nobre Deputado.

Deixo, então, resultado para a Casa e, através dela, para a Nação a importância deste problema a fim de que procuremos dentro das nossas possibilidades parlamentares evitar a transação e os homens do Governo, alertados da monstruosidade de que se pretende fazer, compreendam que assim não se pode dirigir os destinos do País que assim não se pode promover o nosso desenvolvimento econômico. (Muito bem, Palmas).

Paraná
 Alameda Costa - AR...
 Ryalho - ...
 giosos, tend...
 s... de Cons...
 a Inst...

CONGRESSISTA: MARIANO BECK
 PROJETO Nº CAMARA
 Nº SENADO
 DC de 30/11/67, CD-166A Pg 2404
 DO Nº: / de / /

Reportagem da Realidade
Realidade


O SR. MARIANO BECK

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, peço desculpas aos eminentes colegas por lhes estar ocupando a atenção a esta altura dos nossos trabalhos. Cumpro, porém, um dever assumido com a liderança de meu partido. E, não de ver V. Ex^{as}, o assunto um comentário a respeito de uma reportagem publicada hoje sobre o Congresso Nacional, é digno de atenção.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o interessado pelos estudos da ciência política, mesmo o mais modesto, como orador que ocupa a tribuna neste instante (não apoiados), não escapará o dever de investigar as causas conformadoras do ambiente social em que se situa um povo.

Para pesquisa desse nível deve interessar ao analista unicamente a expressão da verdade. As paixões subalternas tumultuam o processo de análise e por cegarem o observador, conduzem o tema à invalidade histórica.

Desejando dimensionar aqui a crise cíclica que subverte o quadro interno do País, entendi necessário, Sr. Presidente, compor a torturada imagem da vida brasileira destes dias, utilizando-me de vários subsídios de incontestável procedência. Os processos que regem a deflagração das revoluções, especialmente das revoluções modernas, se têm inspirado quase sempre, senão invariavelmente, na atualização das estruturas econô-

micas, tal a força do ideal renovador que anira todo, quantos chegam ao poder com a interrupção da ordem jurídica. Esses critérios, todavia, Srs. Deputados, não são aplicáveis a todos os fenômenos de natureza política porque, em determinados casos, temos de atentar para a irrupção de simples colapso de uma ordem governamental, de tal circunstância decorrendo a deposição de chefes de Estado. São, via de regra, fatos surdos, vívidos e passados entre grupos militares dominantes sob inspiração e com a conviência de determinadas correntes políticas. Estaríamos incorrendo em erro, em erro, em erro de semântica, Sr. Presidente, se acaso interpretássemos como revolução, como comoção social, o incidente político-militar de 31 de março de 1964.

Revolução é a evolução com mais força. As revoluções destroem velhos regimes e se impõem, em virtude de sua mensagem nova. No caso brasileiro, assinale-se, há um movimento que interrompeu a ordem constitucional estabelecida e que atua ainda hoje, apesar de institucionalizada, contra o tempo; não proporciona a modernização impõe o envelhecimento, como se fora viável fossilizar o Estado.

Enquanto isso, a sociedade contemporânea, em termos universais, avança, em quase todas as áreas fronteiras para o amanhã, por ser impossível repressar a energia dos anseios dos povos. É evidente que o levante brasileiro de 1964 reflete uma contradição e os seus próprios calculistas e atuais usuários chegam mesmo a não poder ajuizar o contexto de um fato que não se atrela ao carro da História nem indica sintonia com o desdobramento, embora a grosso modo, da conduta internacional. Reformar é alterar uma forma, inocuando a um sistema de Governo o poder das idéias recentes. Mas não se reforma para trás, como se fosse possível enxertar-se um plano de ação com o ólio das mais aniquiladas e vencidas frustrações de homens ou de grupos silenciados pelo tempo.

Os dados comparativos que informam esta análise foram extraídos da Revista "Realidade", número 21, do mês de dezembro, hoje posta à venda. São o resultado, Sr. Presidente, de uma indagação exaustiva e séria, organizada e levada a efeito pelo escritório de Assessoria Técnica e de Pesquisas, sob a direção e a responsabilidade do jornalista Lúcio Gusmão Lôbo, pertencente ao corpo de jornalistas credenciados nesta Câmara. O texto da reportagem é da autoria de Carlos Castello Branco, um dos mais conceituados jornalistas brasileiros. Esta pesquisa, não de ver os Srs. Deputados, constitui-se, sem dúvida num dos mais importantes trabalhos jornalísticos, e são o mais importante daqueles efetuados este ano.

Quero desta tribuna cumprimentar o jornalista Lúcio Lôbo e aos seus auxiliares.

Na pesquisa foram ouvidos 246 congressistas, sendo 210 Deputados e 36 Senadores; 83 Deputados do MDB, 127 Deputados da ARENA.

Desses Congressistas ouvidos, na sua totalidade, 97 pertenciam ao MDB e 149 à ARENA. Foram ouvidos 112 Congressistas com o curso de Direito, 29 Médicos, 11 Economistas, 23 Engenheiros, 12 de outras profissões liberais, 9 oficiais-generais, 3 coronéis, 2 capitães, 4 sacerdotes e 41 Congressistas sem curso superior, dos mais diversos Estados da Federação e das mais diversas origens, quanto à sua filiação partidária, anterior ao golpe de 1964.

A reportagem a que me refiro, da "Realidade", Sr. Presidente, vem revelar a realidade das tendências do Congresso Nacional. Em ambas, as

PLANO O ESTADO SOCIOPOLÍTICO SOB O PLANO

Casas do Parlamento brasileiro, constatada-se, Sr. Presidente, a perda de altitude dos sentimentos e das idéias, comumente classificadas como reacionárias. No partido oficial lavra a contradição gerando, sem dúvida, incalculáveis desapontamentos.

E não foi, Srs. o delírio das cassações de mandatos e da suspensão de direitos políticos que veio conter o processo de cristalização da indole da nacionalidade.

O arbitrio do estado militarista, abrindo lesões na alma brasileira, irritou todo um corpo demográfico, criando impetus de resistência nos diferentes categorias sociais do País.

Vê-se, pois, que a composição atual das duas unidades da Legislativo mostra a expansão do anti-reacionário, e enquanto um equívoco elenco de Governo dá as costas para o futuro, registram-se explosões novas no Congresso, na Congresso que, bem ou mal, é o reflexo da Nação. A Nação, que é a grande caixa de ressonância de uma arrebentação cívica, identifica esse extravio histórico, amargamente definido na origem das violências antinacionais como um estágio retrógrado, iniciação há quatro anos.

Na pesquisa pacientemente levantada sobre o que reflete a atual Constituição da República, por exemplo, quisémos saber se o vigente estatuto político da União refletia os anseios do povo brasileiro, a vontade de grupos militares, a conjuntura internacional ou desprestígio do poder civil. E o índice, Srs. Deputados, mais alto em resposta a essas indagações se relaciona com o desprestígio do Poder Civil, com um total de 150 parlamentares, sendo 19 Srs. Senadores e 131 Srs. Deputados, notando que 90 parlamentares são da ARENA e 70 são do MDB, responderam afirmativamente ao item pertinente à vontade de grupos militares na elaboração da atual Carta Magna da República, 15 Srs. Senadores e 103 Srs. Deputados, totalizando 118 Congressistas, dos quais 71 representantes do MDB e 47 da ARENA.

Veja-se, por exemplo, no que atine ao item segundo, sobre se a atual Constituição reflete a indole do nosso povo, o que se evidenciou: 5 Senadores e 36 Deputados se manifestaram favoravelmente, assinalando-se que, no total, 3 parlamentares eram do MDB e 38 da ARENA. A modestia dessa última cifra dispensa qualquer comentário a respeito das origens, da inspiração ou do apreço que o povo brasileiro e o próprio Congresso votam pela atual Carta Magna do País.

No tocante ao resultado das eleições no Brasil, sobre se houve manifestação livre dos eleitores, influência do poder econômico, interferência do poder político ou pressão do poder militar, 21 Senadores e 114 Deputados responderam afirmativamente, num total de 135 representantes, ligando os efeitos do pleito eleitoral à espontaneidade do votante. Por outro lado, no que se relaciona à influência do poder econômico, registrou-se a mais alta cifra de parlamentares que se pronunciaram de forma positiva: 25 Senadores e 164 Deputados, somando 189 parlamentares. Deste, 88 eram do MDB e 101 da ARENA. Como se vê, a maioria dos parlamentares é do partido oficial que reconhece o recurso ao dinheiro, de origem pública e mesmo privada, como fator decisivo de vitória eleitoral.

Na parte referente à pressão do poder militar houve o pronunciamento de 87 parlamentares: 8 Senadores e 79 Deputados; 62 eram do MDB e 25 da ARENA. Persiste, destarte, a convicção, a que a própria ARENA adere, de que setores de nossas corporações armadas são, maliciosamente, estimuladas para o exercício da coação. O item da cassação de manda-

tos e da suspensão de direitos políticos implica uma revelação curiosa.

A interpelação desdobra-se em três partes, quais sejam: por motivos éticos ideológicos ou disciplinares. A maioria manifestou-se pelo motivo ético como fator que deve orientar esta sanção política, quando 198 congressistas se manifestaram, sendo 24 senadores, 174 deputados. Eram da ARENA 117 e 81 do MDB. Sob o ponto de vista ideológico, apenas 37 parlamentares concordaram: 6 senadores e 31 deputados. E no que tange a outros ângulos, Sr. Presidente, significativo é o de que ambas as Casas do Congresso, com quase 500 membros ao todo, desaconselham, pela sua espantosa maioria, a delegação de faculdades legislativas ao Poder Legislativo. Note-se que, desse total, somente 19 Senadores e 58 Deputados, perfazendo 77 Congressistas, apertaram por essa delegação, cabendo 22 ao MDB e 55 à ARENA. Como então, caracterizar-se, Sr. Presidente, um Poder que se julga legitimado, se os índices de uma criteriosa consulta opõem-se às normas autocráticas postas em vigor pela cúpula da chamada Revolução? As correntes de opinião do Congresso atentaram também para as causas do subdesenvolvimento brasileiro. Como era de esperar-se, a pergunta pertinente à pressão de grupos alienígenas sobre a economia brasileira obteve maioria dos sufrágios, pois 14 Senadores e 111 Deputados, num total de 125 Parlamentares, assim se pronunciaram, 77 do MDB e 48 da ARENA. No que se refere à incapacidade de nossos elites, como causa de subdesenvolvimento, 154 Parlamentares falaram positivamente sendo 14 Senadores e 140 Deputados. O Movimento Nacionalista, que nos parece entranhado na indole do próprio povo, apresenta — com esta enquete — índices surpreendentes. Procurou-se saber como se interpreta o nacionalismo internacional, ou se fora da realidade nacional e mundial. Manifestaram-se como sadio e oportuno, 171 Parlamentares, com 26 Senadores e 145 Deputados, enquanto 84 eram do MDB e 87 da ARENA. O partido oficial, portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, votou certo, na demonstração de uma tendência que colide, entretanto, flagrantemente com o espírito conservador do golpe militar de 1964. O ângulo da segurança nacional, por seu turno, oferece dados de relevante importância. Pergunta-se se essa segurança repousa essencialmente, no Poder Militar, ou infraestrutura econômica, ou em ambos os fatores. E 156 Congressistas entendem que a segurança do Estado lastreia-se não apenas no Poder Militar, com sobre a infra-estrutura econômica. Falaram 23 Senadores e 128 Srs. Deputados; 51 eram do MDB e 105 da ARENA.

Abordado o aspecto tão sério da participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas de rádio e de televisão brasileiras, constatou-se que apenas 28 parlamentares se declararam afirmativamente: 1 senador e 27 deputados. Quatro eram do MDB e 24 da ARENA. Essa confissão — vale ressaltar — implica 5%, aproximadamente, de todo o corpo legislativo.

A política econômico-financeira do Senhor Roberto Campos, o oráculo do Governo passado, foi frontalmente condenada pelo consenso do Congresso, pois apenas 32 membros do Parlamento defenderam as idéias do ex-Ministro: eram 7 senadores e 25 deputados, todos da ARENA. Evidentemente, deixou-nos trágica memória o desatino do comentado planejador, a quem se atribui somente a tarefa de haver planejado o empobrecimento maior do povo brasileiro.

Segue-se em aditamento a esse quesito o pertinente à orientação econômico-financeira do Governo au-

terior versando sobre a correção nas distorções do processo de desenvolvimento: eficácia na contenção do processo inflacionário; desnacionalização da nossa indústria; diminuição acentuada no ritmo do desenvolvimento e empobrecimento do povo brasileiro. Houve quanto aos aspectos mais graves uma distribuição quase equânime de sufrágios reprovatórios. No que tange a desnacionalização 143 congressistas se pronunciaram: 18 senadores e 125 deputados. E 90 eram do MDB e 53 da ARENA. Sobre o processo de proletarização manifestaram-se 149 congressistas: 14 senadores e 135 deputados. E 88 eram do MDB e 61 da ARENA. O maior número de membros do Parlamento, (167) fez menção à diminuição no ritmo de desenvolvimento: 18 senadores e 149 deputados. E 87 eram do MDB e 80 da ARENA. E 23 senadores e 135 deputados (total, 158) defenderam o monopólio estatal das indústrias de base. 80 eram do MDB e 78 da ARENA. E 30 senadores e 186 deputados (total, 216) declararam-se a favor da limitação do percentual de reinvestimento obrigatório no Brasil, enquanto houve virtual condenação à atual política agrária. Apenas 7 senadores e 17 deputados (total 24) se pronunciaram.

Cinco eram do MDB e 24 da ARENA. No exame da política externa, a enquete revêla que 25 senadores e 119 deputados, compondo grupo de 144 parlamentares, defenderam o princípio da independência diante de quaisquer blocos: 65 eram do MDB e 79 da ARENA. Quanto à Lei de Segurança, entre as opções de que é necessária, que conflita com a atual Constituição, que é passível de revisão profunda, 189 parlamentares manifestaram-se pela sua radical reformulação: 27 senadores e 153 deputados. Oitenta eram do MDB e 100 da ARENA. Predominou no partido do Governo, a idéia de alterar-se esse diploma legal tal a sua incompatibilidade com os primados de uma Nação culta e civilizada.

A tese da internacionalização da Hileia Amazônica foi asperamente repelida. Pronunciaram-se 35 senadores e 207 deputados, perfazendo 242 parlamentares: 94 do MDB e 148 da ARENA. As deduções comprovam que o patriotismo não se vincula a siglas partidárias.

Este exame permite-nos formular um quadro demonstrativo do atual Congresso. E aponta a tendência progressista da instituição parlamentar brasileira, revelando chocante desconexão histórica com a sedição armada, que alcançou o poder. Do lado do Governo propriamente, verifica-se um *deficit* de doutrina, enquanto as forças democráticas que atuam no Legislativo da República pulsam sob o tônico da esperança. Esperança de afirmação nacional sem a ameaça de estrangulamento às sagradas conquistas do pensamento, da alma e da cidadania brasileira. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

OV

PROJETO N° CAMARA
N° SENADO
DC do 222168, CD-~~611~~ Pg 1201
CO N° / de / /

265
análise e defesa
do Movimento Frente Ampla

O SR. MARIANO BECK:

(Sem reusão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, a idéia da Frente Ampla, a princípio causando celeuma, vai-se impondo à universalidade da consciência oposicionista brasileira como um movimento indispensável, inevitável mesmo para enfrentar o sistema político militar vigente e para concitar o povo a romper com a desairosa tutela que lhe foi imposta pelo golpe de março de 1964.

Nem poderia ser de outra maneira, Sr. Presidente. O momento atual é demasiadamente angustioso para que desconfianças e ressentimentos continuem a dividir homens que, detentores da confiança de consideráveis parcelas da opinião pública nacional tomaram posição contrária ao regime imposto ao País por uma minoria totalmente indiferente aos reais interesses da Nação.

Vozes autorizadas, entre nós mesmos, não ligando à necessidade de uma ação comum das oposições brasileiras ainda levantam críticas à união, que de instante a instante se robustece e se alteia na confiança e na expectativa do povo brasileiro.

Não é fácil, mesmo Sr. Presidente, admitir, à primeira vista, o entendimento entre homens e facções que se digladiaram durante anos a fio. Pertencem ao número daqueles que, embora vendo na Frente Ampla um meio eficiente — o único, presentemente — de ativar a Oposição e de despertar o povo para a luta contra os seus inimigos ofereceram-lhe resistências iniciais, dificuldades e restrições.

Entretanto, na hora em que do País em geral se ergue como que um susurro de imprecações e de lamentos, não temos o direito de escolher companheiros para a peleja, pois ninguém nos socorrerá, se o socorro não vier de nós mesmos, de todos nós que estamos sendo as vítimas do arbítrio, da violência disfarçada, da usurpação, da mediocridade a serviço de interesses inconfessáveis; de todos nós que estamos testemunhando, dia a dia o fato brutal de escassear, para a imensa maioria dos brasileiros, a simples possibilidade de viver em condições humanas. As divergências de caráter pessoal, por mais profundas que sejam não podem subsistir. É verdade incontestável que, desunidos, mais prolongada e difícil será a nossa luta. Do reconhecimento dessa verdade, Senhores Deputados e meus companheiros, deve decorrer necessariamente, o acôrdo dos pensamentos, dos sentimentos e da ação. Não estamos admitindo transigência com os princípios, mas, sim tolerância com os homens. "Movidos exclusivamente pela preocupação com o futuro do nosso País, não fizemos pacto, não cogitamos de novos partidos nem de futuros candidatos à Presidência da República." São palavras do comunicado conjunto do Presidente João Goulart e do Governador Carlos Lacerda, no célebre encontro de Montevideu. Exatamente assim entendo a Frente Ampla: união de esforços de cidadãos de origens políticas diferentes, de diversa formação social, para a consecução de um objetivo comum, qual o da restauração das liberdades públicas, do restabelecimento do regime democrático. Acima dos partidos dos homens que passam e desaparecem no tempo, está o sentimento do dever cívico, do amor à Pátria, para eliminar qualquer tipo de exclusivismo e apagar ressentimentos, mesmo os mais justificados e arraigados. (Muito bem)

Não preciso Sr. Presidente, fazer divagações pela História do Brasil para encontrar exemplos de acordos, de natureza idêntica. Fico apenas no meu Rio Grande do Sul, talhado pelas revoluções desde 1801 até 1912 e

1932 de tal forma convulsionado pela continuidade das refregas, que o seu povo — na expressão de um sociólogo — parecia um acampamento à espera do toque de reunir. Pois bem: no Rio Grande, o entendimento entre adversários, quando a Pátria está em perigo, quando as liberdades sofrem ameaças, é uma tradição. Ai está o exemplo de Antônio de Souza Neto, chefe espontâneo, General de nascença, um homem, em resumo, representativo de um povo e expoente de uma época. Quando sente no exílio voluntário, o agravo feito aos compatriotas, irrompe-lhe no peito o orgulho nacional e é o primeiro a reclamar do Monarca a intervenção, pondo o seu sabre republicano, temperado na rebelião, às ordens do Império, Deflagrada a Guerra com o Paraguai, já não é apenas Souza Neto, mas todos os Farrapos que se confundem e irmanam com os soldados do Império. Maiores incompatibilidades não houve do que as que superaram Júlio de Castilhos, Silveira Martins e Saldanha da Gama. Pois bem. Abram-se as crônicas dos tormentosos dias que se seguiram à fundação da República, e veremos Júlio de Castilhos procurando estabelecer, pessoalmente, acôrdo com Silveira Martins em Pôrto Alegre e Saldanha da Gama no Rio de Janeiro. Outro não é também, o exemplo que nos oferece o Presidente Getúlio Vargas, síntese do gênio político rio-grandense, unido com a aliança liberal republicanos e libertadores, entre os quais o entendimento parecia impossível, dada a extensão a profundidade da discórdia alimentada pelo sangue de milhares de vítimas.

Não vou falar em outros acordos celebrados pelo Presidente Getúlio Vargas, especialmente no período que vai de 1930 a 1945.

O Sr. Martins Rodrigues — V. Ex^a, no excelente discurso que está proferindo, para esclarecer à opinião pública, mais uma vez, o alto sentido, o patriótico sentido do acôrdo entre o Presidente João Goulart e o Governador Carlos Lacerda em torno da Frente Ampla, lembra bem os grandes exemplos do Rio Grande do Sul, de união das forças mais dispares, mais adversas, quando uma grande causa nacional exige a sua pacificação. V. Ex^a poderia acrescentar que precisamente sob o comando e chefia de Getúlio Vargas se fez a revolução de 1930 depois de unidas as forças políticas do Rio Grande do Sul, para salvar a Nação, para restituir à Nação o clima de democracia e de liberdade que as oligarquias políticas haviam suprimido. E a revolução de 1930 uniu nas suas forças vitoriosas tanto os antigos políticos mais adversos, como Arthur Bernardes, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Antônio Carlos e outros, como os bravos militares que haviam feito as revoluções de 22, 24 e 26 e que de armas na mão, haviam procurado derrubar, precisamente as oligarquias políticas a que pertenciam os seus aliados naquele momento. Esse grande exemplo histórico mostra bem que acima dos Partidos, que acima dos interesses pessoais, que acima das divergências de caráter particular e privado, quando a grande causa nacional o exige devem unir-se as forças políticas adversárias da véspera. Esse o grande exemplo que mais uma vez nos dão dois grandes vultos da história política contemporânea do Brasil: o Presidente João Goulart e o Sr. Carlos Lacerda, que puseram de lado todas as profundas divergências de caráter pessoal e político que os afastavam, no objetivo comum, no objetivo superior, no objetivo patriótico de unir-nos a todos nós, na campanha das oposições brasileiras a fim de restituir ao Brasil as suas liberdades e a democracia. (Palmas.)

O SR. MARIANO BECK — Agradeço ao nobre Deputado Martins Rodrigues o aparte, não apenas pela argumentação que traz sobre os fatos

históricos, mas principalmente porque o Deputado Martins Rodrigues é hoje, sem dúvida nenhuma, uma das mais eminentes figuras da Oposição brasileira e da vida pública do nosso País. O Sr. Martins Rodrigues — Obrigada a V. Ex^a.

O Sr. Flôres Soares — Ouço profundamente emocionado a evocação que V. Ex^a faz com seu brilho habitual e com inteira fidelidade, da história do nosso amado Rio Grande do Sul. Realmente, Sr. Deputado Mariano Beck, onde procurar maiores e melhores exemplos daquela máxima que herdamos do Patriarca Republicano "intransigentes com as idéias, tolerantes com os homens" do que no nosso Rio Grande do que no fogão gaúcho? Onde procurar, em toda a história pátria, maiores exemplos de grandeza dos homens — porque isso é grandeza dos homens — quando limpam os corações, depois de lutas tremendas, de lutas que ensoparam de sangue as nossas coxilhas verdejantes, e se confraternizam pela Pátria, pelo Estado, pela Federação, pela liberdade, pela democracia, pela justiça pelas grandes causas, pelas grandes bandeiras que sensibilizam o povo? Vimos perdão e grandeza em Borges de Medeiros e em Assis Brasil quando, depois de 1923, apertaram-se as mãos e juntos marcharam na revolução redentora de 1930. Vimos tantas vezes grandeza e perdão em Getúlio Vargas, quando soube, inclusive, chamar para seu Ministro aquele que escreveu "Acuso" e que havia antes sido o grande líder da Aliança Liberal. Vimos grandeza em Borges de Medeiros e Flôres da Cunha, quando juntos, apadrinhados por Oswaldo Aranha, se confraternizaram para fundar, no meu Estado, o meu Partido, a União Democrática Nacional. Cita V. Exa. e cita muito bem, com os meus aplausos francos e desasombrosos, os exemplos históricos do Rio Grande, pela República, pela democracia, pela liberdade e pela justiça. (Palmas.)

O SR. MARIANO BECK — O testemunho do nobre Deputado Flôres Soares é por demais eloquente; dispensa qualquer outro comentário. Quero, apenas mais uma vez, aqui destacar as qualidades desse meu ilustre conterrâneo, que já por mais de uma legislatura honra o Rio Grande no plenário desta Casa, e que ainda agora, nesta legislatura, tantas provas tem dado não só da sua inteligência, da sua capacidade, mas, especialmente neste tempo do seu desasombro e da sua independência. (Palmas.)

O Sr. Flôres Soares — Muito agradecido a V. Ex^a.

O SR. MARIANO BECK — Não vou, Sr. Presidente, dizer, falar em outros acordos celebrados pelo Presidente Getúlio Vargas, limitando-me apenas ao Rio Grande, onde maragatos e chimangos novamente se unem em 1932, formando a Frente Única para exigir, apoiando São Paulo, a reconstitucionalização do País. Ai estão unidos Borges de Medeiros e Assis Brasil, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Raul Piva. Mais recentemente, o Partido Trabalhista Brasileiro o partido getulista por excelência, a que me honro de pertencer, pois o considero apenas em recesso, faz acordo com o FRP para eleger o Governador Leonel Brizola e apoiá-lo no Governo do Estado. Era o FRP a mesma Ação Integralista Brasileira cuja ideologia e cujos métodos representavam a negação total de toda a doutrina trabalhista firmada por Alberto Pasqualini; era a mesma Ação Integralista que, em 1933 havia tentado contra a vida do Presidente Getúlio Vargas através do frustrado assalto ao Palácio da Guanabara.

Se horas difíceis, mas seguramente menos difíceis do que a atual, composições políticas com

maior projeção foram feitas, no Brasil inteiro, especialmente no Rio Grande, que razões ponderáveis existem para, nas fileiras da oposição, ser mal recebida a Frente Ampla?

A Sra. Lígia-Doutel de Andrade — Deputado Mariano Beck é com grande satisfação, vejo V. Ex^a a proferir discurso sobre a Frente Ampla. Não vejo nessa tribuna apenas um homem singular, falando isoladamente, mas um pedaço do Rio Grande do Sul, que tem sabido através dos tempos, impor-se ao respeito e à admiração de todos os brasileiros pelas suas tradições libertárias, pelas suas tradições democráticas, pelas suas tradições de luta e de bravura, e que, por isso mesmo que poderia ficar insensível a um movimento político que se propõe exatamente a lutar por tudo aquilo que forma o acervo dessas nobres e admiráveis tradições. Desde o golpe de 1964 nobre Deputado Mariano Beck, sente-se a Nação inteira, — e o Rio Grande do Sul, do qual o meu Estado, Santa Catarina é com muita honra vizinho e ao qual está unido por laços de fraternal amizade — sente-se a Nação inteira, repito, sufocada pelo regime militarista que se implantou no país contra a vontade do povo, quando nossa gente desejava apenas que as reformas reclamadas pelo Brasil se fizessem dentro de um regime democrático de um clima de paz, de tranqüilidade e de trabalho. O que se viu, Sr. Deputado, foi exatamente o contrário. O que se viu foi um grupo de militares apossar-se do poder e trair os compromissos assumidos com o povo. O que se viu foi ao invés de reformarem a estrutura econômica, social e política da Nação, fazerem apenas reformas superficiais e burocráticas e subverterem a ordem política, legal e jurídica do País impondo-nos uma legislação totalitária, atentatória à dignidade nacional. (Muito bem.)

O que se viu, Sr. Deputado, foi ao invés de promoverem o desenvolvimento, adotarem uma política econômica que estagnou todos os ramos da atividade nacional, empobrecendo a Nação. E as mais graves consequências dessa política se fizeram sentir sobre as classes assalariadas, principalmente sobre os trabalhadores que hoje, se vêem reduzidos a condição de marginais, de parias, vivendo com um salário de fome, inteiramente desassistidos impossibilitados de recorrer à greve para lutar pelos seus direitos. Diante deste quadro, desde logo o povo sentiu que havia sido esbulhado que havia sido ludado, que havia sido traído, e passou a olhar os detentores do poder com um profundo sentimento de decepção, de desalento, de indiferença e mesmo de desprezo. Hoje definitivamente desencantado, o retorno ao regime democrático, como única maneira de ele poder livremente escolher seu legítimo governante. O povo deseja, mais do que nunca, que o país retorne seu desenvolvimento como única maneira de alcançar a emancipação econômica, social e política. O povo, mais do que nunca, deseja que se convoque uma Constituinte, para modificar a legislação totalitária que nos foi imposta. O povo, mais do que nunca deseja que venha a anistia, para pacificar a família brasileira. O povo, mais do que nunca, deseja que o País adote uma política externa independente, que o credencie ao respeito das outras nações. Por todos estes motivos, que interpretando todos estes sentimentos, os líderes mais representativos do povo brasileiro uniram-se numa frente, que poderia ser chamada frente democrática, frente de libertação nacional, mas que se convencionou chamar Frente Ampla, porque ela abriga, dentro das suas fileiras, todas as correntes do pensamento nacional conformadas com o regime militarista imposto à Nação, e que, superando divergências pessoais, propuseram-se

a lutar pelo bem maior, o bem da Pátria brasileira. (Muito bem.)

Rejubilome, Sr. Deputado, com o Rio Grande do Sul, que, fiel às suas tradições de liberdade e de luta, compreendeu o alto sentido desse movimento político que visa restituir o nosso país às exatas medidas de sua verdadeira grandeza. (Muito bem. Palmas. A oradora é cumprimentada.)

O SR. MARIANO BECK — A Deputada Lígia-Doutel de Andrade, com sua gentileza e seu encanto, já de todos nós conhecidos, com a firmeza das suas atitudes e sua posição retinca na política brasileira, é, sem dúvida alguma, uma expressão altíssima de mulher brasileira no plenário do Congresso Nacional. (Muito bem. Palmas.)

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Mariano Beck a ação militarista, no Brasil, essa tutela armada a que se referiu a nobre Deputada Lígia-Doutel de Andrade, baseou-se num princípio elementar de estratégia, já enunciado há século e meio, segundo o qual o adversário deve ser batido por partes. Assim procedeu o Governo anterior, procurando impedir a formação de qualquer coalizão política que pusesse em perigo a persistência do poder militar que se implantava. Assim procede a presente situação. Este mecanismo militarista continua a prevalecer, busca, por todos os meios impedir que unam seus esforços aquelas forças políticas que desejam a redemocratização do País a adoção de uma política geral que se baseia na preservação dos interesses nacionais. Esta ligação que nossos adversários nos deram, de dividir-nos para impedir que o País se levante sozinho, temos de aprendê-la, para, unidos, a aplicarmos contra aqueles que representam a ameaça em nosso País. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MARIANO BECK — Agradeço muitíssimo ao nobre Deputado Hermano Alves o aparte. Sr. Ex^a, sem dúvida, um dos mais inteligentes parlamentares do moderno Congresso brasileiro.

Senhores Deputados, se em horas difíceis, mas seguramente menos difíceis do que a atual composições políticas com antagonistas da maior projeção foram feitas no Brasil inteiro, especialmente no Rio Grande do Sul, que razões ponderáveis existem para, nas fileiras da Oposição, ser mal recebida a Frente Ampla?

Estou absolutamente certo de que o Presidente João Goulart nunca foi mais getulista do que no momento em que com a sua assinatura no Acordo de Montevideu, deu o seu *placet* à Frente Ampla. Conheço bem, por tê-lo ouvido pessoalmente, o pensamento do nosso grande conterrâneo Leonel Brizola sobre a Frente Ampla. Sei das suas reservas em relação ao Senhor Carlos Lacerda, mas ser também, que ele, na sua clareza, no seu espírito público reconhece na Frente Ampla um movimento válido e necessário à transformação política deste País.

Sabe também, o Governador Leonel Brizola, cuja imagem os seus adversários, com a complacência de muitos dos seus companheiros, procuraram, por todos os meios distorcer, apresentando-o de maneira completamente negativa; sabe o Governador Leonel Brizola que, apoiando a Frente Ampla, estão companheiros e amigos seus que em torno do seu nome nunca se lenciam e que sempre, em todas as oportunidades, mesmo nos momentos de maior efervescência proclamaram e falaram de suas raras qualidades de cidadão, de seu indefectível amor ao Brasil, de sua inteira dedicação à causa do povo brasileiro, de seu desprendimento, de seu nacionalismo de seus predicados de líder e homem de Estado.

O Sr. Paulo Campos — Nobre Deputado Mariano Beck, V. Ex^a, mos-

trando a fundamentação da Frente Ampla, pela união dos grandes líderes deste País que, nas lutas pela construção do sistema democrático, em diversas oportunidades, estiveram sempre separados, exemplifica com precisão o valor político desse movimento. Mas, além dos exemplos políticos do presente e do passado, é preciso que encontremos para a Frente Ampla, um fundamento ainda mais alto, aquele que instrui, por certo, o processo da educação política não só do Brasil mas de todos os povos, ou seja, o espírito de tolerância que deve inspirar e conduzir os homens na luta pela vida social. Sr. Deputado, a união desses homens que estiveram em polos opostos e em posições divergentes atesta, por certo, um princípio que é um dos mais altos atributos da própria cultura humana: a força criadora da tolerância. Ai dos homens que persistem em todo o evoluir de sua vida, na posição de intolerantes. Sobretudo, a índole do povo brasileiro é eminentemente deste gênero. Por isso, a Frente Ampla que se forma e se implanta vitoriosa no Brasil neste momento que o País atravessa, pode ser considerada e focalizada como um passo largo. E' o passo mais largo que está dando a cultura política do povo brasileiro cujo processo se encontra interrompido pelo sistema dominante. Sr. Deputado, hoje as Forças Armadas estão comemorando a vitória de Monte Castelo, mas, lamentavelmente, os governantes a comemoram sem nenhuma autenticidade porque a vitória de Monte Castelo, como símbolo da vitória da liberdade contra a opressão nazista, não tem campo hoje na situação reinante no Brasil. E é bom lembrar que a vitória do mundo da liberdade, da democracia contra o nazismo, se deu exatamente porque se formou, no plano internacional, a grande frente ampla do Século XX que foi a união dos dois grandes contrários, comunismo e capitalismo; reunidos naquela frente ampla conquistaram a vitória para o regime democrático, que, entretanto, hoje está sob autenticidade para ser comemorado no Brasil.

O SR. MARIANO BECK — Muito agradecido a V. Exª pelo oportuno e brilhante aparte.

É de se registrar ainda Sr. Presidente, que a iniciativa do entendimento foi tomada pelo Sr. Carlos Lacerda e o foi tendo em vista a luta e não a distribuição de posições. (Muito bem.) Acôrdo feito sob os rigores do exílio, sob as ameaças de novas pressões e não sob os raios cálidos do poder ou sob o olhar indulgente dos poderosos; acôrdo dos que se dispõem a tudo; acôrdo de cidadãos de mais alta responsabilidade; acôrdo viril; acôrdo de coragem, inclusive para celebrá-lo; acôrdo de homens enfim.

“Não nos encontramos para o conformismo nem muito menos para a adesão.”

Diz o manifesto inicial da Frente Ampla.

As ditaduras vivem da união dos que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo.”

E continua:

“Temos o dever de dar voz ao povo silenciado, e definir, em seu favor, os rumos que seja qual for o sacrifício pessoal a fazer, o povo tem o direito de exigir de todos os que tiveram ou esperam a honra de governá-lo. Há momentos em que se unir para lutar é a única forma de ser coerente. Assim diante da invasão, assim também diante da usurpação, assim na guerra assim nessa guerra que o Brasil tem de enfrentar: a guerra contra o atraso, o pessimismo e o desalento”.

Eis aí a Frente Ampla. Assim eu a entendo e por isso a ela dou a minha

insignificante (não apoiados) mas decidida colaboração.”

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Nobre Deputado, V. Exª repete, com rara oportunidade, a afirmação basilar da Frente Ampla, que acabou de citar: só combatem a Frente Ampla aqueles que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo. Este é, seguramente, o lema que permite a união de antigos adversários, e V. Exª neste momento se pronuncia com a autoridade inexcusável de um dos dirigentes do Partido Trabalhista no Rio Grande do Sul. Não fosse a autoridade de V. Exª nos conselhos nacionais, já este seria um motivo conseqüente de regozijo para os que participam desse movimento patriótico, sobretudo para aqueles que, tendo mantido absoluta e irrestrita fidelidade aos postulados nacionalistas e de reforma social do Partido Trabalhista Brasileiro, vêem V. Exª, neste momento como um dos líderes do Partido Trabalhista gaúcho, que sempre foi a *célula mater* do pensamento nacionalista e de reforma social dos trabalhadores brasileiros, a afirmar a sua solidariedade e seu entusiasmo pela luta da Frente Ampla. O Presidente João Goulart e V. Exª iniciam um movimento que ficará na História do Brasil como aquele tocado dos sentimentos mais altruístas e mais patrióticos. Nele não abdicamos, como V. Exª salientou, de nenhum dos nossos princípios de luta pela reforma social e pelo desenvolvimento independente pela emancipação econômica do povo brasileiro, mas entendemos que o restabelecimento do regime democrático é condição basilar e fundamental para que se exerça essa luta. (Palmos.)

O SR. MARIANO BECK — Muito obrigado a V. Exª.

Dizem, no meu Estado, que os gaúchos são pernambucanos a cavalo e que os pernambucanos são gaúchos a pé. Ai encontro a generosidade das referências do Ministro Oswaldo Lima Filho a minha pessoa. Mas, certamente as suas palavras contidas neste meu discurso serão recebidas com regozijo e com honra por todos os meus conterrâneos, especialmente os meus companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Henrique La Rocque) — A Mesa solicita ao nobre orador que encerre as suas considerações, em face do adiantado da hora.

O Sr. Léo Neves — Nobre Deputado Mariano Beck, o movimento de abril de 1964 pelo menos, teve o mérito de preparar a união das grandes lideranças civis do Brasil e também dos melhores homens públicos da Nação...

O Sr. Último de Carvalho — Alguns.

O Sr. Léo Neves — ...nesse movimento denominado Frente Ampla. A prova eloqüente de que se filiam à Frente Ampla as grandes vocações políticas do País é o pronunciamento lúcido, inteligente de V. Exª, dando também o seu apoio a um movimento no qual se congregam homens que, esquecendo divergências e ressentimentos pessoais, se unem para a autêntica e verdadeira revolução brasileira no sentido de emancipar economicamente este País e trazer-lhe justiça social dentro da democracia que, lamentavelmente nos dias de hoje, praticamente não vivemos. Os meus parabéns e as minhas congratulações ao magnífico depoimento que V. Exª presta à Casa a respeito da Frente Ampla, que sem dúvida, haverá de alcançar os seus altos objetivos.

O SR. MARIANO BECK — Muito obrigado ao meu grande eminente amigo Deputado Léo Neves.

Vou concluir, Sr. Presidente, para respeitar o Regimento, inclusive para

não cansar os meus ilustres colegas. Para esse movimento são chamados todos os que desejam cooperar na causa da Pátria e não querem, nem para si nem para ninguém, o privilégio absurdo de ser seus operários exclusivos.

Não há entre MDB e Frente Ampla qualquer contradição. Bem ao contrário. O MDB é o instrumento que as leis da ditadura ou não puderam evitar ou imaginaram, para dar aos olhos do mundo uma ficção de democracia, que nós aceitamos como único caminho, no momento, para, apesar de todas as dificuldades, conquistar tribunas parlamentares de onde se apontassem ao povo as mazelas e a hipocrisia do despotismo que assola a Nação.

MDB e Frente Ampla se complementam. O MDB oferece à Frente Ampla no Congresso nas Assembléias, nas Câmaras de Vereadores, as tribunas de que ela necessita e não possui porque não é nem pretende ser um partido político. A Frente Ampla dá nova vitalidade ao MDB, afirma o seu papel de facção oposicionista, desperta a compreensão do povo à tarefa delicada que lhe incumbem desempenhar. A Frente Ampla é, antes de tudo, obra de civismo que, na lição de Tristão de Ataíde é uma virtude de participação, acima de toda distinção histórica, política, social, econômica.

O Sr. Arruda Câmara — Nobre Deputado e ilustre Professor não era meu intuito perturbar com a minha intervenção, o brilhante discurso de V. Exª, em que, revivendo o passado do Rio Grande do Sul, desfralda uma grande bandeira a da Frente Ampla, ou frente de “redemocratização” entre aspas, do País. Não posso, porém, deixar de fazer um reparo às palavras de V. Exª e de alguns dos eminentes aparcantes, quando se referiram “à usurpação a governo militarista, à ditadura que ora estaria dominando o País”. Não há no País, usurpação. Houve uma revolução legítima, conduzida pelo povo, e provocada pelos erros do governo passado, que ia arrastando o País a uma “República sindicalista” (*muito bem*), pregada por um dos chefes do trabalhismo do Rio Grande do Sul, desde longa data, o qual recebia no seu convívio governamental Luís Carlos Prestes, durante noites inteiras para discussão de “reformas sociais”. A desordem se implantara no País. As greves se multiplicaram. O governo anterior a 1934 foi quem arrastou o País à Revolução, Revolução que teve à sua frente o próprio Congresso, e a mulher brasileira em concentrações de centenas de milhares de pessoas nas praças públicas. Não houve, portanto, qualquer usurpação.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — A Igreja hoje diz coisa diferente.

O Sr. Arruda Câmara — As eleições do Presidente Castello Branco e do atual Presidente se processaram através dos representantes do povo, (*muito bem*) dos seus fiéis e legítimos intérpretes, escolhidos por esse povo nas urnas, e em votação livre, embora fosse indireta, como há em outros países. Não houve absolutamente usurpação. Ditadura e uma figura de retórica em relação ao Governo atual. (*Muito bem*.) Poderes funcionar livremente a imprensa diz o que quer; os Deputados, aqui dentro e lá fora, dizem o que bem entendem; o Sr. Carlos Lacerda retalhou o Governo passado e retalha o Governo atual, com a mais ampla liberdade e desenvoltura (*muito bem*.) Não se pode dizer que num país assim governado haja ditadura ou militarismo. Nobre o modo, que V. Exª hasteie a sua bandeira gaúcha e frentista agite o seu poncho ao vento, levante as rédeas dos farrucpilhás e propugne o movimento, que considero mais importante do que escaldada ao poder do que de um ideal.

V. Exas. desejam escalar o poder, o que é uma aspiração legítima...

O Sr. David Lerer — Um direito.

O Sr. Arruda Câmara — ...um direito, pelo qual podem e devem pelear com todas as suas forças de homens bravos, democratas e decididos. Mas não creio na homogeneidade das Frentes Amplas. Em 1930 uma se formou com a Aliança Liberal e logo, pouco tempo depois, João Neves, Artur Bernardes e Borges Medeiros dela se apartavam, e a Frente Liberal se desagregava. Se V. Exas. chegarem ao poder, o que não julgo muito fácil em breves dias, verão que esta Frente se desmoronará, sobretudo porque não acredito num movimento político sólido e coeso, em que esteja este espírito irrequieto e endiabrado, embora culto, inteligente, vibrante e orador, que é o Sr. Carlos Lacerda. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MARIANO BECK — As virtudes sacerdotais do nobre Deputado Arruda Câmara me merecem um respeito muito maior do que o impulso que tenho de lhe dar uma resposta à altura do seu aparte, como seu colega neste plenário. E por isto Sr. Presidente, vou silenciar, deixando que a História registre e julgue as palavras do Monsenhor.

"A Frente Ampla mobilizará o povo brasileiro para a luta pelos seus direitos — esse povo a quem é aplicável o que uma vez disse Gladstone da sua Inglaterra: "Em nove casos de dez, a vida não é mais do que um combate pela existência." E que combate! Combate com a natureza muitas vezes cruel, com uma sociedade sempre madrasta com o Governo que, suprimindo liberdades, espezinhando direitos, ao mesmo tempo, centuplica impostos inventa contribuições novas, enche as suas arcas para o desperdício constante, e esvazia a bolsa magra do contribuinte amedrontado.

A Frente Ampla não apenas quer reformar o regime; pretende também abrir novas perspectivas ao povo brasileiro arrancando-o do colonialismo em que está mergulhado, realçando a sua valorização em termos de recursos e de bens, efetivando a promoção humana de suas massas imensas e deserdadas.

Não é a Frente Ampla instigadora da anarquia nem pregoeira da desordem. É a Frente um bloco de homens que nasceram livres e que livres se conservam, tendo portanto, "o direito de debater as questões políticas e morais de sua terra e de exprimir o pensamento com a altivez e o desassombro dos cidadãos independentes."

O que não desejamos é ver a multiplicação de tipos como Polônio, o fiel e subserviente companheiro de Hamlet, no drama de Shakespeare. O que não deseja a Frente Ampla é que o País continue assistindo ao espetáculo ridículo e humilhante de homens que se dizem líderes políticos, com todos os seus gestos de grandeza e frases de altivez a se curvarem resignados ao mando de "quem mais pode".

Concluo, Senhor Presidente Senhores Deputados.

Nós também desejamos a paz. Paz no seu verdadeiro sentido; que não signifique o "silêncio diante da iniquidade, a resignação diante do abuso, a impassibilidade diante do desgoverno a humilhação diante da força, o disfarce da ignomina, o ocultamento do vício, o abajamento do erro. A Missão da Frente Ampla é de paz. Da paz que, repetindo palavras de Alberto Pasqualin, não seja a paz gelada dos sepulchros, caídos por fora e podres por dentro, mas paz que seja a alegria da existência revivida e purificada na verdadeira prática do bem e na reparação de todas as injustiças." (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

quei O preâmbulo que redigiu, para

CONGRESSISTA: MARIANO BECK

PROJETO Nº

CÂMARA

Nº

SENADO

DC de 9 107 168 | CD SE EM Pg 4002/004

DO Nº 1 do 1 1

*Falecimento do
Sr. Osvaldo Müller Barlem - MDB-PS*

O SR. MARIANO BECK:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao preparar-me para vir a esta tribuna, fui informado do falecimento, na cidade de Rio Grande, no meu Estado, do Deputado Osvaldo Müller Barlem, primeiro Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, integrante da bancada do Movimento Democrático Brasileiro e uma das suas melhores expressões.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar, neste instante, todo o pesar da bancada oposicionista gaúcha e, certamente, de toda a representação federal do MDB pelo doloroso acontecimento.

Fui amigo pessoal de Osvaldo Müller suas qualidades, os seus predicados, as suas virtudes, os seus predicados as suas virtudes. O Deputado Osvaldo Müller Barlem, era desembargador aposentado e desapareceu no pleno exercício, do seu mandato, tendo dedicado toda a sua vida ao serviço público. Recém-formado, em brilhante concurso ingressou na magistratura pública do Rio Grande do Sul, à qual deu, praticamente, toda a sua juventude, servindo em diversas comarcas, distribuindo justiça, sempre respeitado por todos os seus concidadãos.

Neste instante, Sr. Presidente, quero prestar homenagem ao magistrado e homem público, ao tribuno fulgurante, um dos melhores que já conheceu o Rio Grande do Sul, registrando nos Anais toda a nossa amargura, todo o nosso pesar, levando aos nossos companheiros da Assembleia Legislativa a nossa solidariedade neste transe doloroso, e, especialmente, fazendo sentir à família de Osvaldo Müller Barlem que nós, os seus companheiros do Rio Grande do Sul, estamos solidários no seu luto, estamos lamentando, como se a ela pertencessemos, o desaparecimento do nosso querido Osvaldo Müller Barlem.

Quero, também, solicitar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que em nome desta Casa, transmita à família do morto e à Assembleia do Rio Grande do Sul, da qual, como disse, Osvaldo Müller Barlem era o primeiro Vice-Presidente, o pesar da Câmara dos Deputados e o preito de saudade que, neste instante, estamos prestando à sua memória.

A minha presença na tribuna, Senhor Presidente, tinha por objetivo apenas comentar dois atos recentes de Ministros do Governo da República a meu ver, e ao ver seguramente da maioria dos brasileiros, altamente danosos ao bem público, aos interesses nacionais e à própria segurança do País. Evidentemente, os Senhores Deputados que me ouvem já sabem a que me refiro: a Portaria do Ministro da Justiça, já vastamente comentada nesta sessão, e a outro ato, Sr. Presidente, também de um Ministro de Estado, que merece a nossa condenação as nossas críticas, e que precisa ser examinado a fundo, porque, inclusive, envolve aspectos de ordem moral, comprometendo, segundo dizem elementos ligados ao governo. Trata-se da venda da Fábrica Nacional de Motores recentemente transacionada pelo Sr. Ministro Macedo Soares. Vamos por parte, Senhor Presidente, com portaria baixada — baixar é o termo, não apenas usual mas também, aqui o adequado o próprio para exprimir o sentido, a significação do ato do Sr. Gama e Silva: baixo isto é, contrário de ato de nobre, ato desvalorizado, incapaz de suscitar sentimentos de compreensão e harmonia, sem grandeza, cego à realidade, próprio de espírito mesquinho, ato tacanho, rudo, inculto, sem condições de colocar-se à altura dos acontecimentos — revelou o Senhor Gama e Silva mentalidade de subdelegado de polícia, de inspetor de quartelão e não do estadista, que seria necessário estivesse, a esta altura dos acontecimentos, a frente do Ministério da Justiça.

A portaria do Sr. Gama e Silva, proibindo os comícios e as passeatas em todo o País, é um modelo de incongruência e, antes de ser ilegal, arbitrária, inconstitucional, antijurídica, é um erro político de conseqüências facilmente previsíveis. Resultará, sem dúvida, Sr. Presidente, em maior desprestígio deste desprestigiado Governo a que serve o Sr. Gama e Silva. Vai fomentar a desordem, vai agravar a situação social, incitar a rebelião dos jovens, provocar novas conspirações e pôr em risco o próprio regime. A portaria do Sr. Gama e Silva, Sr. Presidente, revela a posição falsa em que se coloca o Governo: se pretendeu ele tranquilizar a Nação, errou o alvo, pois, em verdade, só acentuou e só acelerou a crise.

O "Correio da Manhã", em editorial ontem publicado sob o título "Ausência de Lucidez", analisa muito bem o ato do Sr. Ministro da Justiça, que falsamente interpretou a norma do § 27, Art. 150 da Constituição em vigor. A garantia do Artigo 150 é quando é livre reunião, à reunião sem armas, a que a autoridade só intervirá para manter a ordem. A Lei nº 1.207 regula a conduta da polícia, dos agentes públicos, em face da garantia constitucional. Não serve, nem poderia servir, para restringir o que é um direito de todos os cidadãos. Não há nada em lei que proíba comícios ou passeatas. A lei regula o direito de reuniões e não o restringe. Ilegal, pois, é a portaria do Sr. Ministro.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado Mariano Beck, ouvi, com o respeito que merece V. Ex.^a, todas as tiradas subjetivas que fez anteceder às considerações objetivas a respeito da portaria do Sr. Ministro. V. Ex.^a leu quase um dicionário inteiro e procurou menosprezar S. Ex.^a, chamando de baixo, com toda a série de anônimos, o ato que S. Ex.^a pra-

ticou. Até aí é um juízo que V. Ex.^a emite e que pertence exclusivamente a V. Ex.^a, embora, segundo o meu ponto de vista, V. Ex.^a esteja completamente errado. Mas, quando V. Ex.^a vem para o lado objetivo, para o lado jurídico, então seu obrigado a contestá-lo. O direito de reunião consagrado na nossa Constituição e regulado por lei ordinária — note bem: lei ordinária — é um direito a ser exercido, evidente segundo os limites destas disposições, altas e ordinárias. Ora, Ex.^a, o Art. que V. Ex.^a citou o direito, realmente, de reunião diz que: "Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessário comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião."

Sabe V. Ex.^a que a Lei nº 1.027 disciplina a matéria dando a autoridade policial maior de cada Estado ou do Distrito Federal, o direito de estabelecer esses locais. V. Ex.^a encontra "liberdade de reunião", e as autoridades fixam o lugar de reunião. Agora, não o seu onde V. Ex.^a encontrou passeta neste dispositivo ou na Lei número 1.027. É evidente, Excelência, que ninguém pode tolher um direito assegurado pela Carta Maior do País. Ninguém pode fazê-lo, sob pena de incorrer nas cominações inscritas na Lei nº 1.037. Convidaria V. Ex.^a a me dizer onde encontrou qualquer disposição autorizativa de passeata, o que seria uma deturpação do direito de reunião. Os estudantes podem reunir-se naqueles locais designados pelas autoridades estaduais, desde que pacificamente, sem armas e em ordem. Podem, sim, mas dentro do local de reunião previsto pelas autoridades competentes. Se eles acharem que, naqueles locais, não podem atingir a finalidade a que se propõem, que os locais são inadequados, têm direito, pela Lei nº 1.207, de recorrer até à autoridade judiciária. Nessa lei, está previsto até Mandado de Segurança. Isso, Excelência, não é o que está ocorrendo. V. Ex.^a sabe muito bem que houve uma deturpação muito grande nos movimentos dos estudantes, e nós passamos para uma desordem quase generalizada. A Portaria do Sr. Ministro visa, principalmente, a ordenar o País, impedir o caos: garantir este povo, que quer trabalhar, na sua grande maioria preocupado com o pão de cada dia, trabalhando verdadeiramente pelo País, aumentando o nosso Produto Nacional Bruto; que sejam prejudicados o nosso comércio, a nossa indústria, as nossas finanças e a nossa economia por esta desordem. Esta é a finalidade da Portaria que foi baixada — no bom sentido, Excelência.

O SR. MARIANO BECK — O nobre Deputado Líder da ARENA, estou convencido disto, porque conheço a sua formação política, a sua conduta nesta Casa, os seus dotes de cavalheirismo e, certamente, o seu espírito democrático, está falando — estou convencido, repito — única e exclusivamente para atender a um dever de ofício. Nada do que S. Ex.^a disse — e afirmo isto como homenagem ao nobre Deputado — corresponde ao que lhe vai na alma, inclusive porque sabe o Deputado Cantídio Sampaio que as últimas manifestações estudantis realizadas na Guanabara, no Rio de Janeiro e na Capital de São Paulo, na sua cidade, o foram dentro da mais absoluta ordem.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado a V. Ex.^a.

O SR. MARIANO BECK — Foram realizadas dentro do mais sadio espírito democrático.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado a V. Ex.^a.

O SR. MARIANO BECK — Foram apenas demonstrações de estudantes, que reivindicam direitos que lhes estão sendo usurpados.

V. Ex^a diz "não apoiado", mas quem disse que as reuniões foram realizadas em ordem foi o próprio amigo do Governo de V. Exa., que se congratula com os estudantes; foi o Governador Negrão de Lima, não amigo do Governo de V. Exa., que, em manifestações várias, através da imprensa, louvou a atitude e a coragem da última passeata realizada no Rio de Janeiro; foram autoridades militares, foi inclusive o próprio Ministro que baixou essa Portaria objeto dos nossos comentários.

O Sr. Mário Piva — O Comandante do I Exército e até o próprio Presidente da República, quando recebeu os estudantes no Palácio do Planalto, há poucos dias, na semana passada.

O Sr. Cantídio Sampaio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARIANO BECK — Vou conceder o aparte a V. Ex^a veja V. Ex^a como os seus argumentos, realmente, não são procedentes e acredito, repito que sejam apenas consequência do seu dever de liderança oficial e arenista nesta Casa.

Mas preciso, ainda, dar a V. Ex^a outra resposta, ou, outra forma, farei uma pergunta a S. Ex^a onde Vossa Excelência encontra na Constituição, na Lei fundamental do País, ou nesta Lei nº 1.207, que regula o direito de reunião, qualquer dispositivo que proíba a realização de passeatas? Onde encontra V. Exa. isto? É um direito implícito, é um direito próprio, legítimo em qualquer democracia. O que não cabe é a autoridade fazer o que está tentando fazer, usando desse modo uma lei que foi editada para evitar o abuso de autoridade, para evitar que a polícia se meta onde não deve meter-se. Essa lei sendo usada agora, mais uma vez pelo Ministro da Justiça, tão useiro e vezeiro em violar a Constituição, ao interpretá-la a favor das suas intenções ou dos seus pontos de vista; O Sr. Gama e Silva está usando novamente a Lei nº 1.207, interpretando-a falsamente para cercar as liberdades, para evitar que o povo se manifeste e diga da sua desconformidade com o regime que vem dominando este pobre País.

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado, é interessante notar como muda a linguagem dos representantes do Governo nesta Casa, ao sabor dos acontecimentos. V. Exa. deve recordar-se, com se recorda toda a Casa, daquelas manifestações primeiras em que perdeu a vida um estudante, de como se manifestaram os representantes do Governo, dizendo que aquilo era baderna, que a morte do estudante decorria da própria passeata e da maneira como ela havia sido conduzida; e que não era possível continuar o País intransigente diante daquelas passeatas que se realizavam. No instante em que se tira dessas passeatas um único elemento — a polícia — tudo corre na mais perfeita ordem. Não há desordem.

O SR. MARIANO BECK — V. Exa. tem toda razão.

O Sr. Mário Piva — Então, os badernes estão nas fileiras do Governo, fantasiados de policiais. Esses, sim, são os badernes. E a prova está em que se realizam essas passeatas e nada de anormal acontece. Pois bem. Agora, muda-se o juízo a respeito dessas manifestações, pretendendo-se impedi-las. É preciso que se ressalte a razão por que se tenta impedir essas manifestações, ações. É porque o Governo está profundamente preocupado, não com o caos, que ele existe provocado pelo próprio Governo, mas com a solidariedade popular a essas manifestações de inconformidade que os estudantes vêm comandando. Disse hoje nesta Casa que assistiu a outra passeata no meu Estado, na cidade de Salvador. E ao término da passeata ocorreu

um lamentável episódio, no qual não podem envolver os estudantes, porque vi o Presidente do D.C.E. e presidentes de diretórios chorando na porta da reitoria, porque não tinham condições para impedir que determinados indivíduos, sobretudo agentes do DOPS e do SNI, provocassem a baderna final. Ve, V. Exa. nobre Deputado, pretendem fazer com que uma reunião se realize sem que seja precedida de uma passeata. Até em comício político isso se faz — e V. Exa. sabe. A passeata é nada mais, nada menos que uma reunião ambulante. É preciso que fique bem claro: não há dispositivo — e sabe o Vice-Líder do Governo — nem na Constituição, nem na Lei nº 1.207, que proíba tais manifestações. A proibição existe, efetivamente existe, no espírito mesquinho, no espírito deformado dos homens que dominam este País neste momento.

O SR. MARIANO BECK — Sr. Presidente, o Ministro da Justiça deveria, isto sim, voltar a sua atenção para fatos gravíssimos que vêm ocorrendo neste País. Por exemplo: a denúncia hoje estampada no jornal "Última Hora", a respeito da prisão de uma espia pelos estudantes da Universidade de São Paulo.

O Sr. Mário Piva — Vai ser condecorada.

O Sr. Cantídio Sampaio — Pode V. Exa. conceder-me o aparte agora? V. Exa. me fez citações, reiteradas citações, em relação a um outro tópico de seu discurso e tenho impressão de que V. Exa. vai passar a outro aspecto sem me dar o ensejo de contestar V. Exa. e o nobre Deputado Mário Piva.

O SR. MARIANO BECK — Vou conceder o aparte a V. Exa.

O Sr. Cantídio Sampaio — Muito obrigado. Excelência, em primeiro lugar, quero agradecer as generosas referências feitas por V. Exa. à minha humilde pessoa. Desejo dizer que a questão de posição pode ser analisada bilateralmente. Quero crer que V. Exa., eminente e combativo integrante da Oposição nesta Casa, também enxerga os problemas segundo o prisma que convém à Oposição. V. Exa. procura, por um ato reflexo, colocar-me numa posição que posso muito bem fazer refluir a V. Exa. procura até ler as minhas convicções mais íntimas. E creio que esses poderes ainda não chegaram nem mesmo a pessoas privilegiadas, de espírito e de inteligência tão raros quanto os de V. Exa.

O SR. MARIANO BECK — Eu não leio. Apenas pressinto.

O Sr. Cantídio Sampaio — V. Exa. acabou de dizer que eu penso assim. Ora, Excelência, como eu penso só eu é quem sabe. Quanto às referências do nobre Deputado Mário Piva e de V. Exa. de que não existe na lei nada que proíba a passeata, aqui está a Lei 1.207, que diz claramente no seu art. 3º:

"No Distrito Federal e nas cidades, a autoridade policial de maior categoria, em começo de cada ano, fixará as praças destinadas a comícios e dará publicidade a este ato. Quaisquer modificações só entrarão em vigor depois de 10 dias de sua publicação.

Se o local for julgado inadequado etc."

Ora, veja V. Exa. a autoridade policial do Rio de Janeiro fixou, em 22 de abril, em vários locais de reunião. Fala-se em reunião e a Constituição é expressa nobre Deputado Mário Piva. V. Exa. é jurista renomado, respeitado nesta Casa, com suas opiniões sempre muito abalizadas, e há de convir que a Constituição se refere a "local da reunião". Não há "reunião ambulante". Desde que fixado o local, tem que ser nesse local.

Esse negócio de "reunião ambulante" é inovação que V. Exa. traz, numa interpretação por demais extensiva do texto constitucional. Creio que V. Exa. não consegue, mesmo com sua inteligência, com seu brilho, dar guarida a esta interpretação arrojada ao artigo da Constituição que inscreve este pensamento alto. Portanto, Excelência, a Portaria do Ministro não proíbe a reunião — note bem — proíbe a passeata. O direito de reunião não poderia ser derogado. Se a Portaria realmente proibisse o direito de reunião, esteja certo V. Exa. de que eu não viria aqui, de maneira alguma, nem mesmo em atenção ao juízo leonjeiro que V. Exa. faz a meu respeito, sacrificando o meu renome, embora modesto, de advogado, defendendo uma transgressão flagrante e imperdoável da Constituição. Mas, ela proíbe a passeata. Exatamente porque há as deturpações da passeata. V. Exa. leu um grande matutino do Rio de Janeiro. Lei também o "O Globo", no seu artigo de fundo, do dia 5 de julho de 1968, dia posterior ao da passeata: "Chega! — Onde a passeata logrou o povo". E daí por diante, em referências a atos contra o Exército, a armas, a subversão etc. É exatamente para evitar que haja, no decurso das passeatas, que são ilegais, a meu ver, tais infiltrações inconvenientes ao interesse nacional e talvez ao interesse da grande maioria dos estudantes brasileiros: exatamente para evitar tais deturpações e essa onda que se avoluma contra os mais fundamentais interesses da segurança de nossa Pátria, é que essa Portaria foi exarada. Pode estar certo V. Exa. de que o direito de reunião não foi proibido. E nem poderia ser proibido. E se vier a ser-lo, Excelência, pode ter certeza de que seu humilde colega não irá a essa tribuna para defender um ato de força, absolutamente injustificável.

O SR. MARIANO BECK — O nobre Deputado Cantídio Sampaio, apesar de todo o esforço que fez — todo o Plenário e testemunha — não conseguiu apontar nenhum dispositivo constitucional ou legal que proíba a realização de passeatas.

O Sr. Mário Piva — Porque realmente não há.

O SR. MARIANO BECKER — Evidentemente. Talvez o nobre Deputado queira que essa multidão toda que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, desfilou pelas avenidas em sinal de protesto, reivindicando direitos, desfile sob a garantia de um *habeas corpus*, porque o direito de locomoção está garantido na Constituição Federal.

O Sr. Mário Piva — Exato. Perfeito.

O SR. MARIANO BECKER — É o § 20, do art. 150:

"Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder."

Está, portanto, a Constituição assegurando a todos nós, a todo o povo brasileiro o direito de locomoção, o seu direito de ir e vir, pessoal ou coletivamente. Eis aí um direito assegurado na Constituição, direito de todos nós, de reunião sem armas, de reunião em ordem, ao lado do direito de locomoção.

Sr. Presidente, essa portaria fere fundamentalmente, fere violentamente a Constituição, violando, assim, a ordem jurídica (*Não apoiado*) que, para o Sr. Gama e Silva, digo isso com base em várias demonstrações de S. Exa., muito pouco vale. (*Não apoiado*.)

O Sr. Mário Piva — Ora, veja V. Exa. o que fez o Deputado Can-

70/1

DAS

OS, PR-

ZETTA

tídio Sampaio. Leu o "O Globo" do dia 5 de julho, mas não leu o artigo de fundo do mesmo jornal do dia seguinte ao da outra passeata, em que começa dizendo o seguinte: "O Governo do Marechal Costa e Silva e a Revolução conheceram, ontem, a sua primeira e mais grave derrota..." — louvando a ação dos estudantes pela ordem, pela disciplina com que se conduziram. Então, o Deputado Cantídio Sampaio, em nome do Governo, agora traz ao conhecimento da Casa apenas este outro editorial do "O Globo", que é justamente aquele em que volta esse jornal a tomar a sua posição de defensor intransigente do poder público.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado. Quando a favor do Governo, ele está voltando a apoiar o Governo. Quando ataca o Governo, está certo. O jornal evoluiu para a realidade que ali estava posta.

O Sr. Mário Piva — Evoluiu quando? No dia 28, ou no dia 5? Evoluiu no dia 5, quando é contra os estudantes?

O Sr. Cantídio Sampaio — Leia V. Exa. o artigo.

O Sr. Mário Piva — Leia o de 28 de junho também.

O Sr. Cantídio Sampaio — Esse é mais recente.

O Sr. Mário Piva — Peço a Vossa Excelência que leia o outro também. Portanto, nobre Deputado, este argumento, trazido pelo nobre Deputado Cantídio Sampaio, de que a reunião só pode ser realizada em lugar fixo é como se todos os participantes da reunião descessem de pára-quedas. É o que S. Exa. vai exigir. Ou, então, que a hora marcada fosse distribuída individualmente a cada um dos participantes, para que chegassem ao ponto da reunião isoladamente. É o que S. Exa. quer. Mas, na realidade, quando uma passeata se realiza na forma das que foram realizadas no Rio, São Paulo, Salvador e outras Capitais, só resta ao Governo tomar uma medida arbitrária, violenta, como esta portaria...

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado.

O Sr. Mário Piva — ... Ilegal e imoral...

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado.

O Sr. Mário Piva — Porque está preocupadíssimo com a reação do povo.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado.

O SR. MARIANO BECKER — V. Exa. tem toda a razão. Sempre que as passeatas se realizaram sem a repressão policial houve ordem, houve respeito à lei, respeito à propriedade.

Ouví, há poucos dias, aqui na Sala do Café, desta Câmara, declarações do Governador Paulo Pimentel, do Paraná, altamente louváveis, a respeito da sua conduta à frente daquela grande unidade da Federação. Dizia S. Exa. a Deputados da... ARENA e a nós do MDB que em Curitiba não houve sequer uma desordem, porque jamais lhe passou pela idéia proibir manifestações estudantis.

De fato, até agora nenhuma notícia pela imprensa houve, dando conta de arbitrariedades ou de violências policiais no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE:

(Matheus Schmidt) — Nobre Deputado Mariano Beck, lamento informar a V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

O SR. MARIANO BECKER — Vou concluir, Sr. Presidente. Gostaria de ouvir apenas meus nobres colegas que estão solicitando aparte.

O Sr. Unirio Machado — Nobre Deputado, é apenas para deixar registrado que efetivamente constituem um grande incômodo ao Governo as

passeatas e as expressões cada vez maiores do povo que sai as ruas, numa crítica, evidenciando a impopularidade do Governo. O Governo, então, nesta altura, conforme já demonstrou o Ministro Gama e Silva, entende que passeatas pacíficas não podem ser feitas, porque há críticas a sua atuação, o que significa que só seriam possíveis as passeatas, se os cartazes, os slogans fossem de manifestação de aplausos a um Governo que não conta com o povo.

O Sr. Otávio-Caruso da Rocha — É uma honra apartear o brilhante discurso de V. Exa., para dizer que de todos os pronunciamentos feitos pelo Líder da ARENA transparece nitido, o receio que avassala este Governo de cúpula de confrontar-se com a maré enchente do oposicionismo brasileiro, que busca e procura os caminhos adequados para se exteriorizar. O que o Governo receia, realmente, não é a desordem que ele procura, promove e realiza em cada incursão de sua política nas ruas; o que o Governo receia é ver configurado que a quase unanimidade da opinião pública brasileira o repudia. Por isto, o Governo receia as passeatas. Receia as passeatas em Minas Gerais, quando levou às ruas de Belo Horizonte uma polícia desacomodada e espancadora; receia as passeatas no Rio de Janeiro, receia as passeatas no Rio Grande do Sul, como o demonstrou nos dias 25, 27 e 28 de junho e 5 de julho. O que o Governo receia, na realidade, é confrontar-se com a face do povo brasileiro. E essa confrontação, se ele a conseguir evitar nos dias contemporâneos, haverá de a sofrer no julgamento da História.

O SR. MARIANO BECK — Agradeço ao aparte de V. Exa. Vossa Excelência tem toda a razão. O que o Governo realmente receia é o povo; simplesmente isso. O Governo tem medo do povo, porque sabe que no povo ele encontra o seu maior adversário.

Mas vou concluir, Sr. Presidente. Antes, porém, desejo que V. Exa. me tolere que renove, se já foi trazida ao conhecimento da Casa, uma denúncia da maior gravidade. Esta, sim, deveria merecer a atenção de Sr. Gama e Silva. É aquela a que já me referi, da prisão, pelos estudantes de São Paulo, de uma espia do DOPS, infiltrada no seu meio.

A "Última Hora", de hoje, estampa a seguinte notícia:

"A moça da boina, Heloisa Helena, espia do DOPS na Universidade Federal de São Paulo, foi levada pelos estudantes para um lugar não sabido, e sua prisão deixa para a Polícia e o Governo os seguintes problemas:

1. ela ficará como refém até que apareça o universitário João Carlos Figueiroa, que seus colegas afirmam ter sido assassinado pela Polícia;
2. os estudantes apreenderam no apartamento da espia uma relação do DOPS, que pode implicar a Polícia em mais dez mortes de estudantes;
3. outra relação apreendida no apartamento da espia põe a nu uma engrenagem político-policial macartista, que coloca no index quem quer que pertença à oposição;
4. a espia, cujo nome de guerra na DOPS era Maçã Dourada, infiltrara-se na Faculdade de Letras graças a uma carteirinha de estudante que lhe foi fornecida pelo Secretário da Faculdade, Edgard Pinto de Oliveira, que também explora a Livraria USP, e cuja expulsão da Universidade está sendo exigida pelos universitários."

Sr. Presidente, aqui, nesta denúncia do grande matutino carioca "Última Hora", há, ainda, um do-

cumento que precisa vir para os Anais, porque ele mostra, realmente, a gravidade de toda essa situação. Encontraram os estudantes uma carta dirigida a essa moça por um delegado de polícia chamado Aldário Tinoco, da DOPS de São Paulo, com o seguinte texto:

"Ciente de sua mensagem de hoje datada, pela qual V.S. comunica o desaparecimento de rôlo de filmes com as fotografias de dez desconhecidos, corpos estes já sepultados hoje cedo, faço esta diretiva autorizando a proceder à diligência mencionada no cemitério de Vila Formosa, a fim de refotografar os referidos corpos depois de exumados, devendo ser exibida esta mensagem ao administrador daquele cemitério, a qual passa a valer como autorização da 8ª Divisão Policial."

E continua o citado matutino: "Heloisa Helena era assessora de um relator público gordo e pornográfico da Secretaria de Segurança Pública, no tempo do Coronel Sebastião Chaves. Professora, conhecendo, rudimentos de alguns idiomas, e com cara de estudante que seus 22 anos lhe conferiam, não teve maiores dificuldades para chegar até às lideranças estudantis, para delatá-las. Tudo quanto conseguia era passado, informam agora os estudantes, para o Delegado Aldário, da DOPS. Os universitários entendem agora ter sido ela quem "levou" a DOPS a pegar para matar o jovem Figueiroa, que a Polícia diz ter sido libertado, mas que não apareceu desde sua prisão. Figueiroa era um dos líderes da Faculdade de Filosofia da USP, campo de ação de Maçã Dourada."

Ora, Sr. Presidente, esta denúncia é de estarecer. Um Governo que recebe, que vê, que lê uma denúncia desta natureza e que não toma as providências necessárias para esclarecer os fatos é um Governo pobre, é um Governo que não merece a confiança dos brasileiros, é um Governo que precisa, realmente, de um corretivo. Isto aqui, Sr. Presidente, é da maior gravidade. É preciso que este Ministro da Justiça, tão cioso em reprimir a liberdade de reunião, em impedir passeatas de estudantes, venha a público para dizer o que há a respeito disto, para dizer se é verdade, ou não, o que se denuncia para dizer onde estão os dez estudantes que desapareceram da Universidade de São Paulo, o que foi feito com esse jovem Figueiroa, que os seus colegas dizem ter sido assassinado pela polícia paulista.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado, posso esclarecer muita coisa. Em primeiro lugar, julgam que essa estudante, Heloisa Helena, seja uma "olheira" do DOPS, de São Paulo. Quero que V. Exa. saiba que o DOPS é estadual e não federal. V. Exa. acabou de dizer que não aconteceu nada em São Paulo. Como outros membros da oposição, V. Excelência vem de elogiar o eminente Governador de São Paulo, o Sr. Abreu Sodré, com muita e justa razão. (Não apoiado.)

O SR. MARIANO BECK — Vossa Exa. está equivocado. Não fiz elogio.

O Sr. Cantídio Sampaio — Perdão. Os não apoiados podem ser ditos, mas V. Exas. vão ouvir até o fim. É muito natural qualquer polícia do mundo ter seus olheiros, menos para estudantes que para os infiltradores, a fim de informar-se. Toda polícia vive de informação. Não pode supor V. Exa. que o estudante Figueiroa tenha sido vítima do DOPS, porque ele foi preso pela polícia federal. E outra polícia dentro de São Paulo. O General Diretor da Polícia já decla-

27.6.1968 - JORNAL - 16.56 - FORTES - cont. Decidido

rou que o estudante foi sóto. O que se dá aí é uma inacreditável violência dos estudantes, que estão praticando o crime de cárcere privado, prendendo uma moça e violando o seu domicílio sem ordem judicial, sem nada. Estamos chegando, sim, à anarquia, porque V. Exa., advogado, representante do povo, está defendendo crime de cárcere privado e invasão domiciliar. E V. Exa., que disse há instantes que em São Paulo não aconteceu coisa nenhuma, que ali tudo correu bem, vem agora afirmar que o nosso DOPS matou não sei quanta gente, que possui um rôlo de filme. Essa série de mortes ocorreram onde, se não há a menor notícia nos jornais? Veja V. Exa. que tudo isso é fantasioso. De tudo quanto V. Exa. disse só se depreende que há um crime continuado de cárcere privado praticado pelos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto.

O SR. MARIANO BECK — Meu nobre colega, se V. Exa. tivesse razão, poderia redarguir a V. Exa. que os estudantes assim agindo nada mais estavam fazendo do que revidar a atitude das polícias, estaduais ou federal, civis ou militares que, constantemente, estão violando domicílios, o receso dos lares e praticando as maiores arbitrariedades.

O Sr. Cantídio Sampaio — V. Exa. está usando o endereço errado.

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Atenção Senhores Deputados.

O SR. MARIANO BECK — Poderia citar a V. Exa. dezenas de casos, só no meu Estado, o Rio Grande do Sul, de invasão de domicílios...

O Sr. Cantídio Sampaio — Vossa Exa. está transbordando. Estamos tratando de São Paulo.

O SR. MARIANO BECK — ... na calada da noite.

O SR. PRESIDENTE:

Atenção. O tempo do orador está findo.

O SR. MARIANO BECK — Vou concluir, Sr. Presidente, mas não concluo sem antes, mais uma vez, lembrar ao nobre Deputado Cantídio Sampaio que as delegacias de ordem política e social, ou departamentos, seja lá o que for, na realidade estão hoje todas subordinadas ao Governo Federal, ligadas ao Governo Federal.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado.

O SR. MARIANO BECK — Admiro-me muito, ainda, Sr. Presidente, os pruridos do líder da ARENA em defesa da Federação, quando não teve esses mesmos ímpetus relativamente à portaria do Sr. Gama e Silva, que viola frontalmente todos os princípios...

O Sr. Cantídio Sampaio — Absolutamente legal.

O SR. MARIANO BECK — ... que informam a nossa organização política. Esse cidadão que se chama Gama e Silva, na minha opinião e na da maioria dos brasileiros, inclusive de grandes órgãos da imprensa, como o "Correio da Manhã", cujo editorial está aqui em minhas mãos e que farei constar deste meu discurso, está deservindo ao regime e ao próprio Governo.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não apoiado.

O SR. MARIANO BECK — O editorial é o seguinte:

AUSENCIA DE LUCIDEZ

Há no Governo um outro Tarso Dutra: o Sr. Gama e Silva. A insensibilidade política os nivela. O caso do Sr. Gama e Silva é, porém, mais grave. Enquanto a inépcia do titular do MEC, contagiadamente reconhecida dentro e fora do Governo, contamina apenas um setor da nossa vida pública, o defasamento mental do Sr. Gama e Silva esparrama-se sobre toda a Nação.

O preâmbulo que redigiu, para justificar o seu *diktat* aos governadores, é um documento que, antes de tudo, desmerece ao próprio Governo, enquanto o presidente da República persistir na disposição de não ceder à histeria do radicalismo golpista. As duas manifestações populares que ocorreram na Guanabara e em São Paulo, quer dizer, nas mais importantes cidades do País, processaram-se em absoluta ordem — ordem que foi mantida pelos manifestantes. Insurgindo-se contra essa verdade, o ministro começou declarando que "a lei não confere a quem quer que seja o exercício de tais atividades" (atividades, no texto ministerial, significa reivindicações), sobre feir dispositivo expresso da Constituição denuncia a presença de mentalidade antidemocrática. As passeatas, que serviram de pretexto à emissão do ucassemirim, não foram apenas autorizadas, e nem apenas realizaram-se em ordem. Os governadores que as autorizaram, fizeram-no em consonância com o pensamento do presidente da República. Essa autorização equivalia a um princípio de distensão, que só deveria ser — na linha da melhor inteligência política — ampliada, porque os manifestantes não produziram desordem. O Sr. Gama e Silva fechou essa válvula de escape, numa reafirmação de persistência na linha repressiva.

Tentou o Ministro da Justiça calçar a sua portaria na Constituição, citando-lhe o parágrafo 27 de seu artigo 150. Mas, que diz a Constituição? Diz, nesse parágrafo, que todos se podem reunir sem armas; que a autoridade só intervirá para manter a ordem; e que a lei ordinária "poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade; e ainda que esta poderá designar o local da reunião. Portanto, a Constituição não impede o direito de reunião. Amplamente o consagra. A interpretação restritiva desse direito, por motivo de conveniência da ordem pública, ela a defere à lei ordinária. No caso, a Lei número 1.207. E que diz essa lei? Em seu artigo 3º, parágrafo 1º, estabelece que, se a fixação do comício (passeata é comício ambulante) se "fizer em local inadequado que importe, de fato, em frustrar o direito de reunião", o manifestante pode recorrer à Justiça, através de mandado de segurança, "que lhe garanta o direito de comício". No parágrafo segundo, diz: "A celebração do comício em praça fixada para tal fim independe da licença da polícia." Nesse mesmo parágrafo exige, é certo, que o manifestante faça a "devida comunicação à autoridade policial", mas, para quê? Para que esta, diz a lei, "esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra qualquer que, no mesmo dia, hora e lugar, pretenda celebrar outro comício". Portanto, a Constituição e a lei menor invocadas não eliminam o direito de manifestação. Mesmo nos itens que parecem retritivos, sobrepõem ao arbítrio policial o recurso à Justiça, precisamente para proteger o referido direito.

E que fez o ministro? Citando em falso as leis, depois de ter elaborado um preâmbulo que fraudava a verdade dos fatos, determinou aos governadores "que não permitam mais a realização dessas passeatas" (as estudiantis) "a qualquer título". Afrontou a Constituição. Pisotou a lei que

regula o direito de reunião. Esmagou esse direito.

Envolveu o Sr. Gama e Silva a Justiça, na crise. As instituições que têm sob a sua responsabilidade a manutenção da consciência jurídica estão agora obrigadas a bater aos tribunais, pedindo ao Judiciário que restabeleça o império da lei. Mas o Sr. Silva não se limitou só a lançar o Governo fora da Constituição, da qual proclama não pretender afastar-se o presidente da República. Politicamente tornou mais fechado o impasse, gerando, com o seu *diktat*, um quadro que, pelo seu caráter repressivo, não abrirá nenhuma perspectiva à solução democrática da crise. O anseio nacional de reestruturação do sistema político vigente é irreprimível. Processando-se de forma pacífica, ele oferece a um governo lúcido a chance de encontrar as soluções democráticas reivindicadas. O Ministro da Justiça preferiu o caminho da compressão. Renunciou à lucidez. Converteu-se em acelerador da crise, prejudicando os reiterados propósitos do Presidente da República de não fazer concessões ao endurecimento.

Ao buscar reprimir reuniões de estudantes, e impedir passeatas em vez de respeitar a Constituição, nos apresenta esse Ministro da Justiça o ridículo de uma portaria que mais acentuará a divergência do atual regime com o que se passa não apenas no Brasil mas no mundo inteiro; e, pior ainda, nobres colegas, para o próprio governo, acentuará o divórcio da oligarquia que tomou conta do Brasil com a nossa própria História. (Muito bem, Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mariano Beck, o Sr. Matheus Schmidt, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Bonifácio, Presidente.

CONGRESSISTA: MARIANO BECK
 PROJETO Nº _____ CÂMARA _____
 Nº _____ SENADO _____
 DC de 10 / 9 / 68 / CD-ST-CH Pg 3352
 DO Nº / de / /

*hã em plenário
 carta de João Vecchio
 do Dep. José Vecchio
 do R. G. do Sul*

pos ou em classes antagônicas. Sou dos que acreditam que podemos, ainda contribuir sem violências, mas com dignidade e coragem, em parcela positiva na construção de novos dias. Esse é o pensamento do Presidente João Goulart, mas uma vez expresso em carta dirigida a um confratão nosso, o Deputado José Vecchio, fundador do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul e um dos seus líderes populares mais autênticos, cuja divulgação, através desta tribuna, a mim foi confiada. Já devia ter-me desincumbido dessa honrosa tarefa, o que só não fiz pelo fato de que os nossos debates, nos últimos dias, estiveram, naturalmente, voltados para os acontecimentos do toroso da Universidade Nacional de Brasília. Faço-o agora, Sr. Presidente. Eis a íntegra da carta manuscrita do Presidente João Goulart, dirigida, por intermédio de um seu companheiro das classes trabalhadoras, a todos os brasileiros:

"Taquarimbó, 21 de agosto de 1968.

Meu caro Vecchio:

Você me comunica que no dia 24 de agosto mais uma vez os nossos companheiros se reunirão para prestar a justa homenagem que todos devemos ao maior dos brasileiros. Em espírito estarei presente. Mais um ano se passa sobre o sacrifício de Getúlio Vargas, nosso imortal amigo e líder, e o Brasil continua escravizado e impedido de realizar suas imensas potencialidades. Acancaremos, dentro em breve com milhões de habitantes. Somos já a maior nação latina e católica; somos também a segunda Nação de Ocidente. Tudo isso, porém, apenas no número, de habitantes, pois permanecemos mergulhados no subdesenvolvimento. A inensa maioria dos brasileiros vegeta nas condições de vida mais precárias, carecendo daqueles mínimos de alimentação, de saúde e de instrução sem os quais se nega a própria dignidade humana. O mais grave, porém, é que se quer condenar os brasileiros a sofrer, no silêncio e na inércia, a exploração das nossas riquezas, a desnacionalização das empresas públicas e privadas e o confisco do salário dos trabalhadores e a redução cada vez maior das oportunidades de ensino oferecidas à juventude. São indifereçáveis, porém, os sinais de que o povo não consegue mais suportar essa situação. Desde algum tempo, as reuniões normais dos religiosos, os encontros comuns dos estudantes, os debates correntes dos intelectuais se converterem em atos de protesto. Através deles é que o nosso povo, tildido nos seus direitos de manifestação, se exprime politicamente para defender seus mais legítimos interesses. A esses protestos se socam agora, os atos de inconformismo dos trabalhadores, que enfrentando os riscos, procuram restabelecer os direitos conquistados e que lhes foram suprimidos. Nenhuma repressão poderá soffrear a u mpovo cada vez mais sacrificado consciente de que de sua inércia se aproveitará uma pequena minoria, e um povo que exige respeito aos seus sagrados direitos de dirigir-se democraticamente, de lutar contra a exploração, de reivindicar um avida mais digna. Acredito que dos próprios meios militares não tardarão a surgir as vozes patrióticas de repúdio daqueles que não aceitam o papel de custódios de uma ordem injusta e desumana que humilha nossa Pátria, que oprime as camadas mais pobres, que revolta a juventude, opondo o soldado ao povo, como se devessem ser inimigos. Na verdade, só irmanando os brasileiros

O SR. MARIANO BECK:

Sr. Presidente: Srs. Deputados, o povo brasileiro, a sua representação política e o seu próprio Governo atravessam uma etapa difícil do processo histórico nacional. Ninguém pode antever o dia de amanhã. A insegurança tomou conta de todos os setores da vida da Nação. A esta altura dos acontecimentos, já ninguém sabe — nem mesmo as forças governistas — quem, verdadeiramente, detém o poder neste País. O Presidente da República com o seu grupo? Os militares direitistas com os seus aliados e porta-vozes civis?

Ontem, ainda, o "Jornal do Brasil" publicou o depoimento, sem dúvida insuspeito, do Marechal Mário Poppe de Figueiredo, sobre a atual situação do País. Esse depoimento, por certo, não passará despercebido.

A Nação, Sr. Presidente, está reclamando bom-senso equilíbrio, boa-fé e desprendimento dos seus líderes. A Nação está reclamando o estabelecimento de um regime no qual a ordem há de ser a direta e espontânea decorrência da felicidade do povo e não, simplesmente, o fruto inexpressivo de um esquema político que busque na força o seu poder latente. Para esse objetivo, sem dúvida, estão abertos os corações de todos os brasileiros. Ninguém, certamente, deseja acirrar ódios e contribuir para a divisão definitiva do povo em gru-

civis aos brasileiros fardados temos forças para defender a nossa independência ameaçada, para resguardar a nossa soberania contestada e para, soldados e povo unificados, construirmos a emancipação da nossa Pátria.

Ao escrever esta carta do interior do Uruguai, onde há mais de quatro anos me encontro exilado, não alimento qualquer ambição de ordem pessoal, qualquer mágoa ou ressentimento. Sinto-me, porém, no dever de enviar estas palavras de estímulo aos velhos e dedicados companheiros em todo o Brasil, que, com toda a sorte de dificuldades, continuam desfraldando a bandeira e os ideais do Presidente Getúlio Vargas. Não aspiro a nada mais que não seja a restauração das liberdades e a pacificação da família brasileira pela única forma que entendo possível: dentro da democracia e do respeito recíproco. Nossa tarefa é lutar pelos grandes objetivos populares, cristãos e democráticos que inspiraram a vida de Getúlio Vargas e que ele deixou inscritos para sempre na sua carta-testamento. Somente assim podemos retomar o caminho das reformas de base que tanto nos esforçamos para concretizar pacificamente. Elas constituem aspiração com a mais sentida de todos os povos da América Latina, mas constituem sobretudo a tarefa histórica que os brasileiros hão de cumprir para realizar as enormes potencialidades de nossa Pátria e para assegurar o bem-estar do nosso povo.

Aceite, velho combatente trabalhista, e transmita a todos os nossos amigos o atencioso abraço cheio de saudade do Jango."

Este é o texto da carta do Presidente João Goulart. Li-o para ser transcrito em nossos Anais.

Espero, Sr. Presidente, que as palavras de um homem que se encontra no exílio, que detém a liderança de enorme parcela do povo brasileiro, sejam recebidas com atenção pelos atuais dirigentes da vida pública nacional.

O Sr. Martins Rodrigues — A palavra do Presidente João Goulart, como a dos Presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, tem, na atual conjuntura da política nacional, a maior significação, porque são as lideranças, embora afastadas da atividade política por ato de força da chamada revolução de março de 1964, que ainda detêm a maior soma de representatividade no Brasil. Ninguém tira desses grandes brasileiros sua expressão política, por que, em todo o país, se uniram grandes forças populares, que ficaram órfãs, depois da revolução, da sua liderança e da expressão que eles representam. É a palavra, portanto, que V. Ex.^a traz agora com a maior oportunidade, do Presidente João Goulart, não digo que possa ser bem recebida, como V. Ex.^a parece desejar ou esperar, pelos atuais dirigentes da política nacional, insensíveis e surdos à voz do povo brasileiro, mas, sem dúvida, será bem recebida por toda aquela corrente de pensamento que contesta a revolução e, sobretudo, o regime político que ela implantou no País. Sou insuspeito, nobre Deputado Mariano Beck, para falar do Presidente João Goulart. Todos sabem que me opus, na parte final do seu Governo, a muitas de suas iniciativas, tendo sempre a franqueza e a liberdade de dizê-lo pessoalmente ao grande brasileiro. Isto não me impede, porém, de reconhecer não só a correção do seu procedimento e a integridade das suas intenções, como, sobretudo, o valor político que ele representava e ainda hoje representa. O que se faz necessário para o Brasil,

além do retorno às eleições diretas, como base para a renovação democrática em nosso País, é a restauração, através de uma anistia ampla, dos direitos de todos aqueles que foram afastados violentamente e com grande soma de iniquidade da liderança em nosso País. Não sou daqueles que aplaudem, por isso, o pensamento do Marechal Poppe de Figueiredo, a que V. Ex.^a inicialmente se referiu e ainda ontem expresso em longo e excelente artigo no "Jornal do Brasil". S. Ex.^a, situando embora a necessidade das eleições diretas, V. Ex.^a parece desejar ou esperar, ou como meio de restaurar no povo a prerrogativa de participar da vida pública brasileira e integrá-lo concretamente no programa de desenvolvimento do País, preconiza a anistia apenas para depois de 1971, com receio de que a volta dos antigos políticos pudesse perturbar o processo democrático. Pelo contrário, a volta dos antigos políticos será um meio de fortalecer o processo democrático, de dar sentido e segurança a ele porque homens como o Presidente João Goulart, o Presidente Juscelino, o Presidente Jânio Quadros e o Senhor Carlos Lacerda — também afastado, embora não por cassação ou suspensão de seus direitos políticos, da atividade partidária — esses, sim, realmente exercem considerável soma de influência na sociedade brasileira. Se nós quisermos, nobre Deputado, restaurar no Brasil as prerrogativas democráticas, não poderemos deixar de restituir a esses grandes homens públicos a capacidade política que lhes foi retirada violentamente pela chamada revolução de março de 64. (Palmas.)

O SR. MARIANO BECK — Muito agradecido pelo aparte de V. Ex.^a que, precisamente por ser de V. Ex.^a, há de constituir, no futuro, um valioso subsídio histórico para o julgamento da atuação e da presença do Senhor João Goulart na chefia da Nação.

Concordo em gênero, número e caso com as afirmações do nobre Deputado Martins Rodrigues. Um dos reparos que eu faço ao bem lançado artigo do Marechal Poppe de Figueiredo é precisamente este: O Marechal prega a anistia, mas para depois de 1970.

Ora, Sr. Presidente, se realmente desejamos pacificar a família brasileira, a primeira medida será fazer com que retornem ao País, às atividades próprias dos cidadãos brasileiros, todos aqueles que foram banidos e que tiveram os seus direitos suspensos. Anistia, a esta altura, é, sem dúvida, Sr. Presidente, uma aspiração generalizada do povo brasileiro.

O Sr. Jamil Amiden — Nobre Deputado está há quase que um ano na Comissão de Constituição e Justiça, nas bancas do nobre Deputado Arruda Câmara, um projeto de minha autoria que concede anistia aos civis e militares cassados, injustamente, pelo movimento militar de 1964, e que recorrendo aos Tribunais Militares, foram absolvidos por unanimidade, por ausência de culpa. É um projeto que pode realmente devolver a liberdades aos nossos patriotas sem culpa. Talvez anistia não seja bem o termo, mas a proposição objetiva o amparo dos civis e militares. V. Ex.^a precisa prestar atenção: foram absolvidos por unanimidade. A matéria se encontra na Comissão de Justiça, com o nobre Deputado Arruda Câmara. Poderia a V. Ex.^a que me ajudasse a recorrer ao nobre Partido, o MDB, às nossas lideranças na Câmara e no Senado para que ativem o andamento do projeto, que poderá trazer aos nossos patriotas a justiça de que estão carecendo há muito.

O SR. MARIANO BECK — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O nobre colega tem inteira razão. Aliás, o aparte e as palavras de Vossa Excelência certamente foram registradas, especialmente pela liderança da ARENA, que detém a maioria na Comissão de Constituição e Justiça.

Esse projeto poderá ser, de fato, uma porta, um passo para a pacificação, com a revisão das injustiças cometidas pela revolução de 64.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Nobre Deputado Mariano Beck, ocorreu-me observar da leitura que V. Ex.^a faz da carta do Presidente João Goulart uma estranha evolução no processo político brasileiro. O Presidente João Goulart foi talvez o mandatário mais polêmico e contestado que esta Nação já teve. Na análise que faz hoje da realidade brasileira, quatro anos após o golpe militar que o depôs, creio que consubstancia o pensamento da maior parte daqueles que até mesmo o derrubaram, ou que auxiliaram a sua derrubada, porque não há a menor dúvida de que após quatro anos de entrega da soberania nacional, se esclareceu, enormemente, o sentido político do golpe militar. É aquilo que o Presidente João Goulart apena — a rebelião da juventude, a rebelião do clero, a rebelião dos intelectuais, a rebelião dos trabalhadores, e até mesmo a manifestação de inconformismo da maioria dos militares, em cujo nome uma minoria terronista e direitista se expressa, através do poder que exerce — exatamente o pensamento de todos os brasileiros. E como V. Ex.^a, bem diz, para que este pensamento possa ser novamente executado na vida pública brasileira, é imprescindível a anistia já, e não em 71, como quer o Marechal Poppe de Figueiredo. A consciência dessa necessidade, que começa a penetrar até mesmo naqueles lugares que a pequena minoria militarista deseja preservados de quaisquer idéias, ou seja, os quartéis, que começa a penetrar tanto pelos meios de comunicação, como pela porta dos fundos, por intermédio das mães e dos filhos, nas casas dos militares, essa consciência precisa ser posta em prática logo. Portanto, é necessário — acredito — que V. Ex.^a termine esse discurso incentivando a reação das famílias, dos militares que não estão de acordo com aquilo que um pequeno grupo faz em seu nome, no sentido de que politizem os seus chefes, para que eles se manifestem e para que o Brasil volte a gozar de uma democracia. É preciso que neste País tenhamos, outra vez, apenas um processo de cassação de direitos políticos: o repúdio eleitoral, através de eleições livres e secretas, pelo voto direto.

O SR. MARIANO BECK — Muito agradecido a V. Ex.^a pelo aparte. Traço minhas as suas palavras. Repito: a única forma de pacificação da família nacional, hoje, é a da anistia ampla e total, mas anistia agora, para que todos os brasileiros, realmente, possam participar do processo político nacional.

As palavras do Presidente João Goulart, na carta que acabo de ler, apontam, sem dúvida, o roteiro a seguir à todos quantos almejam uma organização social mais justa e, ao mesmo tempo, a libertação econômica do Brasil.

Devemos, Sr. Presidente, caminhar juntos — os militares bem intencionados — superando inclusive os fatos preferidos, até mesmo as decepções sofridas e, acima de tudo, superando vaidades e personalismos, e tudo porque mais alto e mais perto de nós, os interesses da Pátria e os destinos do nosso povo. (Muito bem).

UNIRIO MACHADO
26-9-67 Pag. 3871

Política Siderúrgica Nacional,
Problema de Desnacionalização

precisa relativamente ao problema da crise siderúrgica no País, estudando os rumos de uma política capaz de salvar empreendimento tão páscio à economia nacional.

Ainda agora, na qualidade de Presidente interinopemós, na Comissão de Economia, nosso trabalho, quando eu, o Engenheiro Winko Moreira Barbosa, Presidente da COSIPA, vim de atender ao prego da Presidência e a hora de nossa inscrição.

Desejo, Senhor Presidente, fazer uma rápida análise dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos tempos. Especialmente, quero reserir-me a êsses fatos, no curso dos três anos e meio que se seguiram ao movimento de 1º de abril. Decorridos três anos e meio da denominada revolução redentora, afigura-se-nos oportuna uma análise, ainda que breve, para constarmos seu saldo positivo ou negativo.

Para isso, desde logo, parece-nos importante recordar os objetivos fundamentais com que o movimento de 1º de abril se apresentou a opinião pública brasileira e internacional.

...am seus arautos, em primeiro lugar, o restabelecimento da ordem ameaçada, logo após, a defesa da democracia e das instituições, o combate a subversão, à corrupção e à comunização do País. Na parte econômica, o combate à inflação, a promoção do desenvolvimento econômico e, finalmente, na parte social, o ordenamento da Previdência e uma melhor assistência social.

Vejam os êsses diversos objetivos separados ou destacadamente.

Inicialmente: "o restabelecimento da ordem ameaçada no País". Temos para nos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que toda ordem pressupõe o império da Lei, o império da Constituição. Não há ordem que não seja jurídica, não há ordem que não repouse num estado de direito, pois onde não impera a Lei, onde não impera a Constituição onde subsiste o estado de fato, não se pode falar em ordem. Todo estado de fato e toda falta do império da lei representam uma concessão ao arbítrio, e toda concessão ao arbítrio conduz indiscutivelmente a uma falta de ordem jurídica e a uma insegurança geral.

O Governo que não repouse num estado de direito é um governo despótico, na expressão técnica da palavra, ou é uma ditadura disfarçada sob as mais diversas formas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, após o golpe de 1º de abril, que se registrou neste País. Ato de violência, com cassação de mandatos, com supressão de direitos políticos, com prisões, com expurgos da vida pública e, inclusive, de setores privados. Logo após, seguiram-se os Ato Institucionais e os Ato Complementares, que representaram uma mudança irreversível, ate a votação da Constituição de 1967. Esta mudança a rigor não chegou a ser uma Constituição desejada. Não resultou de um movimento de opinião pública de baixo para cima que esteve a sua disposição. Mas ao contrário foi imposta e dita para baixo exclusivamente para perpetuar o poder despótico dos Ato Institucionais e para incorporá-los na nova Constituição.

Na verdade entretanto o Ato Institucional nº 1 se apresentou como expressamente está escrito na exposição de motivos para institucionalizar o País para por fim ao arbítrio para estabelecer um regime de ordem jurídica mas o fez porque outros atos institucionais e complementares se lhe seguiram. Também a Constituição de 1967 ao que parece não logrou institucionalizar a nação através de normas jurídicas e do estado de direito. Ao menos os fatos recentes confinamento de jornalistas, prisão de religiosos estudantes e jornalistas sem processos sem formações

(Discurso do Deputado Unirio Machado, na Sessão Vespertina de 31-8-67).

O SR. UNIRIO MACHADO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, inscrito há tempo para falar no Grande Expediente, faço-o neste último dia do mês até mesmo para não perder minha inscrição. Não me foi possível coordenar a exposição que pretendia fazer neste momento, nem comentar os dados que me eram absolutamente necessários para a comprovação das observações a que somos levados.

Desde ontem presidimos a Comissão de Economia, interrogando os Presidente das companhias siderúrgicas nacionais, Usiminas, Cosipa,

de culpa; a dissolução de congressos e reuniões de estudantes a proibição de sua participação na vida pública; a intervenção nos sindicatos de Trabalhadores tudo isso viola a Constituição e não encontra apoio na ordem jurídica.

Tudo isso evidencia que nem está totalmente em vigor da representação a definitiva institucionalização jurídica do País, nem da representação o limbo do estado de fato e o limbo do estado de direito, eis que o próprio Ministro da Justiça, ao invocar os Ato Institucional subsequente a Constituição, limitamos para nos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como inquestionáveis, que os Ato Institucionais escravam definitivamente soterrados pela vigência da Constituição, ainda que imposta até nos prazos e processo de elaboração. Isto tudo se trata, Sr. Presidente, na consolidação na linha do primeiro objetivo que a denominada revolução se propôs: o restabelecimento da ordem. Não há na ordem, sem lei, nem tem força a lei quando desrespeitada. As violências continuam.

Sr. Presidente, o movimento de 1º de abril se propôs, também, defender a democracia ameaçada, as instituições ameaçadas, inclusive o Poder Legislativo ameaçado. Não compreendemos, portanto, Sr. Presidente, que, decorridos três anos e meio do movimento de 1º de abril, não tenhamos ainda uma democracia verdadeira. A prova disso está em que não se restabeleceu o diálogo com o povo e não se restituiu ao povo o poder que, no regime democrático, dele emana soberanamente. E a consequência é que até mesmo a Constituição de 1937 não restituiu ao povo o direito de eleições diretas, livres e secretas para escolha do Presidente da República, dos Governadores de Estado e dos Prefeitos das Capitais dos Estados da Federação.

A negativa do direito de voto, a negação do direito de escolha fere o princípio constitucional da soberania popular, expresso na fórmula de que "todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido".

E não só eleições diretas e secretas, senão que, especialmente, eleições livres, pois as últimas eleições não se caracterizaram por essa liberdade.

E a prova está, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em que difícil era a realização de comícios públicos e a plena participação do povo nos debates políticos, em consequência do regime de intimidação e de medo que imperava em todo o território nacional.

O Sr. Vasco Amaro — Perguntaria ao meu em nome conterrâneo: se tivesse havido pressão, se não tivesse havido liberdade, o Partido que o nome e brilhante orador tão bem representa estaria aqui nesta Casa? Percorri o interior do Rio Grande do Sul e, em diversas oportunidades, tive a satisfação e o prazer de sair de uma estação de rádio quando entrava um companheiro do nobre orador, que, com a maior independência e liberdade, dizia tudo quanto queria a respeito do Governo — verdades e, ao meu ver, também algumas inverdades e injustiças — e não me consta que tenha havido a menor repressão, como não poderia, de fato, haver. Parece que nunca tivemos uma eleição tão livre e tão limpa. E a prova disso é o número de representantes que seu Partido trouxe do Rio Grande do Sul, aliás uma bela representação, para ser justo

O Sr. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exa., Deputado Vasco Amaro, meu digno colega de representação do Rio Grande e meu particular amigo.

No entanto, ilustre colega Deputado Vasco Amaro, *data venia*, não posso concordar em que essa liberdade tenha sido plena. E citarei alguns casos, apenas para exemplificar. No Rio Grande do Sul, tiraram do ar colegas de representação quando ocupavam microfones de rádios ou televisões. No mesmo dia, quando tiraram o colega

Jairo Bruni do ar, só pude fazer meu programa, graças à presença do juiz eleitoral. E que o secretário de Segurança havia proibido, em nota publicada nos jornais, que, durante sete dias, alguém comentasse o "recesso do Congresso".

Exatamente nesse dia, em nome do MDB, abordei ironicamente na televisão, "o receso forçado do Congresso" e a invasão militar do Poder Legislativo. Fiz crítica contundente, exibindo jornais do País, que tiveram dificuldade de circulação no Rio Grande do Sul. Não foi a garantia da Justiça Eleitoral e não teramos concluído nossa exposição. Tanto que, logo no dia seguinte, quando a gravação era colocada nas rádios para retransmissão, a Secretaria de Segurança interveio, suspendeu o programa e apreendeu a fita. Onde, pois, a liberdade?

O Sr. Matheus Schmidt — Nobre Deputado Unirio Machado, tenho a impressão de que o ilustre e nobre conterrâneo, nosso amigo Deputado Vasco Amaro, não fez campanha política no Rio Grande do Sul; senão, S. Exa. não teria condições de fazer as afirmações que fez aqui.

O Sr. Mariano Beck — Ele fez pela ARENA.

O Sr. Matheus Schmidt — Houve, por exemplo, isso que V. Exa. narrou. Houve mais: quando diversos candidatos a Deputado Federal terminavam de falar na rádio, aparecia um capitão ou um major do Exército, na cidade onde havia guarnição do Exército, para levar a fita magnética gravada para o Quartel. Dez dias antes das eleições, em São Pedro do Sul, prenderam todos os Vereadores e toda a Liderança do antigo PTB e meteram-nos na cadeia. Onde ia — V. Exa. sabe disso e o Deputado Vasco Amaro também sabe — um candidato a Deputado Federal uma chusma de policiais do SNI e do DOPS, disfarçados, percorrendo o Estado inteiro, seguia os passos de candidato a candidato.

O Sr. UNIRIO MACHADO — Como fizeram recentemente no Congresso do MDB, em Santa Maria.

O Sr. Matheus Schmidt — E como fizeram em Sobradinho. No dia seguinte ao que lá esteve, apareceu um oficial do SNI, perguntando o que eu havia feito em Sobradinho, a que horas havia chegado, a que horas havia saído, com quem havia conversado, com quem havia almoçado, com quem havia jantado. Se agora, que não há campanha eleitoral, existe isso, imagine o ilustre Deputado Vasco Amaro da Silveira o que não houve na eleição.

O Sr. Mariano Beck — Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. UNIRIO MACHADO — Deputado Mariano Beck, concedo a V. Exa. o aparte e, logo após, pretendo passar aos aspectos econômicos e sociais.

O Sr. Mariano Beck — Quero juntar um caso, mais dedicado ao nosso prezado colega Vasco Amaro da Silveira do que a V. Exa., a respeito da liberdade e da isenção com que se portou o Governo Federal e o Governo do Rio Grande no episódio eleitoral. Estava fazendo a minha campanha, no interior do Estado. Cheguei a Porto Alegre e tinha um programa de televisão que o Partido havia reservado para mim. Quando cheguei na TV Piratini, fui advertido pelo Diretor de que, antes de iniciar o programa, deveria falar com um capitão da Brigada, que estava fazendo a censura. Evidentemente, neguei-me. Disse: Não, não vou falar com o capitão; se ele quiser que venha falar comigo; não tenho nada a dizer-lhe; se ele tiver que venha ao meu encontro. E realmente veio. Aliás, já assinalei que era um jovem muito distinto, perfeito cavalheiro.

Tomado de grande constrangimento, disse-me que estava ali cumprin-

do meus; que ele, realmente, achava aquilo uma coisa um pouco estranha, mas que estava ali por ordem do Governador, e não podia fazer nada. Não por qualquer dificuldade, porque que eu não falasse — foi, precisamente no período do fechamento do Congresso — no fechamento do Congresso, nem mencionasse o nome do Deputado Adão Lúcio Cardoso, então Presidente da Câmara e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque eram considerados dois fatos contrários a Revolução. Este foi um episódio.

O Sr. UNIRIO MACHADO — Permite-me V. Exa. que ilustre seu aparte. O fato é verdadeiro. Fizemos uma campanha sob ameaças de toda a ordem. Proibiam a candidatos ocupar rádios e televisões. Principalmente no interior, militares se apossaram em censores dos programas, apreendiam gravações. Já me referi ao programa que fiz na televisão sobre a invasão do Congresso e a apreensão da fita no outro dia. Lembrarei outro programa, informado de que a TV estava cercada. Eramos, além disso, ameaçados de cassações, através de jornais e rádios. Não sabíamos se iríamos até o fim; e o eleitorado, amedrontado, ficava também confuso.

O Sr. Mariano Beck — Não bastassem esses fatos, eu lembraria a V. Exa. e ao meu prezado colega Vasco Amaro da Silveira um outro muito significativo. Na campanha eleitoral no Rio Grande do Sul não se contentaram as forças oficiais com a pressão exercida através da polícia, da Brigada e dos oficiais do Exército, que nas cidades do interior daquele Estado andavam fiscalizando e apunhando fitas gravadoras e censurando as manifestações através da imprensa. Não se contentaram com isso. A campanha ainda foi feita com o auxílio de dois Governadores, um em exercício e o outro eleito, o Sr. João Moneghetti e o Sr. Peracchi Barcelos, que saíram pelo Rio Grande do Sul, cada um por seu lado, a prometer e a ameaçar. Mas não foi suficiente isto. Levaram dois Presidentes da República, o falecido Marechal Castello Branco, que foi a Porto Alegre fazer um apelo para que votassem nos candidatos da ARENA, e o atual Marechal Costa e Silva, que também foi dizer que seus candidatos eram aqueles apontados pelo Governo. Isso revela como foi livre a eleição naquele Estado.

O Sr. UNIRIO MACHADO — Agradeço ao ilustre colega. Advertiu-me a Presidência que...

O Sr. PRESIDENTE (José Bonifácio) Atenção!

O Sr. Vasco Amaro — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. UNIRIO MACHADO — Lamento, Deputado Vasco Amaro, não poder conceder o aparte a V. Exa. Não que pretenda deixar de ouvi-lo. A Presidência adverte de que meu tempo está a findar.

O Sr. Vasco Amaro — Compreendo as razões de V. Exa., mas vou responder-lhe oportunamente.

O Sr. UNIRIO MACHADO — Sr. Presidente, concordo com os argumentos aduzidos pelo Deputado Mariano Beck, apenas divergindo de que estivessem presentes dois governadores, um em exercício e um eleito. Eu diria: um em exercício e um nomeado.

O Sr. Mariano Beck — Concordo com V. Exa.

O Sr. UNIRIO MACHADO — Sr. Presidente, lamento que o tempo não me permita a análise que me propus, dos aspectos econômicos e sociais do governo de 1º de abril de 1964. Propôs-se combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico do País. No entanto, verificamos, através de todas as revistas técnicas, ao longo desse tempo, que a inflação continuou. O Governo anterior emi-

tiu mais do que todos os governos que o antecederam. E a inflação continuou. Nada logrou de positivo o esquema imposto pelo Fundo Monetário Internacional, o esquema monetarista seguido pelo Sr. Roberto Campos na contenção violenta dos investimentos públicos e dos investimentos privados, na contenção violenta e indiscriminada do crédito, que impo-
 tou indiscutivelmente na paralisação do seu desenvolvimento e na estagnação de sua economia.

Já demonstrei noutra oportunidade, apoiado em economista estruturalistas, a inaplicabilidade da teoria monetarista, de contenção indiscriminada do desenvolvimento, em país subdesenvolvido.

Isso se registra através da crise na indústria, de crise no comércio e da crise da lavoura; isso se registra especialmente na queda do produto nacional bruto, na queda da produtividade e na retração do mercado de consumo, na retração das transações, na retração das vendas. A violenta queda do poder aquisitivo representa inquestionavelmente um desmentido categórico ao sucesso da política do Governo. Tanto que a queda do poder aquisitivo responde pela retração dos negócios, pela retração das transações, e pelas concordatas e pelas falências que se fizeram sentir em todo o território nacional. Fato tão grave, que nem o atual Ministro de Planejamento ousou negá-lo.

Em verdade, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o que houve em primeiro de abril não foi uma revolução e, sim, uma contra-revolução, um movimento que quis negar todas as conquistas da Revolução de 30, desde as conquistas políticas do voto universal direto e secreto, até as conquistas econômicas, de emancipação econômica. Houve, efetivamente, uma tentativa de impedir os rumos nacionalistas da independência econômica deste país. Nunca houve tanta desnacionalização na indústria, no setor creditício, e já agora no setor publicitário.

Tive oportunidade de fazer referência a essa desnacionalização, que se processava, há mais tempo, quando examinamos o problema da indústria farmacêutica do País. Mas, logo após, a desnacionalização se generalizou. Hoje, muitas das grandes indústrias nacionais lutam com profundas dificuldades, em face de contenção violenta de crédito. Muitas delas tiveram de transferir e alienar o seu patrimônio.

Em verdade, Sr. Presidente, esse fenômeno, hoje, não é exclusivamente nosso, mas constitui um problema sul-americano. Mais ainda, é um fenômeno continental. Decorre do complexo "industrial militarista", denunciado no livro, "O Estado Militarista", de Fred J. Cook. Este complexo industrial militarista, que até certo ponto domina hoje a economia americana, é o mesmo complexo industrial militarista que vem impondo condições ao Brasil e a todos os países sul-americanos. Daí por que se nos afigura que o fenômeno não é transitório, não é apenas de homens; não mudou com o Presidente da República. Trata-se de um esquema. Só mudará se os homens de Governo enxergarem e se convencerem que é hora de, independente, caminhar o Brasil em busca de seu destino, e que este não nos será dado, mas conquistado.

O fenômeno é resultante da conjuntura americana, continental e universal; é uma consequência da divisão do mundo em dois blocos e de uma falsa opção, que negamos, pois a rigor não aceitamos a liderança de nenhuma delas, porque o que advogamos para o País é a sua independência política, a sua emancipação econômica. Desejamos um Brasil independente, dono do seu destino. Desejamos o que previu o grande Stefan Zweig: Brasil, país do futuro. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. UNIRIO MACHADO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, inicia-

mos, neste instante, a discussão do recurso interposto pelo nobre Líder da Minoria, Deputado Mário Covas, da decisão de V. Ex^a à Comissão de Constituição e Justiça.

Tudo se prende, Sr. Presidente, Senhores Congressistas, em saber por onde deve começar a votação de emenda constitucional. Houve os que entenderam que, na falta de dispositivo expresso na Constituição, na Lei e no Regimento Interno, poderia a votação iniciar-se em qualquer uma das Câmaras. Nesse entendimento, V. Ex^a havia decidido começar a votação pelo Senado. Eis que recorreu dessa decisão naquela oportunidade, o Líder da Minoria, sustentando que a votação deveria começar pela Casa de origem e buscando fundamentação jurídica para o seu recurso. Também sustentamos o mesmo ponto de vista e comparecemos à Comissão de Constituição e Justiça para emitir o nosso pensamento.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Constituição de 1967 modificou a de 1946. Ao fazê-lo, deveria ter outras razões para assim proceder, pois a disposição da Constituição de 46 é tradição no nosso Direito. A Constituição de 46, seguindo rigoroso critério bicameral, estabelecia a votação de emendas constitucionais primeiramente por uma das Casas a de origem, para, depois, ser discutida e votada pela outra Casa. Nascida uma emenda no Senado, seria votada primeiramente no Senado e encaminhada à Câmara posteriormente; nascida na Câmara, seria votada na Câmara em primeiro lugar e encaminhada posteriormente ao Senado. Eram discussões e votações sucessivas, primeiro numa e depois na outra Casa do Congresso. A Constituição de 67 estabeleceu um novo critério: reunião conjunta para apreciação das emendas constitucionais, e é o próprio Senhor Paulo Sarasate, ex-Deputado e Senador da ARENA, no seu "Comentário à Constituição de 67" quem sustenta que a razão dessa modificação foi estabelecer um processo simplificado para o exame conjunto das emendas constitucionais pelas duas Casas. Criou-se, com isso um dilema, para qual chamo a atenção dos Senhores Congressistas. Deste dilema não se pode sair. A Constituição de 1937, ao modificar a de 1946 desejou alterar o critério da bicameralidade para estabelecer reunião única, com discussão e votação conjunta pelas duas Casas, somando-se os votos, como se faz por ocasião da apreciação dos vetos. Então não prevaleceria o critério da bicameralidade. Não haveria por que indagar qual das Casas deveria votar primeiro, eis que as duas votariam juntas. Mas, em não se aceitando este critério e se admitindo que, apesar de uma reunião conjunta — sistema diferente das Constituições anteriores, em que as reuniões eram separadas — a votação separada, qual o argumento que levaria a essa decisão? O respeito ao sistema bicameral. Apesar de reunidas as duas Casas em conjunto a votação, realizar-se-ia separadamente. Por que? Porque, apesar de reunidas as duas Casas, na ocasião de votar obedecer-se-ia ao critério da bicameralidade e a votação seria primeiro por uma Casa e depois pela outra. Então, força é confessar — e daí não se pode fugir — que é da estrutura do sistema bicameral a votação pela Casa de origem. Então não se trata de uma omissão da Constituição, de uma omissão de um texto de lei, mas, sim, pelo princípio geral de Direito, de respeito às normas intrínsecas do sistema da bicameralidade às normas determinantes da sua estrutura. Não há pois, como negar que a votação se deverá processar pela Casa de origem. Tanto assim entendeu a douta Comissão de Justiça que, ao decidir, dividiu a sua votação em duas partes — e chamo especialmente a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, que nesta altura é um magistrado dirigindo os nossos trabalhos. Decidiu primeiro

aquêle órgão técnico, que a decisão de V. Ex^a não era inconstitucional, que não havia dispositivo constitucional ou legal que impusesse decisão diversa; mas, ao mesmo tempo, sugeriu para o futuro normas, segundo as quais a votação se iniciaria pela Casa de origem.

Ora, se o órgão técnico ao examinar a matéria, estabeleceu normas para o futuro, se ele aceitou a melhor doutrina, aquela que decorre da estrutura, da natureza jurídica da bicameralidade, então, eu pergunto a V. Ex^a, Sr. Presidente, e pergunto aos Congressistas Senadores e Deputados: porque não se começou desde logo a votação pela Casa de origem, tal como fez V. Ex^a ainda ontem? A decisão da Comissão de Constituição e Justiça é um subsídio dado a V. Ex^a e à Casa. Pois, numa decisão gentil, cavalheiresca e política, presidiu V. Ex^a, dizendo que a decisão de V. Ex^a não feriu disposição constitucional, mas, dá para o futuro, normas, segundo as quais deveria começar a votação pela Casa de origem.

Eu pergunto, Sr. Presidente: se esta sugestão é para o futuro e se já ontem uma decisão posterior à decisão da Comissão de Justiça e começou-se pela Casa de origem, pela Câmara dos Deputados, por que não seguir então, embora não haja disposição expressa da Constituição, da Lei do Regimento, o critério sugerido pela Comissão, que é o melhor o mais jurídico, aquele que nasce naturalmente da estrutura do sistema da bicameralidade?

Sr. Presidente, nós tínhamos de fazer a votação conjunta, somando-se os votos de Senadores e Deputados.

V. Ex^a decidiu, na sessão anterior, dessa forma. Ao receber agora, Senhor Presidente — permito que eu inquirir, nesta parte, em pedir a atenção de V. Ex^a nobre Presidente — as sugestões do órgão técnico que presidiu V. Ex^a; um magistrado que se assenta nas a Casa como Presidente do Congresso, pergunto, então, a V. Ex^a porque V. Ex^a mesmo, com esta decisão da natureza do cargo e da sua antiga tradição de legislador, não vem ao encontro das aspirações da maioria do Congresso, permitindo espontaneamente que a votação comece pela Casa de origem, pela Câmara, para, depois ser feita no Senado, como V. Ex^a já fez antes, ao encaminhar a votação de ontem primeiramente pela Câmara e depois pelo Senado, eis que a Comissão de Constituição e Justiça dá subsídios a V. Ex^a, sugerindo que as votações se iniciem, para o futuro, pela Casa de origem? Em que V. Ex^a ficaria mal colocado aceitando as sugestões da Comissão de Constituição e Justiça, dando logo o ferindo o requerimento da grande maioria do Congresso e permitindo que a votação se iniciasse pela Casa de origem? Estabelecer-se-ia assim, desde logo, o critério que a Comissão de Justiça sugere, o critério que V. Ex^a adotou, ontem, quando iniciou pela Câmara a votação de ontem, constitucional número 1.

E, então, Sr. Presidente, chamo a atenção de V. Ex^a e chamo a atenção do plenário para a conclusão irrefutável: a melhor norma jurídica é indiscutivelmente a que sugere a votação pela Casa de origem. E esse entendimento, já nesta altura, não é novo, Sr. Presidente é da Comissão de Constituição e Justiça que, respeitando a decisão de V. Ex^a, estabeleceu normas para o futuro. Mas, ontem, por consequência, posteriormente à decisão do órgão — e, sendo posterior, é futuro não é passado nem presente — já se iniciou nesta Casa a votação pela Casa de origem. Por que não seguir-se o critério sugerido pela Comissão de Constituição e Justiça, quando é V. Ex^a mesmo, Senhor Presidente, quem diz, quando são os líderes do Senado e da Câmara quem diz que não haveria prejuízo pelo começo da votação numa ou noutro

CONGRESSISTA: UNIRIO MACHADO
PROJETO N° CAMARA
SENADO
DC de 23/11/67 - CN Pg 1058
DO N° / de / /

Votação de emenda constitucional

Casa, eis que, votado o projeto por uma Casa, deveria ser votado pela outra? O fato de ter sido votado pelo Senado não prejudicaria a votação da Câmara e vice-versa. Entende Vossa Excelência, Sr. Presidente que a rejeição por uma Casa impede a votação de outra?

Eu chamo, para concluir, a atenção de V. Exa., Sr. Presidente, e do Plenário para este ponto fundamental. A Emenda nº 2, de minha autoria, Sr. Presidente, diria melhor, de nossa autoria, com cento e poucos Parlamentares-signatários, com assinaturas além do número regimental exigido nasceu na Câmara com a nossa proposição, e com o apoio de um número de Parlamentares superior ao exigido pelo Regimento, como negar-se, Sr. Presidente, a nós, Parlamentares, a nós Deputados, a nós, que damos origem à proposição o direito de votar em primeiro lugar, a matéria que entendemos fundamental, ao tomarmos a iniciativa? Tanto mais que essa matéria foi aprovada na Câmara, Sr. Presidente, quando por ocasião da Constituição de 1967. E só foi rejeitada no Senado por pressão do então Presidente Castello Branco. Que se aceita agora o critério sugerido pela Comissão de Constituição e Justiça, que se aceita o critério que defendemos de começar pela Casa de origem. Entende-se apenas para esta Emenda, vale somente para esta o critério que impede que a Casa de origem vote em primeiro lugar. Manter esta decisão é negar à Câmara dos Deputados o direito de votar uma matéria que foi vitoriosa na Câmara, é impedir que a Câmara vote uma emenda que nasceu na Câmara, é impedir que ela renita a votação que deu na Constituição de 1967, quando aprovou a emenda. Então, é impedir o livre pronunciamento da Câmara dos Deputados. É rejeitá-lo previamente sem permitir sequer o direito de os Deputados votarem.

É para esta matéria que chamo atenção, Sr. Presidente. Nem de leve há a preocupação que alguns Deputados e Senadores estão colocando na ARENA, muito mais, nem de leve há a preocupação de prestigiar ou desprestigiar a decisão da Presidência.

Esta é a matéria para a qual chamo a atenção dos Srs. Deputados, dos Senhores Congressistas: está-se desvirtuando, está-se colocando sob forma emocional, de cavalheirismo, de gentileza, uma decisão jurídica.

Não está em discussão prestigiar ou não prestigiar o Presidente; está em discussão adotar um ou outro critério.

De maneira que, Sr. Presidente, votando pela decisão da Câmara em primeiro lugar em absoluto se quer, com isso, atingir o Presidente. Quer-se apenas estabelecer a norma sugerida pela Comissão de Constituição e Justiça, já atendida ontem quando da primeira matéria submetida a discussão.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado Unirio Machado, V. Exa. fala da omissão da Constituição em relação ao processo de votação e sustenta, no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, é boa oportunidade para que a Casa firme jurisprudência e parta para a reforma do Regimento Comum, estabelecendo esses processos de votação. — a Presidência, aceitando a sugestão da Comissão de Constituição e Justiça, começa pela Casa de origem a votação da emenda constitucional, a fim de que, logo em seguida possam realmente as duas Casas do Congresso reformar o Regimento comum, estabelecendo a norma de votação. Daí por que a Casa não se pode ater a critérios pessoais ou de conveniências de grupos. Este o modesto aparte que desejava oferecer, na esperança de decisão anteriormente tomada, aceitando a sugestão do órgão técnico da que o próprio Presidente recue da

Casa, para que partindo daí já com jurisprudência firmada, venha ela amanhã fazer parte do próprio Regimento Comum do Congresso Nacional.

O Sr. Paulo Sarasate — Permita-me V. Exa.

O SR. UNIRIO MACHADO -- Ouço V. Exa. com especial atenção, já que citei o livro de V. Exa., no qual examinando a emenda constitucional e a modificação do critério da Constituição de 46 V. Exa. mesmo diz que o critério que prevaleceu foi o da simplificação da votação nas emendas.

O Sr. Paulo Sarasate — Exatamente Não tinha ouvido a citação, mas penhorado agradeço. Minha intervenção neste caso é apenas para dizer ao nobre colega que, modestamente, penso de modo inverso. Acho que não devemos sobrecarregar apenas uma Casa do Congresso Nacional com a responsabilidade de iniciar a votação de matérias importantes como são as emendas. Eu, modesto Senador, com grandes saudades da Câmara, no caso concreto por exemplo, prefiro que a votação comece pelo Senado, para que tenha a oportunidade de manifestar minha solidariedade ao meu Partido e ao Governo, que expressa o seu apoio à ARENA e, vice-versa. Quero arcar com um pouco de ônus de antipatia se no caso houver antipatia, e não deixá-la toda com a Casa onde vivi tanto tempo e onde desfrutei, inclusive, da preciosa amizade de V. Exa. Quero votar no Senado. Não nos deixem sem votar Srs. Deputados e amigos.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado, eminente Senador. O que o ilustre Senador reivindica é exatamente o que reivindicamos. Daí a razão pela qual deve haver critérios. Sem eles não é possível resolver o problema, porque ficariamos no regime do arbítrio. O critério sugerido pela Comissão de Constituição e Justiça é exatamente o da votação pela Casa de origem. Os ilustres Senadores terão a oportunidade de se pronunciarem em primeiro lugar e de assumir os ônus que desejam nas emendas e nas proposições de origem do Senado. Nós, Deputados, arcaremos com a responsabilidade das proposições de iniciativa da Câmara.

O Sr. Paulo Sarasate — Não podemos discutir matéria constitucional nem de Direito Político. Sabe V. Exa. apenas teoricamente. Se há um aspecto do Direito que deve ser examinado ao contato com a realidade é precisamente o Direito Político. Portanto, meu nobre colega a realidade hoje é a seguinte: ninguém pode desconhecer, ninguém pode ocultar nem esmaecer que a maioria política do País expressa no momento através da ARENA, é contrária a emendas constitucionais, porque — e agora deixamos V. Exa. citar também meu livro — para tudo deve haver o tempo de espera o tempo de experimentação. Vamos deixar as emendas constitucionais para quando sobreviver o tempo da colheita, o tempo da frutificação. Portanto, a realidade, hoje é essa: a ARENA é contra as emendas constitucionais; o MDB é a favor. V. Exa. quer um critério. Pois o critério que, para mim parece lógico, diante da realidade política, é precisamente aquele tradicional: uma emenda iniciada pelo Senado, a outra pela Câmara. Assim não ficaremos nós, os Senadores, tolhidos de manifestar a nossa opinião, deixando só com a Câmara esse ônus ou essa vantagem. Por consequente se a questão é critério, está aí um critério lógico, acorde com a realidade, consoante com a vida política que estamos vivendo. Fora daí, meu caro colega, é irmos além de uma teoria que está bem longe muito além daquela cena em que estamos vivendo.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — Desejo apenas assinalar que o nobre Senador Paulo Sarasate está defendendo uma tese rigorosamente contrariada pelos pareceres técnicos das duas comissões especializadas,...

O SR. UNIRIO MACHADO — Exato.

O Sr. Josaphat Marinho — ... as de Constituição e Justiça, da Câmara e do Senado. Uma e outra, embora declarando mais em estilo de cortesia do que de convicção...

O SR. UNIRIO MACHADO — Exatamente.

O Sr. Josaphat Marinho — ... que a decisão da Mesa não afrontava as normas predominantes do Congresso concluíram que rigorosamente, o que se deve estabelecer em caráter permanente, é que a Casa iniciadora da emenda deva, em primeiro lugar, ter o direito de votar.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pretendia perorar dizendo exatamente que o aparte do nobre Senador Paulo Sarasate contraria a decisão expressa das duas Comissões técnicas, da Câmara e do Senado que não estabeleceram e não sugeriram o critério da alternatividade, mas o do respeito à Casa de origem. Vou aos argumentos iniciais. Ou a modificação que a Constituição de 67 ofereceu à de 46, estabelecendo a reunião conjunta, significaria, como conclusão, a votação conjunta, a soma dos votos da Câmara e do Senado ou então, na hora da votação, apesar de a reunião ser conjunta, prevaleceu a votação separada, e, forçosamente, pelo respeito ao princípio bicameral, à estrutura jurídica, a decorrência natural do instituto jurídico da bicameralidade, a votação se iniciaria pela Câmara de origem.

Já não se trata de matéria de arbítrio, Sr. Presidente. Já não se trata de matéria opinativa. Vou além. A matéria é mais do que opinativa e mais do que de arbítrio. A matéria é uma decorrência lógica e necessária do sistema da bicameralidade, que estabelece a votação pela Casa de origem. Ou se respeita da bicameralidade, e se inicia a votação pela Casa de origem, como decidiu a Comissão de Constituição e Justiça, ou então se aceita a modificação pela votação conjunta. O que não se pode é sair desse dilema.

Concluo, Sr. Presidente, chamando exatamente a atenção da Casa para o seguinte: a Comissão de Constituição e Justiça foi cortês e procurou, inclusive politicamente, pela maioria dos seus votos, apoiar a decisão de V. Exa., no caso mas estabelecendo um critério para o futuro. E, se estabeleceu um critério é porque o entendeu melhor. E se ontem já começamos por esse critério por consequente posteriormente à decisão da Comissão de Justiça por que não continuar hoje pelo critério sugerido?

V. Exa. Presidente na hora do Congresso apesar de Vice-Presidente da República, está exatamente em condições de reexaminar a matéria e, de acordo com a própria sustentação de V. Exa., de que indiferente seria o resultado, começando por uma ou por outra Casa ao encontro do Parlamento atendendo ao recurso e permitindo a votação pela Casa de origem, já que é predominantemente, além do parecer da Comissão de Justiça o pensamento de se estabelecerem as normas talvez regimentais para o futuro, de início de votação pela Câmara de origem. Vamos consagrar o critério; não vamos impedir que apenas esta emenda, que dá aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço aos servidores públicos seja subtraída à votação da Câmara dos Deputados, na qual será vitoriosa, porque se sabe anteriormente do acolhimento que esta dá à causa justa do funcionário público do Brasil. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: Unirio Machado
PROJETO Nº
Nº
C de 13/04/67 | CD-SF-ON Pg 4208/9
O Nº 1 de 1

Convocação extra-ordinária
Ordinária
arguimento
Is

nossa formação democrática — que se discuta a conveniência ou a inconveniência, que se aceitem ou não as razões invocadas. No entanto, quem concorre para que o debate não fique na altura deste Poder que se afaste da grandza deste Poder, está fazendo o jogo daqueles que desejam o Poder e que criam condições até para que ele desapareça amanhã, sem que o povo o sinta, porque, através da minimização dos seus debates, foi perdendo importância e foi perdendo grandza.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado Unirio Machado, o Congresso já justificou a sua presença, permanecendo de portas abertas, acompanhando os acontecimentos graves, que se desenrolaram há dias e que continuam graves. E aguardamos abaixo da maior expectativa os próximos resultados dentro de alguns dias. Mas a permanência do Congresso aberto já está justificada pela sua posição diante dos fatos que estão ocorrendo. Não tenha V. Exª dúvida de que outros rumos — e sei por que digo isto — seriam tomados pela Nação se esta Casa de portas abertas não estivesse.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exª.

Efetivamente, Sr. Presidente e Senhores Deputados, houve uma razão para a convocação: a apreensão da oposição pela gravidade da situação nacional, pela gravidade da situação universal.

O que não se pode negar, neste instante, é que a situação nacional não é tranqüila, que há um movimento de insatisfação generalizada que ganhou as ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Brasília e tantas outras cidades do País. O que ninguém pode negar, repito, é que há uma insatisfação generalizada na sociedade universal. Movimentos ganharam as ruas de Paris, Madri, Roma, Tóquio, Praga, Varsóvia, e eclodiram em vários pontos dos Estados Unidos, Rússia, China, do mundo ocidental, capitalista, ou do mundo oriental, comunista. Há em toda a parte movimentos de insatisfação dos jovens, traduzindo efetivamente uma revolução, cujos contornos talvez ainda não se possam precisar. Mas ninguém pode negar, se nem todos podem dizer exatamente o que pretendem, ou se pretendem a mesma coisa, todos podem dizer o que não pretendem e contra o que se manifestam os moços em todos os países do mundo.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado Unirio Machado, sabe V. Exª que a crítica que com tanto brilho desenvolve é praticamente dirigida a mim nesta Casa. Dai a razão por que me sinto no dever, pela consideração que tenho a V. Exª, de, mais uma vez, procurar esclarecer meu ponto de vista. V. Exª referiu que procurei dar destaque às despesas que esta Casa realizou ou que vai realizar com a convocação, da qual discordo. Não é bem isto. Nunca me oporia a uma despesa necessária, fosse cem vezes maior do que esta, porque, para mim, economia não é não gastar; economia é gastar bem, aplicar bem o dinheiro, sobretudo o que está sob a nossa guarda. O que discuto, Excelência, aquilo a que dou ênfase e o fato de dizerem que o Congresso se manteve aberto — e o discurso que procurei rebater, é do nobre Deputado Nelson Carneiro, para que, na hipótese de estado de sítio, pudessemos promover diligências imediatas. Demonstrei, parece-me que de maneira irrefutável, que a diferença marcante entre a Constituição de 1946 e a de 1967 ilide este cuidado. Se nós vivêssemos sob o regime da Constituição de 1946, eu estaria de pleno acordo. O Senhor João Goulart — V. Exª era Deputado nesta Casa e se lembra — quando pretendeu instituir o estado de sítio, recorreu à Casa, porque S. Exª não poderia decretá-lo sem estar autori-

zado pelo Congresso. Na vigência da Constituição de 1967, isso foi modificado flagrantemente. Agora, em qualquer hipótese, o Presidente tem o direito discricionário de decretar o estado de sítio.

O Sr. Mariano Beck — É isto mesmo.

O Sr. Cantídio Sampaio — Há uma diferença. Quando V. Exª diz "é isto mesmo", naturalmente interpretando mal as minhas palavras, nobre Deputado Mariano Beck...

O SR. UNIRIO MACHADO — Interpretando-as gramaticalmente.

O Sr. Cantídio Sampaio — Há uma diferença entre discricão e arbitrio. Arbitrio é quando a autoridade procede fora da lei; discricão é quando ela usa as faculdades inscritas em lei. Mas, se V. Exª me permitir mais alguns segundos...

O SR. UNIRIO MACHADO — Queeria apenas comunicar a V. Exª que estou começando a expor meus argumentos.

O Sr. Cantídio Sampaio — Mas, como V. Exª só faltou dizer meu nome, acho que tenho o direito de dar uma explicação.

O SR. UNIRIO MACHADO — Não tive essa intenção, mas consideração a V. Exª.

O Sr. Cantídio Sampaio — Então, Excelência, agora não há propósito, porque, se V. Exª lesse a Constituição atual e, se o Deputado Nelson Carneiro não tivesse a de 1946, verificaríamos que, com o Congresso aberto ou com o Congresso fechado, o Presidente pode decretar o estado de sítio na hora em que sentir necessária essa medida.

O SR. UNIRIO MACHADO — V. Exª verá, na continuação da minha exposição, que isto é de menos. Não seria apenas a preocupação, ou não, do estado de sítio que nos levaria à convocação do Congresso Nacional.

O Sr. Cantídio Sampaio — Então, achei desnecessária a medida. A esse título não pode realmente ocorrer. O Líder da Minoria tinha 150 assinaturas na mão, e a qualquer instante, não a priori, mas a posteriori, imediatamente depois do fato, poderia convocar o Congresso. Imagine Vossa Excelência que hoje fosse decretado o estado de sítio. Quantos somos aqui? A Casa está vazia. Não há ninguém, não tem havido ninguém, praticamente. Como eu dizia nas outras vezes, o Congresso está em recesso branco. Não houve um único dia em que esta Casa tivesse número para votar qualquer proposição que exija o mínimo quorum possível.

O SR. UNIRIO MACHADO — Agradeço a V. Exª o aparte.

O Sr. Mariano Beck — Permite-me responder a uma referência do Deputado Cantídio Sampaio. S. Exª disse muito bem e com muita sinceridade que o Presidente da República, pela Constituição de 1967, tem de fato o poder discricionário de decretar o estado de sítio, embora ad referendum do Congresso Nacional. E é precisamente este dispositivo, que permite ao Presidente da República, discricionariamente, impor uma situação especialíssima ao País, bem como outros dispositivos também discricionários que distinguem a Constituição de 1967, da anterior, é por esses dispositivos que contém, uma Constituição discricionária, uma Constituição totalitária, uma Constituição de força. A meu ver, a convocação extraordinária a que está submetido o Congresso é preventiva. Não há necessidade de votações, não há necessidade de que haja número para votação. Bastava, como tem bastado, que 40 Deputados comparecessem para a instalação dos trabalhos. Estamos aqui apenas que se saiba que o Governo está sendo vigiado por aqueles que são os legítimos representantes do povo, porque só eles foram pelo povo eleitos. (Muito bem)

O SR. UNIRIO MACHADO — Mul-

to obrigado a V. Ex.^a. Este é exatamente o sentido da convocação.

Conforme a Oposição anunciou, entendemos que há um processo revolucionário no Brasil e no mundo. Temos em mãos farta publicação de todos os jornais do País, das datas mais variadas, demonstrando o fenômeno brasileiro e, especialmente, o fenômeno universal. São jornais de todas as tendências, de todas as origens, discordantes em alguns aspectos, mas concordantes, todos, quando revelam a existência desse processo revolucionário, em face, principalmente, da insatisfação da juventude estudantil.

A constatação deste fato gravíssimo basta para justificar a medida da convocação do Congresso extraordinariamente, visto que ela tem dois sentidos: um negativo e um positivo. De um lado, teria profundo sentido negativo que o Congresso fechasse as portas e entrasse em recesso, como se estivéssemos vivendo um momento de plena e absoluta normalidade no Brasil e no mundo. Seria uma demonstração de alheamento, de atenção, para usar de expressão tão em voga, se o Congresso fechasse as suas portas e os seus representantes fossem normalmente para seus Estados, dando a impressão de que nada de anormal existe no Brasil e no mundo, de que estamos, como dizia o personagem de Voltaire, autor de "Cândido" e do "Otismista", o Professor Pangloss, "no melhor dos mundos possíveis". Bastaria isto para revelar uma insensibilidade do Poder Legislativo, que não é própria pois indiscutivelmente, é ele o mais sensível de todos os poderes políticos da República.

Positivamente, a declaração da Oposição, nesta Casa, de total solidariedade com os processos revolucionários que ganham as ruas no Brasil, no mundo ocidental e até no mundo oriental.

Há uma demonstração de que a Oposição está com as antenas ligadas de que ela apreendeu, sentiu a gravidade da hora e está solidária com esse processo revolucionário universal, quando se deseja uma mudança profunda das estruturas arcaicas, universitárias e não universitárias, e quando se observa uma tendência universal de insatisfação contra uma estrutura que não dá perspectiva à juventude contemporânea. Solidária com esta juventude sem amanhã, a Oposição deseja abrir caminhos para um novo mundo, para uma nova estrutura, que ofereça aos jovens de hoje esperança de melhores dias e de um mundo melhor. Este o aspecto positivo na convocação do Congresso — Daí por que disse muito bem o Deputado Mariano Beck que esta convocação é mais preventiva do que repressiva; e esta convocação, principalmente, não é uma convocação convencional. Há uma profunda divergência com a ARENA. Não fomos convocados para ficarmos dentro daquele velho conceito dos políticos convencionais, que pensam que o Congresso tem apenas aquela função de se reunir para discutir e votar proposições e, num regime discricionário e totalitário, de se reunir e votar as proposições de origem governamental. Não é esse o sentido do Congresso. O Congresso é um poder político, é um poder atualmente. O Congresso é o ponto alto onde se debatem as idéias e onde se sentem os choques dos dias contemporâneos. Por esta razão, o Congresso aberto não precisa ter número para votar aquelas proposições convencionais, como seriam, por exemplo, as indicações de impostos encaminhadas através de projetos do Governo, ou de representantes da Casa. O Congresso precisa ficar de portas abertas para revelar que não está esvaziado, que é

plena, que é sensível ao processo revolucionário que existe nas ruas do País e no mundo todo.

O Sr. Jonas Carlos — Nobre Deputado Unirio Machado, estamos encarnados na ARENA e tudo estamos fazendo para que ela não morra, porque, se morrer, vamos ficar no espaço. Não assinamos a convocação, mas até o presente, sem recebermos ajuda de custo, sem extraordinários, ainda não faltamos um só dia com a nossa presença nesta Casa. V. Ex.^a afirmou, no seu brilhante discurso, que o esvaziamento desta Casa existe por culpa da ARENA. Observamos, nobre Deputado, que não é só a ARENA que está esvaziando esta Casa, o MDB também contribui para este esvaziamento. V. Ex.^a nega ou afirma?

O SR. UNIRIO MACHADO — É preciso compreender o sentido que apliquei ao esvaziamento: esvaziamento no sentido de retirar a importância. Manifestei mesmo que não é o número de Deputados e não serão as proposições que se votem que vão justificar a convocação, que tem sentido mais alto.

O Sr. Jairo Brum — Nobre Deputado, ouço o brilhante discurso de V. Ex.^a, que retrata bem o empenho da Oposição em resguardar a democracia, ferida constantemente pelo Governo dessa dita revolução, que teima em permanecer. Quero congratular-me com V. Ex.^a. É bem isso: o Congresso não vota somente leis. E, depois, temos visto leis passarem aqui pela ausência da situação, dos Deputados do Governo, que ficam lá fora para que as leis sejam aprovadas por decurso de prazo. É uma novidade tremenda no regime democrático. No Brasil, as leis são aprovadas por decurso de prazo, invenção desta revolução, traída, de 1964.

O que estamos fazendo aqui é demonstrando ao mundo que querem dar um golpe de força para terminar com a democracia no Brasil e que nos encontramos vigilantes, porque para nós chega de cinismo. Estamos naquela posição de Maritain, dispostos agora a dar tudo em homenagem à democracia e à liberdade. É o que estamos fazendo, e enganam-se os que pensam que nos vão vencer com a força que detêm e com as ameaças que nos fazem constantemente. Estamos na encruzilhada de nosso destino e prontos a "topar a parada" que nos quiserem oferecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Aroldo Carvalho) — Interrompo V. Ex.^a para informar que não mais poderá permitir apartes ao seu discurso, uma vez que restam menos de cinco minutos para se esgotar o tempo regimental de sua oração.

O SR. UNIRIO MACHADO — Sou muito grato a V. Ex.^a, Sr. Presidente, sou muito grato aos ilustres colegas que me honraram com seus apartes. Fiz o esforço possível para encerrar no prazo da advertência de V. Ex.^a. Efetivamente, é preciso sair do convencional, é preciso sair da acomodação, é preciso que nos rebelamos contra o poder consentido e que ao contrário revelamos o nosso próprio poder, através das nossas lutas e das nossas resistências democráticas. É preciso integrar o movimento revolucionário que irrompe no mundo em busca de novas estruturas. Não podemos ignorá-lo sob pena de perecer. Nesta hora, a nossa posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é tão séria e tão profundamente meditada que nem sequer se lhe poderia atribuir qualquer sentido demagógico em relação ao processo que ganha as ruas, especialmente na solidiedade espontânea que temos dado aos estudantes do Brasil e na compreensão que temos tido do movimento gerado pela juventude no mundo, por essa juventude que os jornais nos aparam a denominar "o poder jovem". Isto porque

vencionais, entre os processos convencionais e o movimento revolucionário não convencional, avesso e rebelde às convenções, e vemos que o movimento que vem ganhando as ruas tem manifestado o seu repúdio ao Governo, à ditadura militarista e entreguista que se assentou com a denominada Revolução de 64.

Sr. Presidente, entendo esse movimento revolucionário que ganha as ruas da Guanabara, de Brasília, de Recife, de Porto Alegre, de São Paulo, como os movimentos de Paris, Roma, Montevideu, Varsóvia, Checoslováquia, na Rússia, na China, nos Estados Unidos. Em toda parte eles revelam um certo inconformismo contra todos quantos participam direta ou indiretamente da política convencional. E entendo até que nos mesmos, da Oposição, pelo fato de agirmos e de lutarmos dentro de uma faixa convencional, estamos, até certo ponto, servindo a convenção. Daí por que também até contra nós, Senhor Presidente, Srs. Deputados, se levanta um certo inconformismo. Esse movimento, por ser mais revolucionário e mais anticonvencional, não aceita nem a convenção do Governo, como até descreve da convenção que atribuem à Oposição.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através deste pronunciamento, que gostaríamos fosse maior, para o qual desejaríamos dispor de maior tempo, a fim de analisar amplamente o que dizem todos os jornais que se editam no Brasil, nós desejamos demonstrar o quanto somos sensíveis, o quanto somos solidários e o quanto participamos deste verdadeiro movimento não convencional que ganha as ruas do Brasil, como ganhou as ruas de todos os países do mundo ocidental, capitalista, ou do mundo oriental, comunista. Nós cumprimos o nosso dever na esperança de que o diálogo se faça, porque, à medida em que o tempo passa, os que almejam o mesmo objetivo e têm o mesmo sentido cada vez mais razão terão para se entenderem, para se encontrarem, para juntos representarem o papel histórico que nos está reservado de romper com as estruturas arcaicas, quer universitárias, quer as estudantis, quer, ainda, a econômica interna, pelas reformas de base e contra a exploração do imperialismo econômico, que suga as energias deste País e de outros países subdesenvolvidos. Nós cumprimos com o nosso dever aqui nesta tribuna, nas ruas, na imprensa falada e escrita, mostrando a nossa verdadeira posição de inconformados contra um movimento que se denomina revolução, mas que, ao contrário, é contra-revolução, porque é a barreira às conquistas a que almeja a juventude e o novo brasileiro. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: **UNIÃO MACHADO**
 PROJETO Nº **CÂMARA**
 Nº **SENADO**
 DC do **3 / 4 / 68 / CD-~~ALCA~~** Pg **67**
 DO Nº **/ de / /**

*Monumento
 Quantil
 J.S.*

Esqu

O SR. UNIÃO MACHADO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda repercute a morte do estudante Eilson Luiz Lima Souto, que tombou vítima da mão assassina da polícia militar da Guanabara. Ainda ecoa no País e no mundo o vandalismo da intervenção armada da polícia militar no restaurante do Calabouço.

Perdura ainda a perplexidade da opinião pública ante o processo usado pelo Governo, determinando a intervenção armada no interior de um restaurante de estudantes, assumindo a responsabilidade pela vida de um jovem estudante.

Não fora o erro e a insensatez, e, por certo, o movimento estudantil teria ficado restrito. Quem lhe deu maior projeção, quem lhe deu dimensão nacional e internacional foi exatamente o crime praticado. E este não teria ocorrido, se outro fosse o processo e o método governamental.

Mas, lamentavelmente, a lição não foi aprendida.

Novos episódios da polícia com estudantes provocaram novos espancamentos, novos ferimentos e até novas mortes, em Goiás e na Guanabara. Em Goiás, a ocorrência assume maior gravidade. Não obstante a intervenção do bispo de Goiânia, não obstante a presença de autoridades, apesar da participação do bispo auxiliar, que foi o último orador, finalmente, após encerrarem as manifestações, a polícia surpreendeu e traiu a confiança dos estudantes numa agressão desabrida. Novos espancamentos, nova morte, a do Ivo Vieira.

O Sr. Paulo Freire — Permite um aparte?

O SR. UNIÃO MACHADO — Permite V. Exa. ao menos, que eu articule minha exposição.

O Sr. Paulo Freire — Nobre colega, ninguém mais do que eu lamenta as ocorrências de violências cometidas contra estudantes. Lamento-as, profundamente. Mas quero também lamentar as violências praticadas por estudantes. A Polícia mineira, ontem, foi de uma bondade até de avó; não bondade de pai. No entanto, hoje, carros particulares, em Belo Horizonte, que, para serem convertidos, terão os donos de gastar alguns milhões de cruzeiros. Os estudantes pegaram os carros particulares, parados na rua, cujos donos estavam trabalhando, e atiram-lhes fogo. Se V. Exa. justifica essa violência, eu não a justifico. Se a Polícia comete violências, os estudantes também estão cometendo violências. E violência gera violência.

O SR. UNIÃO MACHADO — Também profligamos a violência. Mas, força e confessar, no caso tudo ter-se-ia passado normalmente, como mera manifestação de protesto de estudantes contra a alimentação e o atraso nas reformas do restaurante Calabouço.

Desejando sufocar a voz dos moços pela força, o Governo assumiu a responsabilidade pelo evento, pelo clima passional que se expande e pela repercussão universal do acontecimento.

E, por teimar no processo condenável da intervenção armada, por persistir em emudecer a juventude, também passou a ser responsável pelas mortes de Goiás, da Guanabara que constituem desdobramento do primeiro erro.

Ferimentos, espancamentos, registraram-se, posteriormente, em diversos Estados da Federação. Geralmente são os estudantes as vítimas. Caso os há também de policiais atingidos, mas, inegavelmente o foram sempre nos choques que provocaram, por determinação expressa do governo militarista que detém o poder, desde 1º de abril de 1964.

O Sr. Nazir Miguel — Nobre Deputado, queria registrar aqui, nesta oportunidade, o comportamento da polícia do meu Estado, o Estado de São Paulo, e principalmente do honrado Governador de São Paulo...

O SR. UNIÃO MACHADO — Chegarei lá.

O Sr. Nazir Miguel — ... que é exatamente o oposto, como me diz muito bem o meu nobre colega Israel Dias Novais, do Governador da Guanabara, que foi eleito em eleição direta. O nosso que foi eleito em eleição indireta. Queria perguntar também a V. Exa. que tem a ver a manifestação dos estudantes, principalmente do Calabouço, com a queima de bandeiras americanas, com o apedrejamento de instituições americanas. Isso, nobre Deputado, é infiltração comunista. E lugar de comunista é na cadeia, porque é subversivo, e o estudante deve estar na escola estudando e não fazendo arruaças. Queria dizer a V. Exa. que, quando se faz uma manifestação normal...

O SR. UNIÃO MACHADO — V. Exa. está em contradição.

O Sr. Nazir Miguel — ... como em São Paulo, sem queimar bandeiras americanas...

O SR. UNIÃO MACHADO — V. Exa. está se contradizendo, porque V. Exa. mesmo faz referência a São Paulo, onde o Governador permitiu a livre manifestação dos estudantes e onde ela se processou em ordem, segundo V. Exa., sem a intervenção de extremistas.

O Sr. Nazir Miguel — Mas lá a manifestação foi ordeira. Não houve infiltração de elementos extremistas.

O SR. UNIÃO MACHADO — Lá foi legítima e pacífica porque o governo permitiu. Por que razão V. Exa. condena, a priori, as outras manifestações?

O Sr. Nazir Miguel — São manifestações tipicamente subversivas, V. Exa. há de convir comigo.

O SR. UNIÃO MACHADO — V. Exa. não pode distinguir. Como explica V. Exa. que algumas delas tenham sido pacíficas na mais absoluta ordem?

O Sr. Nazir Miguel — E o apedrejamento da Casa Thomas Jefferson em Brasília e a queima de bandeiras, V. Exa. acha que isto não é subversão? Ora, Sr. Deputado, tenha paciência!

O SR. UNIÃO MACHADO — V. Exa. se contradiz. V. Exa. reconhece e proclama que as manifestações livres as manifestações fiscalizadas e permitidas, sempre terminam bem. Contrariamente, desastrosas e perniciosas são as represálias da força policial ou militar.

O Sr. José Maria Magalhães — Nobre Deputado, V. Exa. foi há pouco apartado pelo Deputado Paulo Freire. V. Exa. disse que os estudantes na Capital mineira cometeram os maiores absurdos inclusive atacando carros particulares. Quero trazer aqui algumas fotografias hoje

publicadas nos jornais de Minas, onde o estudante está sendo agarrado por dois policiais, e outras, de outro jornal "O Diário de Minas", onde também não vemos nenhuma fotografia de assalto ou de distúrbios atingindo carros particulares. O único carro que foi atingido, Sr. Presidente, foi o carro de um Prefeito da cidade do interior de Minas, carro chapa branca, que os estudantes, com certeza no tumulto, tomaram como carro da polícia. Portanto, a notícia do nobre Deputado Paulo Freire não retrata a verdade, porque o único episódio foi esse. Além disso, Senhor Deputado Unirio Machado, V. Exa. deve saber, e também o ilustre Deputado Paulo Freire, que no tumulto tudo pode acontecer, mas o tumulto foi provocado pela força policial. Os estudantes anteontem fizeram uma passeata em Belo Horizonte, sem o menor incidente, porque a força policial não fez intervenção. Ontem, então, resolveram fazer intervenção e houve o tumulto. Agora, Sr. Deputado, veja bem V. Exa., enquanto os estudantes morrem nas ruas o Sr. Presidente da República — quem diz isso é o "Correio Braziliense" de hoje — escuta uma canção de Agnaldo Rayol.

-O Sr. Paulo Freire — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Paulo Freire — Fui nominalmente citado, fui, aqui, desmentido. Sr. Deputado, isso não é verdade. Existe a polícia para defender nossa propriedade e se esse estudante foi carregado e não espancado, é porque estava tentando contra a propriedade. Dezenas de carros, centenas de carros foram ontem danificados e queimados.

O SR. UNIRIO MACHADO — Senhor Presidente, vou permitir mais um aparte ao Deputado João Hercúlio para encerrar o episódio de Minas Gerais, e poder prosseguir.

O Sr. João Hercúlio — Quería apenas dizer ao nobre Deputado Paulo Freire que eu estava sábado em Belo Horizonte.

Quando a polícia não espancou os estudantes, lá em Belo Horizonte, tudo tranqüilo, foi uma bellissima passeata. Ontem a Assembléa Legislativa, muito antes da passeata já estava totalmente isolada. A cidade estava com o trânsito todo congestionado pela polícia, que enchia as ruas. E foi só o estudante começar a fazer um discurso para que as bombas de gás lacrimogénio estourassem gerando a confusão. Daí, então, poderemos dizer que a passeata não teve mais aquéle caráter pacífico. Mas quero dizer aqui, em alto e bom som: o estudante de Belo Horizonte, quando não é massacrado pela polícia, manifesta o seu pensamento, utiliza-se de um direito constitucional. Mas não tolera, e nem tolerará, nem hoje nem amanhã, o espancamento da polícia, de braços cruzados.

O Sr. Paulo Freire — Espancamento que não houve.

O SR. UNIRIO MACHADO — Os apartes desviaram o fio de meu discurso, mas, comprovaram a tese. O perigo não reside no direito constitucional da livre manifestação, mas contrariamente no seu cerceamento e violência opressora. É até acaciado afirmar-se hoje que a violência gera violência. A violência oprime, mas não convence. A violência mantém qualquer ordem por pouco tempo, mas, nenhuma violência garante a falsa ordem por muito tempo. E a segurança é meio e não fim, muito menos pretexto para perpetuação do poder.

O Sr. Argilano Dario — Nobre Deputado Unirio Machado, ouço com muita atenção o discurso que V. Exa. está proferindo no interesse geral desta Nação. Quero adiantar ao discurso de V. Exa. que a reação da juventude brasileira é uma consequência do tratamento que o Governo

vem dispensando a todo povo brasileiro, a toda a sociedade. Todos nós, em todos os Estados, estamos sofrendo o descaso do Governo, no que respeita à boa orientação democrática que deveria existir. Basta dizer a V. Exa. que faz poucos dias no Espírito Santo, depois de uma reunião do meu partido, do partido que dirijo naquela unidade da Federação, telegrafei ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça protestando contra a pressão que o Governo do Espírito Santo exerce sobre o Movimento Democrático Brasileiro, eis que um Deputado nosso havia sido espancado no Município de São Francisco. E, passados cerca de 20 dias, não houve qualquer resposta ao nosso telegrama. Ora, no Espírito Santo, como em todo o Brasil, o que se vê é em pleno funcionamento uma máquina de pressão montada pelo Governo. O que o estudante está fazendo é justamente reagindo contra esse estado de coisas.

O SR. UNIRIO MACHADO — Obrigado, colega Argilano Dario. A tragédia do Calabouço, as dramáticas ocorrências de Goiás, a repetição da Cinelândia, na Guanabara, não podem e não devem ser examinadas separadamente. Atestam a ditadura militarista. Constituem sinais dos nossos tempos. Não podem permanecer impunemente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminaria aqui a tragédia? Estaria findo o drama? Ou, contrariamente, recém despenhou-se o bloco de neve montanha a baixo. Na qualidade de pais de estudantes universitários, secundários, de qualquer ciclo, na qualidade de políticos responsáveis, além do protesto, cabe-nos chamar as autoridades responsáveis ao bom senso e a razão.

É tempo de compreender e valorizar a mocidade, abrindo o diálogo que a cultura impõe.

A mocidade que protesta no Brasil é a mesma mocidade que protesta nos Estados Unidos, na Itália, em Varsóvia, na Tcheco-Eslováquia, no Japão, nos países capitalistas e nos países socialistas. Em todos os povos, em todos os regimes, a mocidade de hoje protesta contra a tirania intelectual e a tutela da força.

Mas, não são apenas os estudantes, não é apenas a mocidade. Também os intelectuais não aceitam a tirania opressora da inteligência. Também nós da oposição nunca silenciámos nesse protesto.

Mas, Sr. Presidente, já agora podemos arrolar contra os erros da "chamada revolução de 1º de abril", alguns de seus maiores líderes, alguns dos seus feitos. Primeiramente, é tempo de compreender e valorizar a mocidade, abrindo o diálogo que a cultura impõe.

A mocidade que protesta no Brasil é a mesma mocidade que protesta nos Estados Unidos, na Itália, em Varsóvia, na Tcheco-Eslováquia, no Japão, nos países capitalistas e nos países socialistas. Em todos os povos, em todos os regimes, a mocidade de hoje protesta contra a tirania intelectual e a tutela da força.

Mas, não são apenas os estudantes, não é apenas a mocidade. Também os intelectuais não aceitam a tirania opressora da inteligência. Também nós da oposição nunca silenciámos nesse protesto.

Depoimento do Marechal M. Poppe de Figueiredo, Jornal do Brasil, 24 de março último

"Mas, a realidade é que o povo não está satisfeito. Há um desânimo generalizado, apatia, indiferença pelas coisas do País, somente quebrada pela intranquilidade que o fantasma do contínuo encarceramento do custo de vida leva a todos os lares."

"Não é nada confortador tomarmos conhecimento de estatísticas, como a que acaba de dar à publicidade o Departamento de Comércio Norte-Ame-

ficano, relativas a 1966, nas quais, na parte referente ao produto nacional bruto *per capita* — que corresponde ao total de bens e serviços produzidos por unidade de população e, por isso, bem representativa do nível médio de desenvolvimento — o nosso índice é 272, collocando-se bem abaixo, para só citar nossos vizinhos do sul do Continente, do Uruguai com 570 e da Argentina com 699.”

... “a Revolução não conseguiu, apesar do seu esforço, incutir no povo brasileiro o “espírito de desenvolvimento” a que nos referimos, empolgando-o para formar ao seu lado na grande batalha do desenvolvimento.”

“Cabe agora a pergunta: Por que tudo isto?”

Depois de meditarmos longamente e de procurarmos sondar a alma de nossa gente, chegamos à conclusão que ela se isola assim do Governo por não ter influido na sua escolha. O povo não se sente responsável por um Governo eleito à sua revelia. E assim sentindo, reage não tomando dele conhecimento, ignorando-o e se mantendo em atitude passiva, de fria indiferença ante seus atos”.

Logo após o depoimento do General Mourão Filho, Presidente do Supremo Tribunal Militar.

... “afirmou que as causas que produzem a inflação, a corrupção e a subversão, além de não terem sido removidas, foram agravadas exageradamente”.

... “O excesso de poderes que o Presidente da República já possuía muito antes da Revolução sofreu uma perigosa hipertrofia a ponto da invasão do Legislativo pelo Chefe da Nação. Hoje o Presidente da República pode baixar decretos-leis em nome da famosa segurança nacional. Não conheço nada tão perigoso quanto isto”.

Noutro trecho disse o General Mourão Filho: “O que está aí é uma generalocracia. O novo Presidente da República poderá ser um coronel ou um major. O candidato mais forte é o Ministro do Exército”.

Com o aparte do nobre deputado-Andrade Lima Filho.

O Sr. Andrade Lima Filho — Permite-me, Nobre Deputado, nunca, como em nosso tempo, teve mais correspondência com a realidade a velha imagem de Waldo Frank, quando certa vez afirmou que a juventude carrega no ventre a gravidez do futuro. V. Exa. afirmou há pouco que essa insurreição da juventude é hoje um fenômeno mundial, diante de tanta incompreensão que vemos aqui e em outros países para esses pronunciamentos. Permite-se lembrar, ainda, nobre Deputado, aquele desejo que José Ingenieros, no prefácio de suas “Forças Morais”, confessava, ao afirmar que aspirava, como bem supremo, à felicidade de morrer antes de envelhecer. Realmente temos o dever de confessar, diante desse sentimento dos jovens em todo o mundo, em Brasília, em Praga, em Varsóvia, em Pequim, em Washington, nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, nos países democratas ou socialistas, temos o dever de confessar que fracassamos. Somos a geração que não morreu nem envelheceu. Se a disciplina do caráter, se a mais alta virtude do caráter é a rebeldia como dizia ainda Ingenieros, temos de nos curvar diante dos pronunciamentos dos jovens, porque estão, sem dúvida, aqui e em toda a parte, carregando nos braços o mundo morto para ressuscitá-lo como Cristo fez a Lázaro, conduzindo a nova humanidade pelos caminhos que não soubemos trilhar, ou não pudemos, ou não quisemos, caminhos que conduzem à paz, à liberdade e à justiça.

O SR. UNÍRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exa. Efetivamente, é necessário que se reconheça que vivemos num mundo conturbado, uma hora incerta, e que a mocidade, hoje

mais do que nunca, vive a angústia de tantas incertezas. Não é de se estranhar que nesse clima, a mocidade procure, quase desesperadamente, nova madrugada. Por que negar sua participação na luta pelo seu amanhã?

Demais, Sr. Presidente, é estultície querer sufocar a voz da razão e as expressões da verdade.

No crime do Calabouço, na tragédia de Edson Luiz, a repercussão dos funerais, o comparecimento de todo um povo, deram projeção e dimensão nacional e internacional.

Passo a registrar agora a solidariedade de padres de Belo Horizonte e de padres de São Paulo. Printa e três padres da Arquidiocese de Belo Horizonte divulgaram manifesto sob o título “Declaração dos Padres, no qual afirmam:

“Enquanto não se reconhecer que o Brasil precisa mais de estudantes do que militares, mais de universidades do que quartéis, mais de livros do que de armas, mais de liberdade, justiça e paz do que de violência e repressão, essa situação perdurará, enquanto não mudarem as orientações básicas do nosso Governo”.

Também no mesmo sentido 30 padres de São Paulo, no seu manifesto de cinco itens, declaram que:

“Nenhum brasileiro consciente se iludiu a respeito dos propósitos espúrios do golpe militar de 64”;

1. “Nenhum brasileiro consciente se iludiu a respeito dos propósitos do golpe militar de 64”.

2. Naquele momento, se utilizou o nome de Deus, da liberdade e da família para cobertar intenções tirânicas de uma minoria submetida a dominação estrangeira;

3. Ao longo desses quatro anos temos assistido a um cortejo de violências praticadas impunemente contra a dignidade humana. Espancamentos, torturas, desaparecimento de pessoas, prisão de inocentes, intervenções em sindicatos, extinção de órgãos estudantis, cassações, expulões, invasões de faculdades, de lares e de conventos e finalmente, o surgimento de um clima de perseguições e insegurança que paralisou as energias vitais do povo.

4º Agora, os jornais noticiam o massacre de tribos indígenas. Nosso minério é contrabandeado. O responsável pelos órgãos federais de censura é desmascarado pela Polícia Federal. Nossas terras são alienadas, conforme depoimento do Próprio Ministro da Justiça.

5º Tudo isso revela o drama de um povo oprimido e esmagado pela iniquidade de uma “ordem estabelecida” que perpetua o desemprego, a fome e a miséria do nosso povo. Em nome de nossa consciência cristã defendemos o direito de luta contra as estruturas da opressão e estamos ao lado do povo — mesmo com sacrifício de nossas vidas — para lutar pela justiça e pela liberdade.

O SR. PRESIDENTE:

(Accioly Filho) — Lembro ao nobre orador que o tempo de que dispõe é de apenas 3 minutos. Há ainda um orador inscrito no Grande Expediente, o nobre Deputado Celestino Filho.

O SR. UNÍRIO MACHADO — Senhor Presidente, agradeço-lhe a advertência.

Desejaria que V. Exa. fosse tão liberal quanto o foi seu antecessor na Presidência com o colega que me precedeu.

O SR. PRESIDENTE:

(Accioly Filho) — V. Exa. começou a falar às 15:11 horas. As 15:41 horas V. Exa. terminará o seu tempo. Mas, se tudo é tão claro, porque o Governo faz ouvido de mercador? Es-

tará o Governo interrado em provocar um clima de tensão que justifique o endurecimento? Haverá o propósito de um governo militarista, a medida que se deteriora, que perde popularidade, em forçar a decretação de estado de sítio, ou de baixar um novo Ato Institucional na tragicomédia revolucionária?

De boa fé não é possível que não tenha aprendido a lição e não deseje mudar de rumos. De má fé, no entanto, pode estar provocando um clima insustentável para intervir. Mas, se o faz concientemente que não esqueça dos riscos de tão temerosa atitude. Só mesmo que seja intencional, no jogo aberto da projeção do “Estado Militarista”, denunciado como responsável pelo “complexo industrial-militarista” nos Estados Unidos. Só mesmo a subordinação a um esquema, que, sob o pretexto de servir ao continente, constitui o atrelamento incondicional a interesses aparentemente continentais. Só nesse caso, pode o governo insistir na tensão, no tumulto, na força que oprime, na violência que intimida para sufocar.

Mas, se a liberdade é sagrada, a soberania é um imperativo.

Toda solução política que esqueça a necessidade de reformas econômicas estruturais interna, que desconheça nossa posição de país subdesenvolvido, vítima de um processo internacional desvantajoso, terá fatalmente que falhar.

Não é de se estranhar, portanto, que tenham falhadas as metas econômicas governamentais.

Já tenho me referido ao aumento de falência, concordatas, títulos protestados, como sintomas alarmantes, mas, especialmente, tenho me referido à brusca interrupção do crescimento do produto nacional bruto à queda de transações, ao retraimento do mercado, à redução do poder aquisitivo do povo, na contradição do arocho salarial com o crescente aumento do custo de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só mesmo a preocupação de esconder a realidade e de evitar o livre debate pode justificar que o Governo prefira a solução de força ao diálogo aberto com o estudante e com o povo. Só mesmo a preocupação de manter uma estrutura superada e de esconder o processo espoliativo da economia nacional pode explicar a teimosia de métodos condenáveis.

O Sr. Otávio Caruso da Rocha — O pronunciamento de V. Exa. é extremamente oportuno e perecificante. É exatamente em defesa do processo de espoliação econômica que o Governo arma esta imensa rede repressiva e de cercoamento de todas as liberdades públicas. Aliás, gostaria de aduzir ao discurso de V. Exa. que ontem, no Rio de Janeiro, as ocorrências havidas revelaram, com toda a clareza, que a desordem foi provocada diretamente pela atuação policial. Este fato também se encontra comprovado às reversas, pela inexistência da desordem no Estado de São Paulo, onde a polícia permaneceu recolhida e a passeata se desenvolveu em perfeitíssima ordem.

O SR. UNÍRIO MACHADO — É tempo de o Governo compreender a lição de sangue da mocidade brasileira. “Uma lição de vidas roubadas ao país”. É tempo de o Governo compreender que deve mudar de rumo; de que com violência nada conseguirá; que a segurança é um meio e não um fim; e muito menos um pretexto para a prática de violências.” Sustento que desde que a lição seja compreendida, “talvez o fenômeno se restrinja às lamentáveis ocorrências já registradas”. Se, no entanto, não for compreendida, “e se o Governo teimar em querer resolver os problemas das manifestações populares, dos trabalhadores e do povo em geral com violências, então assumirá a responsabilidade histórica pela repetição de fatos semelhantes, pelo

luto doloroso que este país vive neste instante.” (Muito bem. Palmas.)

CONGRESSISTA: *UNIRIO MACHADO*
 PROJETO Nº
 Nº
 CAMARA
 SENADO
 DC de *13/3/64* CD-SELOV Pg 263
 BO Nº / de / /

*Criticas ao que
 chama de "Ditadura
 militarista" do País
 S.*

O SR. UNIRIO MACHADO:
 (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 7 de abril de 1964 advertiamos a Nação: «cuidem para que o que se diz transitório não se transforme em permanente e para que não se instale uma ditadura militar no País».

Tinhamos, então, a compreensão dos fatos e a perspectiva da história. Preferível seria que estivéssemos enganados. O decorrer do tempo, no entanto, confirmou nossas apreensões. De etapa em etapa, o processo se desenvolveu na montagem de uma estrutura militarista indistigável.

Primeiramente os atos constitucionais e complementares; logo após a Constituição de 67, a Lei do arrôcho da imprensa e a Lei de Segurança Nacional, impostas à Nação, constituem etapas sucessivas de um mesmo processo de concentração de poder que caracteriza a ditadura. Não é de estranhar, portanto, com o decorrer do tempo, que ainda agora o País venha a ser sacudido, intranquilizado, através de uma apreensão generalizada e de uma angustiada expectativa. O estado de prontidão, a movimentação das tropas, tudo isso provocou a grande interrogação nacional. Que, em verdade, está por trás de tudo isto? Trata-se de uma nova crise politico-militar? Ou, ao contrário, de uma faceta nova, de uma mesma crise persistente? Porque, em verdade, há inconformidade da realidade nacional ao artifício que se quis impor à Nação.

O Sr. *Lurtz Sabiá* — Nobre Deputado Unirio Machado, o Ministro da Justiça há poucos dias anunciou um documento-bomba, a ser expedido pelo Presidente da República e, hoje, a «Fôlha de São Paulo», trás, na sua primeira página uma manchete, dizendo que se trata de um documento em que o Governo criará áreas de segurança nacional. Veja V. Exa. como a pobre, enfêrma, democracia vai sendo, assim, amputada, de pedaço em pedaço. Até afirmei, hoje, no Pequeno Expediente, que é um processo de eutanasia na democracia brasileira.

quando a Constituição brasileira estabelece a expressão do direito de autonomia das capitais para escolher os seus representantes. Agora, vem o Ministro da Justiça anunciando a criação de áreas de segurança nacional. Então, dizia eu: onde existe uma ponte importante, trata-se, inevitavelmente, de uma área de segurança, porque liga um Estado a outro; e citava o pequeno Município de Rifaina divisa de Sacramento, Minas Gerais, como parte importante da segurança nacional. Rifaina não terá autonomia. Está aí amputada a Democracia neste País.

O SR. UNIRIO MACHADO — Agradeço o aparte do ilustre colega, que aborda um dos aspectos sobre o qual me deterei no prosseguimento destas considerações.

Em verdade, o Governo não quer render-se ante a evidência, nem aceitar as implicações e consequências das medidas políticas e econômicas desacertadas. Há, em tudo isso, segundo se me afigura, dois objetivos que desde logo transparecem: em primeiro lugar, constituir uma cortina de fumaça, desviar a atenção do debate dos verdadeiros problemas nacionais e, em segundo lugar, fortalecer, já quase desesperadamente, o esquema de forças do Governo. Tudo isso a pretexto da segurança que se tornou assim a tônica fundamental do Governo. Um verdadeiro tabu, algo em que não se pode tocar. A pretexto da segurança tudo se faz, inclusive gerar a insegurança no País. Esses fatos podem ser examinados política, econômica e socialmente. E' o que pretendo fazer, destacando, para melhor compreensão, cada um dos capítulos.

O Sr. Zaire Nunes — Nobre Deputado, sem pretender profetizar a atuação do Governo, creio que V. Exa. vai ver o que ocorrerá com o nosso Estado, o que ocorrerá com o Rio Grande do Sul em termos de Segurança Nacional. Na designação — e designação é o termo correto — do Sr. Peracchi Barcelos em 66, para capitanear o Rio Grande, viu-se que métodos foram usados. Agora, quando a «Folha de São Paulo» noticia — ao que o Deputado Lurtz Sabiá fez referência — que serão criadas áreas de Segurança Nacional, não tenho dúvidas de que com isso, o que visam é afastar a possibilidade de eleições diretas no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é o grande visado nisto porque lá todos, saltem nós da Oposição, nós do Partido Trabalhista Brasileiro, temos condições de vencer as eleições sobradamente!

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado a V. Exa. Tem toda razão e procedência o aparte do meu nobre colega e amigo Deputado Zaire Nunes.

O Sr. Último de Carvalho — Permitte-me um aparte!

O SR. UNIRIO MACHADO — Darei oportuna resposta.

Efetivamente, o pretexto é a Segurança Nacional e a segurança, evidentemente, encarada pelo prisma do interesse da oligarquia dominante. Segurança passou a ser confundida com interesse da oligarquia. Tudo aquilo que contrarie a oligarquia dominante representa indiscutivelmente uma insegurança. Daí por que o Governo não deseja politicamente restaurar o processo democrático, não deseja eleições livres, diretas, universais e secretas, porque seria o diálogo com o povo e haveria perigo de manifestação do povo contra a oligarquia, já que oligarquia é antítese de democracia. Se democracia é governo do povo para o povo e pelo povo, oligarquia é o governo de alguns contra o povo. Por essa ra-

ção não pode evidentemente interessar ao Governo esse processo político. Daí, a pretexto de segurança, esse verdadeiro jogo de xadrez, em que, aos poucos, mas, progressivamente, colocam-se em todos os postos-chaves elementos militares ou de confiança de militares. E, como corolário, já agora o super-Ministério da Segurança Nacional, que contará para ajudá-lo com militares em todos os ministérios civis. Posteriormente, é possível que se anuncie a obrigatoriedade de que as Secretarias de Segurança sejam também ocupadas por militares. Tudo isso representa, indiscutivelmente, um pretexto político de segurança nacional que é confundido com a segurança da oligarquia dominante, que não quer de maneira alguma sujeitar-se a eleições e ao veredito popular.

Com prazer ouço o aparte do nobre Deputado Último de Carvalho.

O Sr. Último de Carvalho — Com o respeito que V. Exa. merece...

O SR. UNIRIO MACHADO — Como o meu discurso é um pouco longo eu pediria a V. Exa. fosse breve no seu aparte.

O Sr. Último de Carvalho — ... quero discordar de V. Exa., quando diz que as áreas de segurança nacional não aquilam que consultarem o interesse do Governo. As áreas de segurança nacional serão ditadas pelos subversivos, serão escolhidas pelos subversivos. Serão aquelas que os subversivos quiserem ou desejarem para sua atuação. Não tem a V. Exa. a menor dúvida. Se o Estado do Rio Grande do Sul, esse grande marco das nossas liberdades, amanhã levantar-se como um Estado subversivo, se se chegar à conclusão de que no Estado do Rio Grande do Sul estão sediadas centrais comunistas, portanto subversivas, não tenha a menor dúvida de que o Governo declarará determinadas áreas como prioritárias para a segurança nacional. No Estado do Rio Grande do Sul, no Estado de Minas Gerais, em qualquer Estado que seja, porque o que deve prevalecer sobre tudo e sobre todos é o regime e a tranquilidade da Nação Brasileira.

O SR. UNIRIO MACHADO — Obrigado pelo aparte do nobre Deputado Último de Carvalho. Mas, na verdade, o que se vai verificar na determinação dessas áreas, através do quadro que há pouco enunciei, com neutralização em todos os postos-chaves de elementos de interesse da oligarquia, é que serão considerados postos-chaves todos aqueles que oferecem perigos eleitorais à oligarquia dominante.

Mas passemos agora a examinar o aspecto da ordem econômica. Após o movimento de 1º de abril, implantou-se definitivamente a orientação do Fundo Monetário Internacional. Isto determinou, no Governo do Sr. Castello Branco e Roberto Campos, a crise na indústria, no comércio, na agricultura e na pecuária, e se traduziu num mal-estar generalizado. Houve uma certa euforia quando o Governo anterior foi substituído pelo Governo do Sr. Costa e Silva e do Sr. Delfim Neto. Uma certa euforia representou uma espécie de crédito de confiança de alguns setores da opinião pública principalmente do empresariado nacional. Também esta euforia desapareceu. Ruíram por terras as últimas esperanças e, apesar da linguagem diferente, assistimos aos mesmos métodos e ao mesmo processo negativo.

Alguns dados estatísticos publicados nas últimas revistas e noticiários econômicos, muitos dos quais de orientação do próprio Governo, comprovarão nossas assertivas. Aqui por exemplo: falências requeridas no Rio de Janeiro a outubro

de 1966: 299; de janeiro a outubro de 1967: 428; em São Paulo, de janeiro a outubro de 1966: 1.313; de janeiro a outubro de 1967: 1.865.

Verifica-se, assim, a progressão das falências. Também o mesmo ocorre quanto aos títulos protestados no Rio de Janeiro: janeiro e fevereiro de 1966, 4.801; janeiro e fevereiro de 1967, 12.368.

Observa-se, através desses dados, que o processo de falências, de concordatas e de títulos protestados aumenta progressivamente, ao invés de diminuir.

Também o resíduo inflacionário — já que o Governo fala tanto em combater a inflação — permanece, segundo esses dados, na base de 41 a 44%.

Dados do Correio da Manhã salientam a queda nas vendas, em 1967: na metalurgia, 15%; na química, 17,9%; produtos têxteis, 13,8%; bebidas, 9%. A indústria passou, assim, por um impacto; ela, que representava a tônica de ascensão e progresso, passou a ter uma queda considerável.

O crescimento médio da indústria, no quinquênio 1956-1961, era de 11%. O crescimento médio da indústria, no quinquênio 1962-1966 foi de 1,8%. De 11% para 1,8%. Segundo dados oferecidos pelos próprios órgãos governamentais.

O mesmo se verifica, segundo o Relatório do Banco Central, em relação aos estoques, principalmente de veículos.

Estoques de veículos

1966 1º trimestre	2.196
2º trimestre	2.684
1967 1º trimestre	5.314 (+165% s/66)
2º trimestre	5.300 (+97,5% s/66)

(Considere-se que os efeitos de tensões têm posto a economia brasileira em estreita correlação com declínio quando há elevação de estoques).

Daí, insólita queda da produção da queda vertical do mercado de consumo.

O custo de vida aumentou, no Estado da Guanabara, de 41 para 45,3%, de 1964 a 1965; em São Paulo passou de 41,1 para 47,4%.

E houve uma queda na produção de veículos, paralela ao aumento dos estoques, evidenciando grande queda no consumo e procura globais. O mesmo também se pode verificar, em quadro da CEPAL, fornecido pelo BNDE, nos índices de relações de intercâmbio, em que se revela essa estagnação econômica, queda da produção nacional, queda do produto nacional bruto e empobrecimento do País.

DADOS DA CEPAL, RELATÓRIO CEPAL/BNDE

Índices da relação de intercâmbio:	
1955	100
1960	85,3
1965	82,2
1966	77,8
Valor das Exportações (Índice de valor unitário):	
1955	100
1965	78
1966	75,9
Valor das Importações (Índice de valor unitário):	
1955	100
1965	94,9
1966	97,5

Enquanto continua a inflação, aumenta o custo de vida, o Governo impiedosamente congela os salários, o que representa, indiscutivelmente, confisco salarial do trabalhador brasileiro.

A seguir passarei a demonstrar o verdadeiro esquema pelo qual a economia brasileira se encontra dentro da economia internacional e, por conseguinte, as verdadeiras causas do processo de empo-

bremento brasileiro e de todos os países latino-americanos; ou de todos os países produtores de matéria-prima, em face da disparidade de preços dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados. O empobrecimento de países latino-americanos, ou de todos os países altamente industrializados do mundo é uma decorrência do processo espoliativo da economia internacional.

Ainda agora, os noticiários que apreciam a reunião de Nova Delhi destacam o fato de que o valor das manufaturas produzidas nos países desenvolvidos elevou-se, entre 1953 e 1960, em 65 bilhões de dólares enquanto o correspondente aumento dos países subdesenvolvidos foi de apenas 3 bilhões de dólares. («Gazeta Mercantil de São Paulo»).

O Sr. Zaire Nunes — Nobre Deputado, quando V. Exa. traz dados dessa ordem e quando o nobre Deputado Último de Carvalho, da representação mineira, procura justificar a criação de áreas de segurança e de centrais comunistas, admitindo a hipótese de estas centrais se instalarem em quaisquer partes do País, devo dizer-lhe que exatamente no inconformismo da nossa indústria, que se vê estagnada, no inconformismo do nosso comércio, que não negocia mais, no inconformismo dos assalariados, sejam eles servidores públicos federais, estaduais ou municipais, sejam eles homens empregados em entidades privadas, quando ocorre tudo isto que V. Exa. enumera, é aí que vou encontrar essa subversão que o Deputado Último de Carvalho arrola e que eu entendo seja apenas o inconformismo do País com esta política econômico-financeira do Governo. Isso é que é subversão, salvo se por subversivos se entendem todos aqueles que se levantam a favor dos interesses nacionais e contra os interesses dos grupos que estão dominando a nossa economia e a nossa política.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado ao ilustre colega.

O Sr. Último de Carvalho — Quero dizer ao Deputado que estou de acordo com ele. Inconformismo não é subversão. E S. Exa., sabe onde quero chegar. Infeliz o País, desgraçada a democracia que possui um povo que se conforma com tudo. O inconformismo é mesmo da vida das democracias. A subversão é coisa muito diferente, é da vida das ditaduras de direita e esquerda, contra as quais sempre nos levantamos neste Parlamento.

O Sr. Zaire Nunes — Teoricamente, o Deputado Último de Carvalho está correto. Mas, na prática, tudo o que se disser contra o Governo é subversão.

O SR. UNIRIO MACHADO — É a verdade, o que acontece no mecanismo internacional, de acordo com grande número de economistas, inclusive os da CEPAL, ainda de acordo com recente trabalho do Presidente do BID, Senhor Herrera, intitulado «A Integração Econômica em Marcha», é uma disparidade internacional de preços dos produtos primários e dos produtos manufaturados. Há, assim, desvantagem na troca dos produtos primários com os manufaturados. Entre outras assertivas de seu trabalho, que, se julgado parcial, não o seria certamente na comprovação de nossa tese, destacamos sua observação de que «o volume das exportações latino-americanas tem-se elevado em proporção anual de 5%, desde 1960, enquanto esse esforço traduziu-se numa melhora de poder de compra de apenas 1,6% a/a.» Afirma ainda que «os preços do cacau baixaram ultimamente a níveis inferiores aos de 1934-1938 enquanto os do açúcar, no chamado mercado mundial livre, mesmo nos países de maior índice de pro-

dução, baixaram a ponto de não mais cobrir os custos de produção». Verifica-se assim o empobrecimento dos países agrícolas e pastoris em favor do enriquecimento dos países altamente industrializados e onde se concentram também os grandes grupos do poder financeiro internacional.

O mercado de manufaturas é mais elástico e tem, assim, em seu benefício, através desta deterioração dos preços superior à do mercado de produtos primários. Desta forma, o que verificamos através desta deterioração dos preços dos produtos primários é o empobrecimento crescente dos países subdesenvolvidos, de economia agro-pastoril, em benefício dos países altamente industrializados.

E estes países empobrecidos vão buscar nos países desenvolvidos, onde se concentra também o poder financeiro internacional, os recursos para o seu desenvolvimento. A medida que empobrecem no processo de troca, vêm-se na contingência de buscar recursos fora, por falta de poupança interna. Mas estes recursos vão ser procurados através de um mecanismo de neo-imperialismo, em que os países subdesenvolvidos pagam juros altos e ônus excessivos e estão sujeitos a um financiamento orientado pelo interesse do país financiador contra o interesse do país beneficiado. É, por exemplo, além de outros dados, o que se verifica na denúncia de Wemmy Kruman, do «Neocolonialismo, Último Estágio do Imperialismo».

Que de 1951 a 1961, sem levarmos em consideração o petróleo, o nível geral dos preços por produtos primários caiu de 31,1%, enquanto os preços dos manufaturados subiram em 3%. E só o preço dos produtos de maquinaria, e de equipamento em geral subiram em 31,3% nesta mesma década. Isso causou uma perda às nações asiáticas, africanas e latino-americanas, tomando por base o ano de 1951, de cerca de 41 milhões, 40 mil dólares. No mesmo período em que crescia o volume de exportação dessas nações, o rendimento em divisas, obtidas de tais exportações, decrescia.

Significa isso que, enquanto aumentam as exportações dos países subdesenvolvidos, produtores de matéria-prima ou de economia primária, enquanto aumenta o volume de exportação, diminui o rendimento em dólares, diminui a aquisição externa, também de produtos manufaturados. Quer dizer que os países de economia primária têm uma exportação cada vez maior mas uma receita cada vez menor. Acresce que, de acordo com o que diz, também, o autor do «Neocolonialismo, Último Estágio do Imperialismo», os juros dos recursos financeiros internacionais são muito altos. Dados publicados pelo Banco Mundial, em 1962, mostram que 71 nações asiáticas, africanas e latino-americanas tinham dívidas externas de 27 bilhões de dólares, sobre as quais pagaram em juros e taxas de serviços, cerca de 5 bilhões. Desde então, essas dívidas externas foram estimadas em mais de 30 bilhões de libras, nessas áreas. Em 1961, as taxas de juros de quase três/quarters de empréstimos oferecidos pelas grandes potências imperialistas atingiram a mais de 5%, em alguns casos até 7 e 8%, enquanto os prazos eram pensosamente curtos. Mas se não se quisesse aceitar, totalmente, a denúncia do referido autor, poderíamos buscar, como disse ainda há pouco em economistas da CEPAL, e poderíamos buscar novamente no Presidente do BID, em Herrera, dados estatísticos compro-

vantes deste fenômeno que se processa sobretudo na América Latina. E ele afirma:

«A dívida pública externa da América Latina, a longo prazo, pagável em divisas, cresceu de US\$ 3,4 bilhões em fins de 1956 a US\$ 11 bilhões em fins de 1964; o serviço desta dívida, por conceito de juros e amortizações aumentou, no mesmo período, de US\$ 425 milhões a US\$ 1,6 bilhões. Do montante total da referida dívida pendente de pagamento em fins de 1964, 47% se vencerão nos próximos 5 anos; outros 24% entre 5 e 10 anos e apenas 29% restantes têm prazo de vencimento superior a 10 anos».

É o processo de empobrecimento constante, progressivo, de todos os países latino-americanos, como consequência deste mecanismo da economia nacional, segundo o qual os países de economia primária levam profunda desvantagem e, através de um crescente esforço, de um gigantesco esforço de independência econômica, de desenvolvimento econômico, sentem-se cada vez mais empobrecidos, descapitalizados. As grandes organizações internacionais financiadoras estabelecem juros elevados, taxas elevadas, ônus elevados e orientam o financiamento muitas vezes às suas filiais nos países subdesenvolvidos ou a empreendimentos econômicos com eles ligados, e os orientam de tal forma que há uma escassez de recursos dessas organizações financiadoras para os empreendimentos de infra-estrutura de desenvolvimento econômico, que representam o verdadeiro impulso de emancipação e de independência econômica dos países subdesenvolvidos do mundo.

Com muito prazer ouço o nobre colega Deputado Floriceno Paixão.

O Sr. Floriceno Paixão — Nobre Deputado, estou ouvindo, com muita atenção, o brilhante trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo e gostaria de trazer alguns dados para ilustrar um pouco mais o seu magistral discurso. Em 1951, o Brasil vendeu, exportou um volume físico correspondente a 3 bilhões de toneladas de matérias-primas. Em 1960, o volume exportado foi seis vezes mais, sendo da ordem de 23 bilhões de toneladas. Em 1951, recebemos um bilhão e 800 milhões de dólares para os 3 bilhões de toneladas. Em 1966, recebemos menos dólares do que em 1951, apesar de termos exportado seis vezes mais. Então, é indispensável, em verdade, subsidiar o exportador com a alteração da taxa do dólar, como vem ocorrendo. Mas, Sr. Deputado, é contra isso que protestamos, porque o Governo passado, quando se instalou, inscreveu em seu Plano de Ação Econômica, com prioridade, a redução a índices ínfimos da taxa inflacionária, e jamais isto poderá ocorrer num país subdesenvolvido precisamente em virtude desses fatos exigindo sempre, cada vez mais, o sacrifício dos trabalhadores brasileiros, das classes assalariadas. Jamais se poderá num país subdesenvolvido, chegar a índices quase nulos da taxa inflacionária. E aí está o Governo que suceder o anterior, contingendo tenazmente na sua política de contenção da inflação à cust dos assalariados brasileiros. Louvo a V. Exa., pela brilhante oração que vem desenvolvendo.

O SR. UNIRIO MACHADO — Muito obrigado, nobre colega, Deputado Floriceno Paixão, ilustre membro da representação rio-grandense. Daí, do deserto das medidas econômicas ocorre esse gigantesco esforço do artificialismo do Governo: não podendo conter a infla-

ção, porque o resíduo inflacionário ainda permanece na base de 41 a 44%, não podendo aumentar a produção no Brasil, onde há queda da produção nacional, onde há queda de consumo, como consequência da queda do poder aquisitivo, o Governo faz gigantesco esforço para aparentar equilíbrio. Como? Por exemplo, reajustando o dólar, desvalorizando o cruzeiro, a pretexto de beneficiar a exportação. Mas com isto, que ocorre? As dívidas externas, que a Nação vem pagando com sacrifício, com lágrimas e sangue, permanecem e se avolumam. Durante alguns anos, pagamos dívidas, e, de um instante para outro, num golpe de magia, com o aumento do valor do dólar, desproporcionalmente ao do cruzeiro, passamos a pagar pela nossa dívida, em cruzeiros, mais do que devíamos anteriormente. Assim, perdura o processo histórico do empobrecimento dos países subdesenvolvidos, vítimas do processo econômico internacional. Trabalham para pagar suas dívidas; pagam-nas, mas, através desse processo, nos reajustamentos, as dívidas aumentam e o povo continua escorchado. Como aumentam as dívidas, aumentam as dificuldades internas e a nação volta a buscar recursos externos, para tapar o buraco decorrente do processo internacional. Esses recursos, obtidos através do mesmo processo de juros altos, de taxas

altas, orientados pela conveniência do financiador, representam a continuidade do empobrecimento dos países de economia primária.

Verificamos, assim, que não há saída desse círculo vicioso. Procuram-se mais recursos para tapar buracos e através desse mecanismo as nossas dívidas aumentam, os nossos compromissos aumentam e o povo empobrece. Daí porque, entre as reformas básicas e fundamentais da economia brasileira, entre as reformas estruturais necessárias para que o País saia da situação de subdesenvolvimento e possa, efetivamente, entrar no desenvolvimento, necessário se faz também a busca de artifício que nos livre desse mecanismo de esvaziamento das nossas riquezas, de empobrecimento do nosso povo, de desbaratamento das nossas reservas econômicas. Por isso mesmo, num mundo de economia diversificada, não se aplicam as normas do Fundo Monetário Internacional. Num mundo em que há grandes e poderosas nações altamente industrializadas — com grande poder financiador concentrado — e países subdesenvolvidos — de economia primária e sem recursos para seu desenvolvimento, estes países, em verdade, têm de procurar, nas suas próprias poupanças, no seu próprio sacrifício interno, o verdadeiro processo par ensaiar o seu desenvolvimento econômico. Ante

este problema, diante deste quadro, evidentemente cresce a inquietação popular. O povo sente-se enfraquecido. Os trabalhadores gritam, já não por aumento de salários, senão que por reajustamento de salários. Os funcionários públicos gritam por reajustamento de vencimentos. Todos os que vivem de vencimentos fixos desejam, já não aumento, mas reajustamento do seu poder aquisitivo. E de outro lado uma queda no poder aquisitivo determina a baixa nas transações, a queda do comércio e seu empobrecimento. Há também um tremendo impacto no empresariado nacional, ou na indústria nacional, porque, com a queda do poder aquisitivo do povo, com a queda do consumo, vê-se ele obrigado a uma produção menor, a maior ociosidade na produção e por consequente a maiores custos de produção. Tudo isso como consequência desse veículo vicioso. Esta Sr. Presidente, esta, Srs. Deputados, a realidade brasileira. Para esconder esta realidade econômica é que o Governo procura, através do pretexto da segurança nacional, transformado na segurança da oligarquia dominante, impedir a restauração do processo democrático, as eleições livres, universais e secretas, porque seria permitir ao povo a sua livre manifestação. E a oligarquia, governo de poucos, não comporta a consulta ao povo, num governo de muitos.

Por essa razão, Sr. Presidente, todo esse quadro a que assistimos há poucos dias, todo esse aparato militar, toda essa intranquilidade nacional, toda essa inquietude de todas as classes sociais brasileiras têm, como justificativa, uma crise forjada, ou uma faceta nova da crise existente, forjada pelo próprio Governo, no sentido de pôr uma cortina de fumaça, de desviar a atenção do povo dos verdadeiros debates, dos problemas fundamentais, com o objetivo de fortalecer o seu esquema de força e impedir o processo democrático, grande reivindicação da população brasileira. E, à medida em que se processa a ameaça ou se evidenciam mais intensamente as reivindicações populares, procura-se um artifício para esconder a verdade. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não há artifício permanente para esconder permanentemente a verdade. Os artifícios surgem e desaparecem. Mas a verdade aparecerá, quer queiram, quer não queiram, através da demonstração dos desacertos dos rumos econômicos, políticos e sociais assumidos recentemente. E, por esta razão, só neste instante o País terá tranquilidade, quando a verdade sobrepujar o artifício, porque o artifício não pode persistir, pois representa a tentativa de impedir o curso natural da história. E ninguém detém o curso natural da história. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

Nº PRO.CSS. 382.2.P. 155

CONSELHO DE SEGURANCA NACIONAL

SECRETARIA - GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

JOSE MARIANO DE FREITAS BECK

11

O Presidente da República ,
 tendo em vista o artigo 182 da Constituição e
 a representação do Governador do Estado do Rio
 Grande do Sul, constante do Processo número
 51.054/70, do Ministério da Justiça resolve

APOSENTAR

Na forma do disposto no artigo 1º, letra b e
 §2º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, com pro-
 ventos proporcionais ao tempo de efetivo serviço, os seguintes
 servidores do Estado do Rio Grande do Sul:

- JOÃO BRUSA NETTO, no cargo de Assessor Admi-
 nistrativo, excedente, padrão 14, do Quadro Geral dos Funcioná-
 rios Públicos, lotado na Secretaria do Trabalho e Habitação do
 Estado;

- JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK, no cargo de
 Consultor Jurídico, do Quadro dos Consultores Jurídicos e Adv-
 gados, lotado na Consultoria Geral do Estado;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº	016	2. DATA:
3. NOME:	JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK	
4. FILIAÇÃO:	HERMINIO BECK e LUCILIA DE LIMA BECK	
5. DATA DE NASCIMENTO:	24 de fevereiro de 1922	
6. NACIONALIDADE:	Brasileiro	
7. NATURALIDADE:	Rio Grande do Sul	
8. PROFISSÃO:	Professor Primário - Dep Federal MOB/RS Advogado - Funcionário Público RS	
9. ESTADO CIVIL:	Nada consta	
10. INSTRUÇÃO:	Superior	
11. RESIDÊNCIA:	Rua Cel. Lucas de Oliveira, 909 - Porto Alegre	



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (CONT.)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Candidato a Senador pelo ex-PTB
- Tem acentuada capacidade de liderança e grande penetração nos meios estudantil e sindical.
- Ligado a grupos subversivos.
- Foi representante da Assembléia Legislativa na Concentração Rural em Santa Marta (RS), pró reforma agrária.
- Esteve presente no 7º Congresso da Mocidade Trabalhista em Venancio Aires/RS onde foi lida e aprovada: DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, de inspiração marxista.
- Não está integrado na Revolução, por motivos ideológicos.
- Brizolista fanático e revanchista.
- Foi Secretário da Educação, no Gov. LEONEL BRIZOLA.

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1965

- Mantem ligações com BRIZOLA. (ELY GOMES GONÇALVES, elemento preso pela DOPS, declarou ter sido portador de instrução de LEONEL BRIZOLA, para o marginado).
- Na Convenção do PTB, que o escolheu candidato à Prefeitura de Porto Alegre, declarou que lamentava a ausência dos companheiros (expurgados e refugiados) e que seguiria a linha traçada pelos mesmos.
- Em depoimento de JOSÉ LUCAS ALVES FILHO, apurou-se que, numa das reuniões do Comitê de Zona do Partido Comunista, ficou decidido que o Secretário do Comitê, viajaria para o Rio de Janeiro, para acordar os termos de apoio do Partido Comunista a MARIANO BECK, candidato do PTB a prefeito de P. Alegre, nas elei-



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (CONT.)

ções de julho de 1965. Tal apoio seria dado independentemente de qualquer vantagem, porque ao Partido Comunista a vitória de MARIANO BECK, significaria a forte desprestígio à Revolução de 31 de março de 1964.

1967

- Retornou de MONTEVIDÉU, em 17 de maio, onde se avisou com J.G. e LEONEL BRIZOLA. Ligado às articulações para a formação da FRENTE AMPLA, sem a participação de CL, mas com o concurso de JK, JG, BRIZOLA e ARRAES.
- É o representante de BRIZOLA na Câmara dos Deputados.
- Defendeu ardorosamente da Tribuna, o Dep. MÁRCIO MOREIRA ALVES, no episódio do livro "Tortura dos Torturados".
- É autor de um projeto de Lei dispendo sobre revisão judicial das medidas tomadas pelos Governos Municipais e Estaduais, com bases nos AIs.
- Leu, em plenário, telegrama que recebeu de BRIZOLA e no qual, êste defendendo-se de acusações que lhe foram feitas, teceu críticas severas à situação política brasileira.
- Discursou na Câmara, no dia 1 set 67, fazendo a defesa de LEONEL BRIZOLA.
- Publicado na imprensa e registrado em Boletim de Informação nº 452/SNI/ARJ, de 29-9-67:
 "O Dep MARIO COVAS está sendo traído pelos Deps HERMANO ALVES, DAVID LERER, GASTONE REGHI, EWALDO PINTO, MARIANO BECK, e outros. Motivo: o Dep MÁRIO COVAS já está sendo considerado pelos mesmos como "não comunista atuante" e seu modo de agir no caso FA demonstra não seguir a linha tradicional comunista de dar todo apoio a qualquer frente que aparecer".
- "É urgente a união dos que desejam derrubar o govêr



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (CONT.)

no que se instalou no país. Por isto, devemos fortalecer nosso reduto", afirmou, durante a realização de duas concentrações, no RS, uma em CRUZ ALTA e, outra, na cidade de IJUÍ.

1968

- Declarou: - "Nego que a chamada Revolução tenha sido feita para corrigir distorsões". Para mim, ela foi apenas a vitória efêmera do reacionarismo autóctone aliado às forças do capitalismo estrangeiro.
- Em fevereiro assim se expressou: "A subserviência de alguns políticos civis, o desgoverno atual e o inconformismo do grupo que deixou o poder há uns anos atrás, continuam ameaçando liquidar o que resta de franquias ao povo brasileiro". "O Brasil está numa encruzilhada como sempre esteve após o Golpe de 1964, quando foi estabelecida a ditadura de um grupo de políticos militares com o apoio subserviente de políticos civis".
- No Congresso, em relação ao projeto que incluía 67 municípios brasileiros na "área de segurança", declarou: "É mais uma violência que se comete contra o povo e o eleitorado desse País".
- Subscreveu documento, apoiando a ação apostolar que D. HELDER CÂMARA exerce em todo o nordeste do Brasil.
- Anunciou, em Porto Alegre, que iria propor, à banca da do MOB, represálias contra a ação desenvolvida pelo Min. da Justiça, no encaminhamento do processo / contra o Dep. MÁRCIO MOREIRA ALVES.
- Discursando na Rádio Três Passos, na região de Alto Uruguai, atacou duramente o Gov e as FF AA e concii-

FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (CONT.)

tuou a população a se preparar para receber JG e BRIZOLA, afirmando, ainda, que "O regime ditatorial cabará brevemente".



- MOZART BIANCHI DA ROCHA, no cargo de Consul-
tor Jurídico, do Quadro de Consultores Jurídicos e Advogados
de Ofício, lotado na Consultoria Geral do Estado; e

- TEREZINHA GISELA CHAISE, nos cargos de Pro-
fessôra do Ensino Primário, padrão 11, e do Ensino Médio, pa-
drão 14, de Geografia, ambos do Quadro Geral dos Funcionários Pú-
blicos, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Brasília, DF, 23 de *Julho* de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

Maria Glória

ref. Inuij

✓

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ART. 4º DO

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

JOSE MARIANO DE FREITAS BECK

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO S.N.I.
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS NO CONGRESSO
 - 2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA
 - 3 - FOTOGRAFIAS
 - 4 - RELATÓRIOS
 - 5 - INFORMES E INFORMAÇÕES



DOC
"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 16 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 011/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente a representação do Ministro de Estado da Justiça, para a suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do Senhor JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK deputado federal pelo MDB, Seção do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, lançamento de manifestos, entrevistas, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 011/SG-1/69

- 2 -

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS NO CONGRESSO

Em 7 Out 67

- Criticou o encontro do Presidente COSTA E SILVA com a ARENA, dizendo que o discurso do Presidente estava cheio de contradições, acentuando o fato de ter afirmado não permitir qualquer mudança na Constituição. Disse que só ao Congresso cabe resolver o assunto. Dizendo que "não param aí as contradições marechalísticas", continuam no caso da manutenção da política do arrôcho. Termina dizendo que "duas coisas me causam repugnância: a adulação e o medo. Para sermos pregadores da verdade, não podemos nem ser ambiciosos nem covardes".

Em 16 Nov 67

- Comunicou que Pôrto Alegre foi, ontem "cenário de violências e selvagerias praticadas por brigadianos e por policiais do DOPS", durante a passeata de protesto contra a política salarial do Governo Federal.

3.2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA

3.2.1 - As numerosas e sucessivas declarações à im-

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº /SG-1/69 - 3 -

prensa escrita atribuem ao Senhor MARIANO BECK a missão de porta voz de LEONEL BRIZOLA e JANGO GOULART.

3.2.2 - ULTIMA HORA, de 17 Abr 64

"Não acreditamos em uma falsa democracia, controlada integralmente pelos que detêm as forças materiais do dinheiro e das armas. As medidas paternalistas oferecidas à Nação como a esmola de déspotas esclarecidos nada representam de duradouros, em nada promovem o progresso do povo". E, mais adiante. "Acreditamos, assim, que não há democracia sem socialização nem socialização sem democracia".

3.2.3 - Entrevista à Rádio Imambuí de Santa Maria, em 26 Jul 67

"O govêrno do Senhor COSTA E SILVA nada mais é do que uma continuação do GOVÊRNO BÁRBARO, sob todos aspectos anti-nacional que se encerrou a 15 de março passado".

3.3 - FOTOGRAFIAS

O S N I apresentou duas fotografias onde aparece o Senhor MARIANO BECK tomando parte na passeata estudan

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº /SG-1/69

- 4 -

til realizada em BRASÍLIA no dia 29 Mar 68.

3.4 - INFORMAÇÕES EXISTENTES

3.4.1 - Informação nº 079/4 Set/ARME-0135, do 7ºDN/EM "Discursou na Câmara defendendo LEONEL BRIZOLA dia 01 Set 67 quando leu uma carta que fôra publicada no jornal "A Verdade", em MONTEVIDEO!"

3.4.2 - Boletim de Informações 452/SNI/ARJ, de 29 Set de 1967

O Deputado MÁRIO COVAS está sendo traído pelos deputados HERMANO ALVES, DAVID LERER, GASTONE RGHÍ, EWALDO PINTO, MARIANO BECK e outros. Motivo: MÁRIO COVAS já está sendo considerado pelos mesmos como "não comunista atuante" e seu modo de agir no caso da "Frente Ampla" demonstra não seguir a linha tradicional comunista de dar todo apoio a qualquer frente que aparecer.

3.4.3 - Jornal do Comércio, do Rio, de 1 Ago 68

O Senhor MARIANO BECK acusa os Ministros GAMA E SILVA e MACEDO SOARES de manterem comportamento pernicioso aos interesses nacionais dentro do Govêrno.

3.4.4 - Jornal do Brasil, de 2 Jul 68

Publica notícia de uma moção de solidariedade a D. HELDER CÂMARA, assinada por diversos deputados, constando entre êles o Senhor MARIANO BECK.

3.4.5 - EXTRATO PRONTUÁRIO DO SNI

- Tem grande penetração nos meios estudantis e sindical.
- Ligado a grupos subversivos.
- Esteve presente no 7º Congresso da Mocidade Trabalhista de Venâncio Aires/RS onde foi lida e aprovada: "Declaração de Princípios," de inspiração marxista.
- Brizolista fanático e revanchista.
- Representante de Brizola na Câmara.
- Declarou em Cruz Alta/RS: "é urgente a união dos que desejam derrubar o govêrno que se instalou no País. Por isto, devemos fortalecer nosso reduto".
- Em Três Passos/RS: Atacou duramente o Govêrno e as Fôrças Armadas e concitou a população a se preparar para receber JOÃO GOULART e BRIZOLA, afirmando, ainda, que "o regime ditatorial acabará brevemente.

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº

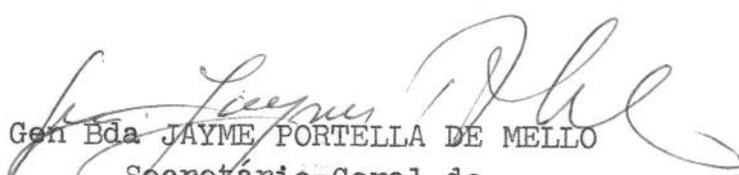
/SG-1/69

- 6 -

- Declarou: "Nego que a Revolução tenha sido feita para corrigir distorções. Para mim, ela foi apenas a vitória efêmera do reacionarismo autóctone aliado às forças do capitalismo estrangeiro".

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 6º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do Senhor JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK, consoante o artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

DOC
"B"

B - FICHA INDIVIDUAL

FICHA INDIVIDUAL

NOME: JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK

NATURALIDADE: RIO GRANDE DO SUL

DATA DO NASCIMENTO: 24 DE FEVEREIRO DE 1922

FILIAÇÃO: HERMINIO BECK
LUCILIA DE LIMA BECK

PROFISSÃO: PROFESSOR PRIMÁRIO - Deputado Federal
MDB/RS - ADVOGADO - FUNCIONÁRIO PÚBLI
CO/RS

ESTADO CIVIL: Nada consta

ENDEREÇO: Rua Cel. Lucas de Oliveira, 909 - Pôr
to Alegre RS

N8.PRO.CSS.182.2,P. 175

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

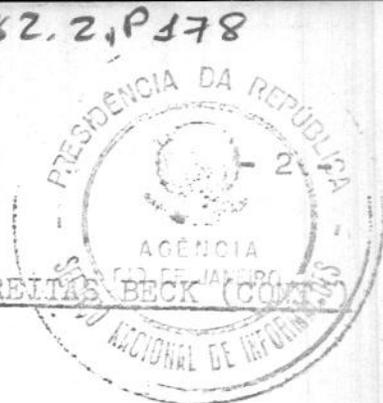


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 016	2. DATA:
3. NOME: JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK	
4. FILIAÇÃO: HERMINIO BECK e LUCILIA DE LIMA BECK	
5. DATA DE NASCIMENTO: 24 de fevereiro de 1922	
6. NACIONALIDADE: Brasileiro	
7. NATURALIDADE: Rio Grande do Sul	
8. PROFISSÃO: Professor Primário - Dep Federal MOB/RS Advogado - Funcionário Público RS	
9. ESTADO CIVIL: Nada consta	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Rua Cel. Lucas de Oliveira, 909 - Pôrto Alegre	



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (COM. 2)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Candidato a Senador pelo ex-PTB
- Tem acentuada capacidade de liderança e grande penetração nos meios estudantil e sindical.
- Ligado a grupos subversivos.
- Foi representante da Assembléia Legislativa na Concentração Rural em Santa Marta (RS), pró reforma agrária.
- Esteve presente no 7º Congresso da Mocidade Trabalhista em Venancio Aires/RS onde foi lida e aprovada: DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, de inspiração marxista.
- Não está integrado na Revolução, por motivos ideológicos.
- Brizolista fanático e revanchista.
- Foi Secretário da Educação, no Gov. LEONEL BRIZOLA.

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1965

- Mantem ligações com BRIZOLA. (ELY GOMES GONÇALVES, elemento prêso pela DOPS, declarou ter sido portador de instrução de LEONEL BRIZOLA, para o marginado).
- Na Convenção do PTB, que o escolheu candidato à Prefeitura de Porto Alegre, declarou que lamentava a ausência dos companheiros (expurgados e refugiados) e que seguiria a linha traçada pelos mesmos.
- Em depoimento de JOSÉ LUCAS ALVES, FILHO, apurou-se que, numa das reuniões do Comitê de Zona do Partido Comunista, ficou decidido que o Secretário do Comitê, viajaria para o Rio de Janeiro, para acordar os termos de apoio do Partido Comunista a MARIANO BECK, candidato do PTB a prefeito de P. Alegre, nas elei-



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (AGÊNCIA)

ções de julho de 1965. Tal apoio seria indepen-
dentemente de qualquer vantagem, porque ao Parti do
Comunista a vitória de MARIANO BECK, significaria
forte desprestígio à Revolução de 31 de março de 1964.

1967

- Retornou de MONTEVIDÉU, em 17 de maio, onde se avis-
 tou com J.G. e LEONEL BRIZOLA. Ligado às articula-
 ções para a formação da FRENTE AMPLA, sem a partici-
 pação de CL, mas com o concurso de JK, JG, BRIZOLA e
 ARRAES.
- É o representante de BRIZOLA na Câmara dos Deputados.
- Defendeu ardorosamente da Tribuna, o Dep. MÁRCIO MO-
 REIRA ALVES, no episódio do livro "Tortura dos Tor-
 turados".
- É autor de um projeto de Lei dispendo sôbre revisão
 judicial das medidas tomadas pelos Governos Muni-
 cipais e Estaduais, com bases nos AIs.
- Leu, em plenário, telegrama que recebeu de BRIZOLA e
 no qual, êste defendendo-se de acusações que lhe fo-
 ram feitas, teceu críticas severas à situação polí-
 tica brasileira.
- Discursou na Câmara, no dia 1 set 67, fazendo a de-
 fesa de LEONEL BRIZOLA.
- Publicado na imprensa e registrado em Boletim de In-
 formação nº 452/SNI/ARJ, de 29-9-67:
 "O Dep MARIO COVAS está sendo traído pelos Deps HER-
 MANO ALVES, DAVID LERER, GASTONE REGHI, EWALDO PIN-
 TO, MARIANO BECK, e outros. Motivo: o Dep MÁRIO CO-
 VAS já está sendo considerado pelos mesmos como "não
 comunista atuante" e seu modo de agir no caso FA de
 mostra não seguir a linha tradicional comunista de
 dar todo apoio a qualquer frente que aparecer".
- "É urgente a união dos que desejam derrubar o govêr



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS

no que se instalou no país. Por isto, devemos forta
lecer nosso reduto", afirmou, durante a realização
 de duas concentrações, no RS, uma em CRUZ ALTA e, ou
 tra, na cidade de IJUÍ.

1968

- Declarou: - "Nego que a chamada Revolução tenha sido feita para corrigir distorções". Para mim, ela foi apenas a vitória efêmera do reacionarismo autóctone aliado às forças do capitalismo estrangeiro.
- Em fevereiro assim se expressou: "A subserviência de alguns políticos civis, o desgoverno atual e o in - conformismo do grupo que deixou o poder há uns anos atrás, continuam ameaçando liquidar o que resta de franquias ao povo brasileiro". "O Brasil está numa encruzilhada como sempre esteve após o golpe de 1964, quando foi estabelecida a ditadura de um grupo de políticos militares com o apoio subserviente de políticos civis".
- No Congresso, em relação ao projeto que incluía 67 municípios brasileiros na "área de segurança", de - clarou: "É mais uma violência que se comete contra o povo e o eleitorado desse País".
- Subscreveu documento, apoiando a ação apostolar que D. HELDER CÂMARA exerce em todo o nordeste do Bra - sil.
- Anunciou, em Pôrto Alegre, que iria propor, à banca da do MDB, represálias contra a ação desenvolvida pe lo Min. da Justiça, no encaminhamento do processo / contra o Dep. MÁRCIO MOREIRA ALVES.
- Discursando na Rádio Três Passos, na região de Alto Uruguai, atacou duramente o Gov e as FF AA e concii -

FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK (CONT.)

tou a população a se preparar para receber JG e BRI
ZOLA, afirmando, ainda, que "O regime ditatorial a
cabará brevemente".



MARIANO BECKHistórico

- Em 25 Fev 68 - Conversou com BRIZOLA, no Uruguai, através do telefone do MDB na Câmara, da sala do Deputado MARTINS RODRIGUES.
- Em 12 Mar 68 - Combinou com DOUTEL providências para a ida de uma comitiva ao R.G.Sul, em 15 de abril, a fim de pronunciar conferências etc. antes da instalação do governo federal naquele Estado. Doutel tinha vindo do Rio Grande do Sul.
- Leu da Tribuna da Câmara, declarações de BRIZOLA sobre a FRENTE AMPLA.

DOC
"D"

D - ANEXOS

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO NACIONAL

1.1 - Resumo dos principais pronunciamentos, no Congresso Nacional

MARIANO BECK

no Congresso



DATA	RESUMO DO DISCURSO	
07 Out 67	<p>Criticou o encontro do Pres CS com a ARENA, dizendo que o discurso do Presidente estava cheio de contradições, acentuando o fato de ter afirmado não permitir qualquer mudança na Constituição. Disse que só ao Congresso cabe resolver o assunto. Dizendo que "não param aí as contradições marechalísticas", continuam no caso da manutenção de política de arrôcho. Termina dizendo que "duas coisas me causam repugnância: a adulação e o medo. Para sermos pregadores da verdade, não podemos nem ser ambiciosos nem covardes".</p>	Nº 131
06 Out 67	<p>Levantou questão de ordem, na qual afirmou que a solicitação feita pelo Dep CLOVIS STENZEL ao Gov para o fechamento da revista subversiva "Revisão" foi irregular.</p>	Supl ao Nº 130
17 Out 67	<p>Disse que a política salarial levada a efeito pelo Gov está causando intranquilidade social cada vez mais acentuada. Advertiu sobre os riscos do descontentamento e revolta que se vai lavrando entre milhares de famílias brasileiras.</p>	Nº 137
15 Nov 67	<p>Comunicou que PORTO ALEGRE foi, ontem, "cenário de violências e selvagerias praticadas por brigadianos e por policiais do DOPS", durante a passeata de protesto contra a política salarial do Gov Fed. Disse que dezenas de pessoas ficaram feridas e outras tantas foram conduzidas para as enxovias da polícia gaúcha. Atacou a pessoa do Gen IBÁ ILHA, Sec de Seg do RGS.</p>	Nº 72
12 Mar 68	<p>Falou sobre a "Pacificação Nacional".</p>	Nº 34
02 Abr 68	<p>Falou sobre a crise atual do País.</p>	Nº 49-I
22 Fev 68	<p>Falou sobre a Frente Ampla.</p>	Nº 26-I
23 Mar 68	<p>Falou sobre situação da classe ferroviária no RS.</p>	Supl ao Nº 43-I
22 AGO 68	<p>Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse: "a invasão da Tcheco-Eslováquia consoma e caracteriza, definitivamente, a divisão do bôlo mundial em duas porções: uma metade da Rússia Soviética e a outra dos Estados Unidos da América do Norte. Agonizam, hoje, sob o rumor dos canhões comunistas, as esperanças de muitos no livre entendimento entre os povos para decidirem de seus destinos e para a construção de um mundo melhor".</p>	Nº 142-I

2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA

- 2.1 - Recorte do jornal ÚLTIMA HORA, de 17 Abr 67
- 2.2 - Entrevista concedida à Rádio Imambuí, SANTA MARIA, dia 26 Jul 67.
- 2.3 - Recorte do jornal ÚLTIMA HORA, de 15 Jan 68.
- 2.4 - Recorte do jornal do Brasil, de 13 Fev 68
- 2.5 - Recorte do jornal do Brasil, de 22 Fev 68
- 2.6 - Recorte do jornal do Brasil, de 02 Jul 68
- 2.7 - Recorte do jornal do Comércio, de 01 Ago 68
- 2.8 - Recorte do jornal Última Hora, de 10 Set 68.



PAULO VI INSPIRA OS 40 DEPUTADOS

BRASÍLIA (UHF) — "Dentro de um país cercado pela miséria, o desenvolvimento não se pode basear num sistema que consista em produzir o lucro a qualquer preço, o lucro como motor essencial do progresso econômico. A concorrência como a lei suprema da economia e a propriedade particular dos meios de produção como direito absoluto, sem limitações nem obrigações sociais correspondentes".

Este é o pensamento do grupo parlamentar cristão de esquerda, que congrega cerca de 40 deputados do MDB, tendo como diretrizes básicas a implantação, no Brasil, da justiça social, desenvolvimento econômico e da independência interna e externa — tudo nos termos da Encíclica "Populorum Progressio".

Socialização

— Não acreditamos em uma falsa democracia, controlada integralmente pelos que detêm as forças materiais do dinheiro e das armas — disse em plenário o porta-voz do grupo, o gaúcho Mariano Beck. V. prosseguiu:

— As medidas paternalistas oferecidas à Nação como a criação de despotas esclarecidos na-

da representam de duradouras, em nada promovem o progresso do povo. Que ninguém se arrogue o direito de tutelar a vontade de um País que hoje conta com mais de 80 milhões de habitantes. Acreditamos, assim, que não há democracia sem que de sua formulação e comando todos participem. Acreditamos, assim, e lutaremos por uma democracia na qual a ordem haverá de ser uma decorrência da felicidade do povo e não simplesmente o resultado de um esquema de força. Acreditamos, assim, que não há democracia sem socialização nem socialização sem democracia.

Consciência

Insistiu o parlamentar gaúcho na necessidade de se estabelecer a distinção entre a "conscientização das massas" e a "subversão". Esclareceu que tornar o povo consciente dos problemas nacionais não importará em subverter ou luta de classes. Ao contrário, contribuirá para afastar as massas das ideias extremistas, pois lhes possibilitará a participação interessada e apaixonada na vida política, social e econômica da Nação.

O favorecimento desmedido aos capitais internacionais, à época do Governo Castelo Branco, foi considerado pelo representante do MDB altamente lesivo aos interesses nacionais. Paralela a alteração de um estado social em que os povos pobres permaneceram pobres e os ricos se tornaram cada vez mais ricos, o Sr. Mariano Beck lembrou a importância da colaboração técnica e científica das nações desenvolvidas, mas "desde que essa contribuição não comprometa nossa soberania e seja um fator de empobrecimento e satelização do País".

Comércio

Outro aspecto posto em destaque pelo porta-voz da esquerda cristã é a necessidade de se atuar internacional, pois presentemente, "as relações de troca entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas são por demais desiguais": enquanto as exportações de matérias-primas caem de valor nos mercados internacionais, os produtos manufaturados têm seus preços aumentados constantemente.

... e unidos, as prisões, as perseguições, as intimidações, as intrigas que culminam com a proscricção e o exílio de alguns dos melhores elementos da ciência e da cultura.

A dinamização da ALAIC foi apontada pelo parlamentar como solução viável para a defesa dos interesses econômicos comuns e consequente fortalecimento dos países latino-americanos.

Trabalhadores

As intervenções na vida sindical, assim como as sucessivas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho — "sempre feitas em benefício do capital e contra o trabalhador" — foram denunciadas como grave ameaça aos direitos dos trabalhadores. Disse mais o Sr. Mariano Beck, que o direito de greve, garantia fundamental dos trabalhadores, em todas as nações democráticas, foi, no Brasil, desrespeitado, a ponto de ser um dos crimes previstos no decreto da segurança nacional.

Contra tal estado de coisas, pretendem os parlamentares do grupo esquerdista cristão fazer causa comum com os trabalhadores na luta pela recuperação de seus direitos e garantias. A definição política do grupo representado pelo Sr. Mariano Beck, pretende trazer novos e mais verdadeiros objetivos nacio-

... a volta da unidade dos povos do território brasileiro. Considera as manifestações sirianas como mais permanentes, lutando para a pacificação da sociedade brasileira. A equação paz-desenvolvimento, proposta por Paulo VI na Encíclica "Populorum Progressio", constitui a grande fonte de inspiração na luta pela redemocratização plena do Brasil. Neste sentido, pretendem esse setor da oposição brasileira conquistar a anistia para todos os que o movimento armado de 1964 expatriou, prendeu ou condenou por crimes políticos.

... a volta da unidade dos povos do território brasileiro. Considera as manifestações sirianas como mais permanentes, lutando para a pacificação da sociedade brasileira. A equação paz-desenvolvimento, proposta por Paulo VI na Encíclica "Populorum Progressio", constitui a grande fonte de inspiração na luta pela redemocratização plena do Brasil. Neste sentido, pretendem esse setor da oposição brasileira conquistar a anistia para todos os que o movimento armado de 1964 expatriou, prendeu ou condenou por crimes políticos.

Em entrevista concedida a Rádio Imambui, no dia 26 Jul 67, o deputado federal MARIANO DE FREITAS BECK, entre outras coisas, disse:

"P. Que V Exa pode nos dizer a respeito de uma possível aproximação com o Presidente ARTUR DA COSTA E SILVA?"

R. Dependendo de mim, e creio, da grande, da imensa maioria da imensa maioria da representação do MDB na Câmara, este contato é totalmente impossível, absolutamente impossível. O Governo do Sr COSTA E SILVA nada mais é do que uma continuação do GOVERNO BÁRBARO, sob todos os aspectos anti-nacional que se encerrou a 15 de março passado. O Sr COSTA E SILVA, fala muito, fala em abertura democrática, em união nacional, em pacificação da família brasileira, mas até hoje, só o que temos visto são palavras, nada mais. Atitudes concretas que possam, que facilitem um entendimento, até hoje não houve. Enquanto não fôr revisada a Constituição, enquanto estiver essa Lei de Segurança Nacional que é uma lei nazista, enquanto a imprensa estiver arrolhada por essa tremenda Lei de Imprensa que foi baixada através de um ato do falecido Presidente, enquanto não fôr dada uma anistia ampla e total, não há possibilidade de entendimento do MDB com o Governo. Especialmente do MDB que vive e que atua no RIO GRANDE DO SUL.

P. Relativamente a política econômica-financeira qual é o seu palpite?

R. Sob esse aspecto, não há dúvida que os atuais dirigentes da política econômica-financeira do país, estão procurando amenizar os desmandos, os erros, a calamidade a que nos levou a orientação do Sr ROBERTO CAMPOS.

P. Que V Exa tem a dizer a respeito da reunião mantida com alguns membros da oposição da cidade de PELOTAS com o ex-Governador da GUANABARA, Sr CARLOS LACERDA?

R. Li a notícia da reunião de companheiros meus, de homens da oposição e com o ex-Governador da GUANABARA na cidade de PELOTAS. Eu sou daqueles que acham que nós não podemos, dificilmente poderemos, manter entendimentos que importem na liderança do Sr CARLOS DE LACERDA, mas para modificar a situação que se instalou no país com o GOLPE DE 31 DE MARÇO DE 64, a união das oposições é válida, de todos os homens que se opõem ao atual estado de coisas, inclusive do Sr CARLOS DE LACERDA, evidentemente que em igualdade de condições. Não há possibilidade para nós, especialmente para nós que viemos, que estamos vindo do PTB, aceitarmos a liderança do Sr CARLOS DE LACERDA. As nossas divergências são muito recentes para que se jame esquecidas assim tão depressa.

P. Deputado MARIANO BECK, mais uma vez nós colocamos o microfone a sua disposição para mais algumas considerações que tenha a fazer e posteriormente para suas despedidas uma vez que já estamos em cima da hora.

R. Quero ainda, aproveitar esta ocasião, para dizer através das ondas desta rádio, para informar a respeito de um assunto que reputo de capital importância. Apresentei um projeto de lei, que se aprovado vai permitir a revisão judicial dos atos praticados pelos governadores, que importaram em aposentadoria, reformas, transferências para a reserva, in disponibilidade, etc, enfim, atos punitivos praticados pelos governadores

com bases nos atos institucionais. Creio que o projeto deverá ser aprovado, e nesse caso então grande número de patriotas dos estados de RIO GRANDE DO SUL e de outros estados poderão ver corrigidas as injustiças que lhes foram feitas. Especialmente quero chamar a atenção de nossos companheiros da Viação Férrea do RGS que foram julgados pela truculência daqueles que disseram que vinham para restaurar a democracia no BRASIL. Era esta a informação que deseja transmitir a todos ao finalizar esta entrevista. Mais uma vez ao Rádio Imembui, a seus Diretores, a todos aqueles que nos proporcionaram a oportunidade, aos meus companheiros, aos amigos e ao povo santamariense as minhas melhores e mais cordiais saudações."

*

ÚLTIMA HORA

ANEXO
LANÇADO EM

15 JAN. 1968

D. 309



Beck: campanha contra os bispos é dirigida

PÓRTO ALEGRE (ASP-UH) — A campanha feita contra alguns bispos do Nordeste, aos quais se acusa de investir os recursos de donativos destinados a obras sociais, constitui parte de "um esquema arquitetado por interessados em desmoralizar o Episcopado da região", segundo declarou ontem o Deputado Mariano Beck (MDB-RS), que afirma não ser casual o escândalo com que se noticia o episódio:

UH
15

— Os bispos do Nordeste estão lutando em favor da melhoria das condições de vida do povo daquela região e evidentemente estão contrariando os interesses dos usineiros e grandes proprietários rurais. É possível que alguns bispos tenham sido vítimas de um ou outro explorador e, por desejarem aumentar os recursos de suas dioceses, ludibriados em sua boa fé. Em sã consciência jamais se poderia acusá-los do desvio de dinheiro alheio.

— Conheço vários nomes dos arrolados no noticiário. São todos eles não apenas sacerdotes da maior virtude, mas também brasileiros dedicados ao serviço de sua Pátria. Para mim, o escândalo

foi armado de propósito, com o objetivo de silenciar a voz dos bispos que denunciavam e combatem com constância o regime de exploração a que estão submetidos milhões de patricios nossos. Outras campanhas do mesmo tipo, certamente não surgirão.

DIACONOS LEIGOS

Em Fortaleza, anunciou-se que os futuros diáconos leigos da Igreja Católica no Nordeste serão formados durante três anos, num curso intensivo de formação teórica, mas com parte dedicada à experiência prática. No curso serão admitidos apenas homens casados, ajustados ao matrimônio.

JORNAL DO BRASIL

ANEXO N.º

13 FEV. 1968

LEI Nº 1041



Brizola vibra quando lê discurso de Lacerda

Brasília (Sucursal) — O Sr. João Goulart diz-se convencido de que a aliança com o Sr. Carlos Lacerda foi o melhor serviço que poderia ter prestado à causa da restauração do regime democrático no País. Por sua vez, o Sr. Leonel Brizola promete ingressar na frente ampla, se o ex-Governador da Guanabara for prêso, cassado ou desterrado.

Quem divulga essas informações é o Deputado Mariano Beck, do MDB gaúcho, amigo dos dois líderes trabalhistas proscritos, que vem de visitá-los no Uruguai.

Os Srs. João Goulart e Leonel Brizola continuam política e rompidos. Como se vê, no entanto, se a frente ampla não é capaz de restabelecer o entendimento entre eles, pelo menos funciona como um ponto de relação. Afirma o Deputado Mariano Beck que o Ex-Governador do Rio Grande do Sul, longe de hostilizar a frente ampla, manifesta inequívoca simpatia. Entende que a frente precisa ser estimulada por todas as forças oposicionistas, vê com satisfação os seus progressos e torce para que tenha êxito como elemento de contradição no sistema político dominante, capaz de abrir uma perspectiva para eliminar a tutela militar.

Antídoto

Costuma o Sr. Leonel Brizola dizer que, para

ele e seus companheiros, hoje o Sr. Lacerda representa uma espécie de "veneno de cobra" — é o antídoto de si mesmo. E confessa que se entusiasma, vibra, quando lê ou consegue ouvir discurso do seu antigo adversário.

— Por vezes — revela — depois de ouvi-lo tenho de conter o ímpeto de passar-lhe um telegrama.

Mas, se o ex-Governador gaúcho acompanha com tal excitação a atividade do Sr. Carlos Lacerda, isso não significa que deseje integrar a frente ampla na situação atual.

Para o Sr. Leonel Brizola, o problema da frente parece resumir-se numa questão de resguardo da sua liderança. O ex-Governador diz que se incluiria no movimento se o Sr. Carlos Lacerda fôsse punido, e acrescenta que Lacerda tem pernas e braços enquanto ele, Brizola, agora só tem um braço. Exprime assim, implicitamente, o temor de que pudesse ocorrer uma transferência de substância da sua liderança para a do outro, se não houvesse igualdade de condições para a ação política.

Mais dez anos

Informa o Sr. Mariano Beck que o Sr. Leonel

Brizola não tem ilusões quanto ao processo. O ex-Governador, que "só voltará ao Brasil de cabeça erguida", declara-se preparado para ficar mais dez anos no exílio.

Já o ex-Presidente João Goulart pensa, que, se quisesse poderia tornar ao País em breve, de vez que todos os processos que envolviam o seu nome foram arquivados. Não o fará, contudo, pois se mantém na determinação de permanecer no Uruguai enquanto houver ali um brasileiro sem condições de regressar ao País.

O Sr. Mariano Beck transmitiu aos políticos exilados sua impressão de que a frente ampla está crescendo satisfatoriamente, inclusive no Rio Grande do Sul. Diz que encontrou o Sr. João Goulart ainda combatido pela crise cardíaca recentemente sofrida, mas interessado e bem informado sobre o que acontece no Brasil.

Pacificação

Como o Deputado vem de fazer essa visita, pode-se supor que expresse o pensamento dos Srs. João Goulart e Leonel Brizola quando declara que a pacificação é de todo inaceitável se não inclui desde logo o compromisso da concessão de anistia ampla.

304

“Frente Ampla” mostra vida enquanto Partidos desfinham

Brasília (Sucursal) — O ingresso do Deputado Mariano Beck na frente ampla, ontem anunciado da tribuna da Câmara, foi recebido como um sintoma positivo de que o Sr. Leonel Brizola tende a estabelecer uma atitude de convivência com o movimento chefiado pelo Sr. Carlos Lacerda.

Não se acredita que o ex-Governador gaúcho esteja disposto a avançar no sentido de incorporar-se à aliança oposicionista, embora essa possibilidade tenha sido assinalada pelo Sr. João Goulart, recentemente. Observa-se, no entanto, que o gesto do Sr. Mariano Beck significará que o Sr. Leonel Brizola inclina-se de fato para uma aproximação, começando por liberar seus companheiros para que alinhem com os Srs. Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O Deputado Mariano Beck é amigo do Sr. Leonel Brizola, em cujo Governo exerceu o cargo de Secretário da Educação. É também amigo do Sr. João Goulart. Politicamente, contudo, sempre acompanhou a liderança do ex-Governador, ao qual ainda proclama fidelidade. Isso explica a interpretação que se atribui à sua decisão de integrar a frente ampla — decisão tomada após uma viagem a Montevidéu.

O problema gaúcho

O Rio Grande do Sul é um dos Estados em que

a Oposição se apresenta mais forte. É, sem dúvida, onde o MDB pode se considerar organizado, herdeiro que foi da estrutura trabalhista que cobria todo o Estado.

O aparecimento da frente ampla dividiu o MDB gaúcho entre uma ala sensível à liderança do Sr. Leonel Brizola e outra, fiel à orientação e ao estilo do Sr. João Goulart. Entre as duas frações, para evitar a cisão do Partido oposicionista, fêz-se uma espécie de pacto de não agressão: os deputados simpáticos à frente não formalizariam o ingresso, enquanto os do outro grupo não hostilizariam o movimento. A frente ficou, assim, constrangida e neutralizada no Rio Grande.

A oficialização do ingresso do Sr. Mariano Beck rompe esse acôrdo. Mas os riscos terão sido pesados. A presunção é a de que as conversas do Deputado Mariano Beck com os Srs. Leonel Brizola e João Goulart, em Montevidéu, terão amadurecido as condições para que a frente se desiniba no Sul. E isso ocorre quando se anuncia a “grande ofensiva de março”, dentro da qual se cogita da presença do Sr. Carlos Lacerda em Porto Alegre, para pronunciar conferência a convite da seção gaúcha da Ordem dos Advogados.

Manifestando a importância que atribuíam ao fato, os parlamentares frentistas compareceram

em bloco ao plenário da Câmara no momento em que o deputado gaúcho proferia o discurso em que comunicou sua filiação à frente, recebendo cerca de vinte apertes de apoio.

Os Partidos

A frente ampla continua a dar sinais de vitalidade, ao passo que os Partidos oferecem novas demonstrações de lerdeza, contradição e debilidade.

A Executiva da ARENA, que adiará para ontem a composição da Comissão de Mobilização, ainda desta vez não conseguiu adotar a providência. E enquanto se convocavam os dirigentes para a reunião que não houve, o Sr. Rafael de Almeida Magalhães, líder dos deputados rebeldes, indagava: “Mobilizar o que e em torno de que, se o Partido não se encontrou até hoje e nem tem rumos?”

Por sua vez, a direção do MDB, depois de discutir durante toda uma semana os termos da resposta à carta do Sr. Luís Viana Filho sobre a pacificação nacional, acabou por desautorizar o seu presidente, Senador Oscar Passos, que divulgara nota dizendo não ter o Partido qualquer condição prévia ou explicitação de posições a fazer para entrar em conversações com o Governador da Bahia.



JORNAL COMÉRCIO

1 AGO 1968

Beck acha Gama e Silva e Macedo Soares perniciosos aos interesses nacionais

Porto Alegre (Sucursal) — O Deputado Mariano Beck (MDB-RGS) acusou ontem os Ministros Gama e Silva e Macedo Soares de manterem "comportamento pernicioso aos interesses nacionais dentro do Governo."

O Ministro da Justiça foi apontado "como o pior deles, pior mesmo que o Ministro da Educação, porque, feita a comparação, até que o Sr. Tarso Dutra não sai tão mal assim." O Ministro Macedo Soares foi acusado pelo Deputado gaúcho de querer "vender o Brasil", nos casos do café solúvel e da Fábrica Nacional de Motores.

PREGAÇÃO SUBVERSIVA

Sobre a afirmação do Deputado Clóvis Stenzel (Arena-RG) de que a atual situação nacional pode justificar a decretação de novo Ato Institucional, declarou o Deputado Mariano Beck que viu nessas palavras uma pregação subversiva, para a qual está prevista inclusive a perda de mandato,

mas afirmou que não tomará nenhuma iniciativa nesse sentido.

Confrontando a promessa do Presidente Costa e Silva de governar dentro da Constituição com a declaração do Deputado Clóvis Stenzel, o Sr. Mariano Beck disse que esta última se pode ser compreendida como pregação de um golpe contra o Governo.

ÚLTIMA HORA

10 SET 1968

ANEXO N.º

LANÇADO EM



Jango diz que repressão não poderá deter o povo

O Deputado gaúcho Mariano Beck pediu ontem a transcrição, na íntegra, nos anais da Câmara Federal, da carta enviada pelo Sr. João Goulart ao ex-Deputado José Vecchio, e na qual o ex-Presidente, fazendo uma análise da situação nacional, destaca que a repressão não poderá deter "um povo sacrificado e consciente de que de sua inércia se aproveitará uma minoria".

Ao pedir a transcrição da carta, Mariano Beck defendeu a necessidade de concessão da anistia ampla como "única forma de pacificação da família brasileira".

A CARTA

É a seguinte, na íntegra, a carta do Sr. João Goulart: "Taquarimbo, 21 de agosto de 1968.

Meu Caro Vecchio:

Você me comunica que no dia 24 de agosto mais uma vez os nossos companheiros se reunirão para prestar a justa homenagem que todos devemos ao maior dos brasileiros. Em espírito estarei presente. Mais um ano se passa sobre o sacrifício de Getúlio Vargas, nosso imortal amigo e líder, e o Brasil continua escravizado e impedido de realizar suas imensas potencialidades.

Alcançaremos, dentro em breve, cem milhões de habitantes. Somos já a maior das nações latinas e católicas, somos

também a segunda nação do ocidente. Tudo isso, porém, apenas no número de habitantes, pois permanecemos mergulhados no subdesenvolvimento, a imensa maioria dos brasileiros vegeta nas condições de vida mais precárias, carecendo daqueles mínimos de alimentação, de saúde, e de instrução, sem os quais se nega a própria dignidade humana. O mais grave, porém, é que se quer condenar os brasileiros a sofrer, no silêncio e na inércia, a exploração das nossas riquezas, a desnacionalização das empresas públicas privadas e o confisco do salário dos trabalhadores. E a redução cada vez maior das oportunidades de ensino oferecidas à juventude. São indisfarçáveis, porém, os sinais de que o povo não consegue mais suportar essa situação. Desde algum tempo, as reuniões normais dos religiosos, os encontros comuns dos estudantes, os debates correntes dos intelectuais, se conver-

teram em atos de protesto. Através deles é que o nosso povo, tolhido nos seus direitos de manifestação, se exprime politicamente para a defender seus mais legítimos interesses. A esses, protestos somam-se os atos de inconformismo dos trabalhadores, que, enfrentando os riscos, procuram restabelecer os direitos conquistados e que lhes foram suprimidos. Nenhuma repressão poderá soffrer a um povo cada vez mais sacrificado e consciente de que de sua inércia se aproveitará uma pequena minoria, a um povo que exige respeito aos seus sagrados direitos de dirigir-se democraticamente, de lutar contra a exploração e reivindicar uma vida mais digna. Acredito que dos próprios meios militares não tardarão a surgir as vozes patrióticas de repúdio daqueles que não aceitam o papel de custódias de uma ordem injusta e desumana e que humilha nossa pátria, que oprime as camadas mais pobres, que revolta a juventude, opondo o soldado ao povo como se devessem ser inimigos. Na verdade, só irmanando os brasileiros civis aos brasileiros fardados, teremos forças para defender a nossa independência ameaçada para resguardar a nossa soberania contestada e para soldados e povo unificados, construímos a emancipação da nossa Pátria.

Ao escrever esta carta do interior do Uruguai, onde há

mais de quatro anos me encontro exilado, não alimento qualquer ambição de ordem pessoal, qualquer mágoa ou ressentimento. Sinto-me, porém, no dever de enviar estas palavras de estímulo aos velhos e dedicados companheiros em todo o Brasil, que, com toda a sorte de dificuldades, continuam desfalecendo a bandeira e os ideais do Presidente Getúlio Vargas. Não aspiro a nada mais do que não seja a restauração das liberdades e a pacificação da família brasileira pela única forma que entendo possível: dentro da democracia e do respeito recíproco. Nossa tarefa é lutar pelos grandes objetivos populares, cristãos e democráticos que inspiram a vida de Getúlio Vargas e que ele deixou inscritos para sempre na sua carta-testamento. Somente assim podemos retomar o caminho das reformas de base que tanto nos esforçamos para concretizar pacificamente. Elas constituem aspiração comum à mais sentida de todos os povos de América Latina, mas constituem sobretudo a tarefa histórica que os brasileiros hão de cumprir para realizar as potencialidades de nossa Pátria e para assegurar o bem-estar do nosso povo.

Aceite, velho combatente trabalhista, e transmita a todos os nossos amigos o afetuoso abraço cheio de saudade do Jango".

3 - FOTOGRAFIAS

3.1 - Fotografia da passeata estudantil realizada em BRASÍLIA, no dia 29 Mar 68.

3.2 - Fotografia tirada quando um grupo de deputados discutiam com o Cmt da Polícia Militar do Distrito Federal, em 29 Mar 68.



PASSEATA ESTUDANTIL
REALIZADA EM BRASÍLIA,
NO DIA 29 MAR 68, ONDE
APARECE O SENHOR MARIA
NO BECK, IDENTIFICADO
EM O Nº 25.



PASSEATA ESTUDANTIL
REALIZADA EM BRASÍLIA,
NO DIA 29 MAR 68, ON-
DE APARECE O SENHOR
MARIANO BECK, IDENTI-
FICADO EM O Nº 25.

4 - RELATÓRIOS

4.1 - Relatório nº 13/68, de 2 Abr 68, do Assessor
Parlamentar do Ministério do Exército.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GAB MIN - ESCAV - DRP
ASSESSORIA PARLAMENTAR

4.1.

Brasília, DF, 2 ABR 68

1608

RELATÓRIO Nº 13 / 68

1. Foi bastante tumultuada a sessão noturna do Congresso dia 28 de março 68, após a comunicação de que morrerá um estudante, resultado de um choque havido na Guanabara entre a Polícia e os estudantes.

A história aliada à demagogia dominou os membros da Oposição, que atacaram profundamente o Governo Federal, responsabilizando-o pelos fatos ocorridos.

O Dep. Matheus Schmidt (MLB-RS), 2º Vice Presidente da Câmara, comunista, solicitou ao Dep Acioly Filho, 1º Vice Presidente no exercício da Presidência, que mandasse os ônibus da Câmara à Universidade para trazer os estudantes.

Ante a rejeição do pedido, o Dep. Matheus Schmidt deu ordem ao chefe do gabinete do 1º Secretário, Luiz Carlos Maria, para que os ônibus fossem à Universidade.

Consta que o funcionário será punido, pois não podia cumprir tal ordem.

2. Os Dep. Mário Covas, Martins Rodrigues, Martinho Paes, Paulo Campos, Hermanno Alves, Julia Steinbrach, Leopoldo Cabral, Matheus Schmidt, Mata Machado, compareceram à palestra dos estudantes tendo entrado em conflito com a Polícia.

3. O Dep. David Lerer, Mata Machado e Hélio Mattoso, principalmente este último, são os principais agitadores dos estudantes.

4. A sessão de 29 também foi bastante agitada.

O Dep. Leon Perez (ARENA-PR) falando como líder, fez um excelente discurso, colocando a questão em seus devidos termos.

Não houve a menor exploração por parte do Governo, de seu discurso.

5. A sessão de ontem, 1º de Abril, foi toda dedicada ao problema dos estudantes, mas já não havia o mesmo aproveitamento e entusiasmo das sessões anteriores.

A causa desse retraimento é consequência das ordens baixadas pelos Ministros Militares.

Creemos também, que muito influente para esse retraimento, o Dep. José Bonifácio, que na recepção havida no Clube das Armas Armadas ouviu a opinião e disposição do Presidente da República, dos Ministros Militares e Oficiais. Foi-lhe dito que em Portugal e Baden não há franquias e que soldado não é obrigado a comparecer parlamentar.

(CP Nº 13-A - ASS. PARL. DE 2 ABR 68, DO ESCAV)

Anexo - Notas taquigráficas da sessão conjunta do Congresso Nacional de 28 MAR e a Sessão ordinária da Câmara de 29 MAR.
Termifax de fotografias de deputados participantes da sessão e de reunião com estuantes.

MÁRIO LOPES SERRANO - Ten Cel

Assessor Parlamentar

5 - INFORMES E INFORMAÇÕES

- 5.1 - Recorte do jornal ZERO HORA, de 10 Mai 67
- 5.2 - Recorte do jornal O GLOBO, de 12 Mai 67
- 5.3 - Informação nº 593, da D2/DF, Gab M Ex, de 11 Set 67
- 5.4 - Informação nº 234/CIE, de 02 Jun 68, do Ministério do Exército
- 5.5 - Informação nº 425/68, de 19 Jun 68, da 11ª R M

INFORME POLÍTICO

1964 - Nº 10 - 67 - M

Carlos Tenberg

As articulações para a formação da nova Frente Ampla, sem a liderança do sr. Carlos Lacerda mas contando, também, com a sua participação, estão evoluindo bem, segundo nos informa o deputado federal Mariano Beck, de regresso da Uruguai, onde esteve nestes últimos dias, mantendo contatos com os srs. João Goulart e Leonel Brizola. Mariano encontrou-se, aliás, em Montevideu com um dos emissários que, a esta altura, já deve ter seguido para a Argélia para ouvir o sr. Miguel Arraís. O esquema político, que constitui uma nova edição da Frente Ampla, mas sem o comando de Lacerda, prevê a integração dos srs. Juscelino Kubitschek, João Goulart, Leonel Brizola, Carlos Lacerda e Miguel Arraís, nada havendo com relação ao sr. João Quadros. Afastado um dos problemas que entraram durante muito tempo a consolidação da Frente Ampla, isto é, a liderança do ex-governador da Guanabara, os entendimentos estão evoluindo satisfatoriamente. Observa, aliás, o deputado Mariano Beck que Jango e Brizola estão de acôrdo num ponto importante: a união das oposições brasileiras, cuja óbice maior até agora vinha sendo a exigência do movimento conhecido como Frente Ampla. O deputado federal Mariano Beck passou dois

dias e meio na Uruguai assistindo-se em ocasiões difíceis com os srs. João Goulart e Leonel Brizola. Ambos colheu opiniões e impressões sobre o momento político nacional. Deverá seguir esta manhã para Brasília, a fim de participar da reunião do Diretório Nacional do MDB, o deputado Mariano Beck pretende fazer um amplo relatório aos seus correligionários, transmitindo-lhes o pensamento de Goulart e Brizola. Outras revelações que nos faz o deputado Mariano Beck, suscitando seus contatos com os srs. João Goulart e Leonel Brizola: ambos concordam no que diz respeito ao procedimento político imediato das oposições brasileiras, não aconselhando a precipitação dos acontecimentos, mas a longo prazo a afinidade entre o ex-presidente e o ex-governador desaparece. Nem Jango, e muito menos Brizola, aceitam aqueles parâmetros, tendo o primeiro declarado que só volta mediante união total e geral, e Brizola assinala que só regressa de cátedra egípcia. Outro fato que muito impressiona o deputado gaúcho Goulart e Brizola espelham, em detalhes, as representações envolvendo choques entre elementos do antigo e atual governo, lecturas muitas ignoradas até agora pela maioria dos políticos brasileiros.



Jango e Brizola Recusam a Revisão Dos Processos

BRASILIA (O GLOBO) — A Comissão Diretora Nacional do MDB e as bancadas federais daquele partido na Câmara e no Senado, presentes 103 parlamentares, estiveram reunidas desde às 21 horas de quarta-feira até aos 45 minutos de ontem, acertando medidas que objetivam ao fortalecimento da agremiação e à harmonização das várias correntes em choque. — o que se pode considerar como conseguido dadas às demonstrações de unidade partidária — com vistas a convenção nacional do dia 14 de junho.

Em decorrência do encontro, decidiu-se que várias providências deverão ser tomadas pelo MDB visando à sua dinamização e, dentre estas, podem ser citadas: a elaboração de um programa analítico do partido, que não se resume a itens genéricos, mas que contenha premissas, etapas, prazos, objetivos e metas, estabelecendo, em suma, o que a agremiação faria se estivesse no Governo; a organização de uma comissão de mobilização partidária, objetivando a um contato mais estreito com o povo, através da formação de caravanas que deverão percorrer o País levando as mensagens e o programa partidário, inclusive com o comparecimento de delegações, sindicatos e entidades estudantis; a criação de um jornal oficial da oposição; a instituição de comissões destinadas a sugerir as alternativas

políticas e administrativas a serem consideradas pelo partido, em decorrência da ação governamental.

Os debates tiveram por base um trabalho dos parlamentares Márcio Alves, Mata Machado, Josafá Marinho, Júlia Steimbrück e David Lerer, tendo este feito uma análise da conjuntura política nacional, em face do MDB, fazendo paralelamente uma auto-crítica da agremiação, para afirmar que o partido tem que ser oposição e mobilização, destacando que o MDB se tem limitado à oposição parlamentar, esquecendo-se de mobilizar o povo, e terminando por sugerir aquelas medidas finalmente aprovadas.

Temário

O temário da reunião foi o seguinte: 1) — Democratização da vida partidária, prevalecendo a orientação de que deve ser procedida uma reforma estatutária para permitir-se aos deputados e senadores, membros natos das comissões diretoras regionais, a participação, na mesma qualidade, da Comissão Diretora Nacional; 2) — A fixação dos objetivos mínimos a atingir, dentro da linha programática e a determinação da posição política decorrente.

O encontro foi presidido pelo Senador Oscar Passos, contando com a presença dos líderes Mário Covas e Aurélio Viana, e do secretário geral Martins Rodrigues.

Poder Militar

Na opinião do Deputado Adolfo de Oliveira, esposa no curso da reunião, o atual Governo é a continuidade do poder militar oficializado pelo Ato Institucional nº 2. Disse que em consequência não devem ser estranhados os numerosos pronunciamentos militares sobre diversos assuntos, de vez que resultam de uma situação criada ao tempo do Ex-Presidente Castelo Branco.

Atitude Adesista

Outro orador foi o Deputado Amaral Neto, que argumentou não ser chegada a hora da fixação de diretrizes por demais ortodoxas, pois se tal ocorresse antes da reestruturação partidária no Brasil o MDB, como a ARENA, não poderia continuar abrigando políticos de pensamentos antagônicos. Para o representante da Guanabara ou a oposição admite que há conspiradores contra o Governo Costa e Silva, e nesse caso não deve ajudá-los, ou nega tal hipótese, e tem sinal livre para combater o Executivo.

Destaques-se que a atitude do Sr. Amaral Neto não foi bem recebida no seio da agremiação, ficando o representante carioca praticamente sem apoio.

Volta só Com Anistia Ampla

O Deputado Mariano Becker, do Rio Grande do Sul, anunciou aos presentes ser portador de mensagens do Ex-Presidente João Goulart e do Ex-Deputado Leonel Brizola, segundo as quais afirmam não aceitar anistia parcial nem a revisão dos seus processos através de comissões especiais. Preferem morrer no exílio — afirmaram — a ter que voltar ao País sob condições. Assim, pregam a reivindicação da anistia ampla ou nada.

O Deputado Hermano Alves apontou como linhas-mestras do programa de ação partidária as formas sociais o nacionalismo e a redemocratização do País, defendendo a revogação da legislação discriminatória imposta pelo Governo passado, a anistia ampla, eleições diretas e voto dos alfabetos. Pleiteou ainda um desenvolvimento com autonomia, a reforma do Código de Minas e a denúncia de acordos cartográficos, como elementos básicos para uma linha nacionalista, bem como as reformas preconizadas pelo Ex-Presidente João Goulart, sem distorções.

O Deputado Márcio Alves propôs a constituição no partido de tantas comissões quantas fossem necessárias para acelerar o seu programa de dinamização. Tais órgãos deverão iniciar os seus trabalhos ainda hoje.

O presidente Oscar Passos, ao encerrar a reunião, acolheu proposta do Deputado Caruso da Rocha, no sentido de receber e apreciar relatórios dos representantes das bases partidárias, relativos às pressões e violências políticas sofridas, sobretudo nas eleições de 15 de novembro passado, e de desencadear campanhas permanentes em prol da anistia e das eleições diretas, bem como de levar em discussão as tendências ideológicas da oposição.

Dinamização

Logo ao início dos trabalhos, o presidente Oscar Passos deu a conhecer aos presentes deliberação do Gabinete Executivo nacional, visando a dinamização da vida partidária, consubstanciado nos seguintes termos:

“O Gabinete Executivo nacional, tendo em conta o propósito de dinamizar a vida partidária, deliberou, em sua reunião de hoje, o seguinte:

1) Recomendar às comissões diretoras regionais que se reúnam ainda este mês, para efetivar a incorporação dos senadores, deputados federais e estaduais, que passaram a fazer parte integrante das mesmas, como membros natos.

2) Encaminhar à comissão especial designada para a elaboração da reforma dos esta-

tutos proposta no sentido da inclusão dos senadores e deputados federais na Comissão Diretora Nacional, através do aumento do número atual de componentes.

3) Propor também a comissão especial a inclusão no Gabinete Executivo Nacional, dos líderes da representação do MDB no Senado e na Câmara, que passarão a integrá-lo com direito de voto.

4) Convocar reunião mensal da Comissão Diretora Nacional em conjunto com as bancadas no Senado e na Câmara, até que, realizada a convenção nacional, os novos representantes sejam incorporados à Comissão Diretora Nacional, quando essas reuniões serão específicas da comissão.

5) Determinar às comissões diretoras regionais que se reúnam mensalmente, para o debate dos problemas partidários, e acelerem, até 31 de agosto, a formação das comissões diretoras municipais e o trabalho de arregimentação partidária.

6) Organizar comissões de deputados e senadores, para, em coordenação com as comissões diretoras regionais, visitarem os vários Estados, participarem de debates públicos sobre o programa do partido, e colaborarem na promoção dos objetivos partidários.

1608 Em 11 SET 1967

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 GABINETE DO MINISTRO
 2.ª DIVISÃO — S S I
 D 2/DF

MG	GM	- D 2
PROTOCOLO		
N.º	3037/SSI	
Em	13 de	set de 1967
Providências	F. L. M.	
	A. L. S.	
	J. S. T.	

DIFUSÃO: D/2-Rio -

INFORMAÇÃO N.º 593

- Cópia abaixo, do pronunciamento efetuado em 1º do corrente pelo Deputado Federal MARIANO BECK - MDB-RS - em favor de LEONEL BRIZOLA.
- O aludido pronunciamento não será publicado no Diário do Congresso, a fim de se evitar que a tribuna da Câmara Federal venha a se tornar porta-voz de subversivos e corruptos cassados.

"- EXPLICAÇÃO PESSOAL -

Sr Presidente, Srs Deputados, há um patricio nosso, ora exilado neste instante, que tem sido passível de tôdas as acusações, contra o qual é lançada a culpa de tudo quanto ocorre neste País. Trata-se do ex-Governador de Rio Grande do Sul - LEONEL BRIZOLA, cujo nome apenas mencionado apavora e põe em alvorosso os responsáveis pelo atual estado de coisas nesta República. Pois bem, Sr Presidente, o Sr LEONEL BRIZOLA, de quem sou amigo, do qual fui colega de Governo, no Governo do saudoso e grande brasileiro General ERNESTO DORNELLES, e do qual fui Secretário da Educação no seu grande Governo, no Rio Grande do Sul, acaba de publicar no Diário uruguaio "A Verdade", a declaração que vou lêr para conhecimento da Casa e para que fique constando dos Anais da Câmara dos Deputados. É a seguinte a declaração a que me refiro:

"Sr Diretor do Diário "A Verdade".

- A propósito de uma nota divulgada na edição de ontem, de seu diário, no qual se afirma que o regime dominante em nosso País me acusa de ser o insuflador dos movimentos de guerrilheiros ali presumidamente descobertos, rogo a V Excia a atenção de publicar as seguintes declarações:

1º - Estou exercendo, com esta, o legítimo direito de defesa. Não me surpreendem essas novas acusações dos militares encarregados da repressão política e policial no Brasil. Não é a primeira vez, e não há de ser a última, que me acusam.

CONFIDENCIAL

(Continuação da informação nº 593 -D/2-DF, de 11 SET 1967)

Apontaram-me como responsável por tudo o que ocorre, seja no Amazonas, seja no Rio Grande do Sul, vem sendo uma espécie de idéia fixa do atual regime. Assim tem ocorrido desde que me encontro no Uruguai, faz mais de três anos.

Provas mais eloquentes não podem ter as autoridades e a opinião pública do Uruguai que essa ridícula e insólita acusação da existência de um campo de treinamento em "pando". O que pretendem, com isso, é tirar um meio de sustento e sobrevivência de vários exilados políticos brasileiros que estão trabalhando honestamente em uma pequena chácara, rodeada de vizinhos que podem atestar sobre a conduta e o esforço que estão fazendo esses patriotas para manter-se.

Faz aproximadamente um ano que se fêz necessária comunicação ao Sr. Chefe de Polícia de Montevideú, oferecendo-se aquêle local às autoridades para que nêle pudessem entrar a qualquer hora do dia e da noite, sem necessidade de ordem judicial prévia, ante qualquer denúncia maldosa, como a que ocorre agora.

Exercendo, como já afirmei, o direito de defesa, estou certo de que pretendem, estou seguro de que o que pretendem aquêles que me acusam, os quais, para perseguir-me, não respeitam nem sequer minha condição de exilado, é, em primeiro lugar, desmerecer e desmoralizar todos os movimentos de inconformismo que vêm ocorrendo em minha pátria, nascidos de correntes e grupos de patriotas, de democratas e de injustiçados, com o objetivo de fazer crer que se trata de movimentos teleguiados, comandados de fóra e financiados com o dinheiro estrangeiro. É o mesmo processo que HITLER empregou em seu regime e que, portanto, não poderia faltar entre os meios que a tirania brasileira teria que utilizar para manter-se.

Em segundo lugar, pretendem também, com essas insistentes acusações, dirigidas a mim pessoalmente, incompatibilizar-me com o povo brasileiro, destruir-me politicamente, tentando fazer crer que estou ligado ao comunismo internacional e desrespeitando as leis e normas de asilo político. Refletem, com êste tipo de acusação, o que lhes vai pela própria consciência, pois, desgrazadamente, em meu país, tôdas as organizações policiais estão a serviço e financiadas pela C.I.A. e atuam sob a influência de pressões estrangeiras.

Lamento profundamente ver-me obrigado a dizer estas coisas, porém esta é a triste realidade do meu País.

"Com a qual não está de acôrdo a imensa maioria do povo brasileiro. É precisamente por isto que os atuais detentores do poder fogem à liberdade do voto popular, como a diabo da cruz. Em meu País, milhões de seres humanos vivem apenas tolerados e milhões impedidos de circular livremente.

Cont. *Arquivo*
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

11 SET 1967

Entretanto, aventureiros norte-americanos, negociantes, toda a ordem de exploradores do povo brasileiro, conhecidos ladrões internacionais de minérios, agentes secretos, de todo o tipo, de indivíduos perniciosos dessa nacionalidade que se possa imaginar atravessa e percorrem o Brasil, com a documentação em ordem protegidos pelas autoridades. É o que é mais triste verificar é que ainda no exílio não cessam de perseguir-nos e de criar-nos dificuldades. Atenciosamente, LEONEL BRIZOLA".

*Recibido
5-11*

CONFIDENCIAL

1608

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

Em 07/02/1968

1ª DIVISÃO 331

MECDA

CIE/ADF

DIFUSÃO: CIE

UNIVERSAL DO BRASIL

INFORMAÇÃO N. 234

Por ocasião da passeata dos estudantes, realizada no DF em 27 Mar. 68, alguns deputados do MDB, de braços dados, saíram à frente dos estudantes, formando, segundo eles "o escudo das imunidades".

Na fotocópia anexa, identifica-se da esquerda para a direita: Dep MARIO COVAS, HERMAMO ALVES, MATA BACHADO, MARTINS RODRIGUES, e sua retaguarda aparece BERNARDO CABRAL, MATIUS SCHMIDT e PAULO CAMPOS (com a mão esquerda espalhada). Entre os Dep MATIUS SCHMIDT e PAULO CAMPOS, aparece o Dep MARIANO RECY, de tor no branco.

- CONFIDENCIAL - - 1/3 -

- Brasília-DF, 19 JUN 68
1. ASSUNTO: MARCHA ESTUDANTIL, de 28 JUN 68, em BRASÍLIA
 2. ORIGEM: 118 P.
 3. TIPOLOGIA: 1ª BR, CIV/MS, SMI/ABSE, SSP/DF, IEP/DF, C-2 AS, 722N, 1ª RCU, EFER, ESP, 131 G Cam Am 246, 118 Esq Res Sec, ACS.
 4. ANEXO: Fotocópia (66 para SMI/ABSE, SSP/DF, IEP/DF, 1ª RCU, EFER, ESP).

INTERLAÇÃO Nº 425/68

1. INFORMAÇÃO:

- a. A passeata de 28 JUN 68 foi autorizada pelo Presidente da República, desde que realizada, no Eixo Rodoviário na direção N-S, com concentração no mesmo eixo, na altura da SQ 104.
- b. Os estudantes, contrariando ordens, concentraram-se na praça 21 de ABRIL e seguiram pela avenida W3 até a quadra 5; SQ 103 e 105, Área do Cine Brasília; super-quadra 107 e Área da Igreja de Fátima, situada entre as SQ 307 e 308.
- c. Durante a concentração na praça 21 de ABRIL, líderes estudantis, professores e deputados procuravam esclarecer que a concentração e a passeata deviam ser no Eixo Rodoviário
- d. Entre os deputados destacaram-se:
 - OSVALDO DE LIMA FILHO
 - IVETE VARGAS
 - BRITO VELEZ
- e. Na praça 21 de ABRIL a concentração era estimada em 1000 pessoas
- f. Na frente da SQ 5 a massa era estimada entre 2000 e 3000 pessoas.
- g. Na área do Cine Brasília foi feito um coffee, onde discursaram ou se pronunciaram:

- 1) Deputados:
 - IBRID COVAS JR
 - MATA RICHARD
 - OSOR RINHA
 - BRITO VELEZ (ARENA)

(Continua...)



CONFIDENCIAL

QUALQUER PESSOA QUE TOCAR
CONTATO COM ESTE ASSUNTO FICA RESPONSÁVEL
PELO SEU SIGILO.
(Art 62 - Dec nº 60.417/67-REAS)

1608

- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação da Informação nº 135 (C-11a. 21))

- OSWALDO LIMA FILHO, reconhecendo "a verdade da situação" e identificando LUIZ LUIZ, "como símbolo dos estudantes e dos valores do proletariado brasileiro", saudou a presença de ele no a condição a derrubada de governo por ser uma ditadura.

2) Diversos:

- um popular que se identificou como pai e estudante
- um comerciante
- um operário de construção civil

- MAURO BURLAMAQUI, ex-presidente da FEUD, liberdade na véspera, radiante "bibeas-carpus", disse: os estudantes foram soltos porque os militares se vieram precipitados pelos estudantes, políticos e professores. Disse ainda que o governo é dominado por uma cúpula militarista única e corrupta. Precisamos derrubar este regime único e quecrônico.

- AURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS, falou em nome da igreja progressista (consta ser sobrinho do Frei Estevão)

- Frei PASCACIO, disse que a igreja está ao lado dos estudantes, porque estava ao lado dos fracos.

- DE STELA BASTOS (mãe de Aurélio Wander Chaves Bastos). Agradeceu a solidariedade dos estudantes para com seu filho.

- Um elemento de meia idade (bancário?), ataca os banqueiros, tachando-os de ladrões.

h. Participaram ainda da passeata os seguintes deputados:

- Martins Rodrigues (ARENA)
- RAUL BRUHINI
- PAULO CAMPOS
- CÉD CARVALHO
- MARIANO BECK
- HUMBERTO LUCENA
- UIRIBIO MACHADO
- PAULO MACARTINI (sua filha está no meio da passeata)
- DAVI LEDES
- CESAR DE AQUINO
- JOSE MANDELE

1. Do documento da Cúria Metropolitana de Brasília, datado de 28 JUN 68 e assinado por Monsenhor GERALDO ÁVILA - Vigário Geral,

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -



- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação de Informação nº 429/68-11a. RM). - 3 -
consta:

"A Cúria Metropolitana de Brasília, declarou que os Reverendíssimos sacerdotes, Religiosos e os Colégios Católicos estão autorizados a participar da passeata a ser realizada hoje, 23 de junho, pelos estudantes, contanto que a referida passeata esteja permitida pelas autoridades competentes e que se realize com a devida ordem e respeito, nos termos da autorização dada pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro."

j. Foram identificadas as seguintes cartazes:

"Pela Cultura Contra a Opressão".

"Mais verbas para a Educação".

"Professores e Alunco Contra a Política Educacional".

"O Ensino hoje é o Desenvolvimento de amanhã".

"Para Um Brasil Melhor".

"Lutemos por uma Causa Justa".

"O Povo está Conosco".

"Abaixo a Repressão".

"Abaixo o MEC-USAID".

"Ter Cultura é ser Subversivo".

"O Governo Vende Nossa Cultura".

"Vietnam, Símbolo da Humanidade".

"Sindicatos Livres para Todos".

"Apoio Total aos Operários e Estudantes Franceses".

"Todo o Poder para o Povo".

"Abaixo a Ditadura".

"Mais Educação Menos Munição".

"Abaixo Arroxco Salarial".

l. Foram assinalados:

2 Bandeiras do Vietnam novas (não eram as mesmas das passeatas anteriores).

2 Bandeiras vermelhas.

2 Bandeiras nacionais.

Cartazes bem grandes, impressos, com o retrato de "CHE"

GUAYARA.

m. Os seguintes "slogans" eram pronunciados em coro:

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -

- C O N F I D E N C I A L -

- 5/3 -

(Continuação da Informação 425/68-11a. RM)

- "Abaixo a Política MEC-USAID".
- "Menos Bomba mais Instrução".
- "Abaixo a ditadura assassina".
- "Nossos alunos têm razão - Abaixo a Ditadura".
- "Fazer calar os noços é violentar nossas consciências -
Padres e Religiosos".
- "As Mães em Defesa dos Filhos".
- "Reabriremos o Calabouço".
- "Contra a Repressão".
- "Artistas, Intelectuais, Clero e Povo com os Estudantes".
- "Fora a ditadura dos patrões".
- "Contra a Censura".
- "Com Deus e a Família pela Liberdade - Soltem meu Filho".



- C O N F I D E N C I A L -

246

0

